

Tribunal Regional Eleitoral
da Bahia

Relatório de Gestão 2019



Justiça,
Cidadania
e Serviço





Relatório de Gestão 2019

Tribunal Regional Eleitoral da Bahia



Justiça,
Cidadania
e Serviço

Apresentação

Este relatório apresenta à sociedade os resultados da gestão do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia no ano de 2019, tornando acessível aos órgãos de controle e ao público em geral sua Estrutura de Governança, os valores que norteiam sua atuação - Ética, Imparcialidade, Transparência, Respeito ao Ser Humano e Responsabilidade Socioambiental - e as ações implementadas visando à gestão regular, eficiente e transparente dos recursos recebidos, bem como a geração de valor para a sociedade.

O Relatório de Gestão apresenta a seguinte estrutura:

Palavra do Presidente



1 Visão Geral Organizacional e Ambiente Externo



2 Governança, Estratégia e Alocação de Recursos



3 Riscos, Oportunidades e Perspectivas



4 Resultados e Desempenho da Gestão



5 Informações Orçamentárias, Financeiras e Contábeis



6 Anexos e Apêndices

É com grande satisfação que apresento o Relatório Integrado de Gestão do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, Justiça Especializada que tem buscado cada vez mais aperfeiçoar sua atividade em prol do fortalecimento da democracia e da transparência de sua administração. Afinal, a boa gestão de recursos públicos pressupõe não apenas a conformidade legal dos procedimentos, mas também a efetividade de ações, sendo a prestação de contas um meio imprescindível para evidenciar, sob tais aspectos, a gestão realizada no exercício.

A presente gestão iniciou-se com uma reestruturação administrativa da Instituição, através do estabelecimento de nova estrutura organizacional e de competências das unidades, com o fim de elevar a eficiência dos serviços prestados, promovendo maiores e melhores resultados para a sociedade.

A atuação desta gestão baseia-se, primordialmente, nas diretrizes do Planejamento Estratégico Institucional (Ciclo de Planejamento 2016-2021), instituído pela Resolução Administrativa nº 14/2015, com ênfase na celeridade da prestação jurisdicional e combate à corrupção e à improbidade administrativa. Nesta seara, foi realizado o Desdobramento da Estratégia em Secretarias e Zonas Eleitorais com vistas a evidenciar a contribuição de cada unidade para a Estratégia Institucional, definindo-se objetivos e indicadores setoriais para impulsionar o desempenho das unidades e, conseqüentemente, a performance estratégica do TRE-BA.

A Justiça Eleitoral Baiana tem como missão institucional “Garantir a legitimidade do processo eleitoral e o livre exercício do direito de votar e ser votado, a fim de fortalecer a democracia” e, com esse enfoque, atua para oferecer à sociedade serviço público de excelência, fortalecendo a imagem institucional.

Para cumprir a contento tal missão institucional, foram estabelecidos 15 objetivos estratégicos que servem de orientação para, com base nos seus resultados, impulsionar nosso desempenho estratégico. Dentre eles, merecem destaque o avanço dos objetivos “Fomentar ações de responsabilidade social e práticas ambientais sustentáveis” e “Aumentar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional”.



Em cumprimento à determinação do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), constante da Portaria TSE nº 344/2019, foi implantado o Processo Judicial Eletrônico (PJe) em todo o Estado da Bahia, sistema obrigatório para tramitação de todos os processos no âmbito da Justiça Eleitoral já a partir da primeira instância. A nova ferramenta propõe conferir maior transparência e agilidade no trâmite dos processos judiciais e administrativos, aprimorando ainda mais os serviços prestados por esta Justiça Especializada.

Em busca da adequada celeridade dos feitos de prestação de contas anuais partidárias, instaurou-se monitoramento do acervo processual com a realização de reuniões periódicas desta Corte, abrangendo análises acerca da fluência dos julgamentos e cronograma de atividades. Com esta ação, foram alcançados excelentes resultados quanto à tramitação processual em comparação aos Regionais de grande porte, tendo-se obtido significativa redução no acervo processual total.

Corroborando com o lema desta gestão “Justiça, Cidadania e Serviço”, o TRE-BA conquistou, em 2019, a categoria “Diamante” no Prêmio CNJ de Qualidade, conferindo o título de eficiência decorrente da excelente atuação dos membros da Corte, juízes eleitorais e servidores da Justiça Eleitoral da Bahia.

Nesta cadência, a Corte aprovou a criação da “Comenda da Cidadania Desembargador Jatahy Fonseca” a ser concedida a magistrados, advogados, professores universitários, juristas e demais pessoas que, no exercício da cidadania, tenham contribuído para o aprimoramento das instituições democráticas e eleitorais.

Na mesma senda, um grande avanço desta Justiça Especializada na busca da respeitabilidade e do prestígio do cidadão baiano materializou-se através da reformulação do Projeto Biometria na Bahia, de forma a humanizar a coleta dos dados biométricos dos eleitores no Estado. Neste sentido, o atendimento dos mais de três milhões de eleitores contemplados na última etapa foi realizado essencialmente com data e hora marcadas, evitando filas, aglomerações e desperdício de tempo. O agendamento foi disponibilizado pela internet, por whatsapp e por ligação gratuita para um serviço de 0800 que atendeu a eleitores de todo o território estadual.

Ainda foram realizados diversos mutirões para atendimento ao eleitor e dezenas de audiências públicas que permitiram divulgar o procedimento realizado e conclamar a sociedade civil organizada para se engajar no processo nas localidades envolvidas.

Com olhar interno à organização, imperioso afirmar que valorizar permanentemente os servidores é estratégia primordial para o alcance dos objetivos organizacionais e, nessa seara, foi implementado o Programa de Qualidade de Vida no Trabalho no âmbito do TRE-BA, mediante a Instrução Normativa nº 5/2019, que prima por promover o reconhecimento e a valorização dos nossos servidores.

Tratando-se de infraestrutura, insta ressaltar que, em 2019, a sede do TRE-BA foi ampliada com a cessão provisória do prédio construído para sediar o Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região, que se constituirá em Anexo III deste Regional, visando melhorar ainda mais as condições de infraestrutura para o bom funcionamento do órgão.

Com a proposta de esclarecer questões pertinentes à atuação desta Justiça Eleitoral, foi lançado, neste exercício, o programa Instante Eleitoral ou Insta Eleitoral (@trebahia), acessível na plataforma Instagram, e que consiste em uma oportunidade promissora de debate de ideias em prol do fortalecimento da democracia, na qual o eleitor poderá participar dos programas com sugestões e opiniões acerca das ações desenvolvidas pelo TRE-BA.

Ante o exposto, como representante máximo da governança deste Tribunal Regional Eleitoral, declaro minha responsabilidade em assegurar a integridade do presente relatório e afirmo a aplicação do pensamento coletivo em sua preparação e apresentação, destacando a sua conformidade com a Estrutura Internacional para Relato Integrado, apresentando-o como instrumento de prestação de contas à sociedade sobre todas as atividades que compõem e definem a missão constitucional da Justiça Eleitoral da Bahia.

Desembargador Jatahy Júnior

Presidente do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia

Sumário

1. VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL

E AMBIENTE EXTERNO

O TRE-BA	7
Missão, Visão e Valores	8
Estrutura Organizacional	8
Organograma	9
Estrutura de Governança	10
Principais instâncias internas de governança	11
Mecanismos de governança	13
Modelo de Negócio	14
Cadeia de Valor	15
Relação com ambiente externo	16
Relacionamento com clientes e partes interessadas	18
Determinação da materialidade das informações	22
Processo de elaboração do Relatório Integrado da gestão TRE-BA	23

2. GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E

ALOCAÇÃO DE RECURSOS

Planejamento Estratégico Institucional	25
Como o TRE-BA buscou atender sua Missão e Visão	27
Objetivos priorizados (demandas estratégicas e principais iniciativas)	28

Demandas estratégicas e iniciativas priorizadas	
- outros Objetivos Estratégicos	29
Atuação da Estrutura de Governança	30
IGOVTIC-JUD 2019	31
Transparência	32
Prêmio CNJ de Qualidade	33

3. RISCOS, OPORTUNIDADES E

PERSPECTIVAS

Gestão de Riscos e Controles Internos	35
Principais riscos enfrentados	36
Fontes de riscos e de oportunidades	38
Principais ações para aproveitamento das oportunidades	38
Perspectivas	38

4. RESULTADOS E DESEMPENHO DA

GESTÃO

Alcance dos objetivos estratégicos	41
Painel de Indicadores	43
Foco em Objetivos Estratégicos	44
Resultados em destaque	61
Recadastramento Biométrico	61
Eleições	62
Ações Sociais e de Cidadania	64
Prestação Jurisdicional	66

Demonstração da eficiência e conformidade legal de áreas relevantes da gestão	74
Gestão Orçamentária e Financeira	74
Gestão de Pessoas e Competências	81
Gestão de Licitações e Contratos	89
Gestão Patrimonial e Infraestrutura	92
Gestão da Tecnologia da Informação	95
Gestão de Custos	103
Sustentabilidade	106

5. INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS,

FINANCEIRAS E CONTÁBEIS

Declaração do Contador	111
Demonstrações Contábeis	113
Notas Explicativas	121

6. ANEXOS E APÊNDICES

Lista de Siglas e Abreviações Principais	131
Lista de Figuras, Tabelas, Gráficos e Quadros	132

Visão Geral Organizacional e Ambiente Externo

Capítulo 1



O TRE-BA

O Tribunal Regional Eleitoral da Bahia é órgão integrante do Poder Judiciário, nos termos do art. 92, V, da Constituição Federal de 1988. Juntamente com o Tribunal Superior Eleitoral, os outros Tribunais Regionais Eleitorais, os Juízes Eleitorais e as Juntas Eleitorais, compõe a Justiça Eleitoral, prevista no art. 118, da Constituição Federal.



Figura 1 Composição da Justiça Eleitoral

A competência e a organização da Justiça Eleitoral estão disciplinadas nos preceitos emanados da Constituição, do Código Eleitoral e da legislação complementar. Tem como finalidade primordial garantir o respeito à soberania popular e assegurar os direitos de cidadania - essencialmente o de votar e ser votado -, contemplando, assim, o planejamento, a organização e a execução das eleições e das consultas populares (competência administrativa) e a realização de ações de cunho social com o propósito de promover o desenvolvimento da consciência política dos eleitores. Além disso, exerce competência jurisdicional (consistente no julgamento dos feitos pertinentes à matéria eleitoral), regulamentar (quando edita normas para disciplinar o processo eleitoral) e também consultiva (materializada no pronunciamento, sem caráter decisório, diante de questões que lhe são apresentadas em tese).



Figura 2 Competências da Justiça Eleitoral

No primeiro grau de jurisdição, atua por meio de zonas eleitorais, unidade que pode englobar mais de um município ou parte dele. Atualmente, a Justiça Eleitoral Baiana é composta por 199 zonas. Em segunda instância, o TRE-BA é composto por 07 (sete) juízes-membros, sendo 02 (dois) desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado, 02 (dois) juízes de direito, 01 (um) juiz do Tribunal Regional Federal e 02 (dois) advogados, e tem sede em Salvador, capital do Estado da Bahia.

As principais competências dos TREs estão no artigo 29 do Código Eleitoral, e são elas:

- Processar e julgar originariamente o registro e cancelamento do registro dos diretórios estaduais e municipais de partidos políticos e candidatos; os conflitos de jurisdição entre os Juízes Eleitorais de sua circunscrição; os crimes eleitorais cometidos pelos seus Juízes Eleitorais; o Habeas Corpus ou Mandado de Segurança em matéria eleitoral contra ato de autoridade que respondam perante os Tribunais de Justiça por crime de responsabilidade e as reclamações relativas a obrigações impostas por lei aos partidos políticos;
- Processar e julgar os recursos interpostos contra atos e decisões proferidas pelos Juízes e Juntas Eleitorais;
- Organizar a sua Secretaria, a Corregedoria Regional Eleitoral, bem como dividir a respectiva circunscrição em zonas eleitorais;
- Organizar e administrar o cadastro de eleitores do Estado;
- Controlar e fiscalizar todo o processo eleitoral sob sua jurisdição, desde o registro de cada diretório dos partidos políticos até a impressão de boletins e mapas de apuração durante a contagem dos votos.

Missão, Visão e Valores

O TRE-BA, atento às suas competências estabelecidas, definiu sua Missão para o ciclo 2016-2021 de modo a refletir o que ele se propõe a entregar à sociedade. Já a Visão de futuro traçada é a síntese das aspirações da organização e orienta os seus esforços, alinhando ações e projetos e orientando a alocação dos recursos disponíveis com vistas ao atendimento da Missão Institucional. Os Valores são espécies de pilares fundamentais, que representam as convicções e as crenças dos integrantes do órgão e indicam sua atuação cotidiana, enquanto busca realizar sua Visão.



Figura 3 Missão, Visão e Valores

Nesse contexto, a estratégia do Tribunal volta-se ao aperfeiçoamento de seus processos de trabalho e ao desenvolvimento de projetos que possam inovar e intensificar a eficiência na gestão. Trata-se de um órgão que busca o aprimoramento constante e a qualidade dos serviços prestados à sociedade.

Estrutura Organizacional

Há duas formas de perceber a estrutura organizacional do TRE-BA: uma visão hierárquica-funcional, a partir do entendimento da sua Estrutura Regimental e Organograma; e uma visão transversal, a partir do entendimento dos seus macroprocessos de negócio, organizados na forma da sua Cadeia de Valor. Essas duas visões são diretamente relacionadas, complementares e fundamentais para o desenvolvimento das suas atividades institucionais com eficácia, eficiência e efetividade.

A atual estrutura organizacional da Secretaria do órgão, resultado de uma reestruturação administrativa ocorrida em 2019, contempla o desenvolvimento do corpo funcional, privilegiando a observância da missão, dos valores e da visão de futuro do Tribunal e das técnicas organizacionais, em consonância com os critérios de hierarquização das unidades em linha de, no máximo, três níveis - Secretaria, Coordenadoria e Seção – com vistas a aproximar os âmbitos decisório e operacional e agilizar a tomada de decisão.

As competências das unidades que compõem a estrutura do Tribunal estão disciplinadas nos seguintes normativos:

- [Resolução Administrativa nº 01/2017](#) (Regimento Interno do Tribunal) - disciplina aspectos como composição, organização e funcionamento do Tribunal.
- [Resolução Administrativa nº 28/2019](#) (Regulamento da Secretaria) – regulamenta a estrutura organizacional, competências das unidades e atribuições dos titulares de funções comissionadas.
- [Resolução Administrativa nº 01/2015](#) (Regulamento Interno da Corregedoria)
- [Resolução Administrativa nº 31/2018](#) (Regulamento Interno da Escola Judiciária Eleitoral)
- [Resolução Administrativa nº 21/2016](#) (Regulamento Interno da Ouvidoria)

Organograma

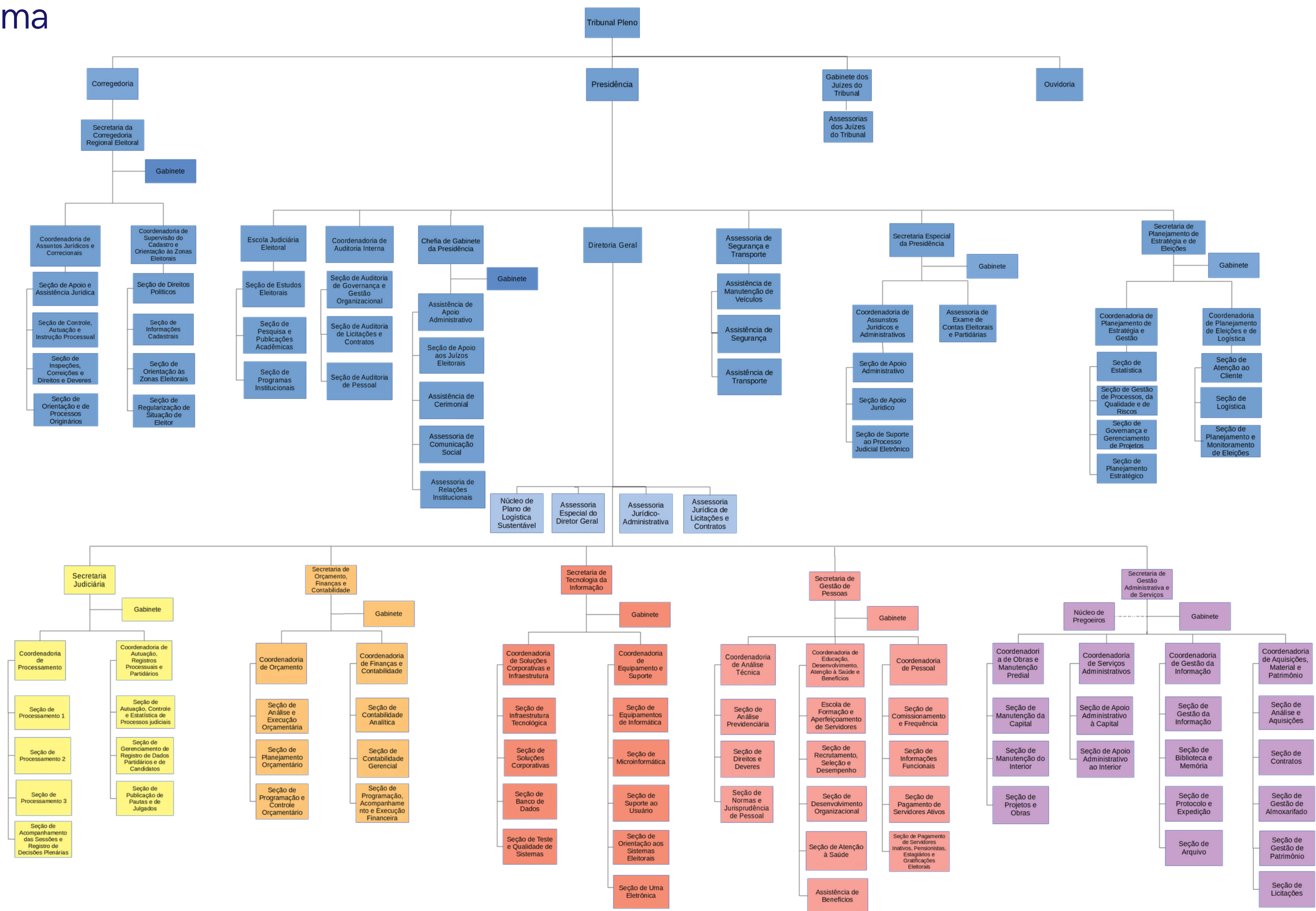


Figura 4 Organograma do TRE-BA

Estrutura de Governança

O Sistema de Governança e Gestão do Tribunal foi instituído em 2018, através da Resolução Administrativa nº 15/2018, com base nas normas de regência que disciplinam a matéria no âmbito do Poder Judiciário (especialmente editadas pelo CNJ) e nas melhores práticas de governança e gestão, incluindo o Referencial Básico de Governança Aplicável a Órgãos e Entidades da Administração Pública do TCU. Em 2019, foi necessário adequar a composição das instâncias internas de governança, para compatibilizá-las à nova estrutura orgânica do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, sendo a matéria atualmente regulamentada pelas Resoluções Administrativas n.º 17/2018 (alterada pela Resolução Administrativa n.º 29/2019) e n.º 33/2019.

A Governança no TRE-BA, de forma análoga ao que é aplicado para os demais órgãos e entidades da Administração Pública, diz respeito a um conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle, colocados em prática para avaliar, direcionar e monitorar a atuação da gestão, a fim de atender às necessidades e expectativas dos clientes.

A figura ao lado apresenta as principais instâncias de governança no contexto do TRE-BA, demonstrado, de forma estruturada, os diversos atores que exercem funções de governança e gestão do órgão e como se relacionam para a realização de sua Missão e alcance de sua Visão, promovendo os Valores Institucionais.

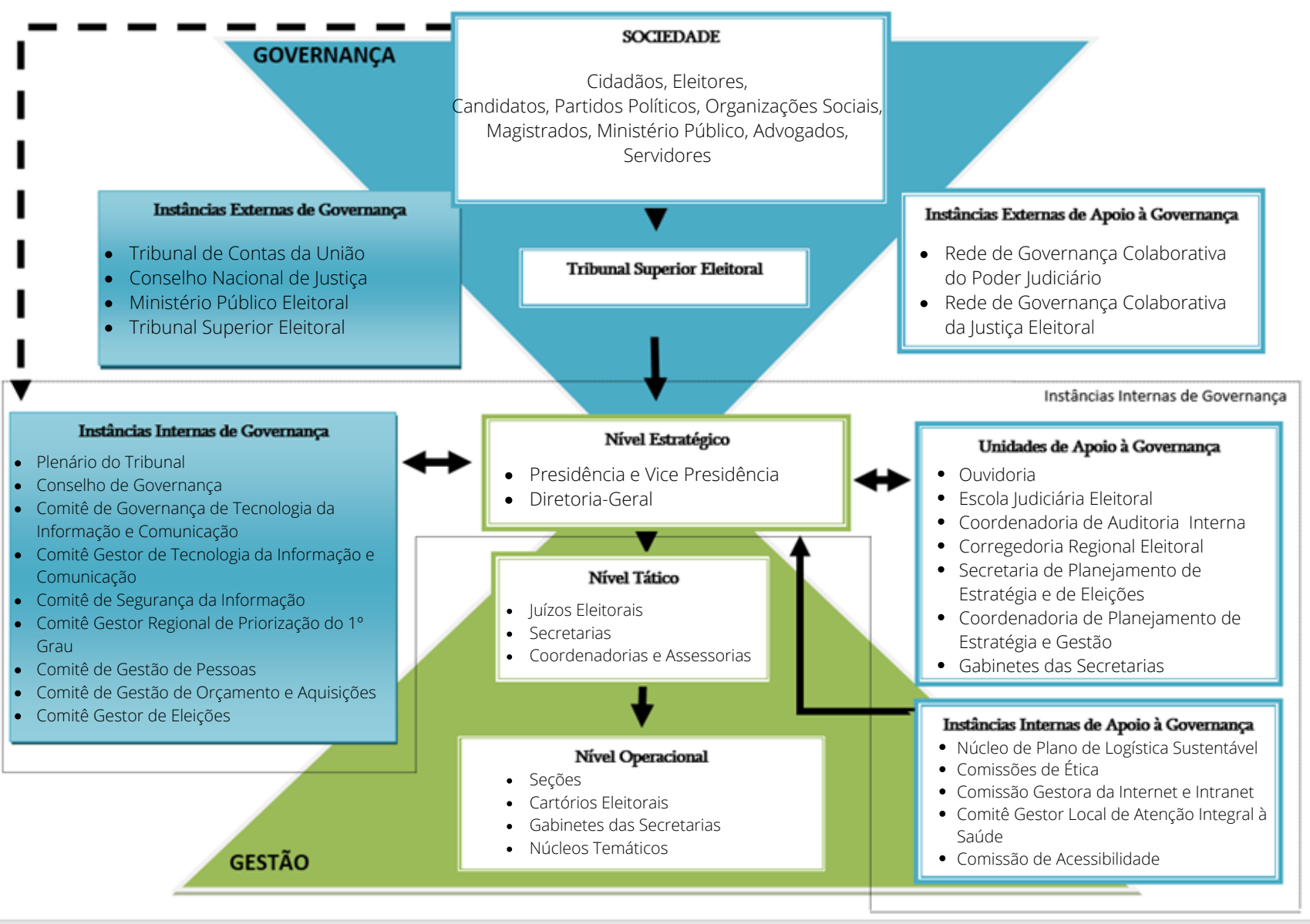


Figura 5 Estrutura de Governança do TRE-BA

Principais instâncias internas de Governança

As instâncias internas de governança são responsáveis por definir ou avaliar a estratégia e as políticas implementadas pelo TRE-BA, bem como monitorar a conformidade e o desempenho destas, devendo agir nos casos em que desvios forem identificados, de forma a garantir que o interesse público seja atendido, servindo de elo entre a sociedade e a Justiça Eleitoral da Bahia. São elas:



Figura 6 Principais instâncias internas de Governança

A efetividade do Sistema de Governança do TRE-BA representa a consolidação da tomada de decisões críticas de forma colegiada, reforçando a segregação de funções, de modo que o poder para tais decisões não reste concentrado em uma única instância, tampouco que decisões com repercussão em diversas áreas do Órgão sejam tomadas unilateralmente.

O Plenário do Tribunal é composto por Juízes Membros e, além das competências legais e regimentais estabelecidas, é responsável pela aprovação dos Planos Estratégicos de TIC e de Gestão de Pessoas e do Plano Integrado de Eleições. Também é quem aprova as políticas adotadas pelo Tribunal.

Abaixo, a composição do Tribunal Pleno do TRE-BA em 2019, e o representante do Ministério Público no 2º Grau, o Procurador Regional Eleitoral:

Tribunal Pleno e Representante do Ministério Público

	Des. Edmilson Jatahy Fonseca Júnior PRESIDENTE		Des. José Edivaldo Rocha Rotondano VICE-PRESIDENTE/ CORREGEDOR
	Juíza Patrícia Cerqueira Kertzman Szporer CLASSE JUIZ DE DIREITO		Juiz Freddy Pitta Lima CLASSE JUIZ DE DIREITO/ DIRETOR DA EJE
	Juiz Antônio Oswaldo Scarpa CLASSE JUIZ FEDERAL/OUVIDOR		Juiz José Batista Santana Júnior CLASSE DE ADVOGADO (Substituto)
	Juiz Diego Luiz Lima de Castro CLASSE DE ADVOGADO		Bel. Cláudio Alberto Gusmão Cunha PROCURADOR REGIONAL ELEITORAL

Figura 7 Composição do Tribunal Pleno e Procurador Regional Eleitoral

O Conselho de Governança é a principal instância interna de governança do órgão. Regulamentado pelos artigos 11 e seguintes da Resolução Administrativa n.º 33/2019, tem a seguinte composição e atribuições:

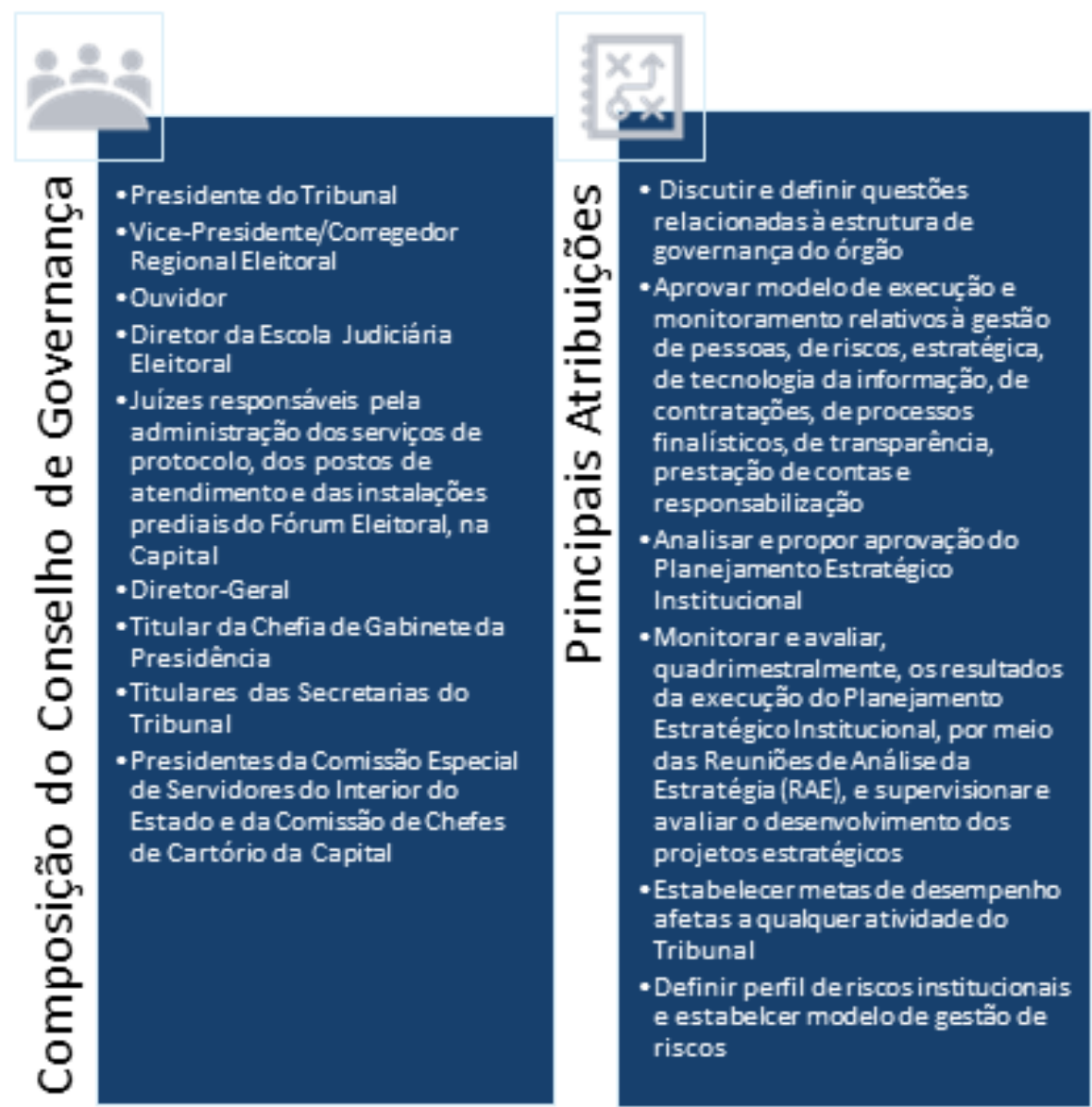


Figura 8 Composição e atribuições do Conselho de Governança



As atribuições e competências das principais instâncias internas de Governança do TRE-BA, na íntegra, podem ser conferidas no seguinte endereço: <http://adm.justicaeleitoral.jus.br/tre-ba/o-tre/planejamento-estrategico/segepro/tre-ba-resolucao-administrativa-no-33-2019-sistema-de-governanca-tre-ba/view>

A comunicação entre partes interessadas internas e externas à organização, bem como a realização de auditorias internas, avaliação de controles internos e monitoramento de riscos, comunicando quaisquer disfunções identificadas à Alta Administração, ficam a cargo das instâncias e unidades internas de apoio à governança. São elas:

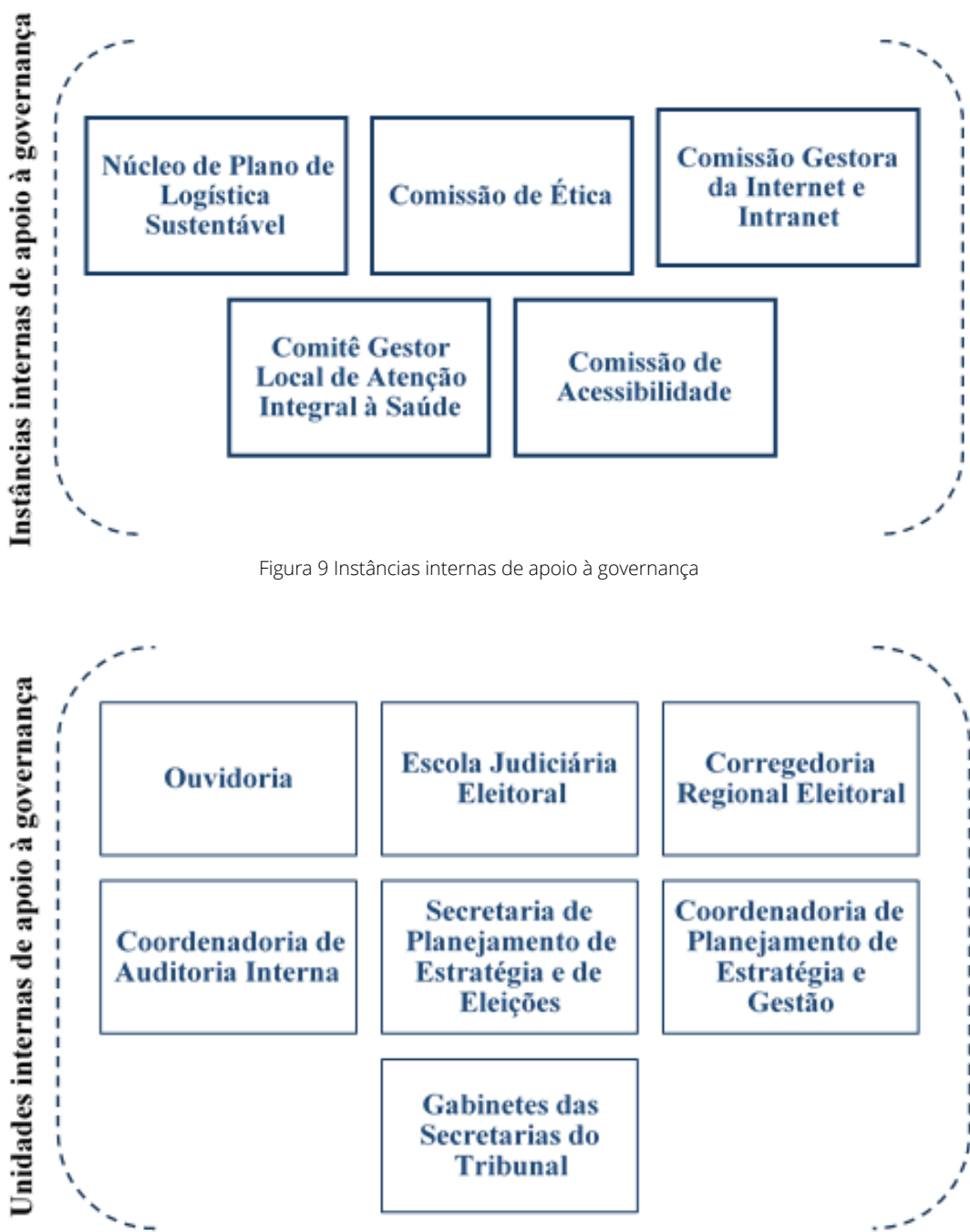


Figura 10 Unidades internas de apoio à governança

Mecanismos de Governança

Para que as funções de governança sejam executadas de forma satisfatória, o TRE-BA adota mecanismos que contribuem direta ou indiretamente para o alcance dos objetivos organizacionais, vez que possibilitam o direcionamento da estratégia e a avaliação e monitoramento dos resultados. Tais mecanismos referem-se a liderança, estratégia e controle, os quais são formados por componentes (relacionados e descritos abaixo):

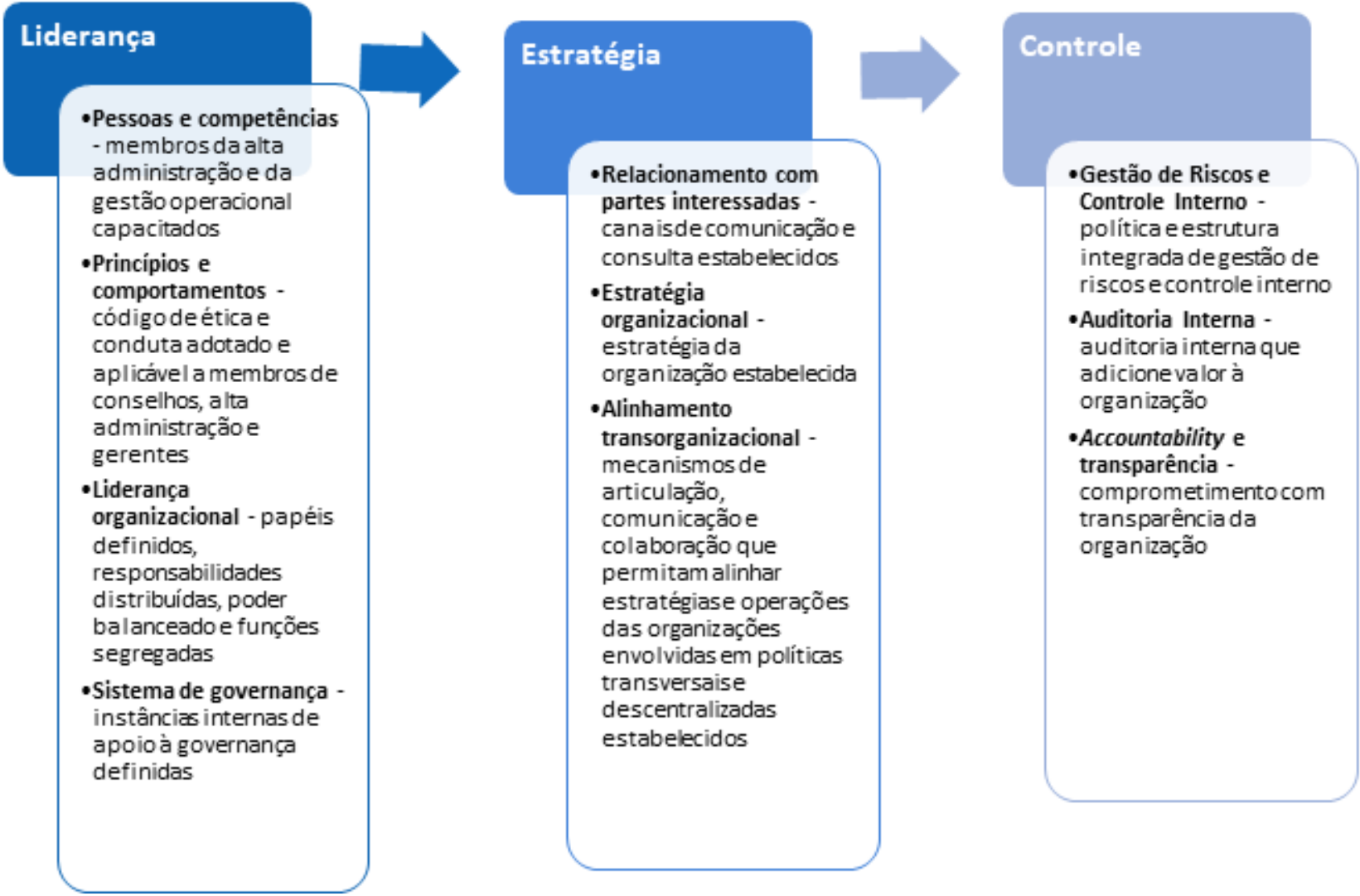


Figura 11 Mecanismos de governança

O órgão dispõe de vários mecanismos de governança, destacando-se, dentre eles:

- Modelo de Gestão por competências ([Instrução Normativa n.º 03/2018](#) e [Resolução Administrativa n.º 25/2019](#))
- Código de Ética ([Resolução Administrativa n.º 03/2017](#))
- Política e Programa de Integridade ([Resolução Administrativa n.º 38/2018](#))
- Sistema de Governança e Gestão do TRE-BA ([Resolução Administrativa n.º 33/2019](#))
- Sistema de Governança e Gestão de Tecnologia da Informação do TRE-BA ([Resolução Administrativa n.º 17/2018](#))
- Ouvidoria instituída ([Resolução Administrativa TRE-BA n.º 06/2010](#)), a quem compete, dentre outros, o [Serviço de Informação ao Cidadão – SIC](#) ([Portaria GP n.º 338/2012](#))
- Regulamentação interna acerca da aplicação da Lei de Acesso à Informação no âmbito do TRE-BA ([Resolução Administrativa n.º 20/2018](#))
- [Carta de serviços do 1º e 2º grau do TRE-BA](#)
- Planejamento Estratégico do TRE-BA – ciclo 2016/2021 ([Resolução Administrativa n.º 14/2015](#) e [Anexo I](#))
- Planejamento Estratégico de TI – ciclo 2016/2021 ([Portaria GP n.º 634/2016](#) e [Anexo](#))
- Sistema de Gestão de Riscos do TRE-BA ([Resolução Administrativa n.º 16/2018](#)) e [Manual de Gestão de Riscos](#)
- [Planos de auditoria interna e resultados das ações realizadas pela área de controle](#)
- Portal da Transparência (<http://www.tre-ba.jus.br/transparencia>), onde são divulgadas informações relevantes à sociedade, organizadas conforme [Guia da Transparência](#)

Modelo de Negócio

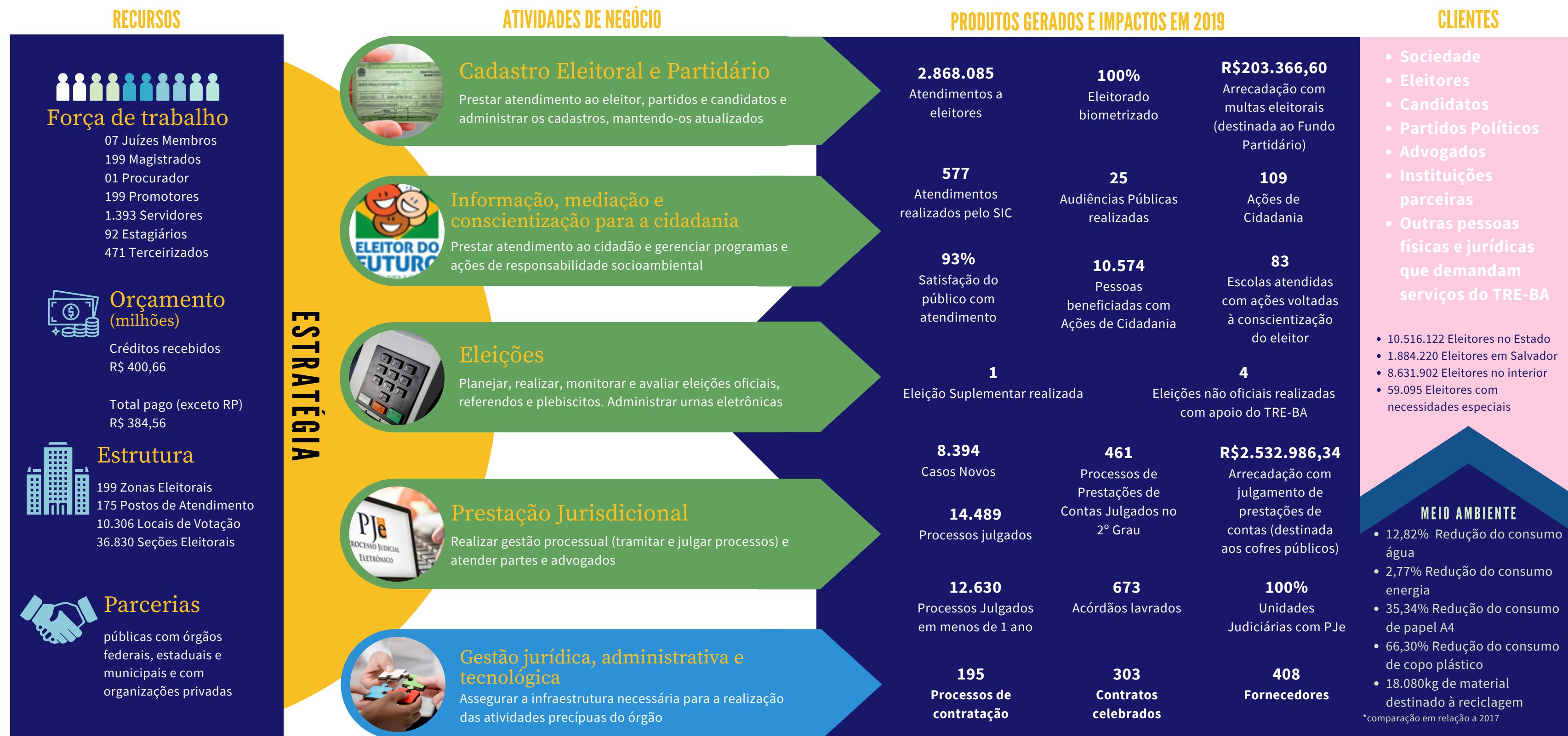


Figura 12 Modelo de Negócio

Cadeia de Valor

A Cadeia de Valor do TRE-BA foi definida, por ocasião da elaboração do Planejamento Estratégico Institucional – ciclo 2016/2021, instituído pela Resolução Administrativa n.º 14/2015, com base nas competências e atribuições do órgão, bem como em sua estrutura organizacional.

Está dividida em dois níveis. O 1º nível é formado por 8 (oito) macroprocessos, distribuídos nas categorias Governança, Apoio e Finalístico. Já o 2º nível da Cadeia de Valor do TRE-BA resulta do desdobramento desses macroprocessos, dando origem a 31 (trinta e um) processos, conforme figura ao lado.

Ainda com relação à Cadeia de Valor, esclarece-se que os processos de governança estão relacionados aos mecanismos de Liderança, Estratégia e Controle com o intuito de direcionar, monitorar e avaliar a atuação da gestão, visando à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade. Os processos de apoio, por sua vez, são o esteio para a gestão efetiva da organização, viabilizando o funcionamento coordenado e integrado dos vários subsistemas. São os processos responsáveis por assegurar a infraestrutura necessária para realização das atividades do órgão. Os processos finalísticos são essenciais à existência da organização, recebem apoio de processos internos e estão diretamente relacionados ao objetivo maior do órgão, gerando um produto ou serviço para o cliente externo.

A Cadeia de Valor do Tribunal pode ser conferida no seguinte endereço:
http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/cadeia-de-valor-do-tre-ba/rybena.pdf?file=http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/cadeia-de-valor-do-tre-ba/at_download/file

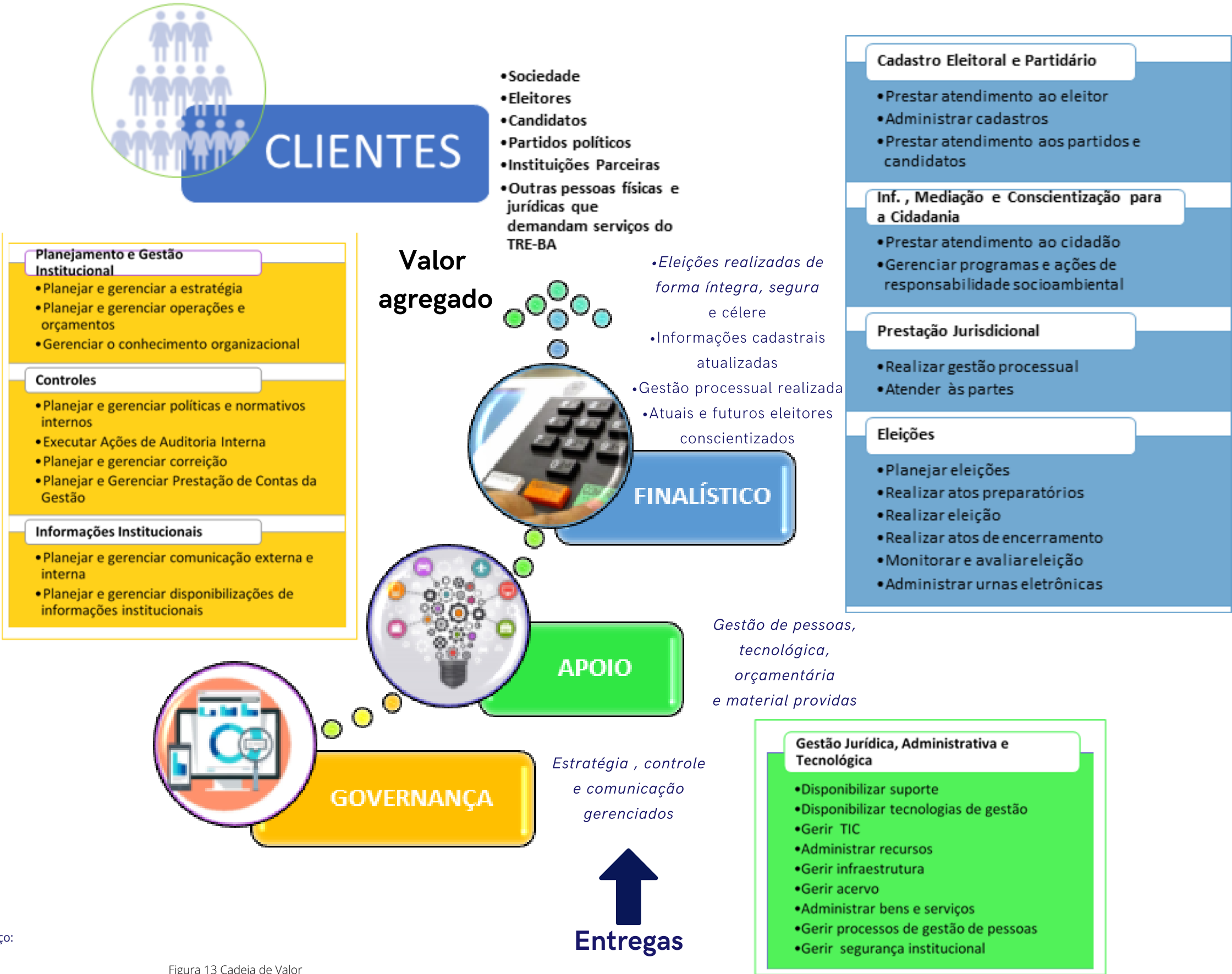


Figura 13 Cadeia de Valor

Dessa forma, a Cadeia de Valor do TRE-BA representa os processos de negócio da Justiça Eleitoral Baiana, suas relações, suas entregas e sua contribuição para o atendimento da Missão e dos objetivos estratégicos institucionais, permitindo visualizar, objetivamente, de que forma agrega valor aos seus principais clientes: Eleitor, Sociedade, Candidatos, Partidos Políticos, Instituições Parceiras e outras pessoas físicas e jurídicas que demandam seus serviços.



Figura 14 Principais entregas do TRE-BA

Relação com ambiente externo

Para elaboração e revisão da Cadeia de Valor do TRE-BA, foram consideradas, ainda, as variáveis do ambiente interno (pontos fortes e fracos) e do ambiente externo (oportunidades e ameaças), cuja Matriz Swot pode ser consultada na página 6 do relatório do Planejamento Estratégico do TRE-BA 2016-2021, por meio do link: <http://www.tre-ba.jus.br/o-tre/planejamento-estrategico/planejamento-estrategico>.

A Estratégia do órgão vislumbrou, assim, como alavancar as oportunidades e se precaver ou trabalhar com as ameaças levantadas. As oportunidades identificadas resultaram efetivamente em aperfeiçoamento dos serviços, já que, com base nas exigências da sociedade por maior transparência e qualidade dos serviços, o Tribunal priorizou e ampliou seus canais de comunicação com a sociedade, assim como aprimorou processos de trabalho relacionados ao atendimento ao público, especialmente por conta do recadastramento eleitoral com coleta de dados biométricos. Buscou, ainda, atender às exigências dos Órgãos de Controle, mantendo classificações de destaque nos rankings de desempenho do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, inclusive quanto à transparência.

As Metas assumidas, em 2019, pela Justiça Eleitoral também se apresentaram como oportunidades na medida em que impulsionaram o órgão a julgar seus processos com mais celeridade, buscando também priorizar aqueles processos mais antigos (distribuídos até 2017) e os que poderiam implicar a perda de mandato eletivo (combate à corrupção e à improbidade administrativa). Já as Metas Específicas possibilitaram ao órgão implantar o processo judicial eletrônico (PJE) no 1º grau de jurisdição (Meta 1) e promover campanhas voltadas ao eleitor para ampliar os conhecimentos sobre funcionamento do processo eleitoral (Meta 2).

Desse modo, a implantação do processo judicial eletrônico foi integralmente concluída na Justiça Eleitoral Baiana, contribuindo sobremaneira com os objetivos estratégicos de “aumentar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional” e de “prestar atendimento de excelência ao público”.

Com relação às campanhas de esclarecimento, além de estarem intimamente relacionadas com as duas últimas principais entregas do TRE-BA listadas na página anterior, possibilitaram diminuir ameaças identificadas, relacionadas à “desconfiança da urna eletrônica” e “deficiência de informação da sociedade quanto ao papel da Justiça Eleitoral”.

Outra oportunidade verificada diz respeito à decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal, em março de 2019, reafirmando a competência da Justiça Eleitoral para processar e julgar crimes comuns conexos aos delitos eleitorais, a exemplo dos crimes de “caixa 2”, de corrupção e lavagem de dinheiro. Nesse sentido, a referida decisão acabou por conferir maior relevância a essa Justiça especializada, que, de um modo geral, goza de credibilidade junto à sociedade, especialmente pela sua celeridade e competência.

Ainda com relação ao ambiente externo, as ameaças levantadas por ocasião da elaboração do PEI se fazem presentes até os dias atuais, como é o caso da desvalorização da carreira do servidor do Judiciário, das investidas contra o funcionalismo público em geral, do enfraquecimento das instituições públicas e da disseminação de fake news (notícias falsas), que, de certa forma, abalaram a imagem da Justiça Eleitoral.

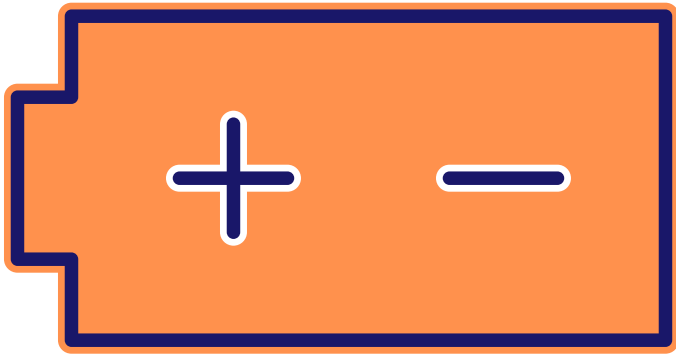
Outro fator relevante é a restrição de nomeação de novos servidores para o provimento de cargos efetivos que tenham vagado, imposta pela Portaria TSE n.º 671/2017, alterada pela Portaria TSE n.º 602/2019, especialmente tendo em vista a evasão de servidores para outras carreiras e os aposentados/aposentáveis (em decorrência dos impactos da recente reforma da Previdência).

Do mesmo modo, o cenário de restrição orçamentária, agravado pela promulgação da Emenda Constitucional n.º 95/2016, impôs diversos ajustes relativos às iniciativas estratégicas, principalmente àquelas que demandavam um aporte maior de recursos.

Diante disso, essas ameaças externas causam grande preocupação, considerando a diminuição do quadro de servidores ativos e a dificuldade em direcionar investimentos em soluções inovadoras, tais como automação e inteligência artificial, em cotejo com a necessidade de manutenção da estrutura do órgão e o incremento dos custos nesse sentido.

Tais fatores vêm causando grande impacto nos rumos a serem seguidos pelo Tribunal, ante as ameaças que trazem ao Planejamento Estratégico Institucional e aos anseios de evolução da organização.

Fatores externos que impulsionaram ou dificultaram a atuação do TRE-BA em 2019



- Maior exigência da população por qualidade e transparência do serviço público
- Exigência de maior segurança da informação
- Implantação do processo judicial eletrônico
- Credibilidade da justiça eleitoral
- Aumento das exigências dos órgãos de controle
- Avanço do processo de inclusão digital
- Metas Nacionais e Específicas da JE
- Reafirmação da competência da JE para processar e julgar crimes comuns conexos aos delitos eleitorais

- Não valorização da carreira do servidor do Judiciário
- Enfraquecimento das instituições públicas
- Aumento da interferência do Poder Executivo nos demais Poderes
- Desconfiança da urna eletrônica
- Fake news
- Política econômica de restrição de gastos públicos
- Restrição para nomeação de novos servidores e aumento de aposentadorias
- Deficiência de informação da sociedade quanto ao papel de Justiça Eleitoral

Figura 15 Fatores externos e o TRE-BA

Relacionamento com clientes e partes interessadas

Com o objetivo de atender às exigências da sociedade por maior transparência e qualidade dos serviços, o Tribunal continuou a priorizar ações voltadas para o aprimoramento dos processos de trabalho relacionados ao atendimento ao público, bem como para a ampliação dos canais de comunicação com a sociedade, possibilitando a promoção de melhoria no serviço prestado ao cidadão.

PRINCIPAIS CANAIS DE COMUNICAÇÃO

A Ouvidoria Regional Eleitoral da Bahia tem como função precípua aproximar o eleitor do Tribunal. Para tanto, disponibiliza diversos canais de atendimento para recebimento de reclamações, denúncias, dúvidas, críticas, sugestões, elogios e pedidos de acesso à informação.

No ano de 2019, foram recebidas 577 demandas de usuários, oriundas dos diversos canais de atendimento disponibilizados, conforme a seguir demonstrado:

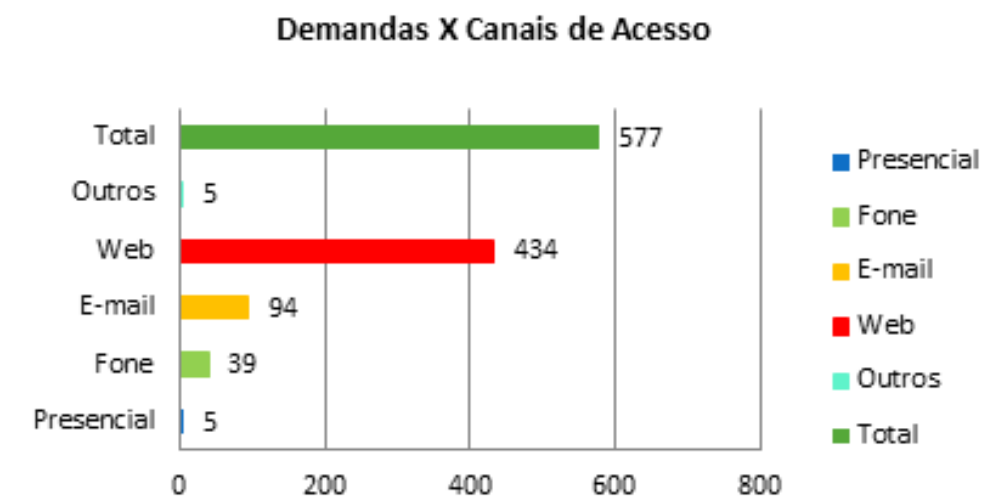


Gráfico 1 Demandas X Canais de acesso

Por sua vez, a quantidade de demandas registradas foi distribuída por assunto, conforme a seguir:

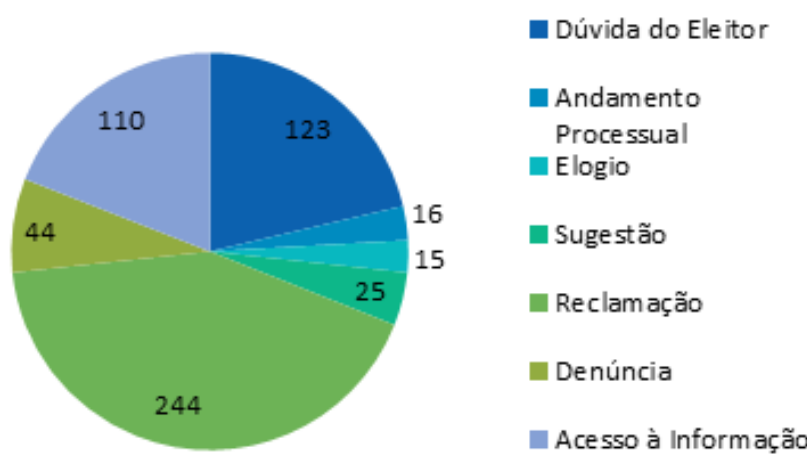


Gráfico 2 Tipo de demandas recebidas

O número total de demandas recebidas no ano de 2019 foi 59% menor do que a quantidade total de demandas de 2018. Esse dado demonstra uma maior disposição do eleitor em buscar o canal da Ouvidoria em ano eleitoral. O comparativo de dados relativos às demandas recebidas nos anos de 2018 e 2019 podem ser assim representados:

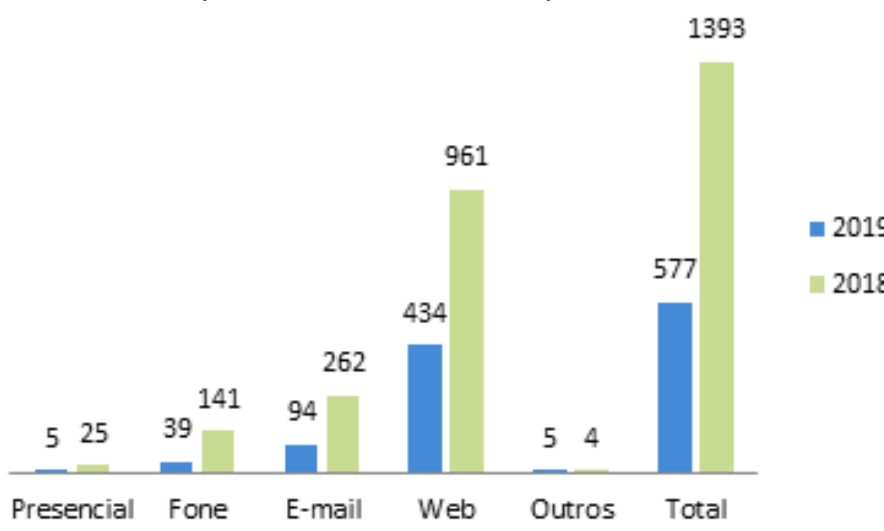


Gráfico 3 Demandas por Canais - evolução ano

CANAIS DE COMUNICAÇÃO



1 SITE DO TRIBUNAL

www.tre-ba.jus.br
Na página, é possível obter informações sobre todos os serviços prestados pelo TRE-BA



2 OUVIDORIA

O contato com a unidade por ser realizado por:

- **FORMULÁRIO WEB**
- **CORRESPONDÊNCIA**
- **TELEFONE: (71) 3373-7000**
- **FAX: (71) 3373-7329/7220**
- **PRESENCIALMENTE**



3 WHATSAPP

(71) 99602-7777



4 MÍDIAS SOCIAIS

f <https://www.facebook.com/trebahia>
t <https://twitter.com/trebahia>
i <https://www.instagram.com/trebahia/>
•• <https://www.flickr.com/photos/trebahia/>



5 TV TRE-BA

<https://www.youtube.com/tvtreba>



6 ATENDIMENTO PRESENCIAL

Horário de Atendimento: de segunda a quinta-feira, das 13h às 18h, e às sextas-feiras, de 8h às 13h.
Endereço da sede do TRE-BA: 1ª Av. do Centro Administrativo da Bahia, 150 - CAB, Salvador-BA - 41.745-901 - Brasil

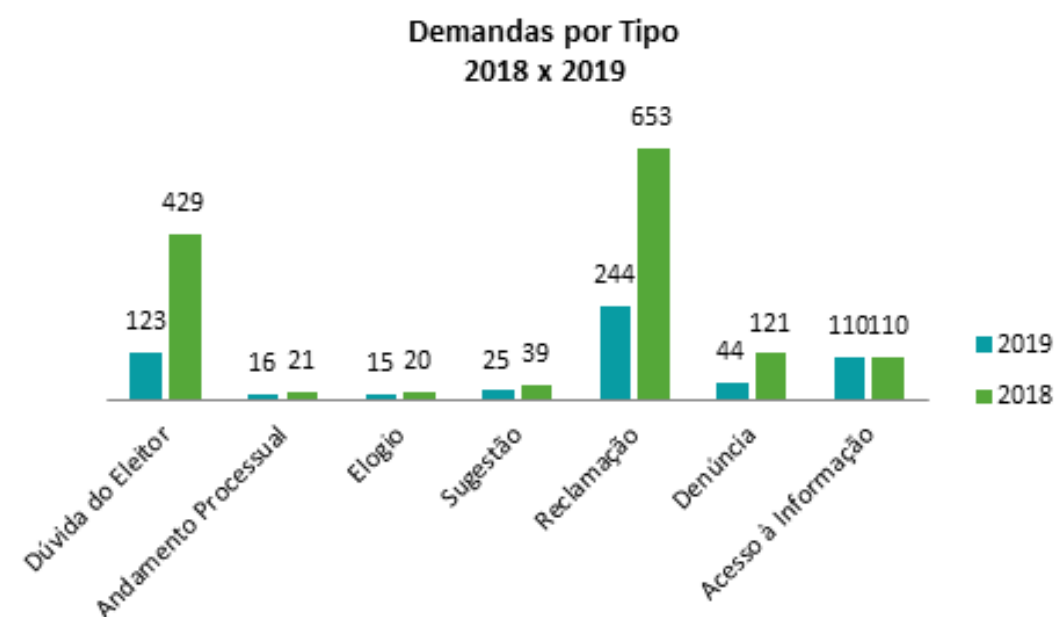


Gráfico 4 Demandas por Tipo - Evolução ano

PEDIDOS DE ACESSO À INFORMAÇÃO – LEI N.º 12.527/2011

No âmbito do TRE-BA, compete também à Ouvidoria o Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), que cuida do encaminhamento de pedidos de acesso à informação e da consulta sobre o andamento dos processos administrativos instaurados. As solicitações podem ser realizadas por meio dos canais de acesso disponibilizados no sítio eletrônico do Tribunal (<http://www.tre-ba.jus.br/o-tre/ouvidoria/ouvidoria>). O TRE-BA encaminha aos cidadãos respostas aos pedidos de informação, no prazo de 15 dias, conforme previsto na Lei de Acesso à Informação (LAI). Os principais demandantes são pesquisadores, eleitores e servidores ativos e terceirizados.

No ano de 2019, foram recebidos 110 pedidos de informação, tendo sido possível atender a 97,27% deles. Apenas três Pedidos de Acesso à Informação tiveram seu prosseguimento negado. Foram eles as demandas 668455120703-2019, 744176831404-2019 e 0099437638808-2019, que tinham como objeto de pedido de informação os seguintes assuntos/matérias: mapas digitais ou físicos das zonas eleitorais/Shapefile, disponibilização de contracheques de servidora do Tribunal a terceiro, e quantidade de mulheres negras que estão ocupando cargo eletivo, respectivamente - informações não disponíveis no Tribunal ou impossíveis de serem fornecidas por conta de sigilo garantido por lei ou decisão judicial.

PEDIDOS DE ACESSO À INFORMAÇÃO – Ano: 2019		
RECEBIDOS	ATENDIDOS	INDEFERIDOS
110	107	3
Fonte: Dados obtidos do Sistema de Ouvidoria desenvolvido pelo TRE-PA		

Tabela 1 Pedidos de Informação Ouvidoria



Consulte ainda os seguintes links: Hotsite da Ouvidoria: <https://apps.tre-ba.jus.br/ouvidoria/> e Serviço de Informação ao Cidadão (SIC): <http://www.tre-ba.jus.br/o-tre/ouvidoria/ouvidoria>

CARTA DE SERVIÇOS

As Cartas de Serviços de 1º e de 2º graus, com a relação de todos os serviços prestados pelo órgão e a forma de acesso, estão disponíveis na internet por meio do link <http://www.tre-ba.jus.br/eleitor/cartas-de-servicos/cartas-de-servicos>.

SATISFAÇÃO DO CLIENTE



O Tribunal Regional Eleitoral da Bahia (TRE-BA) lançou em julho de 2019 nova metodologia para realizar pesquisa de satisfação do atendimento. Com a nova metodologia, a pesquisa é enviada por e-mail, um dia após o atendimento, para aqueles eleitores que agendaram serviços eleitorais, seja via internet ou por telefone. Desta forma, o número de respostas obtido foi recorde em relação aos anos anteriores, com a adesão de 22.057 participantes.

Qtde. Participantes Pesquisa de Satisfação - 2019

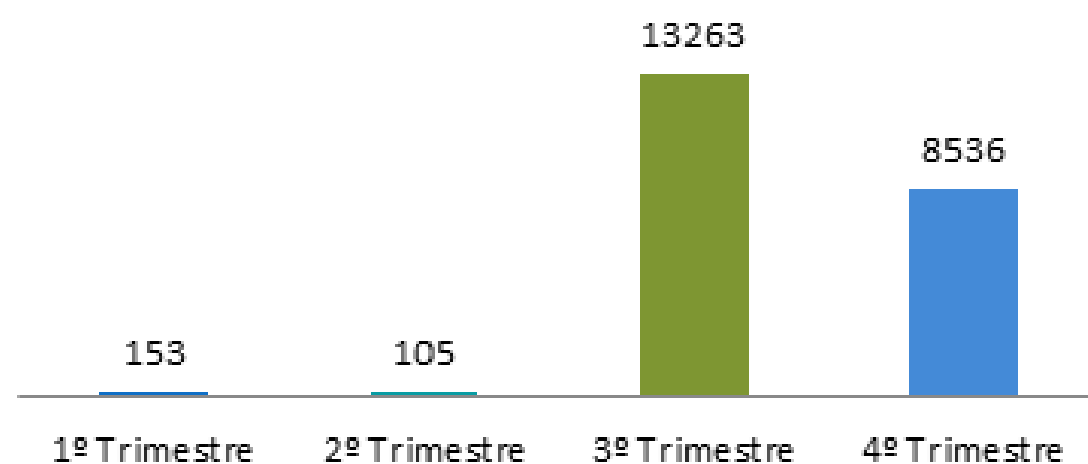


Gráfico 5 Qtde. Participantes Pesquisa de Satisfação - 2019

No que se refere ao **índice de satisfação do eleitor** com os serviços prestados pela Justiça Eleitoral na Bahia, o TRE-BA contabilizou ao final do período a média percentual de 92,37% de satisfação. A meta estipulada para o ano foi de 88%. Esse resultado, em grande parte, decorreu da importância que o Tribunal conferiu ao último ciclo da biometria, com a priorização do atendimento por hora marcada e a implantação do 0800 para agendamento de serviços da Justiça Eleitoral. O alcance da meta foi facilitado, ainda, pelo advento do agendamento do cadastramento biométrico, bem como pela implantação da nova metodologia de pesquisa lançada.

Índice de Satisfação do Eleitor

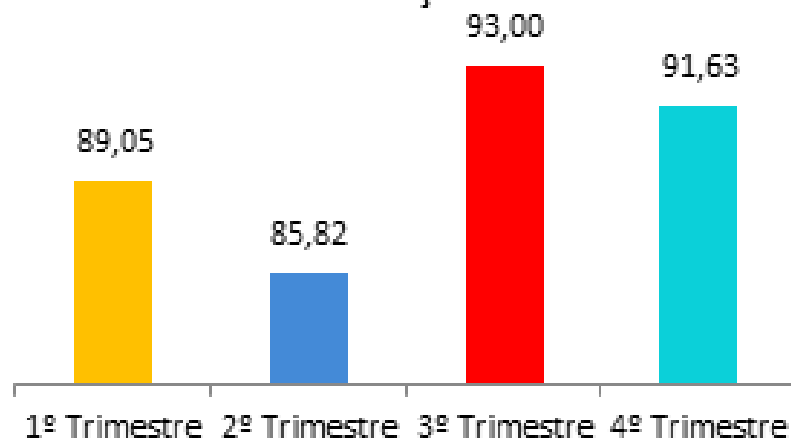


Gráfico 6 Índice de satisfação do eleitor

Período	Número de Votos auferidos nas categorias "Bom" e/ou "Ótimo" (NVBO)	Número Total de Votantes (NTV)	Percentual alcançado (%)
1º Trimestre	683	767	89,05
2º Trimestre	448	522	85,82
3º Trimestre	35159	37806	93,00
4º Trimestre	22112	24132	91,63
Total	43819	47122	92,37

DISQUE BIOMETRIA

Em maio de 2019, o TRE lançou, em forma de piloto, o serviço de agendamento da biometria por telefone. O serviço de agendamento por chamada telefônica foi muito bem aceito pela população, principalmente pelos eleitores do interior do Estado. No ano, foram atendidas, por telefone, o total de 283.973 pessoas. Abaixo o gráfico apresenta o volume de ligações atendidas, por mês, pelo serviço de agendamento da biometria por telefone.

Disque Biometria Número de Ligações Atendidas

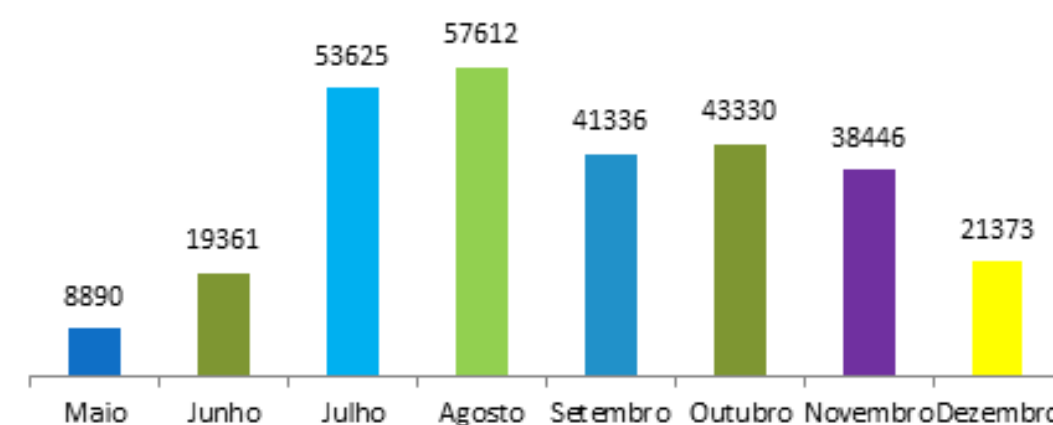


Gráfico 7 Disque Biometria – Número de ligações recebidas

AGENDAMENTO POR WHATSAPP

Lançado em outubro de 2019, o serviço de agendamento via whatsapp para o cadastramento biométrico foi mais uma forma de proporcionar comodidade para o eleitor ao buscar o atendimento da Justiça Eleitoral Baiana. O serviço de agendamento pelo whatsapp atendeu o total de 5.197 pessoas do seu lançamento até o dia 31 dezembro de 2019.



GESTÃO PARTICIPATIVA

No âmbito do Poder Judiciário, a gestão participativa constitui importante instrumento para que magistrados, servidores e o público em geral possam participar da fixação de metas norteadoras das ações da gestão. O processo participativo, no âmbito do TRE-BA, foi desenvolvido em consonância com a Resolução CNJ n.º 221/2016. Assim, no período de 24 de julho a 9 de agosto de 2019, foi realizada consulta pública com o objetivo de selecionar propostas de metas específicas para a Justiça Eleitoral para o ano de 2020, por meio de formulário Web, disponível no sítio do TRE-BA. O público-alvo foi composto de advogados, associações, magistrados de 1º e 2º graus, representantes do Ministério Público, servidores públicos e a sociedade em geral.

Contou com a participação de 327 respondentes, dos quais 252 eram servidores públicos e 55 provenientes da sociedade.

Na questão “Dentre as metas específicas elencadas abaixo, escolha qual você considera mais importante para a Justiça Eleitoral alcançar em 2020” os participantes consideraram que o item mais relevante era “Realizar ações de fortalecimento das políticas socioambientais e tornar os tribunais eleitorais mais inclusivos e acessíveis” (73,7%).

Com relação às metas já existentes, foi avaliado seu grau de relevância.

Assim, os respondentes atribuíram uma nota de 0 a 10 de acordo com suas convicções. A meta nacional “Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais” foi considerada a mais relevante pelo público respondente, conforme abaixo:

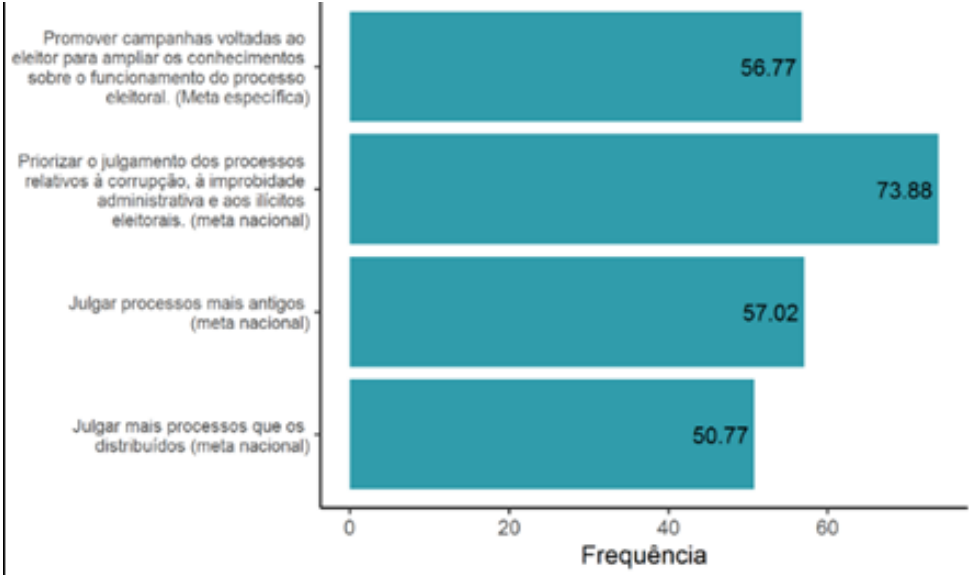
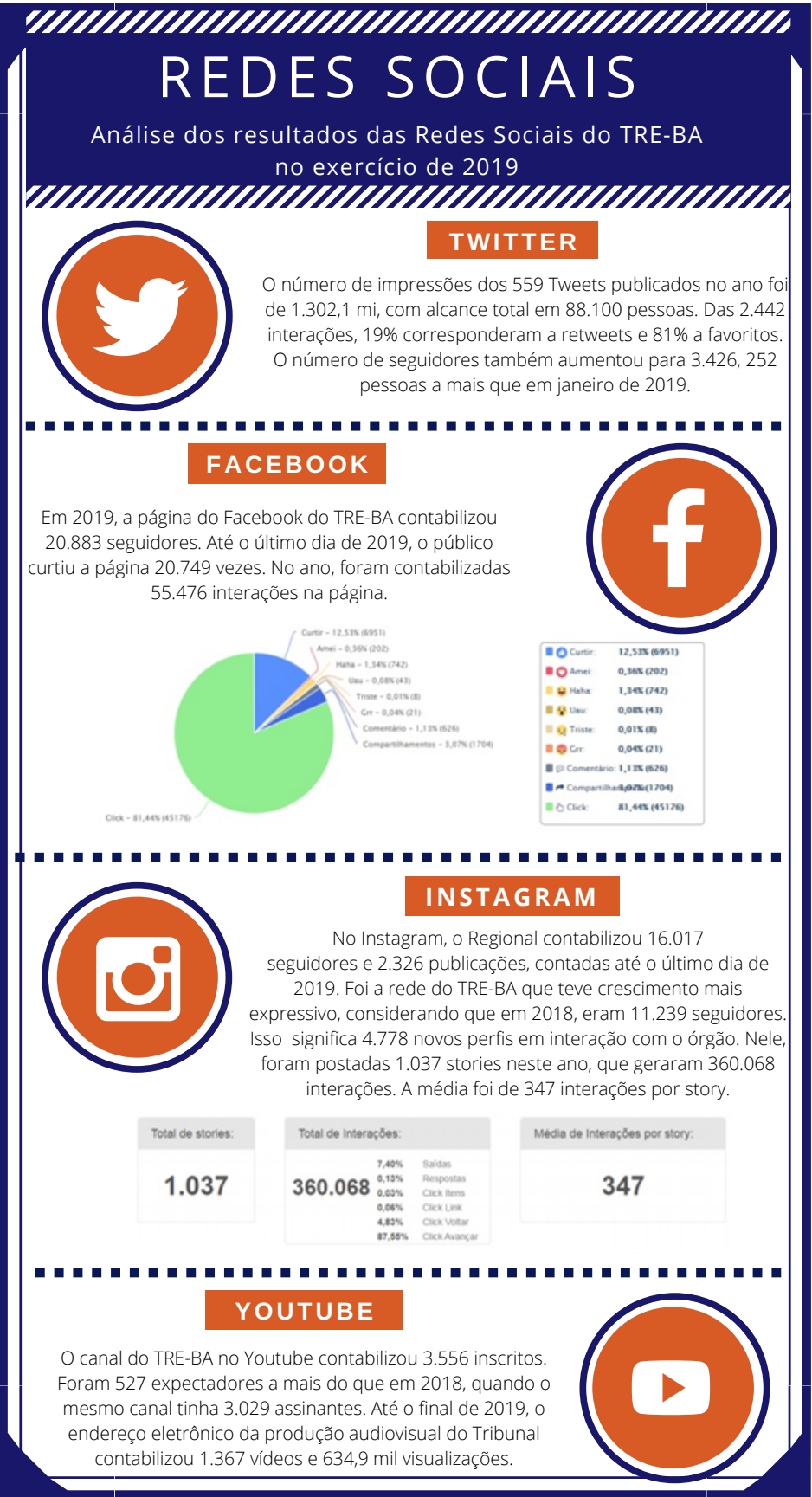


Gráfico 8 Resultado consulta gestão participativa

Os resultados da consulta foram repassados ao coordenador do Subcomitê da Região 2 (TRE-CE) para consolidação das sugestões dos Tribunais Regionais Eleitorais. Em seguida, o Comitê Gestor da Justiça Eleitoral, de posse das propostas dos cinco Subcomitês Regionais, definiu as cinco metas submetidas à apreciação da sociedade em âmbito nacional.



Determinação da Materialidade das Informações

Na esteira do quanto preconizado pela Estrutura Internacional para Relato Integrado, do Conselho Internacional para Relato Integrado (IRRC), a matriz para definição dos temas abordados neste Relatório de Gestão foi elaborada com base no modelo de negócio do órgão e na sua cadeia de valor. Assim, os temas priorizados foram aqueles considerados significativos para o cidadão, tendo em vista a capacidade de afetar a geração de valor pela instituição. Também se buscou registrar as prioridades da gestão definidas para o exercício de 2019, em alinhamento com o Planejamento Estratégico Institucional, com as boas-práticas de governança e gestão e com as diretrizes instituídas para a Justiça Eleitoral pelo Tribunal Superior Eleitoral, pelo Conselho Nacional de Justiça e pelo Tribunal de Contas da União.

Bem por isso, restaram identificados os temas atinentes ao relacionamento com a sociedade, inclusive com relação à segurança do processo eleitoral, à prestação jurisdicional, ao aprimoramento dos sistemas de governança e de gestão de riscos, a práticas de sustentabilidade e acessibilidade promovidas, além das demonstrações referentes ao emprego dos recursos financeiros recebidos e dos resultados e desempenho da gestão, conforme Matriz ao lado.

No tocante às informações a serem divulgadas, buscou-se contemplar os cenários nacional e institucional, as lições aprendidas, as projeções de futuro e os pontos positivos e negativos das iniciativas envolvidas.

Quanto aos limites do presente relato integrado, este órgão adotou abordagem ampla, visando à demonstração da totalidade dos gastos, informando a sociedade e dando maior transparência dos atos de gestão ao cidadão e aos órgãos de controle.



Figura 16 Materialidade das Informações

Processo de elaboração do Relatório Integrado da gestão TRE-BA

Com relação ao processo de elaboração do documento, em si, pode ser visualizado, de forma resumida, através da ilustração abaixo.



1 - Estudo e compreensão dos normativos de regência

Leitura e discussão da DN n.º 178/2019 e de outros normativos e orientações do TCU.



2 - Instituição de grupo de trabalho

Portaria da Presidência n.º 511/2019 institui Comissão Multidisciplinar para elaboração do relatório de gestão, presidida pelo Secretário de Planejamento de Estratégia e de Eleições.



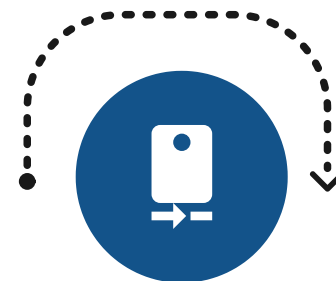
3 - Levantamento de informações e reuniões

Unidades internas coletam dados e prestam informações preliminares conforme cronograma. São realizadas reuniões de alinhamento e diligências.



4 - Consolidação das informações

Consolidação das informações pela SPL/COPEG, elaboração de projeto gráfico pela ASCOM e editoração/diagramação pela SPL.



5 - Providências finais

Apresentação de Relatório Anual de Atividades pela COAUD, anexação do Rol de Responsáveis pelo GAB-PRE.



6 - Homologação e envio das informações

Apreciação e homologação das informações pela Presidência e envio da documentação pela SPL/COPEG, no E-contas

Figura 17 Processo de Elaboração do Relato Integrado

Governança, Estratégia e Alocação de Recursos

Capítulo 2



Planejamento Estratégico Institucional

Como mencionado no capítulo anterior, o Planejamento Estratégico 2016-2021 do TRE-BA foi instituído pela Resolução Administrativa n.º 14/2015.

O Tribunal deu início à sua elaboração com o I Fórum de Planejamento, Estratégia e Gestão ocorrido em dezembro de 2014, quando foram discutidas questões sobre a visão de futuro, temas estratégicos para alcance da visão e definição de prioridades estratégicas orçamentárias. Em continuação aos trabalhos, em agosto de 2015, foi iniciado o II Fórum de Planejamento, Estratégia e Gestão, composto por seis oficinas, que subsidiou, a partir das reflexões oriundas do Fórum anterior e das propostas elaboradas pela área de Estratégia do órgão, qualificados debates que fomentaram a construção do novo Plano Estratégico. Cada oficina contou com a participação de magistrados do 1º e 2º graus, gestores dos níveis estratégico, tático e operacional, representantes dos cartórios da capital e do interior e da associação de classe dos servidores.

Para a sua formulação, além das competências legais e regimentais do órgão, foram consideradas as diretrizes estratégicas da Justiça Eleitoral e contemplados os conteúdos temáticos referentes aos 08 (oito) macrodesafios do Poder Judiciário Nacional considerados obrigatórios para a JE, constantes da Estratégia do Poder Judiciário (ciclo 2015-2020), instituída pela Resolução CNJ n.º 198/2014.



Figura 18 Alinhamento do PEI do TRE-BA



Figura 19 Mapa Estratégico do TRE-BA

Para maiores informações sobre o processo de elaboração e outros detalhes sobre o PEI do TRE-BA, acesse o endereço <http://www.tre-ba.jus.br/o-tre/planejamento-estrategico/planejamento-estrategico>

De acordo com o Mapa Estratégico apresentado, o PEI do TRE-BA compreende 15 objetivos estratégicos, escalonados em três perspectivas (Sociedade, Processos Internos e Aprendizado e Crescimento), que direcionam a atuação do órgão no período, com vistas à realização de sua Missão e Visão. Para possibilitar o alcance desses objetivos, foram definidos projetos a serem priorizados no ciclo e indicadores estratégicos que representam o desempenho do Tribunal em relação às metas definidas. Em 2019, o PEI do TRE-BA teve 22 projetos em andamento e 39 indicadores estratégicos medidos, que serão mais aprofundados no Capítulo atinente aos resultados da gestão.

Abaixo, ilustração do ciclo do Planejamento Estratégico:

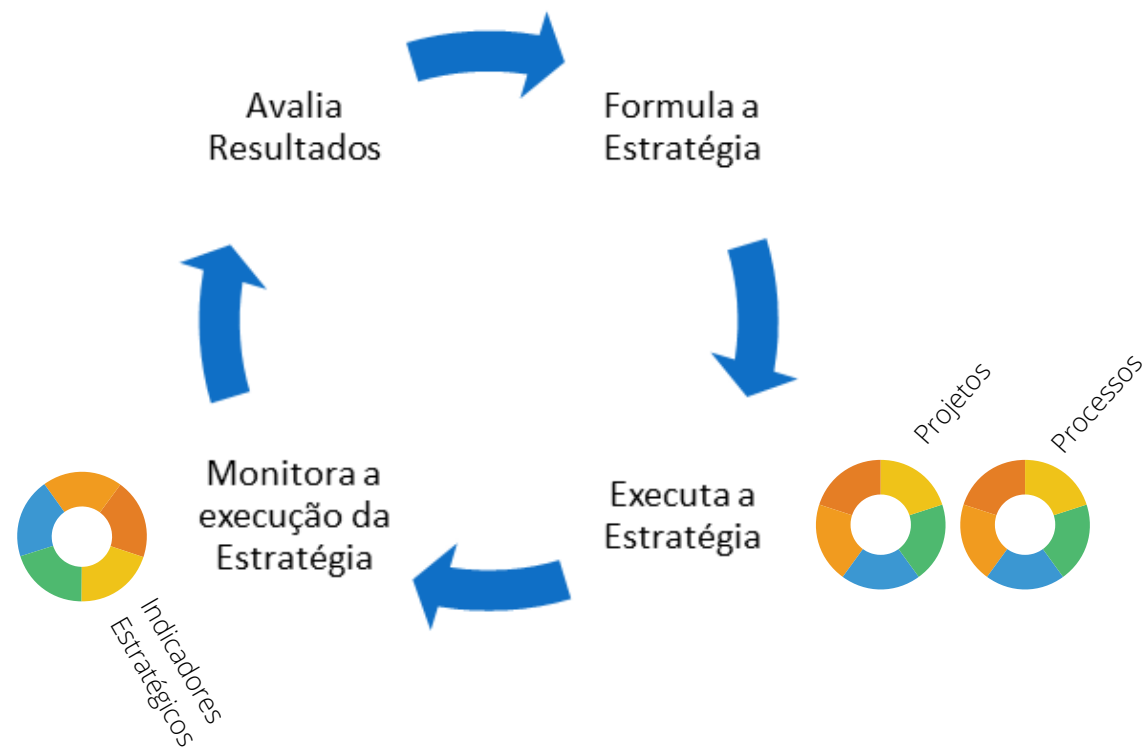


Figura 20 Ciclo do Planejamento Estratégico

O Plano Institucional direciona o desenvolvimento de projetos e iniciativas relacionadas à qualidade, produtividade e modernização, além de avaliações periódicas dos serviços prestados, com vistas a oferecer respostas cada vez mais efetivas e eficientes às demandas apresentadas pela sociedade. O PEI também orienta a formulação dos planos estratégicos setoriais, a elaboração das propostas orçamentárias, do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação, do plano anual de capacitação e do plano de contratações, harmonizando-os às iniciativas estratégicas e aos indicadores de desempenho do órgão.

O desdobramento da estratégia, contemplando os níveis estratégico, tático e operacional é um meio de viabilizar o atingimento dos objetivos.

Nesse sentido, o quadro abaixo demonstra os principais planos do Tribunal para implementar as prioridades estratégicas nos diferentes níveis:

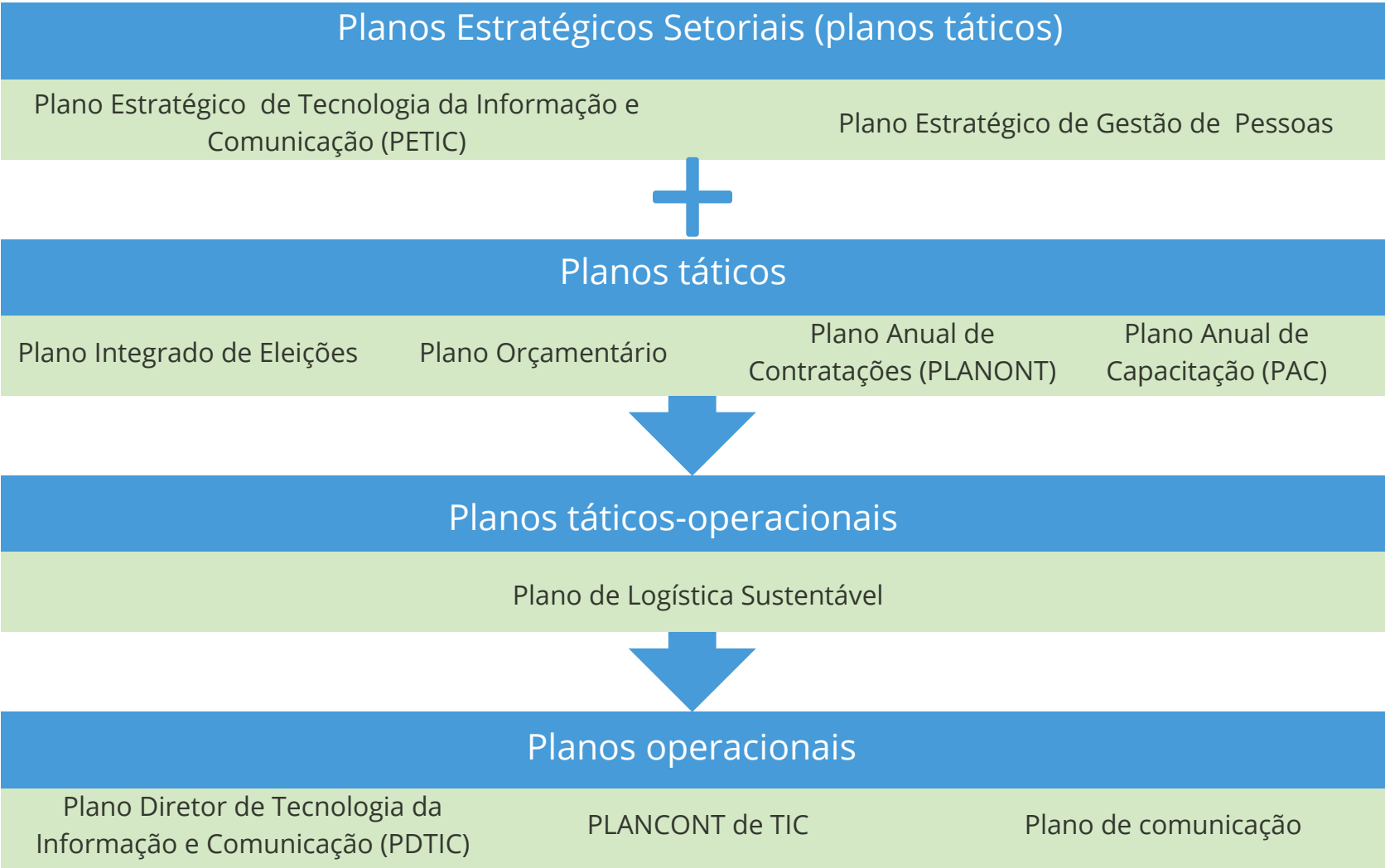


Figura 21 Principais Planos do TRE-BA

Como o TRE-BA buscou atender sua Missão e Visão

O exercício de 2019 representou o início da segunda metade do Ciclo de Planejamento Estratégico do TRE-BA e foi marcado por mudança de gestão e por reestruturação organizacional, tendo sido adotado o lema **“Justiça, Cidadania e Serviço”** pela nova Administração. O planejamento para o ano, a partir da análise das entregas do órgão e de seus desafios no porvir, revelou a necessidade de impulsionar ainda mais o amadurecimento da gestão, ante à sua missão e ao propósito da organização de focar nos resultados para os cidadãos e usuários dos seus serviços.

Além disso, foram consideradas as demandas e diretrizes dos órgãos de Controle e superiores, especialmente do TCU, do CNJ e do TSE e, diante do cenário de restrição orçamentária, agravado pela promulgação da Emenda Constitucional n.º 95/2016, este Regional alinhou-se às recomendações constantes do Acórdão TCU n.º 2455/2019, no sentido de privilegiar, no estabelecimento de suas prioridades, os gastos que tivessem maior potencial de garantir o alcance de sua missão institucional.

Critérios utilizados para priorização de objetivos e iniciativas no exercício

Atribuições do TRE-BA	Determinações e demandas dos órgãos de controle e superiores	Foco no cliente
- Constituição Federal - Legislação Complementar - Regimento Interno - Regulamento da Secretaria - Planejamento Estratégico - ciclo atual	- Determinação TCU, CNJ e TSE - Metas nacionais do Poder Judiciário e específicas da JE - Recomendações de auditorias internas	- Processos finalísticos - Iniciativas com maiores potenciais de agregar valor à sociedade

Figura 22 Critérios utilizados pelo TRE-BA para priorização de objetivos e iniciativas no exercício

Nesse contexto, o Tribunal incumbiu-se da tarefa de assegurar a garantia dos direitos da cidadania, objetivo estratégico maior do TRE-BA e norteador de toda atuação organizacional. Nesta cadência, foram priorizados os objetivos institucionais relacionados à consolidação da boa imagem do órgão junto à sociedade; ao aumento da celeridade e da produtividade na prestação jurisdicional; ao combate à corrupção e à improbidade administrativa; à prestação de atendimento de excelência ao público; ao fortalecimento da segurança no processo eleitoral; ao fomento das ações de responsabilidade social e práticas ambientais sustentáveis; e à persecução de boas práticas de gestão.

A estratégia estabelecida para alcançar melhor performance nos objetivos acima referidos foi a priorização orçamentária e de pessoal, nos processos de trabalho, bem como nas ações e projetos vinculados a eles. Outra medida foi a designação de Comissões e Grupos de Trabalho, com foco nas principais entregas relacionadas aos objetivos.

Os 7 objetivos estratégicos não priorizados no período não ficaram descuidados, tendo em vista que projetos estratégicos ou iniciativas relacionadas a eles também foram contempladas no ano.

Nas próximas páginas, serão demonstrados, de forma esquematizada, os objetivos, projetos e iniciativas priorizados para 2019, com respectivas demandas e áreas de gerência. Maior aprofundamento sobre os projetos e programas, inclusive com relação a recursos alocados e resultados atingidos serão abordados no capítulo referente aos "Resultados e Desempenho da Gestão".



Objetivos priorizados (demandas estratégicas e principais iniciativas)



Figura 23 Objetivos priorizados e iniciativas

Demandas estratégicas e iniciativas prioritizadas - outros Objetivos Estratégicos

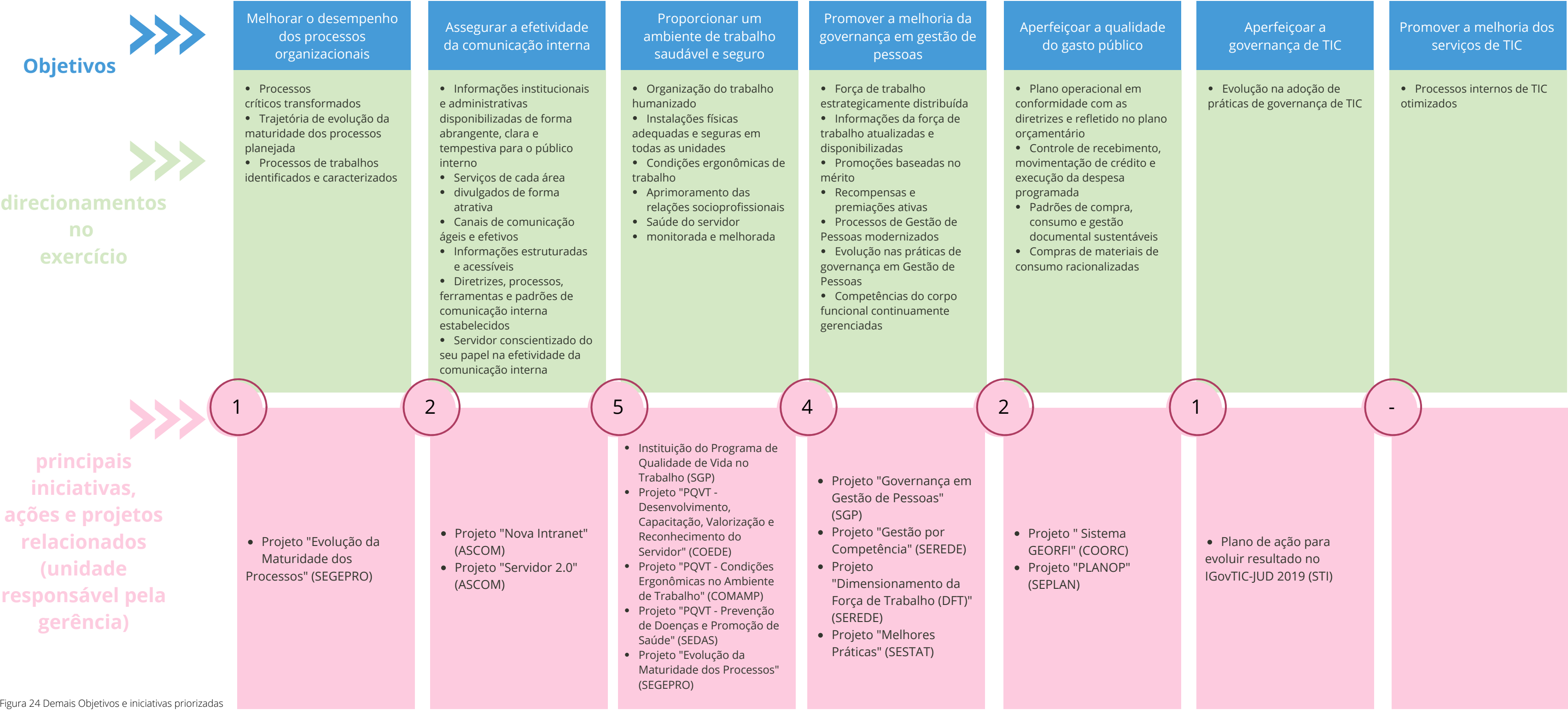


Figura 24 Demais Objetivos e iniciativas prioritizadas

Atuação da Estrutura de Governança

Conforme mencionado no Capítulo I, governança no setor público é um conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade. A boa governança pública pressupõe, assim, a existência de uma liderança forte, ética e comprometida com os resultados, bem como de uma estratégia clara, integrada, eficiente e alinhada aos interesses sociais e estruturas de controles que possibilitem o acompanhamento das ações, o monitoramento dos resultados e a tempestiva correção de rumos, quando necessário.

Nesse contexto, as instâncias internas de governança exercem fundamental papel para que o órgão atinja os seus objetivos e, conseqüentemente, atenda a sua Missão e Visão.

O Conselho de Governança acompanha e analisa o alcance dos objetivos estratégicos, ações e metas, quadrimestralmente, nas Reuniões de Análise da Estratégia e, conforme necessidade, define diretrizes e prioridades para o período. As demais instâncias, no âmbito de suas competências, também contribuem para a Estratégia do TRE-BA, por meio de deliberações e proposições de iniciativas, tendo se destacado, em 2019, os aspectos demonstrados na figura ao lado, especialmente com foco nos clientes e nas atividades precípuas da instituição.



Conselho de Governança

- Participação nas RAEs - efetivo monitoramento da Estratégia
- Revisão em 33 indicadores e em 10 projetos estratégicos
- Aprovação do Plano Geral de Riscos-chave
- Revisão Sistema de Gestão de Riscos
- Aprovação do Plano de Contratações e suas revisões
- Apreciação do Plano Orçamentário



Comitê de Governança de TIC

- Deliberações sobre priorização de sistemas e outras ferramentas de TIC
- Monitoramento do desempenho de TIC
- Revisão PDTIC e Cadernos de Indicadores de TIC
- Apreciação do Plano de Contratações de TIC e de estudos preliminares
- Apreciação do Plano de Capacitação de TIC



Comitê Gestor Regional de Priorização do 1º Grau

- Aprovação do Plano de Priorização de 1º Grau
- Definição de medidas para uniformização/otimização de procedimentos cartorários
- Apresentação de demandas do 1º Grau
- Participação desdobramento da estratégia nas Zonas



Comitê de Gestão de Orçamento e Aquisições

- Proposição da Política de Contratações do Tribunal
- Aprovação do Plano de Contratações, alinhado aos objetivos estratégicos e ao orçamento
- Deliberações para inclusão /exclusão de processos de contratação no PLANCONT



Comitê Gestor de Eleições

- Definição de diretrizes para Eleições 2020
- Apreciação do Plano Integrado das Eleições 2020



Núcleo de Plano de Logística Sustentável

- Promoção de ações para execução do Plano de Logística Sustentável
- Monitoramento do desempenho do Tribunal em relação ao Plano de Logística Sustentável
- Difusão de práticas ambientais no TRE-BA
- Proposição de normativos e iniciativas relacionadas à matéria



Comissões de Ética

- Promoção de ações para disseminação do Código de Ética e de Conduta
- Análise de processos administrativos sobre a matéria
- Proposição de edição de normativos ou iniciativas relacionadas ao assunto



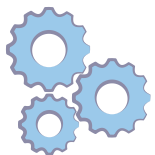
Comissão de Acessibilidade

- Deliberações acerca de adaptações dos edifícios do TRE-BA
- Proposição de edição de normativos ou iniciativas relacionadas à matéria
- Realização de ações com vistas à melhorar a acessibilidade, inclusive com foco nas Eleições 2020



Comitê Gestor Local de Atenção Integral à Saúde

- Definição de diretrizes com vistas à melhoria da saúde de servidores
- Acompanhamento das principais causas de absenteísmo e de doenças frequentes em exames periódicos



Demais instâncias /unidades internas

- Monitoramento da estratégia
- Proposição de revisão dos Sistemas de Governança e de Gestão de Riscos
- Disponibilização de canais efetivos de comunicação com a sociedade
- Realização de ações com vistas à transparência e accountability
- Realização de ações de educação para a cidadania
- Realização de auditorias internas, com avaliação e monitoramento de riscos e controles internos
- Realização de Correções

Figura 25 Apoio das instâncias de Governança em 2019

As instâncias internas de Governança também são responsáveis pelo controle, para além da aplicação isolada do critério da legalidade, no intuito de verificar não apenas se a lei foi cumprida, mas se o interesse público, o bem comum, foi alcançado. As competências para as atividades de correição e de apuração de ilícitos administrativos estão dispostas no Regimento Interno do TRE-BA. Dentre os membros do Conselho, destacam-se, nas atividades de correição e de apuração de ilícitos administrativos, as competências do Presidente do Tribunal, para aplicação de penas disciplinares aos servidores, promover a apuração imediata dos fatos de que tiver ciência sobre irregularidade atribuída a juiz do Tribunal, bem como instaurar e processar sindicância, relatar proposta de abertura de processo administrativo disciplinar contra aquela autoridade e, ainda, votar na instauração e no julgamento de processo administrativo disciplinar contra juiz do Tribunal e juiz eleitoral. Ao Corregedor Regional Eleitoral, por seu turno, incumbem a inspeção e a correição dos serviços eleitorais do Estado, especialmente, verificar se os juízes eleitorais, membros de juntas eleitorais e servidores das zonas eleitorais mantêm exaço no cumprimento de seus deveres, além de promover a apuração imediata dos fatos de que tiver ciência sobre irregularidade atribuída a juiz eleitoral. As restituições ao erário são processadas internamente por meio da Secretaria de Gestão de Pessoas, seguindo o trâmite previsto na Portaria da Presidência n.º 558/2011.

Foram instauradas, no ano de 2019, 2 sindicâncias com a finalidade de apurar notícia de supostas irregularidades no serviço público (Portarias n.º 49/2019 e 493/2019) e 1 Processo Administrativo Disciplinar com a finalidade de apurar fatos noticiados (Portaria n.º 283/2019). Nenhum dos processos mencionados tiveram como objetivo apurar dano ao Erário, bem como não houve abertura de tomadas de contas especiais com esse propósito no exercício.

IGOV TIC-JUD 2019

Mantendo ações prioritárias voltadas para promoção de melhoria de serviços de TIC e aperfeiçoamento da governança de TIC, em consonância com os objetivos estratégicos estabelecidos, o Tribunal apresentou evolução no Levantamento de Governança e Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (iGovTIC-JUD 2019), realizado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), com a obtenção do índice de 0,80.

O resultado do levantamento, realizado anualmente pelo CNJ, serve para avaliar o grau de maturidade em Governança, Gestão e Infraestrutura de TIC dos órgãos do Poder Judiciário, com base em práticas de governança e de gestão previstas em leis, regulamentos, normas técnicas e modelos internacionais de boas práticas, a partir de um questionário composto por tópicos subdivididos entre o domínio de Governança e Gestão de TIC e o domínio de Infraestrutura de TIC.

O índice alcançado em 2019, superior ao obtido em 2018, propiciou ao TRE da Bahia ser reconhecido como de nível de maturidade aprimorado na matéria e o manteve como o TRE de grande porte mais bem posicionado na avaliação. Ressalte-se que tal avanço foi fruto da constante busca pelo aperfeiçoamento, que levou a implementação de planos de ação que serviram de instrumentos de governança, direcionando os gestores na implantação das ações necessárias para o alcance dos objetivos estratégicos a curto, médio e longo prazo.

Nota do Órgão		Nível de Maturidade	
0,80		Aprimorado	
Dimensões Avalladas		Nota	Nível de Maturidade
1. Das Políticas e Planejamento		0,98	Excelência
2. Das Estruturas, Macroprocessos e Processos		0,93	Excelência
3. Das Competências, Desenvolvimento e Desempenho das Pessoas		0,84	Aprimorado
4. Dos Riscos, Monitoramento e Auditoria – Controle da Gestão		0,75	Aprimorado
5. Dos Sistemas, Integração e Nivelamento		0,76	Aprimorado
6. Dos Serviços de Infraestrutura		0,93	Excelência
7. Dados Gerais (Detalhamento)		0,40	Satisfatório
Classificação 2019			
Segmento		Porte	Geral
9º (de 27)		7º (26)	31º (de 92)
Evolução iGovTIC-JUD			
2016	2017	2018	2019
0,38	0,46	0,76	0,80

Quadro 1 Resultados do Tribunal Regional Eleitoral do Estado da Bahia no iGovTIC-JUD 2019
Fonte: Site do CNJ. https://paineis.cnj.jus.br/QvAJAXZfc/opendoc.htm?document=qvw_1%2FPainelCNJ.qvw&host=QVS%40neodimio03&anonymous=true&sheet=sh1GTGraficos

Da análise da tabela acima, verifica-se que o Tribunal apenas alcançou nível de maturidade inferior ao aprimorado na dimensão 7 “Dados Gerais (Detalhamento)”. Nesse quesito, o TRE-BA apresentou involução de 0,10 em relação a 2018, tendo em vista que o quantitativo de servidores atuando na área de TIC foi considerado insuficiente. Tal situação decorreu do significativo aumento de usuários cadastrados no PJE, por conta da implantação do sistema no 1º grau, e dos critérios objetivos utilizados pelo Conselho para quantificação do número ideal de servidores na área de Tecnologia da Informação. O empenho das unidades envolvidas na execução de planos de ação voltados à Governança e Gestão de TIC e o monitoramento continuado foram fatores decisivos para a evolução evidenciada.

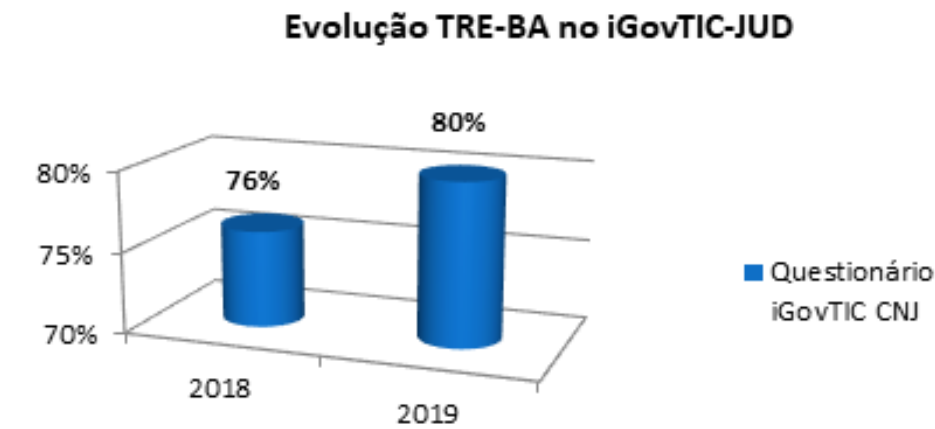


Gráfico 9 Evolução TRE-BA no iGovTIC-JUD 2019

TRANSPARÊNCIA

No intuito de dar mais transparência às ações e atividades que desenvolve, vez que a publicidade é um dos princípios fundamentais regentes da Administração Pública, o Tribunal tem prezado pelo atendimento aos normativos que regulamentam o acesso à informação.

Nesse contexto, por mais um ano, o TRE-BA foi destaque no Ranking da Transparência do Poder Judiciário, atingindo o índice de 92,62% no cumprimento dos itens exigidos pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e ficando em 7º lugar, dentre os 93 Tribunais avaliados, permanecendo entre os 10 (dez) melhores do Brasil na matéria.

O Eleitoral baiano atendeu 113 critérios avaliados, apresentando evolução de 5,03 pontos percentuais, entre os anos de 2018 e 2019.

O Ranking foi instituído pela Resolução CNJ n.º 260/2018, e avalia o grau de informação que os tribunais brasileiros e conselhos divulgam aos cidadãos, objetivando incentivar que a informação franqueada pelos órgãos seja disponibilizada de forma padronizada, ágil, clara e de fácil compreensão, com uso de meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação.

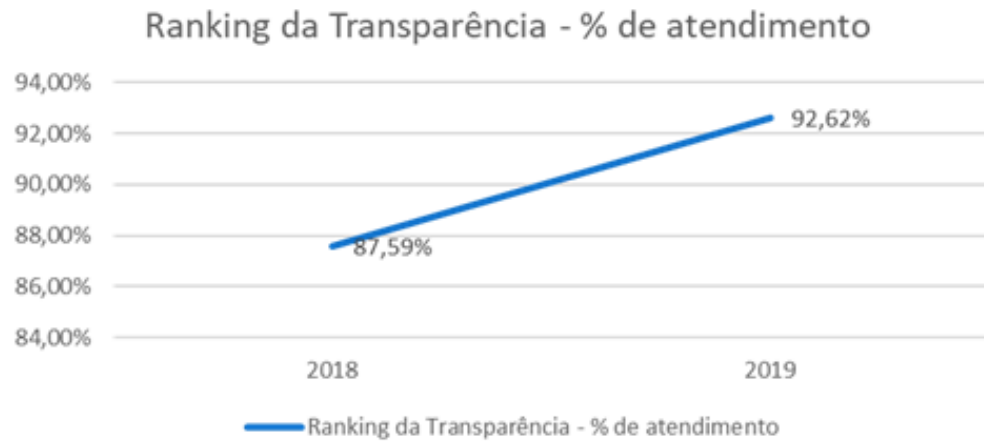


Gráfico 10 Evolução TRE-BA Ranking da Transparência 2018-2019

O avanço do Tribunal com relação à transparência é resultado dos esforços das áreas responsáveis pela publicação de conteúdos, capitaneadas, nesse aspecto, pela Coordenadoria de Planejamento de Estratégia e Gestão, de acordo com as diretrizes traçadas pela Alta Administração e pelas instâncias internas de Governança.

Com o propósito de facilitar o acesso ao conteúdo, foi elaborado o Guia da Transparência do TRE-BA, disponível no endereço eletrônico <http://www.tre-ba.jus.br/transparencia/guia-da-transparencia>, onde estão detalhados os critérios avaliados pelo CNJ e os links para acesso às informações.

Registre-se que, ao final do ano de 2019, o monitoramento dos conteúdos publicados nos sítios deste Regional passou a ser quadrimestral, valendo destacar, ainda, que, considerando a importância estratégica do compartilhamento e da divulgação de informações para atendimento aos princípios da boa governança, está em andamento proposta de normatização interna para regulamentar a gestão de conteúdos com vistas a garantir a atualização e integridade das informações disponibilizadas pelo TRE-BA na web.

PRÊMIO CNJ DE QUALIDADE

Outra conquista importante e inédita para o órgão no exercício foi o Prêmio CNJ de Qualidade - Categoria Diamante.

Instituído pela Portaria CNJ n.º 88/2019, o Prêmio tem por objetivo fomentar a busca pela excelência na gestão e planejamento; na organização administrativa e judiciária; na sistematização e disseminação das informações e na produtividade, com foco na prestação jurisdicional.

O resultado do desempenho dos tribunais foi avaliado com base nos critérios distribuídos em três eixos temáticos: Governança, Produtividade, e Transparência e Informação. O Prêmio CNJ de Qualidade foi destinado aos tribunais que tiveram melhor desempenho no ranking geral, considerando todos os ramos de justiça, premiando nas categorias “Diamante”, “Ouro” e “Prata”, sendo que apenas poderiam receber o prêmio Diamante os 9 melhores, dos 90 tribunais.

Nesse contexto, após apreciação de recurso apresentado pelo órgão, o TRE-BA alcançou 509 (quinhentos e nove) pontos, equivalente a 84,83% (oitenta e quatro, vírgula oitenta e três por cento) da soma dos valores totais dos critérios avaliados para a Justiça Eleitoral, nos três eixos, sendo reclassificado da categoria "Ouro" para a "Diamante".

Com a avaliação de aspectos relacionados ao funcionamento de unidades e comissões, implantação de normativos, evolução da governança da área de tecnologia da informação, práticas socioambientais, capacitação e saúde de servidores, bem como produtividade, governança, gestão participativa e transparência, o resultado alcançado pela Justiça Eleitoral Baiana traduz os esforços empreendidos na busca pela excelência dos serviços ofertados à sociedade.



Figura 26 Presidente do TRE-BA recebe Prêmio CNJ de Qualidade



Riscos, Oportunidades e Perspectivas

Capítulo 3



Gestão de Riscos e Controles Internos

A Gestão de Riscos do TRE-BA é regulamentada pela Resolução Administrativa n.º 16/2018, normativo que estabelece diretrizes, conceitos e competências do Sistema de Gestão de Riscos do Tribunal. Em vista da reestruturação organizacional e das oportunidades de melhoria identificadas durante o primeiro ciclo do processo de gestão de riscos na instituição, o sistema foi aprimorado no exercício de 2019, com a aprovação da Resolução Administrativa n.º 27/2019.

O TRE-BA utiliza o modelo das três linhas de defesa para garantir, diante das incertezas que possam surgir, o controle possível sobre os resultados de suas atividades. Este modelo permite definir com clareza responsabilidades e papéis relacionados ao gerenciamento dos riscos da organização.

À frente, na 1ª linha de defesa, os Chefes de Seção, Coordenadores e outros responsáveis por iniciativas do Tribunal enfrentam diretamente os riscos inerentes a suas atividades, identificando riscos prováveis de acontecer e implementando medidas de controle. Logo atrás, na 2ª linha de defesa, Presidente, Juízes, Secretários, dentre outros, coordenam e monitoram as atividades dos gestores, prestando todo o apoio necessário à gestão dos riscos sob sua supervisão. A 3ª linha é composta pela Coordenadoria de Auditoria Interna, que, de forma independente e objetiva, avalia o cumprimento e a eficácia do gerenciamento de riscos praticado na organização, recomendando eventuais ajustes para elidir vulnerabilidades identificadas.



Figura 27 Linhas de Defesa

Principais riscos enfrentados

Em 2019, foi consolidado e aprovado pelo Conselho de Governança o Plano de Gestão de Riscos-Chave do TRE (PGRC). Este plano agregou todos os riscos estratégicos identificados, além dos riscos que, em função do impacto potencial, devam ser conhecidos pela Alta Administração.

Ao todo foram 93 riscos-chave compilados no plano, inerentes a 16 unidades diferentes do Tribunal. A seguir, representação, através de um mapa de calor, dos níveis dos riscos-chave inerentes às atividades do Tribunal, caso não fossem estabelecidos controles para mitigá-los:

MAPA DE CALOR RISCOS-CHAVE INERENTES (sem controles implementados)



Figura 28 Mapa de Calor - Riscos-chave inerentes

Depois de avaliados riscos inerentes, são listados todos os controles já realizados para reduzir sua probabilidade e seu impacto, caso ocorram – isso faz reduzir o risco inerente ao risco residual, que é o que sobra após os controles. A seguir, ilustração da redução do nível dos 93 riscos-chave representados no mapa de calor acima, após considerados os controles.

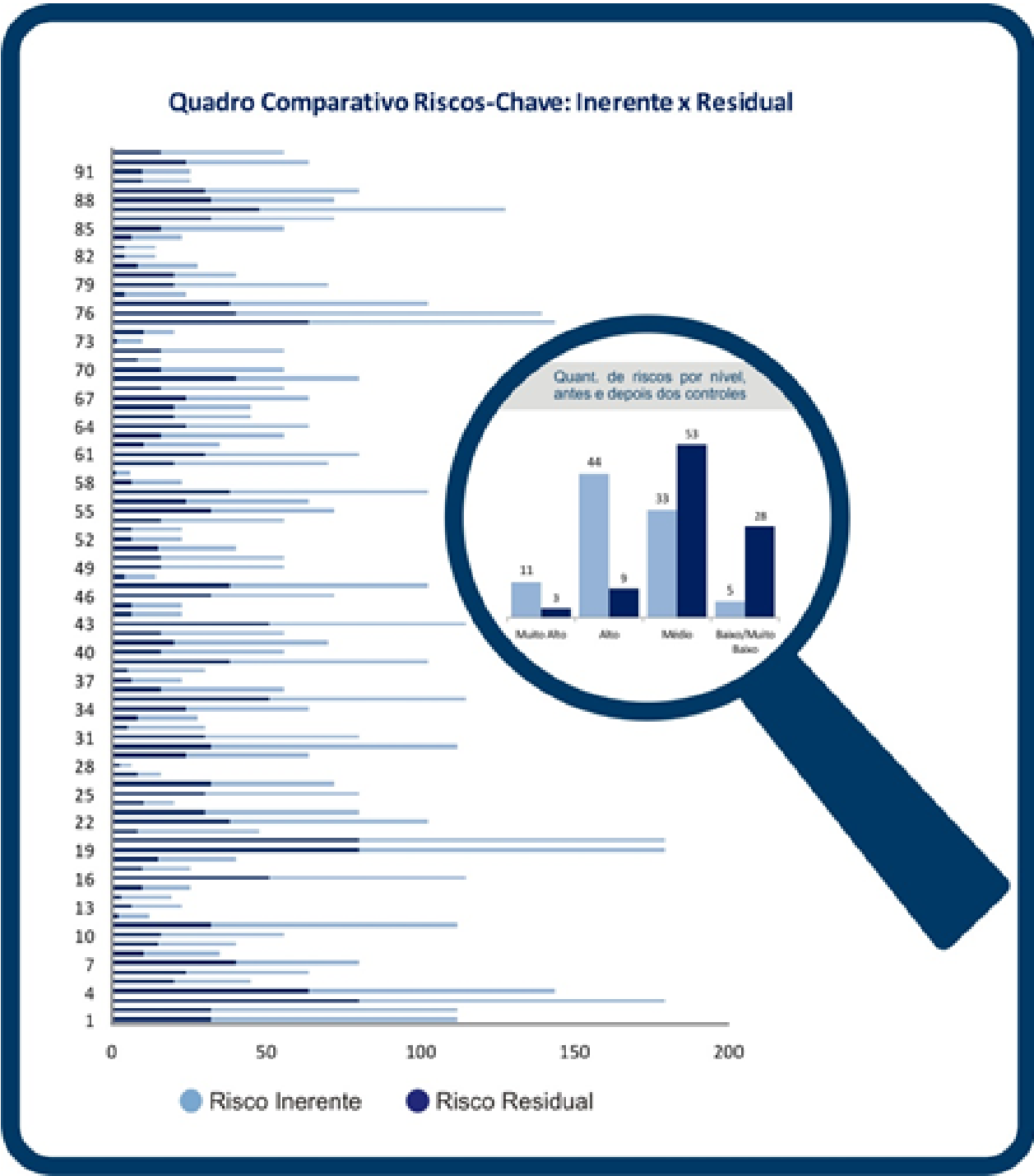


Figura 29 Quadro Comparativo Riscos-Chave: Inerente X Residual

Mesmo com os controles estabelecidos, alguns riscos permanecem além do que o TRE-BA está disposto a suportar – são os riscos que extrapolam o apetite a risco da instituição. No PGRC, 65 riscos permaneceram acima do apetite a riscos estabelecido pela Administração como baixo ou muito baixo. Para estes riscos foram propostos tratamentos com o objetivo de reduzi-los ao nível que o Tribunal se dispõe a suportar.

A seguir, serão abordados especificamente alguns riscos tratados em 2019, a partir dos objetivos estratégicos priorizados pela gestão neste exercício.



Fontes de riscos e de oportunidades

Em 2019, foram colhidas informações de diversas áreas do Tribunal para atualização dos contextos interno e externo da organização, ação que possibilitou a identificação de fontes de riscos e de oportunidades a serem levadas em conta para o exercício 2020. Dentre elas, destacam-se, como exemplo, as representadas na matriz SWOT a seguir:



Figura 30 Matriz Swot atualizada em 2019

PRINCIPAIS AÇÕES PARA APROVEITAMENTO DAS OPORTUNIDADES

Dentre as ações para aproveitamento das oportunidades identificadas, destacam-se:

- Estudos para regulamentar e viabilizar o Teletrabalho, o que permitirá a geração de economia em manutenção de estrutura, luz e água, despesas significativas para a Instituição, ao mesmo tempo em que assegura a produtividade dos servidores, podendo até exigir maiores entregas de quem trabalha em casa.
- Parcerias firmadas com outros entes do poder público, especialmente para a instalação de postos de atendimento, utilização de imóveis para funcionamento dos Cartórios Eleitorais do Interior do Estado e parceria com o Exército na realização dos testes exaustivos de urnas eletrônicas.
- Aprimoramento dos serviços prestados através do atendimento de exigências de órgãos de controle e da participação de premiações externas, e em atenção a exigências da sociedade feitas por meio da Ouvidoria, em aproveitamento do incremento do controle social, decorrente do aumento do grau de exigência da população, reflexo, dentre outros fatores, da inclusão digital de grande parte dos cidadãos brasileiros.

PERSPECTIVAS

Em 2020 e para os próximos anos, o cenário esperado é o da permanência do enxugamento do aparelho público, com a continuidade da política austera de gastos e da limitação a nomeações para substituir a força de trabalho que se aposenta. Aliado a isso, o grau de exigência da sociedade e dos órgãos de controle tendem a aumentar cada vez mais, o que impõe às instituições públicas a obrigação de se fazer mais com menos.

É previsto também a continuidade da ameaça das fake news, especialmente por tratar-se de ano eleitoral, quando a desinformação é utilizada com maior frequência e os questionamentos a respeito da urna eletrônica aumentam.

Desde já, o TRE-BA tem voltado sua atenção para a adoção de boas práticas de gestão que otimizam os recursos disponíveis, como a gestão de riscos, a gestão por competência, o dimensionamento da força de trabalho e a automação de processos. A inclusão digital da sociedade, especialmente a de baixa renda, permitiu o uso em massa do agendamento eletrônico para atendimento ao público, praticamente acabando com as filas nas cidades em que permanece o recadastramento biométrico. A disponibilização de aplicativos como o E-título tendem a reduzir a demanda pelo atendimento ao público, gerando diminuição de despesas.

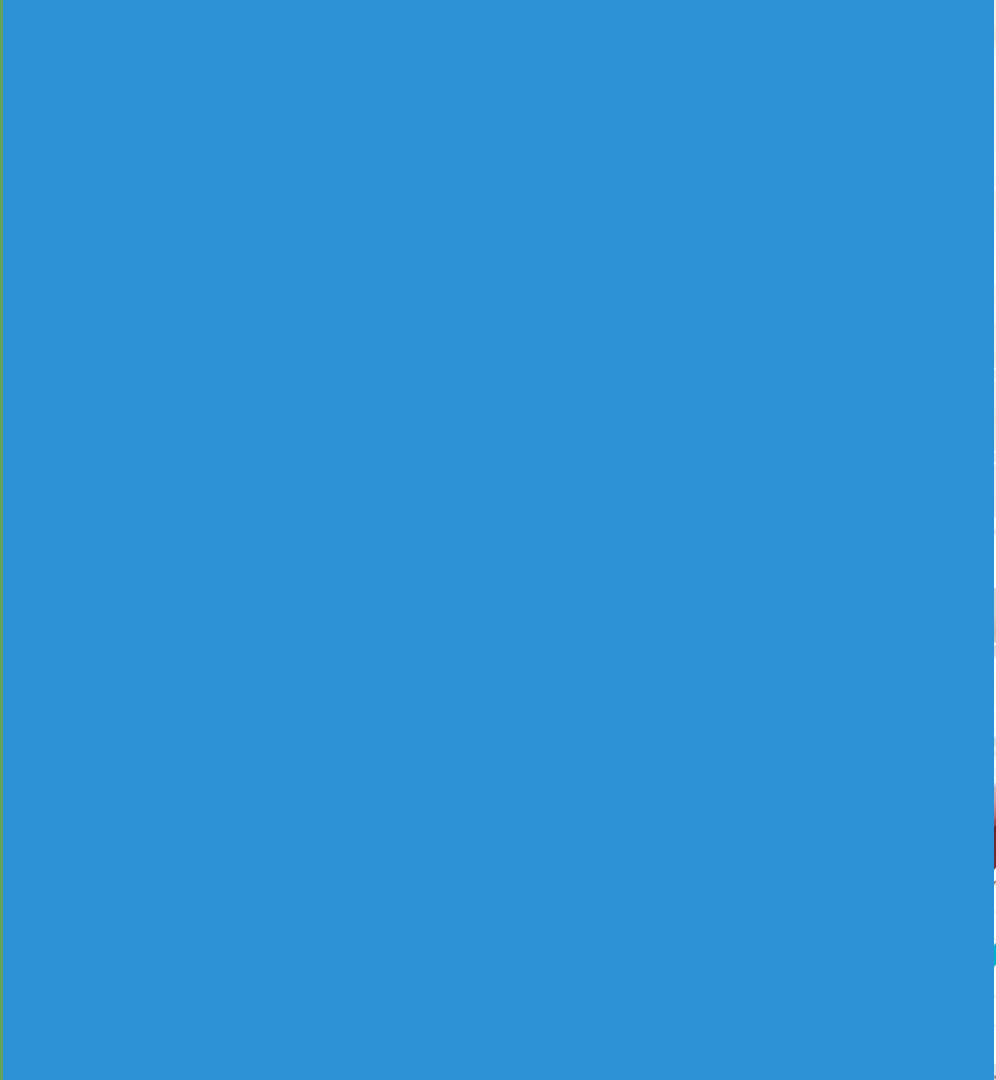
Em combate às fake News, a Ouvidoria e a Assessoria de Comunicação atuam no sentido de esclarecer a população sobre o que é verdade e o que é fake, atuando de forma dinâmica nas redes sociais e por meio do sítio oficial do órgão na internet. Além disso, o Tribunal instituiu o Programa de Enfrentamento à Desinformação, que realizou ações específicas para o combate a mitos eleitorais, promovendo maior transparência sobre o Processo Eleitoral.

O caminho a ser percorrido para atender a estes desafios passa pela utilização de novas tecnologias e pelo aproveitamento da inclusão digital, utilizando-se da rede mundial de computadores para alcançar os clientes da Justiça Eleitoral com baixo custo, qualidade do atendimento e segurança da informação. Isso, inevitavelmente, implica na concentração de forças na área de TIC, tanto em alocação e capacitação de pessoal, quanto em aquisição de equipamentos de ponta. Espera-se que essas e outras ações permitam à organização responder ao cenário que desponta para o futuro.



Resultados e Desempenho da Gestão

Capítulo 4



Alcance dos objetivos estratégicos

Conforme explicitado no Capítulo 2, o ciclo do Planejamento Estratégico 2016-2021 compreende 15 objetivos estratégicos. Para fins de aferição do alcance desses objetivos, são consideradas as médias das pontuações obtidas do conjunto de indicadores de cada objetivo estratégico. Nesse sentido, da análise geral do desempenho da Estratégia Institucional do TRE-BA referente ao exercício de 2019, verifica-se que 10 alcançaram os resultados propostos para o período, 4 não atingiram as metas estabelecidas e 1 não foi mensurado.

Dos 39 indicadores estabelecidos no Planejamento Estratégico Institucional, 36 foram monitorados e os outros 3 não eram aplicáveis para o exercício. Dentre os indicadores monitorados, 75% (27 indicadores) alcançaram as metas estabelecidas e 25% (9 indicadores) não atingiram os resultados esperados.



Gráfico 11 Desempenho dos indicadores estratégicos 2019

Com relação aos projetos estratégicos, observa-se que, dos 22 projetos estratégicos considerados, 18 estão com andamento normal e 2 estão com atrasos não considerados críticos. Cabe ressaltar que 2 das iniciativas foram finalizadas em 2019: Projeto "BUSCAJUS" e Projeto "Nova Intranet"; enquanto que o Projeto “Servidor 2.0” incorporou o “p6.3 - PQVT – Aprimoramento da Comunicação Interna”.

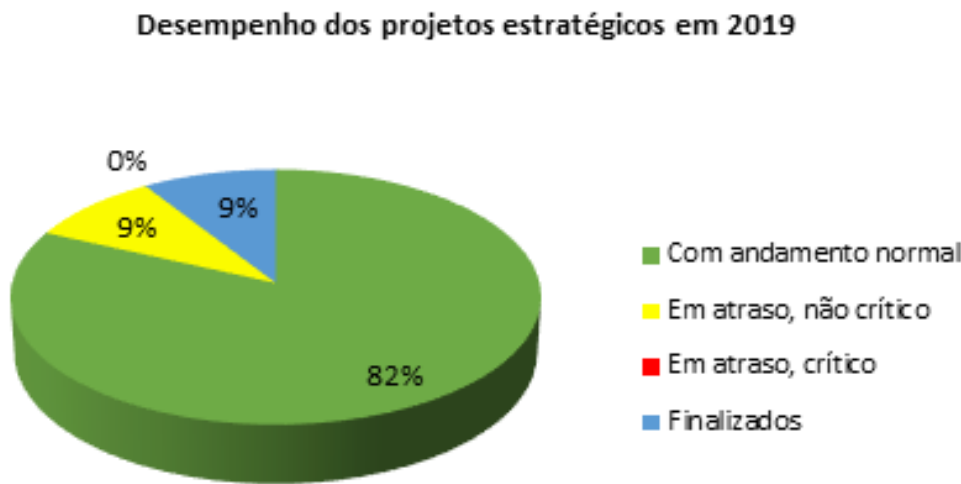


Gráfico 12 Desempenho dos projetos estratégicos em 2019

Nº	PROJETO	FAROL DO TEMPO
p1	Melhores Práticas	
p4	Desdobramento da Estratégia	
p6.1	PQVT - Desenvolvimento, Capacitação, Valorização e Reconhecimento do Servidor	
p6.4	PQVT - Condições Ergonômicas no Ambiente de Trabalho	
p6.5	PQVT - Prevenção de Doenças e Promoção de Saúde	
p7	Governança em Gestão de Pessoas	
p8	Gestão por Competência	
p10	Dimensionamento da Força de Trabalho	
p14	Melhoracessibilidade	
P18	Sistema GEORFI	
p19	PLANOP	
p21	Nova Intranet	
p22	Servidor 2.0 - (incorporou o p6.3 - PQVT - Aprimoramento da Comunicação Interna)	
p24	Evolução da Maturidade dos Processos (incorporou o p6.2 - PQVT- Organização Humanizada do Trabalho)	
p25	Biometria na Bahia	
p27.1	Justiça em Dia 1º Grau de Jurisdição	
p27.2	Justiça em Dia 2º Grau de Jurisdição	
p28	Busca Jus	
p29	Etica no TRE-BA	
p30	TRE-BA em Rede	
p31	Fala, Cidadão!	

Quadro 2 Farol do Tempo - Projetos Estratégicos

Sendo assim, no exercício, o desempenho do órgão foi muito positivo, colhendo-se resultados acima das metas estabelecidas, conforme pode ser visualizado na figura ao lado, que retrata o alcance dos objetivos estratégicos em 2019. Nas páginas seguintes serão apresentados os resultados alcançados pela gestão em relação a cada um dos objetivos estratégicos; os resultados de destaque no ano (principalmente relacionados a processos finalísticos do órgão) e a demonstração da eficiência e conformidade legal de áreas relevantes da gestão.

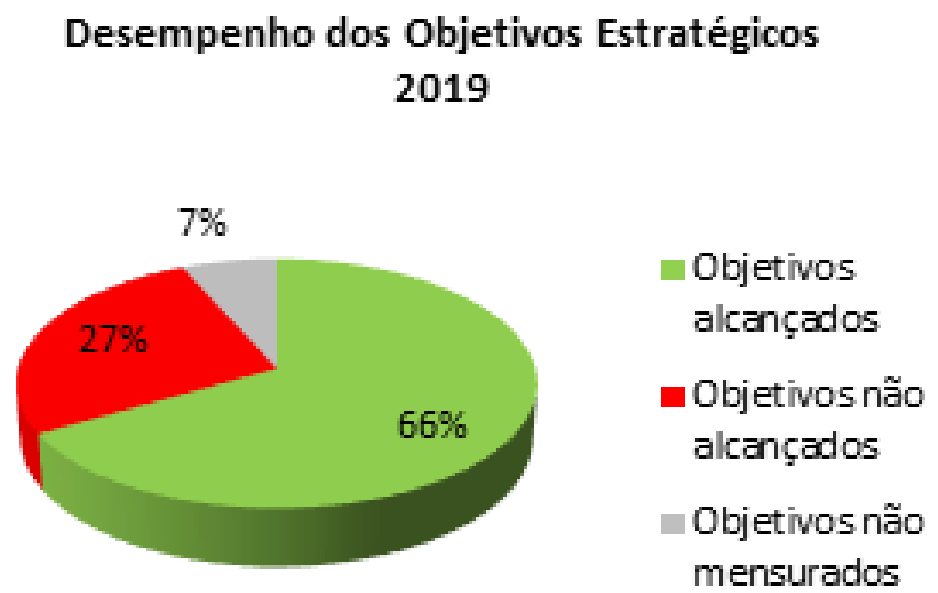


Gráfico 13 Desempenho dos objetivos estratégicos 2019

Relativamente ao objetivo “Assegurar a garantia dos direitos de cidadania”, ressalta-se que seus resultados são analisados de acordo com os resultados do desempenho dos demais objetivos estratégicos. No caso, o objetivo é mensurado pelo indicador “Taxa de atendimento às metas de cidadania”, que alcançou o resultado de 80%, superando a meta estabelecida para o exercício que era de 60%.



Figura 31 Desempenho dos Objetivos Estratégicos em 2019

Painel de Indicadores



Figura 32 Painel dos Indicadores

Foco em Objetivos Estratégicos

Consolidar a boa imagem do TRE-BA junto à sociedade



Problemas a serem tratados

- Deficiência de informação da sociedade quanto ao papel da Justiça Eleitoral
- Associação da atuação da Justiça Eleitoral ao comportamento dos políticos
- Desconfiança da sociedade quanto à segurança da urna eletrônica
- Imagem generalizada de ineficiência do serviço público
- Maior demanda da população por qualidade e transparência do serviço público
- Exigência dos órgãos de controle.



Prioridades estabelecidas

- Disponibilizar informações institucionais de forma abrangente, clara e tempestiva para a sociedade
- Estabelecer ferramentas e padrões de comunicação externa
- Cumprir as determinações da Resolução CNJ n.º 265, de 09/10/2018 e da LAI
- Realizar campanhas de esclarecimento à sociedade relacionadas ao papel da Justiça Eleitoral e ao funcionamento da urna eletrônica
- Ampliar canais de comunicação com a sociedade.
- Recepcionar no PEI a Meta Específica n.º 2/2019 da JE/CNJ com a criação de indicador próprio (i34).



Resultados alcançados

- 7º lugar (dentre 93 tribunais e conselhos avaliados pelo CNJ) no Ranking da Transparência do Poder Judiciário – 2019, com atendimento de 92,62% dos critérios avaliados
- Cumprimento da meta específica da JE referente à divulgação do papel da Justiça Eleitoral
- Aumento do quantitativo de seguidores do Tribunal e de interações em suas mídias sociais e canal do Youtube
- Instituição do Programa de Enfrentamento à Desinformação
- Atendimento de 97,27% das demandas solicitadas à Ouvidoria (transparência passiva).

Justificativas para os resultados

Por ser um ano não eleitoral, a meta do i3 foi inferior a 2018. Contudo, tendo em vista o cadastramento biométrico em 108 Zonas Eleitorais do Estado, o número de entrevistas agendadas com fontes do TRE, para divulgação dos procedimentos, foi significativo. Além dessa providência, contribuíram para o alcance do objetivo as seguintes iniciativas:

- Elaboração de plano de ação para promoção de campanhas de esclarecimento dos eleitores e futuros eleitores acerca do papel da Justiça Eleitoral e do funcionamento da urna eletrônica (Meta Específica 2)
- Continuidade das iniciativas “Diga aí, meu rei”, “Eleições Limpas” e “Ouvidoria Viva” (saiba mais aqui: <https://apps.tre-ba.jus.br/ouvidoria/>)
- Participação em projetos nacionais do TSE, a exemplo do “Fato ou Boato” e “Conheça a Justiça Eleitoral”
- Impulsão da TV TRE-BA e das mídias sociais
- Monitoramento continuado do cumprimento das determinações legais relacionadas à transparência e accountability
- Realização de 25 audiências públicas para divulgação dos procedimentos de biometria.

MACROPROCESSOS ASSOCIADOS NA CADEIA DE VALOR

Planejamento e Gestão Institucional

Informações Institucionais

Gestão Jurídica, Adm. e Tecnológica

PROJETOS ASSOCIADOS

Em 2019, não houve projeto estratégico específico relacionado ao objetivo em andamento, apesar de ter sido impactado por projetos referentes a outros objetivos (Ex. “Biometria na Bahia”) e outras iniciativas, tais como a priorização da transparência ativa.

INDICADORES ASSOCIADOS

Gráfico 14. i3 – Número de entrevistas agendadas com fontes do TRE-BA

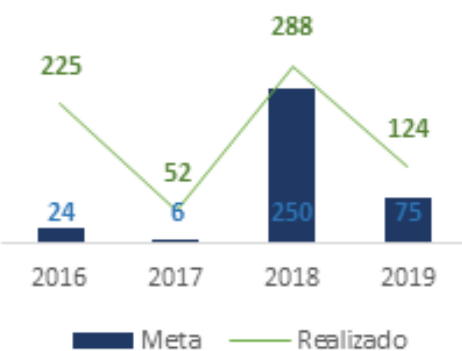
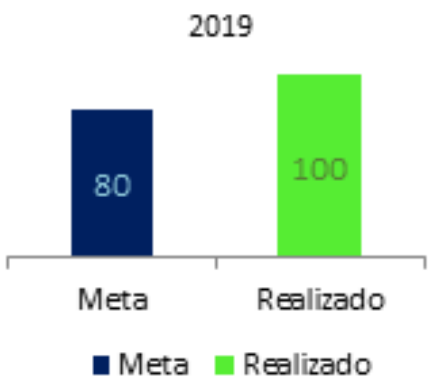


Gráfico 15 i34 – Promoção de campanha de esclarecimento sobre o processo eleitoral (Meta Específica n.º 2/2019 da JE/CNJ)



DESAFIOS FUTUROS

- Ampliar a promoção de campanhas voltadas ao esclarecimento do eleitor quanto à segurança do processo eleitoral e às competências da Justiça Eleitoral
- Cumprir a Meta Específica n.º 1/2020 da Justiça Eleitoral
- Atuar efetivamente no Combate à desinformação e às fake News, especialmente considerando a realização das Eleições 2020
- Continuar com o efetivo monitoramento do cumprimento das normas relacionadas à transparência e evoluir o desempenho em relação ao que é avaliado pelos órgãos de controle nesse aspecto.

Prestar atendimento de excelência ao público



Problemas a serem tratados

- Necessidade constante de ampliação dos canais de diálogo com a sociedade
- Agendamento insuficiente para atendimento ao eleitor
- Rede de prestação de serviços insuficiente
- Capilaridade da Justiça Eleitoral
- Necessidade de monitoramento da satisfação dos clientes
- Otimizar rede de prestação de serviços.



Prioridades estabelecidas

- Disponibilizar canais eficazes de diálogo com a Justiça Eleitoral
- Ampliar a capacidade de atendimento na capital e no interior, considerando a demanda da Revisão Biométrica Extraordinária
- Padronizar os procedimentos de atendimento ao público
- Informatizar pesquisa de satisfação do usuário e ampliar sua abrangência
- Dispor de estatísticas de serviços atualizadas
- Capacitar servidores que atuam no atendimento ao público.



Resultados alcançados

- 93% de índice de satisfação dos eleitores
- Instituição do novo modelo de pesquisa eletrônica de satisfação
- Significativa ampliação do quantitativo de participantes da pesquisa de satisfação do cliente
- Mapeamento e otimização do processo "prestar atendimento ao cidadão".

Justificativas para os resultados

Ressalte-se que essa foi a primeira vez, no atual ciclo do PEI, que o indicador relacionado ao objetivo superou a meta, não obstante a grande demanda de atendimento por conta da biometria. Fatores significativos:

- intensificação na realização de parcerias com órgãos públicos e entidades privadas com o propósito de ampliar a capacidade de atendimento da demanda da Revisão Biométrica Extraordinária, por exemplo, através da disponibilização de espaço e equipamentos para instalação de postos de atendimento, ou de servidores/funcionários para auxiliarem nos trabalhos
- Ampliação dos canais de atendimento, tais como whatsapp, e-mail e central telefônica
- Priorização do atendimento por meio de agendamento
- Abertura de 153 postos fixos de atendimento
- Realização de atendimento itinerante (Caminhão da Biometria ou mutirões) em 38 municípios
- Implantação e utilização do sistema biomaps, possibilitando monitoramento em tempo real das estatísticas relacionadas a atendimento a eleitores.

MACROPROCESSOS ASSOCIADOS NA CADEIA DE VALOR

Informações
Institucionais

Eleições

Cadastro Eleitoral
e Partidário

Informação,
Mediação e
Conscientização
para Cidadania

Gestão Jurídica,
Adm. e
tecnológica



PROJETOS ASSOCIADOS



"p31. Fala, Cidadão!":

Gerenciado pela Ouvidoria do órgão e que, dentre outros aspectos, prima pela disponibilização de canais eficazes de diálogo com o TRE-BA, contribuindo, ainda, para a transparência (passiva) do órgão, o Projeto "Fala Cidadão" visa a implantação de sistema informatizado para recebimento de demandas e resposta ao cidadão. A ferramenta está em fase final de testes, havendo previsão de conclusão no início de 2020, o que coincidirá com o encerramento da iniciativa



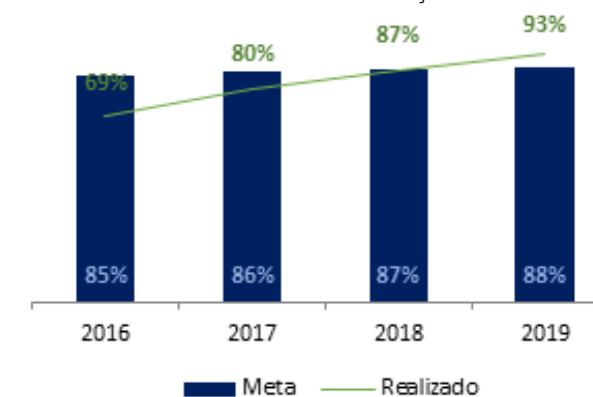
"p30. TRE-BA em Rede"

Projeto iniciado em 2019, com a proposta de criação de um modelo de gestão integrada de todos os serviços prestados pela Justiça Eleitoral, objetivando otimizar a utilização dos recursos e melhorar a qualidade do atendimento nas dimensões de acesso à Justiça, celeridade e eficácia da solução. Para tanto, dispõe-se a estruturar o gerenciamento integrado da rede de prestação de serviços eleitorais do TRE-BA, considerando todos os canais: telefônico, virtual e presencial (Zonas Eleitorais, SACs, NAJ, Postos de Atendimento ao Eleitor, Protocolos e Justiça Itinerante). No exercício, o projeto, de responsabilidade da Seção de Atenção ao Cliente, contemplou o mapeamento dos pontos da rede, da distribuição do eleitorado e das variáveis necessárias à produção de estatísticas de desempenho e de satisfação dos clientes, tendo sido implantado novo modelo de realização de pesquisa de satisfação, o que acarretou um incremento significativo no número de respondentes.



INDICADOR ASSOCIADO

Gráfico 16 i11 – Taxa de satisfação dos clientes



DESAFIOS FUTUROS

- Ampliar a promoção de campanhas voltadas ao esclarecimento do eleitor quanto à segurança do processo eleitoral e às competências da Justiça Eleitoral
- Cumprir a Meta Específica n.º 1/2020 da Justiça Eleitoral
- Atuar efetivamente no Combate à desinformação e às fake news, especialmente considerando a realização das Eleições 2020
- Continuar com o efetivo monitoramento do cumprimento das normas relacionadas à transparência e evoluir o desempenho em relação ao que é avaliado pelos órgãos de controle nesse aspecto
- Mapear e otimizar o processo "prestar atendimento ao cidadão no encerramento do cadastro eleitoral em Salvador"
- Informatizar a pesquisa de satisfação presencial do usuário e aumentar sua abrangência.

Contribuir para o combate à corrupção e à improbidade administrativa

Problemas a serem tratados

Justificativas para os resultados

• Possibilidade de prática de compra de votos pelos candidatos a cargo eletivo • Lentidão na tramitação das ações judiciais • Possibilidade de fraudes nas prestações de contas de campanha • Possibilidade de utilização de recursos de fundos públicos de campanha em desacordo com a legislação • Possibilidade de servidores realizarem condutas anti-éticas ou ilegais.

Esse foi o primeiro ano que a Meta Nacional n.º 4, referente à priorização do julgamento de processos que possam importar na perda de mandato eletivo, se aplicou à Justiça Eleitoral. As metas foram superadas significativamente no 2º grau, fruto do monitoramento contínuo realizado pelo órgão, com reuniões mensais de alinhamento com Membros da Corte e unidades responsáveis pela área judicante, que se empenharam com afinco para o sucesso dos trabalhos. Outro fator significativo foi a edição da Resolução Administrativa n.º 17/2019, que estabeleceu procedimentos e prazos internos, garantindo maior celeridade na tramitação e instrução dos processos de prestação de contas, bem como o empenho da alta gestão no sentido de garantir à unidade técnica os recursos humanos e materiais necessários. No 1º grau, apesar da significativa baixa do estoque e da taxa de congestionamento, dos diversos mutirões e força tarefa realizados, o i8 (Meta Nacional n.º 4) não foi alcançado, tendo em vista, principalmente, a legislação que contempla ritos demorados e favorece a postergação processual, a complexidade da matéria que demanda maior conhecimento e aprofundamento de juízes e servidores, ao quadro sazonal e não especializado de juízes eleitorais.

1

Prioridades estabelecidas

• Identificar e equacionar sobrecarga de processos de prestação de contas • Melhorar os procedimentos internos relacionados ao processamento das prestações de contas • Aperfeiçoar continuamente mecanismos de controles internos • Promover campanhas para divulgação do Código de Ética dos Servidores da Justiça Eleitoral da Bahia (Resolução Administrativa n.º 3, de 17/05/2017) • Atender as metas fixadas pelo CNJ quanto ao julgamento de processos prioritários.

Resultados alcançados

• Julgamento de todos os processos de prestação de contas das Eleições 2018 em menos de 1 ano • Devolução de mais de R\$ 2,5 milhões ao Tesouro Nacional, referente ao acumulado dos julgamentos das contas das campanhas das Eleições 2018 (retorno aos cofres públicos dos recursos mal aplicados ou despesas realizadas em desconformidade com a lei) • 73,43% de cumprimento da Meta Nacional n.º 4 – Eleições 2016 e 133,33% da Meta Nacional n.º 4 – Eleições 2018 • Implantação do PJE no 1º Grau (Meta Específica n.º 2/2019).

MACROPROCESSOS ASSOCIADOS NA CADEIA DE VALOR

Planejamento e Gestão Institucional

Controles

Prestação Jurisdicional

Gestão Jurídica, Adm. e Tecnológica

PROJETOS ASSOCIADOS

“p27. Projeto Justiça em Dia”

O projeto em epígrafe se subdivide em “p27.1. Justiça em Dia 1º Grau” e “p27.2. Justiça em Dia 2º Grau”. No 1º grau, seu objetivo primordial é promover a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional, enquanto que no 2º pretendeu, em 2019, processar e julgar todos os processos de prestação de contas eleitorais dentro dos prazos estabelecidos no Calendário Eleitoral. Em nível das Zonas Eleitorais, foi realizada a mobilização de força de trabalho temporária, através de mutirões e de força tarefa, para julgamento de processos nas zonas e/ou regiões com sobrecarga de trabalho, especialmente os de prestação de contas e aqueles outros que poderiam implicar a perda de mandato eletivo. Já no 2º grau, foi aprimorada a sistemática de monitoramento do acervo processual e proposto e editado normativo, estabelecendo diretrizes para o julgamento célere das prestações de contas dos candidatos não eleitos nas Eleições 2018 e das prestações de contas anuais partidárias. Através dessas iniciativas, consolidadas com a participação dos membros da Corte e servidores, foi possível obter resultados positivos para o cumprimento das metas e, conseqüentemente, reduzir a taxa de congestionamento e o tempo médio de tramitação processual.

“p29. Projeto Ética no TRE-BA”

O projeto visa a formular e operacionalizar rotina de disseminação contínua e monitoramento do cumprimento do código de ética. Previsto para se realizar entre 2017.2 a 2020.2, encontrando-se em andamento normal.

“p24. Projeto Evolução da Maturidade dos Processos”

O projeto “Evolução da Maturidade dos Processos” visa a mapear os processos críticos do Tribunal, relacionados à sua Cadeia e Valor, prevendo, dentre suas entregas, a implantação de controles para a garantia da integridade dos processos. O rol dos mapeados em 2019 contemplou aqueles atinentes a processos finalísticos do órgão, relacionados ao atendimento de eleitores e atividades de eleições (planejamento, monitoramento e avaliação das eleições; vistoria de locais de votação na capital e no interior; e fechamento do cadastro eleitoral no interior). Além disso, em decorrência da iniciativa, houve a disseminação de conhecimento relacionado à temática, mediante a promoção de capacitações de servidores.

46

INDICADORES ASSOCIADOS

Gráfico 17 i8 – Taxa de julgamento dos processos de cassação de mandato eletivo - 2º grau (Meta Nacional 4/2019)

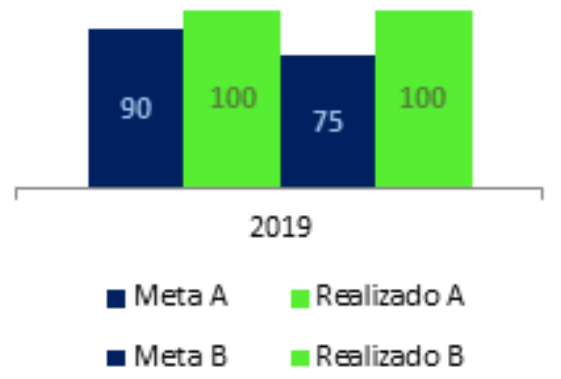


Gráfico 18 i9CAMP – Taxa de julgamento de prestação de contas de campanha de partidos políticos - 2º grau

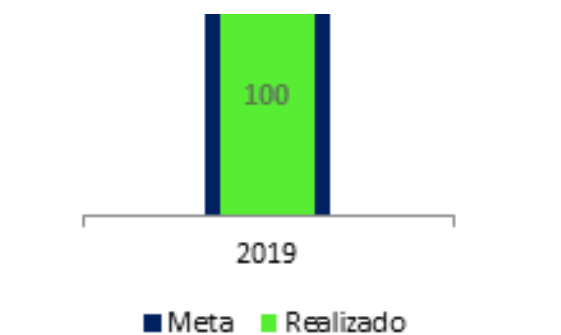


Gráfico 21 i9PP – Taxa de julgamento das prestações de contas de partidos políticos - 2º grau

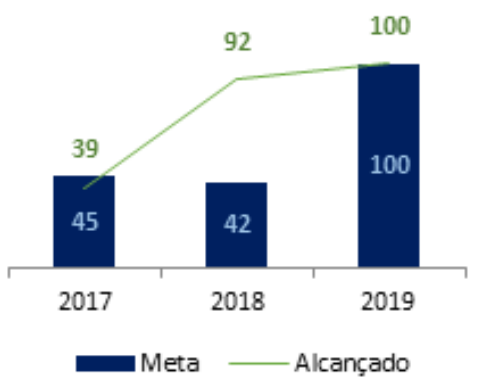


Gráfico 19 i8 – Taxa de julgamento dos processos de cassação de mandato eletivo - 1º grau (Meta Nacional 4/2019)

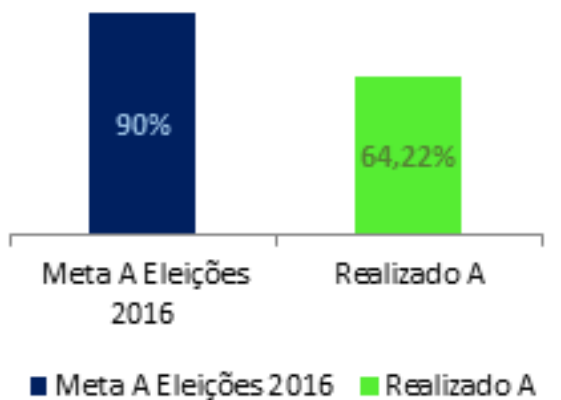


Gráfico 20 i9NE – Taxa de julgamento de prestações de contas de candidatos não eleitos - 2º grau

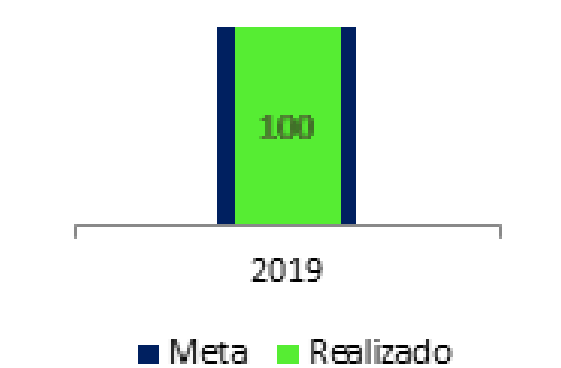
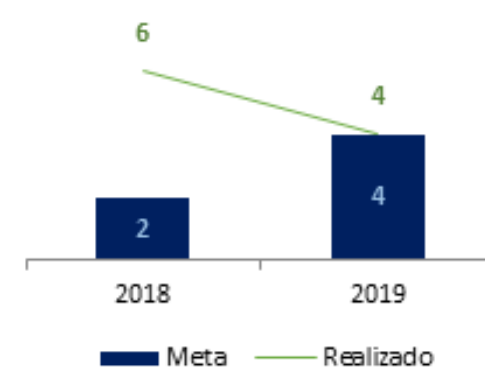


Gráfico 22 i10 – Número de ações de promoção de valores éticos



DESAFIOS FUTUROS

- Julgar integralidade dos processos de prestações de contas e outros que possam implicar a perda de mandato eletivo, no primeiro grau, referentes a Eleições 2016 e anteriores
- Dispor de ferramenta tecnológica que possibilite o efetivo monitoramento do acervo e do cumprimento das metas, inclusive de processos eletrônicos
- Capacitar magistrados e servidores de 1º Grau na matéria
- Realizar ações de disseminação do Código de Ética e de Conduta
- Mapear e gerir os riscos do processo de apreciação de contas partidárias.

Aumentar a celeridade e produtividade na prestação jurisdicional



Problemas a serem tratados

- Tempo de tramitação das ações judiciais superior ao almejado
- Taxa de congestionamento dos processos judiciais superior à almejada
- Sobrecarga de trabalho dos servidores que atuam na área judiciária.



Prioridades estabelecidas

- Melhorar continuamente o processo de prestação jurisdicional
- Informatizar processos judiciais
- Catalogar e tornar acessível a jurisprudência
- Priorizar o atendimento às demandas do 1º grau de jurisdição
- Identificar e equacionar sobrecarga de processos judiciais nas zonas eleitorais
- Atender as metas fixadas pelo CNJ quanto à celeridade e produtividade na prestação jurisdicional (Metas Nacionais 1 e 2).



Resultados alcançados

- 142,7% de cumprimento da Meta Nacional n.º 1 (Julgar mais processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente)
- 99,3% de cumprimento da Meta Nacional n.º 2 (Identificar e julgar até o final de 2019, pelo menos, 90% dos processos distribuídos até dez/2017)
- Significativa redução da taxa de congestionamento no 1º Grau
- Mais de 90% de processos julgados em menos de 1 ano em ambos os graus
- Implantação do PJE no 1º Grau (Meta Específica n.º 2/2019).

Justificativas para os resultados



Apesar do TRE-BA não ter alcançado a Meta Nacional n.º 2, especialmente por conta dos resultados no 1º Grau, entende-se que seu desempenho, no que tange à celeridade e produtividade na prestação jurisdicional foi excelente, haja vista o quantitativo de processos julgados em menos de 1 ano, o percentual de superação da Meta Nacional n.º 1 e a significativa redução do acervo (principalmente nas Zonas Eleitorais), o que, por mais um ano, deve colocar o Regional Baiano dentre os primeiros Tribunais Eleitorais com menor taxa de congestionamento.

Tais resultados, conforme mencionado no objetivo anterior, deveram-se ao monitoramento contínuo realizado pelo órgão, com reuniões mensais de alinhamento, edição de normativo interno com o propósito de garantir maior celeridade na tramitação e instrução dos processos de prestação de contas, mutirões e força tarefa realizados no 1º Grau. Entende-se que o não atingimento da Meta 2 foi ocasionado pela falta de direcionamento específico para cumprimento de cada Meta estabelecida, deficiência dos sistemas utilizados para coleta de estatísticas processuais, além dos fatores elencados no objetivo anterior, vez que os processos antigos coincidem com aqueles relacionados à Meta 4, cujos ritos são mais complexos e demorados.

MACROPROCESSOS ASSOCIADOS NA CADEIA DE VALOR



PROJETOS ASSOCIADOS



“p27. Projeto Justiça em Dia”

Resultados dos projetos “27.1. Justiça em Dia 1º Grau” e “p27.2. Justiça em Dia 2º Grau” já informados no Objetivo Estratégico anterior.



“p24. Projeto Evolução da Maturidade dos Processos”

Resultados do projeto já informados no Objetivo Estratégico anterior.



“p28. Projeto Busca Jus”

Iniciativa que objetiva criar mecanismos eficientes de busca de jurisprudências de interesse do TRE-BA, o projeto encerrou-se no início de 2019 e entregou como resultados o Boletim de Jurisprudência, o Manual de pesquisa de Jurisprudência, além do levantamento das necessidades de apoio em pesquisa de jurisprudência das Zonas Eleitorais e dos gabinetes das Secretarias

INDICADORES ASSOCIADOS

Gráfico 23 i4 – Taxa de congestionamento de processos judiciais - 1º grau

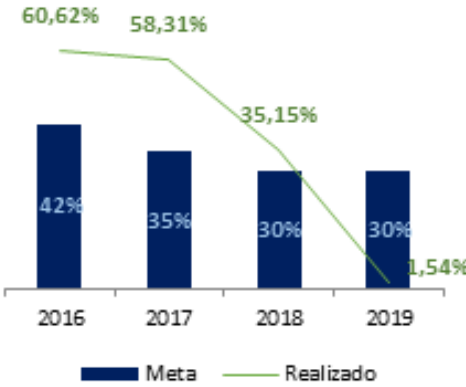


Gráfico 24 i4 – Taxa de congestionamento de processos judiciais - 2º grau

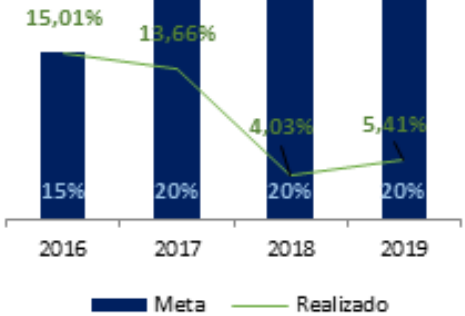


Gráfico 25 i5 – Taxa de agilidade no Julgamento - 1º grau

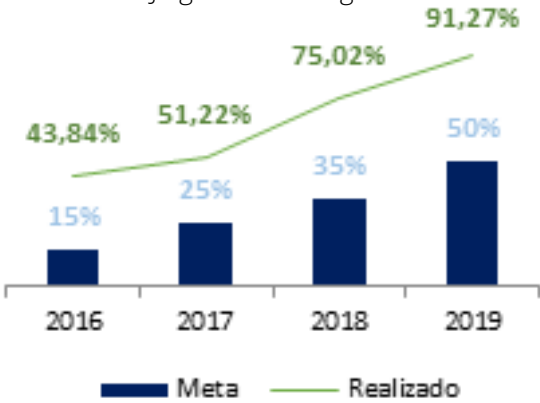


Gráfico 27 i6 – Taxa de julgamento de processos de conhecimento - 1º grau (Meta Nacional 1/CNJ)

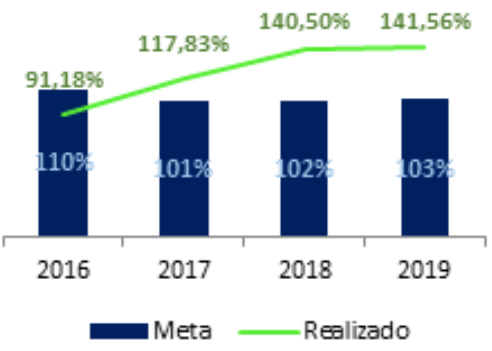


Gráfico 29 i7 – Taxa de julgamento de processos antigos - 1º grau (Meta Nacional 2/CNJ)

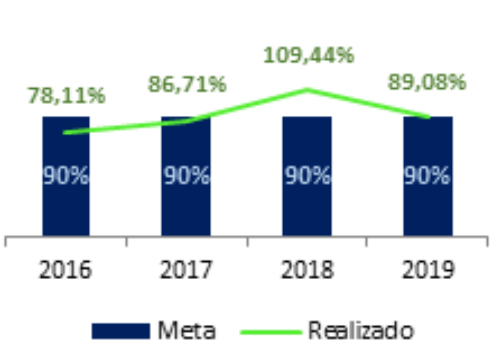


Gráfico 26 i5 – Taxa de agilidade no Julgamento - 2º grau

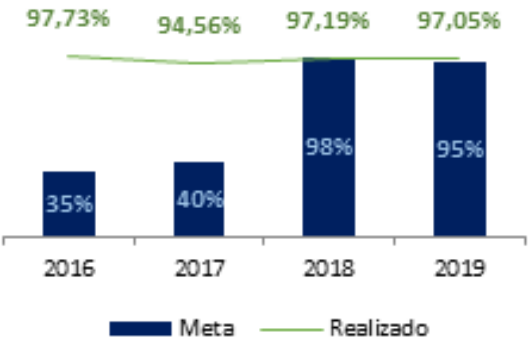


Gráfico 28 i6 – Taxa de julgamento de processos de conhecimento - 2º grau (Meta Nacional 1/CNJ)

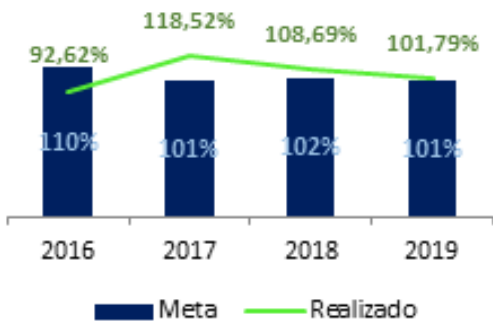
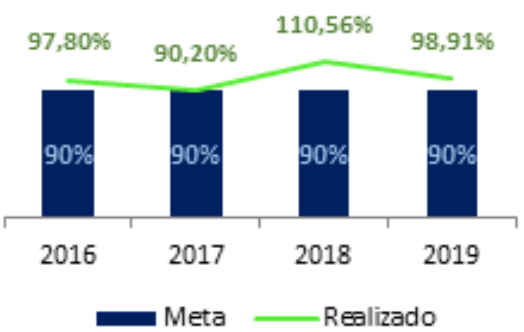


Gráfico 30 i7 – Taxa de julgamento de processos antigos - 2º grau (Meta Nacional 2/CNJ)



DESAFIOS FUTUROS

- Migrar todo o acervo processual físico do 1º Grau para o PJE
- Realizar primeiras eleições municipais com processo judicial eletrônico implantado nas zonas
- Julgar os processos das Eleições 2020 nos prazos definidos no Calendário Eleitoral
- Implantar novo modelo de gestão, tendo em vista os resultados do I Planejamento Participativo CRE-Zonas Eleitorais e do Desdobramento da Estratégia na SCR e nas Zonas
- Dispor de ferramenta tecnológica que possibilite o efetivo monitoramento do acervo e do cumprimento das metas, inclusive de processos eletrônicos
- Capacitar magistrados e servidores de 1º Grau.

Fortalecer a segurança do processo eleitoral



Problemas a serem tratados

- Eventual risco de ocorrência de fraudes no processo de votação, especialmente quanto à identificação do eleitor, havendo necessidade de adoção de ações de tratamento pertinentes
- Vulnerabilidade do processo de identificação manual do eleitor.



Prioridades estabelecidas

- Realizar recadastramento Biométrico em larga escala
- Coletar dados biométricos com qualidade.



Resultados alcançados

- Realização da revisão extraordinária do eleitorado com coleta de dados biométricos em 281 municípios (70% dos municípios da Bahia) simultaneamente
- Mais de 90% do eleitorado da Bahia biometrizado até o final de 2019.

Justificativas para os resultados

A revisão do eleitorado com a coleta de dados biométricos recebeu, por mais um ano, especial atenção da gestão. Com o propósito de aprimorar os serviços prestados, o projeto estratégico “Biometria na Bahia” teve seu escopo e plano geral alterados, tendo sido implementadas diversas iniciativas por tal motivo. Nessa cadência, foram realizadas audiências públicas em todo o Estado, para promover a divulgação da nova logística do recadastramento biométrico e intensificaram-se as parcerias com outras entidades públicas e privadas para consecução do projeto. Priorizou-se o atendimento do eleitor por hora marcada, de maneira a evitar formação de longas filas, e foi estabelecida a meta de biometrizar a totalidade de eleitores do Estado até fevereiro/2020. Ademais, com base nas demandas da população local e de agentes públicos, foram criados novos postos de atendimento, realizados mutirões e atendimentos itinerantes com o “Caminhão da Biometria”, de modo a facilitar o acesso aos serviços do Tribunal.

MACROPROCESSOS ASSOCIADOS NA CADEIA DE VALOR



PROJETOS ASSOCIADOS



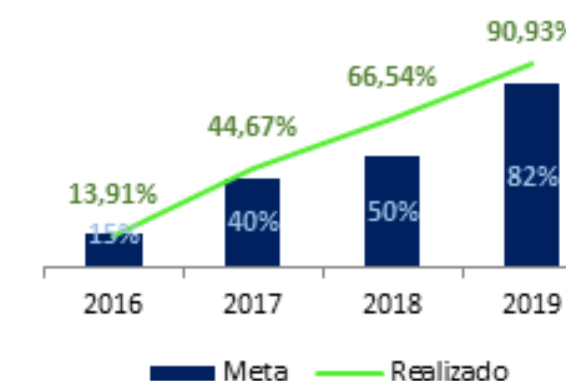
“p25. Projeto Biometria na Bahia”

Objetiva planejar a revisão biométrica extraordinária em todo o Estado da Bahia, estabelecendo rotinas para melhoria da qualidade da coleta, e planos de ação para determinar o período e as zonas a serem recadastradas progressivamente. Os resultados referentes ao projeto serão tratados mais adiante, neste Capítulo, na parte de Resultados em destaque.



INDICADORES ASSOCIADOS

Gráfico 31 i12 – Taxa de eleitores com cadastro biométrico



DESAFIOS FUTUROS

- Como o projeto “Biometria na Bahia” se encerrará em fevereiro de 2020, será necessário avaliar se o Objetivo Estratégico, nos moldes como foi concebido, foi atingido no ciclo ou se precisará ter o seu escopo alterado.

Melhorar o desempenho dos processos organizacionais



Problemas a serem tratados

- Ocorrência de etapas desnecessárias nos processos de trabalho
- Processos onerosos relativamente ao custo e tempo de realização
- Rotinas excessivamente manuais
- Gargalos nos fluxos de processos.



Prioridades estabelecidas

- Promover o mapeamento de, ao menos, 4 subprocessos no eixo Finalístico, da Cadeia de Valor
- Ajustar o projeto “Evolução na Maturidade dos Processos”, atendendo às determinações dos órgãos de controle interno e externos
- Atualizar metodologia de processos no órgão
- Promover evolução da capacitação de servidores na matéria.



Resultados alcançados

- Mapeamento de 4 processos finalísticos do órgão, conforme sua cadeia de valor: “Planejar, Monitorar e Avaliar Eleições”; “Realizar Atos Preparatórios de Eleições” - subprocessos “Convocação e Treinamento de Mesários” e “Vistoria de Locais de Votação e Justificativa”; e “Gestão de Atendimento ao Eleitor no Final do Alistamento”
- Evolução da maturidade do órgão na matéria por meio de capacitação de servidores.

Justificativas para os resultados

O único indicador que está associado ao objetivo estratégico em questão não alcançou a meta estabelecida por apenas 2%. O resultado deveu-se à revisão da forma de medir o indicador na última RAE realizada no ano de 2019, no mês de dezembro, quando, por recomendação de auditoria interna, ao invés de se prever metas para processos a serem mapeados por ano, foram estabelecidos percentuais para cumprimento durante o ciclo do PEI 2016-2021. Nesse sentido, apesar de o órgão ter cumprido a proposta inicialmente estabelecida para mapear 4 processos finalísticos no exercício, tendo em vista o não atingimento da meta em 2017, o percentual acumulado de processos a serem mapeados não pôde ser cumprido até 2019. Ressalte-se que, apesar de alguma evolução na matéria, remanescem dificuldades a serem superadas no projeto, tais como: incipiência da cultura organizacional quanto à gestão de processos; limitação de servidores que atuam na unidade responsável pelo mapeamento de processos e sobrecarga das atividades operacionais nas unidades.

MACROPROCESSOS ASSOCIADOS NA CADEIA DE VALOR



PROJETOS ASSOCIADOS



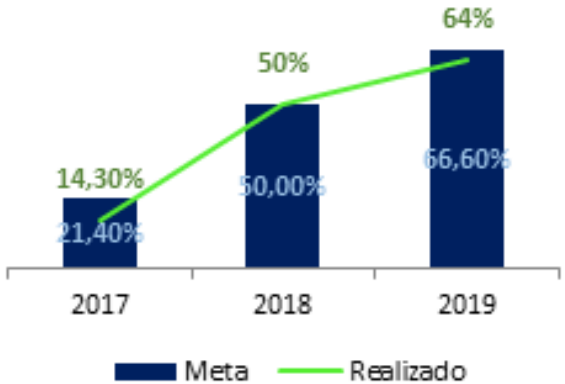
“p24. Projeto Evolução da Maturidade dos Processos”

Os resultados alcançados pelo projeto p24. Evolução da Maturidade dos Processos foram apresentados anteriormente, quando se tratou sobre o objetivo “Contribuir para o combate à corrupção e à improbidade administrativa”



INDICADORES ASSOCIADOS

Gráfico 32 i13 – Taxa de processos organizacionais no nível 3 de maturidade



DESAFIOS FUTUROS

- Capacitar servidores para procederem ao mapeamento dos processos de trabalho.
- Ampliar a oferta de sistemas informatizados, com base no resultado do mapeamento realizado.
- Envolver os gestores e servidores na utilização do mapeamento como ferramenta para melhoria do desempenho.
- Promover o mapeamento de, pelo menos, 3 processos constantes da Cadeia de Valor.

Assegurar a efetividade da comunicação interna



Problemas a serem tratados

- Ruído na comunicação interna
- Informações internas divulgadas de forma não padronizadas e por canais distintos
- Dificuldade para encontrar conteúdos disponibilizados pelas unidades
- Falta de conhecimento dos serviços internos prestados (área responsável, forma de acesso etc.).



Prioridades estabelecidas

- Disponibilizar informações institucionais e administrativas de forma abrangente, clara e tempestiva para o público interno
- Estabelecer diretrizes, processos, ferramentas e padrões de comunicação interna
- Disponibilizar informações ao público interno de forma estruturada e acessível, por meio de canais ágeis e efetivos
- Divulgar serviços de cada área de forma atrativa
- Conscientizar servidor do seu papel na efetividade da comunicação interna.



Resultados alcançados

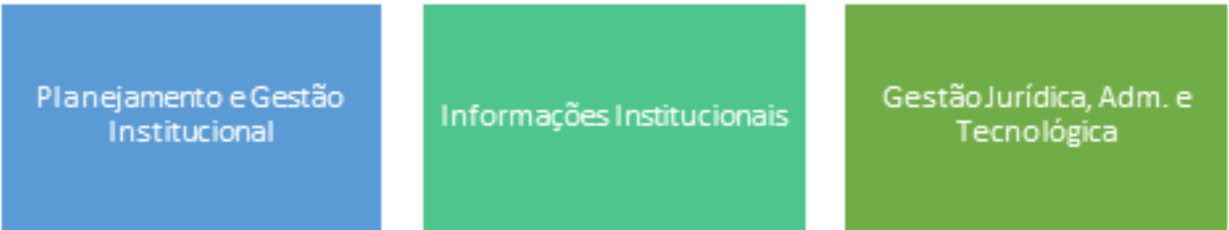
- Conclusão da implantação da Nova Intranet
- Disponibilização do Repositório Digital
- Melhor índice de satisfação do público interno, no ciclo, com as informações disponibilizadas.

Justificativas para os resultados



Os projetos relacionados ao objetivo estratégico em comento tiveram continuidade, efetivando-se as entregas nos prazos fixados. Assim, em 2019, foi concluída a implementação da nova intranet e do repositório digital, disponibilizando conteúdo com mais funcionalidades e facilitando o acesso do público interno às informações institucionais. Já o indicador associado ao presente objetivo (que não foi medido em 2018), teve o melhor resultado no ciclo atribuído pela unidade que o gerencia (ASCOM) ao trabalho constante nas redes sociais, à produção de boletins diários e ao lançamento do informativo “O Cafezinho”. A unidade reconhece que um fato dificultador para o objetivo é a confusão que o usuário faz entre comunicação interna e comunicação administrativa. Informa, ainda, que o resultado do indicador pode ser alavancado com a implementação das mudanças sugeridas na pesquisa de opinião realizada e aplicação do plano de comunicação na integralidade.

MACROPROCESSOS ASSOCIADOS NA CADEIA DE VALOR



PROJETOS ASSOCIADOS



“p21. Projeto Nova Intranet”

O projeto, encerrado no exercício de 2019, teve como objetivos assegurar a melhoria na efetividade da comunicação interna entre as unidades e os servidores do Tribunal e aperfeiçoar a intranet do órgão. Com a iniciativa, foi disponibilizada nova plataforma para acesso e navegação na rede interna do TRE-BA, com mais funcionalidades e interface amigável e colaborativa, padronizando os critérios para divulgação de conteúdo e melhorando o acesso interno a informações institucionais e administrativas. A iniciativa também instituiu um repositório digital para compartilhamento de documentos entre unidades do TRE, de modo a concentrar a disponibilização de arquivos em um único ambiente, facilitando e agilizando a busca por informações/orientações.



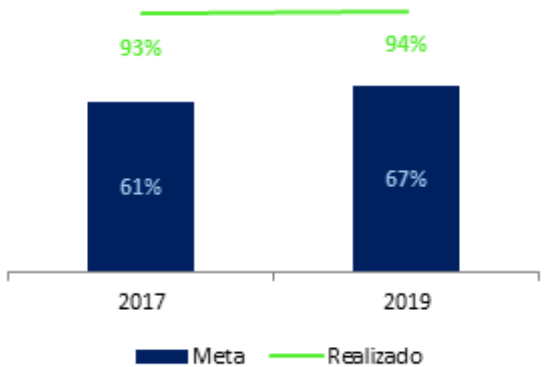
“p22. Projeto Servidor 2.0”

Projeto iniciado no exercício de 2019 e que objetiva disponibilizar internamente e de forma adequada os serviços prestados por cada unidade, bem como conscientizar os servidores do seu papel na efetividade da comunicação interna e administrativa. Após deliberação do Conselho de Governança, na Reunião da Análise da Estratégia (RAE) de 5/12/2019, o projeto “p.6.3 - Aprimoramento da Comunicação Interna” foi fundido ao projeto em comento, tendo em vista a similitude dos temas e objetivos tratados por ambos.



INDICADOR ASSOCIADO

Gráfico 33 i14 – Taxa de satisfação do público interno com as informações institucionais disponibilizadas



DESAFIOS FUTUROS

- Difundir as funcionalidades da nova intranet e do repositório digital dentre servidores, magistrados e colaboradores, tornando-os mais familiares aos usuários
- Definir rotinas para atualização periódica dos informativos contidos na intranet
- Elaborar planos de comunicação das unidades, para divulgação de seus serviços
- Disponibilizar carta de serviços internos.

Aperfeiçoar a qualidade do gasto público



Problemas a serem tratados

- Deficiência na fase do planejamento das contratações
- Dificuldade de executar a contratação conforme o planejado
- Utilização de materiais, equipamentos e serviços, além do estritamente necessário
- Necessidade de racionalizar os gastos públicos em virtude das limitações orçamentárias.



Prioridades estabelecidas

- Estabelecer padrões de compras, consumo e gestão documental sustentáveis
- Racionalizar compras de materiais de consumo
- Gerenciar custos
- Controlar recebimento, movimentação de crédito e execução da despesa programada
- Planejar e executar plano operacional em conformidade com as diretrizes e refletido no plano orçamentário.



Resultados alcançados

- Instituição da Política de Contratações do órgão (Resolução Administrativa n.º 3/2019)
- Racionalização do material de consumo e permanente no órgão (Portaria n.º 351/2019)
- Alcance das metas relacionadas à redução de consumo (à exceção da energia elétrica)
- Primeiro ano, no ciclo do PEI, que a execução orçamentária superou a meta de aderência ao planejamento orçamentário
- Melhor desempenho, no ciclo, do indicador relacionado à execução financeira.

Justificativas para os resultados

Apesar de o objetivo não ter sido atingido no exercício, foi o ano de melhor desempenho geral dos seus indicadores, em especial daqueles relacionados ao consumo racional e consciente e à aderência e execução financeira. No que toca ao i32, o desempenho deveu-se ao incremento das campanhas de conscientização, realizadas pelo PLAS e ASCOM, e à edição de normativo dispondo sobre a racionalização do material de consumo e permanente. Os resultados do i25 e parte do i30 justificam-se pela disponibilização dos créditos orçamentários no início do exercício financeiro (possibilitando o empenho das despesas referentes aos contratos vigentes e das despesas estimadas anuais e execução conforme planejado), significativa quantidade de licitações com êxito, tramitação célere dos processos de contratações. Segundo a SOF, apesar do melhor desempenho, a execução financeira foi impactada pelo recebimento de créditos adicionais no último trimestre de 2019 para despesas com os serviços de reforma do Fórum de Porto Seguro, contratados em dezembro, assim como os investimentos destinados à modernização da infraestrutura de TIC e aquisição de equipamentos diversos que não foram totalmente pagos dentro do exercício. Quanto aos demais indicadores que tiveram desempenho abaixo das metas estabelecidas, os principais empecilhos para o alcance foram: • alteração no quadro de servidores das unidades demandantes (ocasionando deflagração de processos após o prazo e a revisão do planejamento) • resistência de prestador de serviço em efetuar as melhorias sugeridas na pesquisa. Ademais, os indicadores i23 e i24 carecem de revisão, posto que não retratam o que pretendem medir ou estão com fórmula equivocada.

MACROPROCESSOS ASSOCIADOS NA CADEIA DE VALOR

Gestão Jurídica, Adm. e Tecnológica



PROJETOS ASSOCIADOS



“p.18 Projeto Sistema GEORFI”

O projeto, iniciado em 2019, objetiva desenvolver um Sistema de Gestão Orçamentária e Financeira. Considerando o programa de qualificação do processo de orçamentação e do gasto público, desenvolvido pela SOF/COORC, verificou-se a necessidade de alteração da ficha do extinto projeto “GastCred”, de modo a abranger não apenas a programação, mas também o planejamento, monitoramento, execução orçamentária e financeira. Com a implementação do novo sistema (GEORFI), tarefas serão automatizadas, assegurando a qualidade e a integridade de informações para subsidiar a tomada de decisões. A ferramenta encontra-se em fase de desenvolvimento pela fábrica de software



“p.19 Projeto PLANOP”

Projeto iniciado no segundo semestre de 2019, objetiva desenvolver modelo de Plano Operacional (PLANOP) em conformidade com as diretrizes anuais da organização, com o intuito de estruturar as necessidades de aquisições para o funcionamento de cada unidade do TRE-BA.



INDICADORES ASSOCIADOS

Gráfico 34 i23 – Taxa de adequação ao Plano Anual de Contratações (PLANCONT)

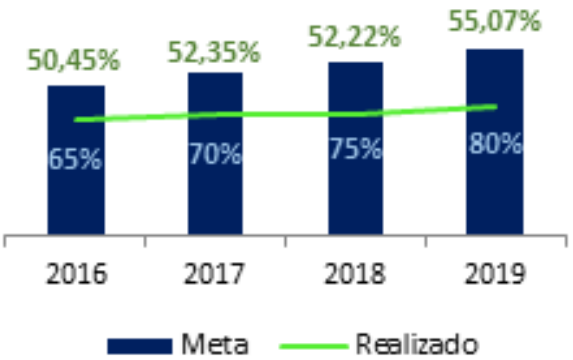


Gráfico 35 i24 – Taxa de satisfação com a qualidade das contratações

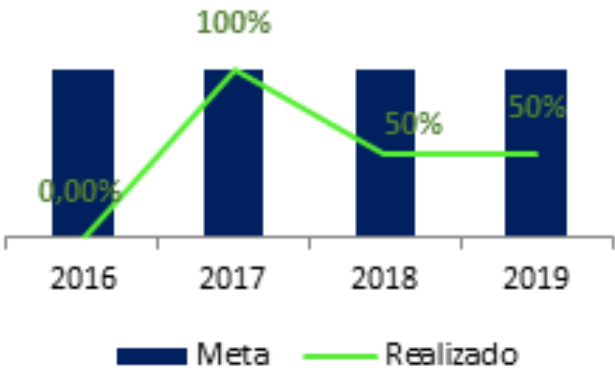


Gráfico 36 i25 – Aderência da execução ao planejamento orçamentário

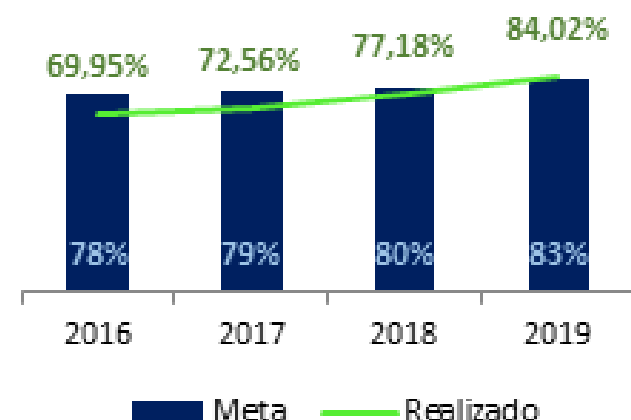


Gráfico 37 i30 – Taxa de execução financeira

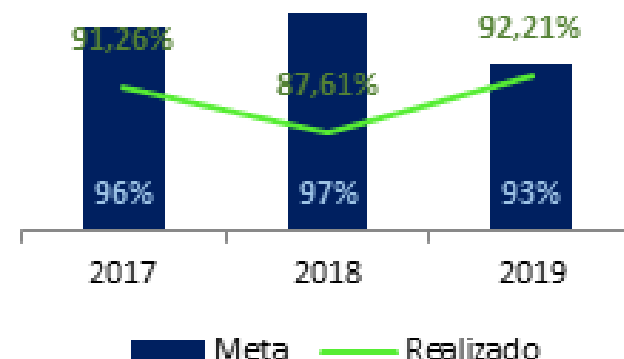
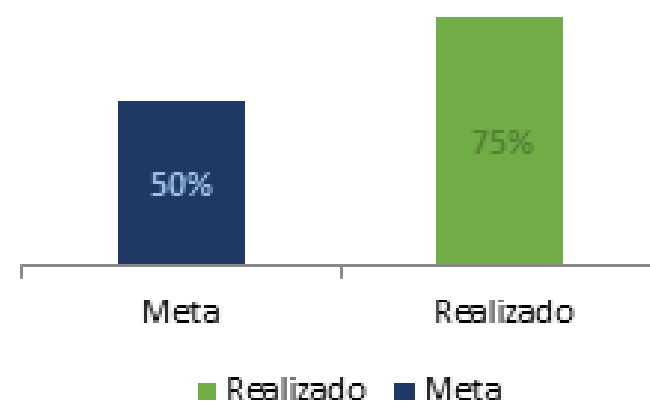


Gráfico 38 i32 – Taxa de Alcance das metas do PLS 2018- 2021



DESAFIOS FUTUROS

• Adequar indicadores de desempenho (i23 e i24) às necessidades do órgão • Atuação efetiva dos Grupos Executivos do PLAS • Reduzir consumo de energia elétrica do órgão • Efetivar os termos da Portaria n.º 103/2018 para os contratos de serviço do órgão e expandi-las para os de bens de consumo ou duráveis • Evoluir a maturidade do órgão em planejamento de contratações, inclusive com gestão de riscos • Implantar sistema para gestão orçamentária, financeira e de custos • Desenvolver Plano Operacional em conformidade com as diretrizes anuais da organização.

Fomentar ações de responsabilidade social e práticas ambientais sustentáveis



Problemas a serem tratados

- Necessidade da realização de ações voltadas à conscientização política dos cidadãos
- Cultura organizacional incipiente para as práticas ambientais sustentáveis
- Dificuldade no descarte adequado de materiais
- Impacto ambiental decorrente das atividades do órgão
- Melhorar a acessibilidade dos prédios onde funciona a Justiça Eleitoral baiana, inclusive com foco nos locais de votação.



Prioridades estabelecidas

- Ampliar ações de conscientização para cidadania
- Sedimentar práticas ambientais
- Promover acessibilidade.



Resultados alcançados

- Maior número de pessoas atingidas por ações sociais no ciclo do PEI (9.237)
- 105 ações de cidadania realizadas
- 69 escolas, em todo o Estado, atendidas com ações voltadas à conscientização do eleitor
- Atingimento da Meta Específica n.º 1/2019
- Realização de 38 ações ambientais no órgão
- Instituição do Programa de Acessibilidade e Inclusão do TRE-BA (Resolução Administrativa n.º 21/2019)
- Realização da Semana da Inclusão, com cerca de 400 novos registros de eleitores com deficiência colhidos.



Justificativas para os resultados

Apesar de o objetivo ter sido priorizado para o ano, sua meta não foi cumprida, em virtude dos resultados do i15 e do i17AA. O indicador i15., gerenciado pela SGA não alcançou a meta estabelecida posto que apenas foram concluídas integralmente as obras nos Fóruns de Jequié e Tucano. Não obstante, foram contratadas as reformas dos Fóruns de Porto Seguro e Vitória da Conquista, com previsão de início até mar/2020, bem como estão em andamento os projetos de reforma de mais 5 prédios. Além disso, foram realizadas outras ações na área de acessibilidade que não puderam ser contabilizadas no atual formato do indicador, tais como: construção, reforma e adaptação de sanitários acessíveis no edifício sede e anexo I, além de adaptações em alguns cartórios do interior do Estado. A unidade apontou "o aumento no volume de trabalho sem o quantitativo suficiente de pessoal técnico" como fator dificultador ao alcance da meta. Como medidas a serem adotadas para alavancar o resultado em 2020, indicou a necessidade de revisão do referido indicador, com o propósito de contabilizar obras parciais (não apenas do prédio todo) e do acompanhamento e celeridade nos processos de contratação dos serviços (obras e projetos). Quanto ao i17AA, apesar de terem sido realizadas 38 ações ambientais no ano, não foram contemplados todos os 12 eixos do PLS – faltou o eixo telefonia. O PLAS atribuiu o resultado ao funcionamento prejudicado dos seus grupos executivos, que só tiveram novos membros designados em out/2019. Quanto aos i16. e i17, com ótimos desempenhos, as principais unidades que os impulsionam são a EJE e a SGP e atribuíram os resultados ao seguinte: grandes eventos realizados nas escolas por conta do projeto Eleitor do Futuro; realização do Colóquio Internacional de Direito Eleitoral e das "sextas culturais"; incentivo à participação dos estagiários nas ações promovidas; elaboração de planejamento e cronograma antecipados; engajamento e disponibilidade das servidoras facilitadoras das ações.

MACROPROCESSOS ASSOCIADOS NA CADEIA DE VALOR



PROJETOS ASSOCIADOS



“p.14 Projeto MelhorAcessibilidade”

Iniciativa que visa à remoção gradual de barreiras físicas e arquitetônicas, de comunicação e atitudinais para promoção do acesso amplo e irrestrito de pessoas com deficiência no âmbito da Justiça Eleitoral Baiana. Para tanto, necessário se fez conhecer a realidade dos eleitores com deficiência ou mobilidade reduzida em todo o estado, coletar dados sobre as condições de acessibilidade dos locais de votação, o quantitativo de seções especiais disponibilizadas para o público, bem como levantar dados acerca das possíveis ações inclusivas adotadas pelo Tribunal. Após o diagnóstico das condições de acessibilidade, foram iniciadas as mudanças que, efetiva e paulatinamente, estão implantando a melhoria da acessibilidade no âmbito de todo o Tribunal, como a definição, quanto à acessibilidade, de padronização estrutural dos cartórios eleitorais, a adequação dos prédios onde funcionam os cartórios, aquisição de cadeiras de rodas para o Edifício-Sede/Cartórios, fones de ouvido para as seções especiais, realização de convênios/parcerias com entidades representantes de pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, e a requisição aos cartórios eleitorais da observância do registro no ELO da condição do portador de deficiência ou mobilidade reduzida. O projeto está em fase de encerramento, especialmente com a instituição do Programa de Acessibilidade e Inclusão do TRE-BA, por meio da Resolução Administrativa n.º 21/2019.



INDICADORES ASSOCIADOS

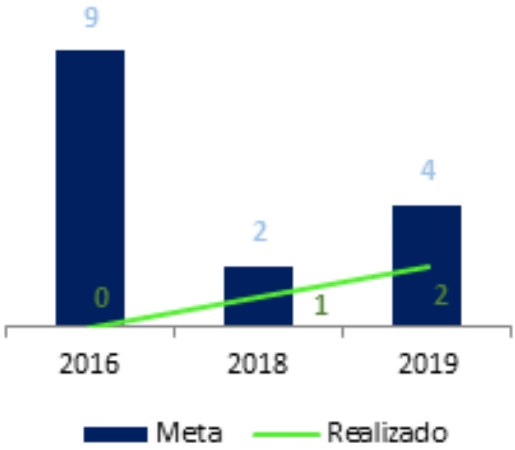


Gráfico 39 i15 – Número de adequações das instalações físicas às normas de acessibilidade

Gráfico 40 i16 – Número de pessoas atingidas por ações sociais

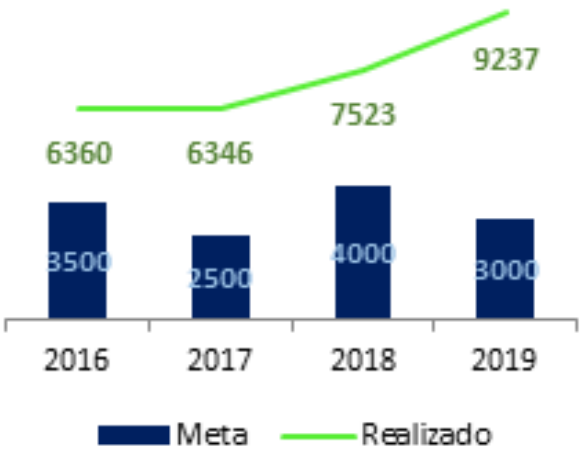


Gráfico 41 i17AS – Número de ações sociais

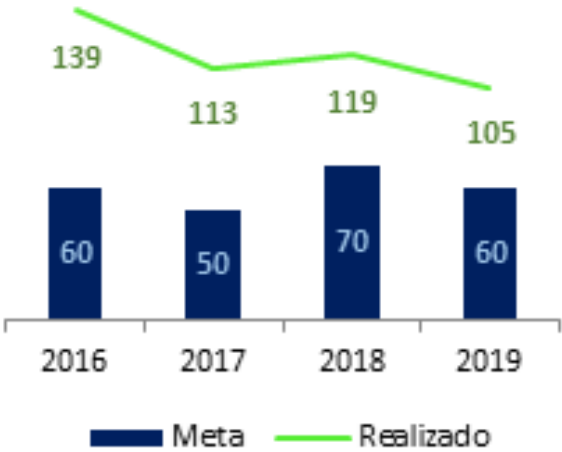


Gráfico 42 17AA – Número de ações ambientais



DESAFIOS FUTUROS

- Realizar obras de acessibilidade em, pelo menos, quatro prédios próprios do TRE-BA.
- Firmar parcerias com outras entidades para adequação da estrutura dos prédios onde se realizam as eleições
- Realizar ações para conscientização ambiental nos 12 eixos do PLS
- Atuação efetiva dos Grupos Executivos do PLAS
- Ampliar o alcance das ações sociais
- Adequar indicador de desempenho i15 às necessidades do órgão.

Promover a melhoria dos serviços de TIC



Problemas a serem tratados

- Dificuldade no entendimento dos fluxos dos processos de trabalho, ante às especificidades técnicas
- Grande demanda não atendida por sistemas informatizados.



Prioridades estabelecidas

- Otimizar processos internos de TIC
- Instaurar demandas de sistemas com escopo, fluxo de processos e requisitos básicos iniciais
- Definir prioridades de desenvolvimento de sistemas.



Resultados alcançados

- Aprovação de 89,7% dos usuários internos de TIC que responderam a pesquisa de satisfação
- Implantação de novo parque computacional nas zonas eleitorais
- 13 soluções informatizadas desenvolvidas/aperfeiçoadas no período
- aquisição de solução de tecnologia hiperconvergente, composta por equipamentos de comunicação de dados, armazenamento e processamento de alto desempenho.

Justificativas para os resultados

O indicador associado ao objetivo estratégico em questão foi medido pela segunda vez no ciclo do PEI, tendo em vista a publicação do Caderno de Indicadores do Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação (PETI) em 2018, e teve sua meta revista no exercício. O resultado superou a meta estabelecida em 2,5%, especialmente pelos desempenhos relacionados a execução e aderência orçamentária em TIC, gerenciamento de riscos, aderência ao PLANCONT TIC e ao PAC de TIC; e evolução em governança de TIC. Não obstante, considerando que 2 indicadores do PETI não puderam ser mensurados por mais um ano, assim como considerando outros aspectos, revela-se necessário revisar o Caderno, o que já foi iniciado em 2019. Merecem destaque ainda

- o início dos trabalhos da contratação relacionada à fábrica de software
- Definição de que o mapeamento dos processos de trabalho é pré-requisito para a solicitação de sistemas para atendê-los
- Insuficiência do quadro de servidores para desenvolvimento de sistemas informatizados
- Substituição de todo o parque computacional no 1º Grau, inclusive com a disponibilização de segundo monitor (facilitar uso do Pje).

MACROPROCESSOS ASSOCIADOS NA CADEIA DE VALOR

Planejamento e Gestão Institucional

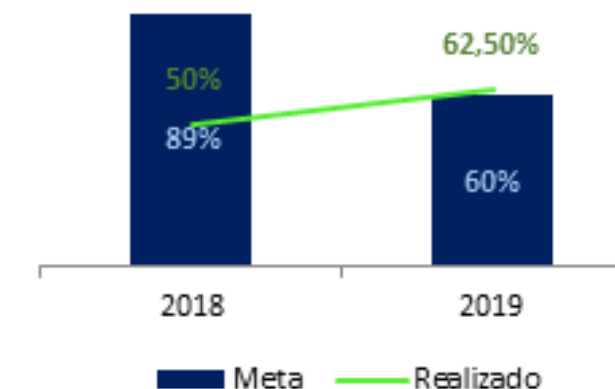
Gestão Jurídica, Adm. e Tecnológica

PROJETOS ASSOCIADOS

Em 2019, não houve projeto estratégico específico relacionado ao objetivo em comento, Não obstante, foram realizadas iniciativas que poderão ser verificadas na parte referente à demonstração da eficiência e conformidade legal da Gestão da Tecnologia da Informação (pág. 95 e ss).

INDICADORES ASSOCIADOS

Gráfico 43 i29 – Taxa de cumprimento das metas do PETI



DESAFIOS FUTUROS

- Implantar o projeto "Residência de TI"
- Revisar Caderno de Indicadores do PETI
- Aperfeiçoar os processos de trabalho relacionados à área de Tecnologia da Informação.

Aperfeiçoar a governança de TIC



Problemas a serem tratados

- Maturidade insuficiente do órgão em Governança de TIC
- Necessidade de aperfeiçoamento dos processos/procedimentos relativos à segurança da informação.



Prioridades estabelecidas

- Evoluir na adoção de práticas de governança de TIC.



Resultados alcançados

- Evolução de 0,04 pontos no Questionário IGovTIC-JUD
- Alcance do melhor nível de maturidade em governança de TIC (nível aprimorado) dentre os TREs de grande porte
- Revisão das instâncias internas de Governança de TIC (Resolução Administrativa n.º 29/2019)
- Edição de 3 normativos relacionados a Segurança da Informação.

Justificativas para os resultados



O objetivo foi considerado não atingido no exercício em virtude do não atingimento da meta do i27. Apesar da evolução do órgão em Governança de TIC, fruto da execução de um plano de ação elaborado com tal propósito, o TRE não alcançou a pontuação de 0,90, não atingindo o nível excelência a que pretendia. O desempenho abaixo do esperado foi atribuído, pela STI, à considerável perda de pontuação no quesito relacionado à força de trabalho, cujo cálculo contabiliza o total de usuários de TIC, inclusive os advogados cadastrados no PJe - número significativamente ampliado com a implantação do sistema no 1º Grau (cujo suporte efetivo é dado pelo TSE e não pelo TRE). Outros aspectos levantados dizem respeito ao superdimensionamento da meta estabelecida para o ano, principalmente considerando o salto na maturidade dado em 2018, demandando tempo para consolidação das práticas instituídas, bem como a complexidade das matérias remanescentes de aperfeiçoamento. Nesse sentido, o órgão precisará reavaliar as metas futuras, levando em conta os custos/benefícios, a insuficiência de técnicos de TI no quadro de servidores do Tribunal e a crescente demanda aos serviços da área.

MACROPROCESSOS ASSOCIADOS NA CADEIA DE VALOR

Planejamento e Gestão Institucional

PROJETOS ASSOCIADOS

Em 2019, não houve projeto estratégico específico relacionado ao objetivo em andamento, apesar de elaboração e execução de plano de ação para melhorar o desempenho do órgão no IGovTIC-JUD.

INDICADORES ASSOCIADOS

Gráfico 44 i27 – Evolução do índice de governança de TIC do TRE-BA

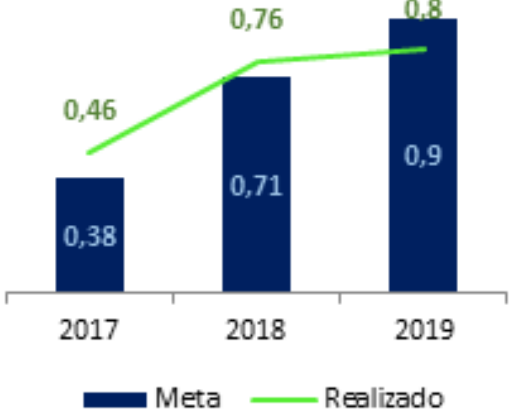


Gráfico 45 i28 – Número de normas de segurança da informação instituídas



DESAFIOS FUTUROS

- Avaliar a pertinência da manutenção das metas do indicador para os próximos anos do ciclo
- Evoluir a governança de TIC do órgão
- Evoluir a maturidade institucional em segurança da informação.

Promover a melhoria da governança de gestão de pessoas



Problemas a serem tratados

- Necessidade de adequação da força de trabalho às demandas
- Desmotivação dos servidores
- Desatualização dos processos de Gestão de Pessoas
- Realização de atividades manuais, que poderiam ser informatizadas.



Prioridades estabelecidas

- Distribuir estrategicamente a força de trabalho
- Disponibilizar e manter atualizadas informações da força de trabalho
- Realizar promoções baseadas no mérito
- Instituir mecanismos para recompensas e premiações de servidores
- Modernizar processos de Gestão de Pessoas
- Evoluir nas práticas de governança em Gestão de Pessoas
- Gerenciar competências do corpo funcional.



Resultados alcançados

- Realização de projeto para Dimensionamento da Força de Trabalho no Tribunal em conjunto com o TSE e outros TREs, por meio de consultoria da UNB
- Definição de modelo de competências gerenciais para ocupação de cargos e funções (Resolução Administrativa n.º25/2019)
- Evolução do programa de valorização de servidores da área de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC
- Instituição do Programa de Qualidade de Vida no Trabalho (Instrução Normativa n.º 5/2019).

Justificativas para os resultados



O objetivo estratégico em questão tem dois indicadores associados, sendo que o i19. Índice de satisfação e motivação do servidor não foi aplicável ao exercício, em virtude de deliberação do Conselho de Governança, na 1ª RAE de 2019, que alterou sua aplicação para anos eleitorais. O indicador i20., por seu turno, ultrapassou a meta estabelecida, obtendo-se a resposta positiva em 83,33% dos itens do questionário Perfil GovPessoas do TCU. A gestão de pessoas constitui-se em prioridade permanente do órgão, tendo sido concretizada no exercício de referência a instituição do Programa de Qualidade de Vida no Trabalho, que irá propiciar a elevação da satisfação no trabalho e proporcionar mais saúde e bem-estar psicossocial aos servidores, notadamente diante de um cenário de envelhecimento do quadro funcional, a consolidação do projeto TI Valoriza, que visa à valorização dos servidores da área e ao reconhecimento do caráter estratégico da unidade, e o significativo avanço do projeto referente ao dimensionamento da força de trabalho.

MACROPROCESSOS ASSOCIADOS NA CADEIA DE VALOR



PROJETOS ASSOCIADOS



“p7. Governança em Gestão de Pessoas”

A iniciativa visa a institucionalizar a prática e a melhoria contínua da Governança em Gestão de Pessoas no TRE-BA, a fim de fomentar o negócio da organização, através de mecanismos contínuos de avaliação, direcionamento e monitoramento do desempenho, dos resultados e do cumprimento das políticas e planos da Gestão de Pessoas. Em 2019, foi concluída a etapa relacionada a “Elaboração de políticas relacionadas com a governança de gestão de pessoas”, que fora iniciada em dezembro de 2016, bem como realizadas visitas técnicas a outros órgãos e capacitações atinentes à governança em gestão de pessoas.



“p8. Gestão por Competência”

O objetivo maior do projeto é alinhar a conduta e o desempenho dos servidores aos objetivos estratégicos do órgão, para promover a melhoria da governança em gestão de pessoas pela identificação das competências corporativas, gerenciais e técnicas e das necessidades de capacitação para subsidiar o Plano Anual de Capacitação – PAC e o Plano de Desenvolvimento de Líderes – PDL. Em julho de 2019, foi concluído o mapeamento das competências técnicas de todas as unidades do Tribunal, inclusive dos Cartórios Eleitorais. Também foi implantado o Sistema Coyote, desenvolvido pelo TRE-TO, o que possibilitou a automatização do processo de avaliação das competências dos líderes/gerentes e a elaboração de relatórios mais adequados e embasados para a tomada de decisões.



“p10. Dimensionamento da Força de Trabalho (DFT)”

O objetivo do projeto é prover a Justiça Eleitoral de informações para formulação de estratégias de Gestão de Pessoas, visando racionalizar e maximizar o uso da força de trabalho disponível e identificar a quantidade ideal por processo de trabalho. A importância do DFT para os Tribunais Eleitorais é promover uma gestão orientada, que realize uma avaliação objetiva do que suas equipes devem fazer para gerar resultados esperados na Administração Pública, além de criar o hábito de monitoramento do trabalho desempenhado nas unidades. A nova metodologia, sugerida pelo TSE, pretende alinhar os processos de trabalho de toda a Justiça Eleitoral, criando uma padronização. A evolução do DFT no TRE-BA destacou-se em relação a de outros Tribunais.



O projeto, iniciado em 2019, visa à criação do banco virtual de boas práticas com a finalidade de institucionalizar, disseminar e catalogar sistematicamente boas práticas no âmbito do TRE-BA, promovendo o compartilhamento e socialização do capital intelectual dos servidores e magistrados do órgão, a fim de expandir o conhecimento e a troca de experiência, estimulando a melhoria contínua dos processos de gestão e, consequentemente, dos serviços prestados. O Banco de Boas Práticas foi instituído, através da publicação da Portaria da Presidência nº 461, de 29 de novembro de 2019.



DESAFIOS FUTUROS

• Modernizar os processos de gestão de pessoas • Informatizar as atividades ainda realizadas de forma manual • Aperfeiçoar a identificação das reais lacunas de competências dos servidores e potencializar o desenvolvimento do capital humano • Ampliar as ações de Qualidade de Vida no Trabalho, de modo a elevar a satisfação no trabalho e proporcionar mais saúde e bem-estar psicossocial aos servidores • Transformar os líderes do TRE-BA em verdadeiros gestores de pessoas, de modo a participarem, em conjunto com a Secretaria de Gestão de Pessoas, da construção de um ambiente de trabalho salutar e que estimule a motivação do corpo funcional e o desenvolvimento profissional • Revisar o Plano Estratégico Setorial da SGP • Designar membros do Comitê de Gestão de Pessoas.

Proporcionar um ambiente de trabalho saudável e seguro



Problemas a serem tratados

- Condições ergonômicas de trabalho não estão acessíveis a todos os servidores
- A insuficiência de servidores gera sobrecarga de trabalho
- Servidores adoecendo
- Limitações financeiras podem dificultar o acesso dos servidores aos sistemas de saúde (plano de saúde privado)
- Absenteísmo.



Prioridades estabelecidas

- Humanizar organização do trabalho
- Disponibilizar instalações físicas adequadas e seguras em todas as unidades
- Propiciar condições ergonômicas de trabalho
- Aprimorar as relações socioprofissionais
- Monitorar e melhorar a saúde do servidor.



Resultados alcançados

- Instituição do Programa de Qualidade de Vida no Trabalho (Instrução Normativa n.º 5/2019).

Justificativas para os resultados



O indicador associado ao objetivo em comento i18. Índice de implementação de qualidade de vida no trabalho não foi mensurado no período, pois seus parâmetros dependiam da aprovação do Programa de Qualidade de Vida no Trabalho, cuja instituição ocorreu em dezembro de 2019. Não obstante, foi dado seguimento aos projetos estratégicos relacionados a QVT e desenvolvidas, no âmbito da SGP, diversas ações relacionadas à prevenção de doenças e promoção de saúde e qualidade de vida; assim como à capacitação, valorização e reconhecimento dos servidores. Além disso, vale ressaltar a atuação do Comitê Gestor de Atenção Integral à Saúde, no sentido de monitorar as principais causas de absenteísmo, as doenças mais recorrentes identificadas nos exames periódicos e definir medidas para preveni-las e combatê-las.

MACROPROCESSOS ASSOCIADOS NA CADEIA DE VALOR



PROJETOS ASSOCIADOS



“p24. Projeto Evolução da Maturidade dos Processos”

Os resultados alcançados pelo projeto p24. Evolução da Maturidade dos Processos foram apresentados anteriormente, quando se tratou sobre o objetivo “Contribuir para o combate à corrupção e à improbidade administrativa”



“p6.1. – PQVT - Desenvolvimento, Capacitação, Valorização e Reconhecimento do Servidor”

O projeto objetiva promover o reconhecimento e a valorização dos servidores de modo a balancear o bem estar do servidor e o alcance das metas organizacionais. Também visa a oferecer formação e aperfeiçoamento para servidores do TRE-BA como processo de educação permanente fundamentado em valores éticos, na prática da cidadania e na melhoria da prestação jurisdicional para atender as demandas da sociedade brasileira. Em 2019, foram impulsionados aspectos referentes à “Implantação do Programa de Incentivos Funcionais”, com a divulgação da campanha Servidor Nota 10, bem assim o andamento, conforme planejado, da “Implantação e desenvolvimento do Programa TI Valoriza”.



“p6.4. PQVT - Condições Ergonômicas no Ambiente de Trabalho”

Oferecer condições de trabalho que possibilitem o bem-estar, a saúde e a qualidade de vida do servidor no desenvolvimento de suas atividades laborais é o objetivo do projeto. Para tanto, pretende-se estudar e avaliar as condições ergonômicas nas instalações do TRE-BA, bem assim contribuir para a redução ou eliminação da incidência das doenças ocupacionais, uma das maiores causas de afastamento do trabalhador de suas atividades. Serão identificadas as necessidades ergonômicas e especificados os mobiliários, equipamentos e sistemas adequados. Em 2019, foi contratada empresa especializada para, dentre outros, realizar os estudos, análises, avaliações e especificações, bem como foi realizada capacitação para a equipe do projeto em Ergonomia Laboral. A evolução do projeto está associada à dedicação dessa empresa contratada para realizar o levantamento de dados para efetivar o diagnóstico das condições ergonômicas no Tribunal, o que está sendo cumulado com outras prioridades do órgão, a exemplo das execuções das obras de reformas nos prédios da Justiça Eleitoral baiana.



“p6.5 – PQVT - Prevenção de Doenças e Promoção de Saúde”

A iniciativa pretende conscientizar os servidores/colaboradores acerca da relevância da adoção de hábitos salutarres para a promoção e manutenção da saúde, através de meios que fomentem o conhecimento, o debate e a assimilação de novos conceitos que favoreçam a mudança de atitudes relativas ao autocuidado. No Plano Geral do Projeto, revisto em 2019, estão contempladas três entregas: “Gerenciamento de Estresse”, “Acompanhamento de doenças crônicas – Um Toque de Cuidado” e o “Coral Institucional”, cujos andamentos se encontram dentro do planejado.



“p6.3. – PQVT – Aprimoramento da Comunicação Interna”

Conforme mencionado no objetivo estratégico “Assegurar a efetividade da comunicação interna”, esse projeto foi incorporado ao p22. Servidor 2.0, tendo em vista a similitude dos temas e objetivos tratados por ambos. Tal decisão foi tomada pelo Conselho de Governança, na III Reunião da Análise da Estratégia realizada no ano de 2019, considerando sugestão do gerente do projeto.



INDICADORES ASSOCIADOS

O i18. Índice de implementação de qualidade de vida no trabalho, único indicador de desempenho relacionado ao objetivo estratégico não pôde ser medido no exercício, conforme mencionado no quadro da página anterior, em "justificativas para os resultados".

DESAFIOS FUTUROS

- Oferecer aos servidores do órgão alternativas para usufruírem de serviços de saúde.
- Proporcionar a todos os servidores e colaboradores mobiliário adequado para o trabalho
- Implementar o PQVT.

Assegurar a adoção de boas práticas de gestão



Problemas a serem tratados

- Existência de processos de trabalho com etapas desnecessárias que ocasionam retrabalho
- Baixa maturidade do órgão em gerenciamento de riscos
- Consciência estratégica incipiente nas searas táticas e operacionais.



Prioridades estabelecidas

- Efetivar as práticas de Gestão de Riscos institucionalizadas
- Mapear e monitorar a contribuição das unidades à estratégia
- Adotar práticas de gestão inovadoras
- Identificar, catalogar e compartilhar boas práticas de gestão.



Resultados alcançados

- Desdobramento da estratégia em áreas fins do órgão
- Instituição do Banco de Boas Práticas do TRE-BA (Portaria nº 461/2019)
- Disseminação e capacitação em planejamento estratégico e gestão de riscos
- Identificação dos Riscos-chave do órgão
- Realização de gerenciamento de riscos nos processos mapeados
- Revisão do Sistema de Gestão de Riscos (Resolução Administrativa n.º 27/2019).

Justificativas para os resultados

As metas dos indicadores Índice de alinhamento das Unidades à estratégia organizacional e Número de ações de gestão de riscos foram alcançadas, conforme tabela ao lado. O Projeto Desdobramento da Estratégia foi realizado nas unidades SJU, SCR e Zonas Eleitorais no exercício de referência. Vale dizer que o TRE-BA foi o primeiro Regional Eleitoral a realizar tal feito em nível do primeiro grau, o que contribuirá para melhorar os resultados do órgão, especialmente quanto ao desempenho jurisdicional e atendimento ao eleitor no exercício de 2020. Além disso, merecem destaque as ações de disseminação e capacitação relacionadas a planejamento estratégico e gestão de riscos, dentre as quais a campanha “De olho no Risco”, realizada pela SPL/COPEG/SEGEPRO e a palestra “Como desenvolver excelência para a Estratégia”, proposta pela SPL/COPEG/SEPLANE.

MACROPROCESSOS ASSOCIADOS NA CADEIA DE VALOR



PROJETOS ASSOCIADOS



“p4. Desdobramento da Estratégia”

O objetivo do projeto é alinhar a atuação das secretarias, coordenadorias e zonas eleitorais à estratégia do TRE-BA, de modo que as unidades possam visualizar claramente sua contribuição para a estratégia institucional e atuar em sintonia com os resultados estabelecidos. Como já mencionado anteriormente, em 2019, foi realizado o desdobramento da estratégia nos âmbitos da SJU, SCR e Zonas Eleitorais – áreas fins do órgão. O alinhamento já havia sido concluído na STI, SGP e COAUD e, em 2020 avançará para SGA (onde já tinha sido iniciado, mas em virtude da fusão da Secretaria com a SGS, em 2019, houve necessidade de recomeço dos trabalhos), SPL (Secretaria criada em 2019, que abarcou a COPEG – onde o trabalho já havia sido feito – e a COELE) e SOF. O projeto será concluído em 2021, com o desdobramento da SEP e do Gabinete da Presidência, oportunidade em que todas as secretarias, coordenadorias e zonas estarão alinhadas à Estratégia do órgão.



“p1. Melhores Práticas”

Os objetivos e resultados do Projeto Melhores Práticas já foram apresentados anteriormente, no objetivo estratégico “Promover a melhoria da governança de gestão de pessoas”.

INDICADORES ASSOCIADOS

Gráfico 47 i21 – Taxa de alinhamento das unidades à estratégia organizacional

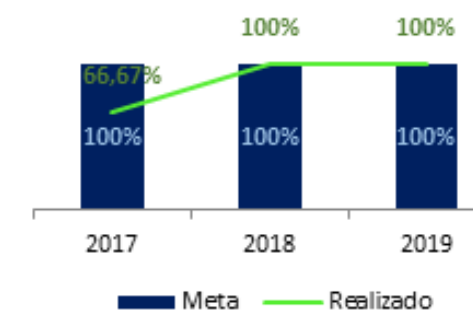
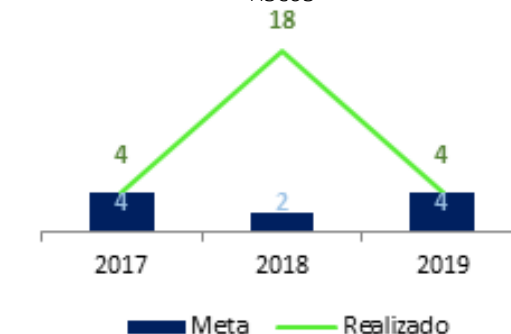


Gráfico 48 i22 – Número de ações de gestão de riscos



DESAFIOS FUTUROS

- Desdobrar o Planejamento Estratégico na SGA, SOF e SPL
- Revisar desdobramento da SGP
- Implantar sistemática de monitoramento do desdobramento
- Evoluir os planos de tratamento de riscos das unidades do órgão
- Elaborar Plano de Integridade
- Ampliar o intercâmbio das boas práticas entre as unidades do órgão e entre os Tribunais Eleitorais.

Resultados em Destaque

RECADASTRAMENTO BIOMÉTRICO



A revisão do eleitorado com a coleta de dados biométricos recebeu, por mais um ano, especial atenção da gestão. Com o propósito de aprimorar os serviços prestados, o projeto estratégico “Biometria na Bahia” teve seu escopo e plano geral alterados, tendo sido implementadas diversas iniciativas por tal motivo. Nesse contexto, o ano de 2019 ficou marcado

pela adoção de novo modelo de coleta de dados nas revisões extraordinárias do Estado, quando foi realizada a abertura simultânea do procedimento nas 108 Zonas Eleitorais e municípios integrantes que ainda não haviam feito a biometria obrigatória, a partir de 13/05/2019.

Naquele momento, verificava-se uma realidade de aproximadamente 70% do eleitorado e 30% dos municípios do Estado com a biometria obrigatória concluída. Inversamente, portanto, o trabalho a ser realizado envolvia cerca de 3 milhões de eleitores, que correspondem aproximadamente a 30% do eleitorado, distribuídos por 281 municípios, concentrados em 108 Zonas, equivalentes a aproximadamente 70% dos municípios baianos. O quadro geral refletia a opção de biometria empregada em ciclos anteriores, que buscou atender os grandes centros urbanos, as maiores cidades do Estado, que concentram os maiores eleitorados. Significa dizer que, em 2019, o TRE-BA enfrentou seu maior desafio no projeto de biometria, uma vez que precisou atender um eleitorado

.....

Diretrizes do novo modelo da Biometria

✓ **Atendimento essencialmente com hora marcada**

Serviço de agendamento para todas as zonas eleitorais.
Canais disponíveis para agendamento:

- Site: agendamento.tre-ba.jus.br
- central telefônica: 0800 071 6505
- whatsapp: (71) 3373-7223

✓ **Atendimento mais próximo do eleitor**

- Instalação de 153 postos fixos de atendimento
- Realização de 15 mutirões
- Atendimento itinerante com o Caminhão da Biometria em 23 municípios.

✓ **Participação efetiva das comunidades submetidas à biometria**

- 25 audiências públicas realizadas, com a participação de prefeitos, vereadores, diretores de escola e líderes comunitários, onde foram expostas as formas de participação da comunidade na convocação e transporte de eleitores, agendamento de horários e outras medidas que viabilizariam a coleta biométrica do eleitorado.

Figura 33 Diretrizes novo modelo da Biometria

distribuído por municípios menores, com maiores dificuldades de acesso, infraestrutura mais carente, estradas menos pavimentadas, zonas rurais extensas.

Por isso, a preocupação da gestão foi garantir uma revisão biométrica melhor estruturada, sem sacrifício para eleitores e servidores. A meta foi permitir que o eleitor realizasse o procedimento do modo mais confortável possível e concluir a biometria no Estado antes das Eleições Municipais de 2020.

Neste cenário, o encerramento do prazo foi programado para duas datas. No caso das Zonas Eleitorais que já possuíam, à época, mais de 60% do eleitorado biometrizado, o prazo final foi 31/10/2019. Para as demais Zonas, o prazo final foi fixado em 18/02/2020. Além disso, foram realizadas audiências públicas em todo o Estado, para promover a divulgação da nova logística do recadastramento biométrico e intensificaram-se as parcerias com outras entidades públicas para a consecução do projeto. Priorizou-se o atendimento do eleitor por hora marcada, de maneira a evitar formação de longas filas e, com base nas demandas da população local e de agentes públicos, foram criados novos postos de atendimento, realizados mutirões e atendimentos itinerantes com o “Caminhão da Biometria”, de modo a facilitar o acesso aos serviços do Tribunal.



Figura 34 Caminhão da Biometria

Ressalte-se que, nesta reformulação do Projeto Biometria na Bahia, especial atenção também foi dada ao acompanhamento e apoio às zonas e servidores diretamente envolvidos no atendimento ao público. Dessa forma, com o objetivo de diminuir a distância entre os gestores do projeto e o grupo operacional, as orientações sobre os procedimentos foram amplamente

divulgadas mediante disponibilização de cartilhas e o suporte aos cartórios e postos de atendimento foi prestado pela Comissão de Biometria, através de e-mail e telefone/whatsApp.

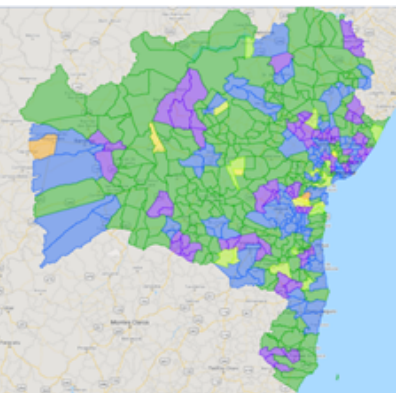


Figura 35 Biomaps - amostra de tela

Para o monitoramento das atividades, utilizou-se o sistema Biomaps, desenvolvido pelo TRE-MA, que possibilitou a extração de dados atualizados a cada 60 minutos, permitindo o estabelecimento de metas e a adoção de providências personalizadas a cada situação considerada destoante da expectativa.

Ao final do exercício de 2019, foram prestados 1.737.842 atendimentos no novo modelo de biometria adotado para a revisão extraordinária obrigatória.

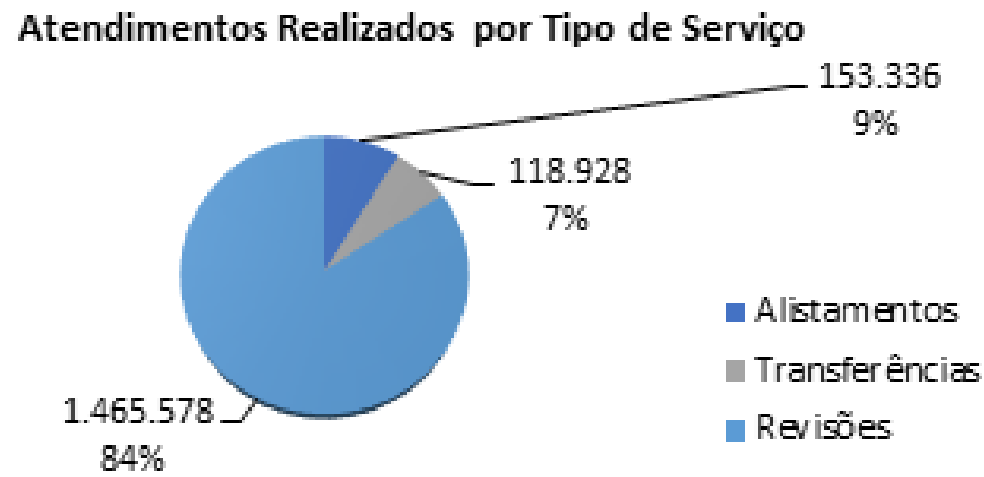


Gráfico 49 Atendimento Realizado por Tipo de Serviço - Biometria

Com as providências adotadas, o TRE-BA contabilizou o percentual de 92,99% de satisfação do usuário com os serviços prestados. Assim, apesar de a biometria estar diretamente relacionada às demandas estratégicas do objetivo “Fortalecer a segurança do processo eleitoral”, considerando o volume de eleitores convocados para a realização do procedimento e a amplitude do projeto, também impactou, sobremaneira, outros objetivos estratégicos, especialmente aqueles relacionados à excelência dos serviços e à consolidação da boa imagem do Tribunal junto à sociedade.

Para maiores informações sobre a Biometria na Bahia, inclusive dados históricos e relação completa de municípios e zonas com o procedimento em andamento, acesse o endereço <http://www.tre-ba.jus.br/eleitor/recadastramento-biometrico/recadastramento-biometrico>

ELEIÇÕES

Planejamento Integrado – Eleições 2020

A realização de eleições apresenta-se como o maior processo de trabalho da Justiça Eleitoral, funcionando como macroprocesso finalístico na cadeia de valor do TRE-BA.

Assim, considerando a importância estratégica e os riscos inerentes à atividade, as Eleições 2020 tornaram-se objeto principal de projeto conduzido pela Secretaria de Planejamento Estratégico e de Eleições, com vistas à realização de um processo eleitoral legítimo, transparente e seguro, buscando assegurar economicidade aos recursos públicos e a entrega célere e eficiente de resultados à população.

Respeitando a metodologia de gestão de projetos adotada pelo Eleitoral Baiano e devidamente aprovado pelo Comitê Gestor de Eleições, uma das instâncias internas de Governança estabelecidas pela Resolução Administrativa n.º 33/2019, o Projeto Eleições 2020 assume papel essencial como mecanismo de monitoramento das atividades envolvidas na realização do próximo pleito municipal, com o objetivo de favorecer o amadurecimento da articulação institucional e, conseqüentemente, a tempestividade na tomada de decisões, em conformidade com os princípios da boa governança.

Planejamento Integrado Eleições 2020

Etapas



Figura 36 Etapas do Planejamento Integrado das Eleições 2020

Buscando aperfeiçoar planos de ação utilizados em pleitos anteriores, adotou-se novo formato para o Plano Integrado Eleições 2020, aprovado pela Resolução Administrativa n.º 34/2019, utilizando estrutura analítica integrada por macroprocessos (Atos Pré-Pleito, Dia das Eleições - Dia “E” e Atos Pós-Pleito) e processos de trabalho correspondentes, bem como a definição, o monitoramento e o tratamento dos riscos associados ao projeto.



Figura 37 Eleições 2020 - Números projetados

Eleição Suplementar de Camamu



Ainda com relação às atividades relacionadas às Eleições, destaca-se, no ano de 2019, a realização da Eleição Suplementar no município de Camamu/Ba, para os cargos de prefeito e vice-prefeito, regulamentada pela Resolução Administrativa n.º 11/2019.

A realização da eleição foi motivada por decisão do Tribunal Superior Eleitoral, nos autos do Recurso Especial Eleitoral n.º 242-13.2016.6.05.0078, que manteve o indeferimento do registro de candidatura de Ioná Queiroz Nascimento (PT), por se encontrar inelegível após condenação por abuso de poder econômico na campanha eleitoral de 2008.

Assim, no dia 1º de setembro, eleitores de Camamu, a 195 km de Salvador, voltaram às urnas para escolherem novos prefeito e vice-prefeito. Sob a responsabilidade do Juízo Eleitoral da 78ª Zona Eleitoral, esta foi a segunda vez que Camamu passou por Eleição Suplementar. Em 2012, a votação foi anulada após mais da metade dos votos válidos terem sido destinados a candidaturas indeferidas – inclusive a de Ioná Queiroz Nascimento.

Ao todo, o TRE-BA disponibilizou 71 urnas eletrônicas para a realização do pleito. Foi registrado um total de 24.889 eleitores aptos a votar e 17.039 eleitores votantes, o equivalente a 68,46% do eleitoral camumense.

Com mais de 7.000 votos, os candidatos Enoc Silva (Patriota) e Renivaldo Vidal (MDB) foram eleitos prefeito e vice-prefeito do município, respectivamente, e cumprirão mandato até dezembro de 2020.



Figura 38 Seção Eleitoral - Eleição Suplementar de Camamu

Eleições não oficiais realizadas com apoio do TRE-BA



Além dos pleitos oficiais, o TRE-BA empresta urnas eletrônicas e de lona, mediante cessão, para a realização de eleições comunitárias ou parametrizadas. A matéria é disciplinada pela Resolução TSE n.º 22.865/2007 e pela Portaria TRE-BA n.º 81/2012.

Em 2019, o órgão contribuiu com a realização de 04 eleições não oficiais, tendo se destacado, dentre elas, o apoio às eleições para escolha dos conselheiros tutelares do Estado.

As eleições unificadas dos Membros dos Conselhos Tutelares em todo território nacional, a cada quatro anos, no primeiro domingo do mês de outubro do ano subsequente ao da eleição presidencial, foram institucionalizadas pela Lei nº 12.969/2012. Para atender a tal determinação legal, o Tribunal Superior Eleitoral, solicitou apoio dos Tribunais Regionais no sentido de prestar auxílio aos Conselhos Municipais da Criança e do Adolescente - CMDCA mediante empréstimo de urnas para realização dessas eleições.

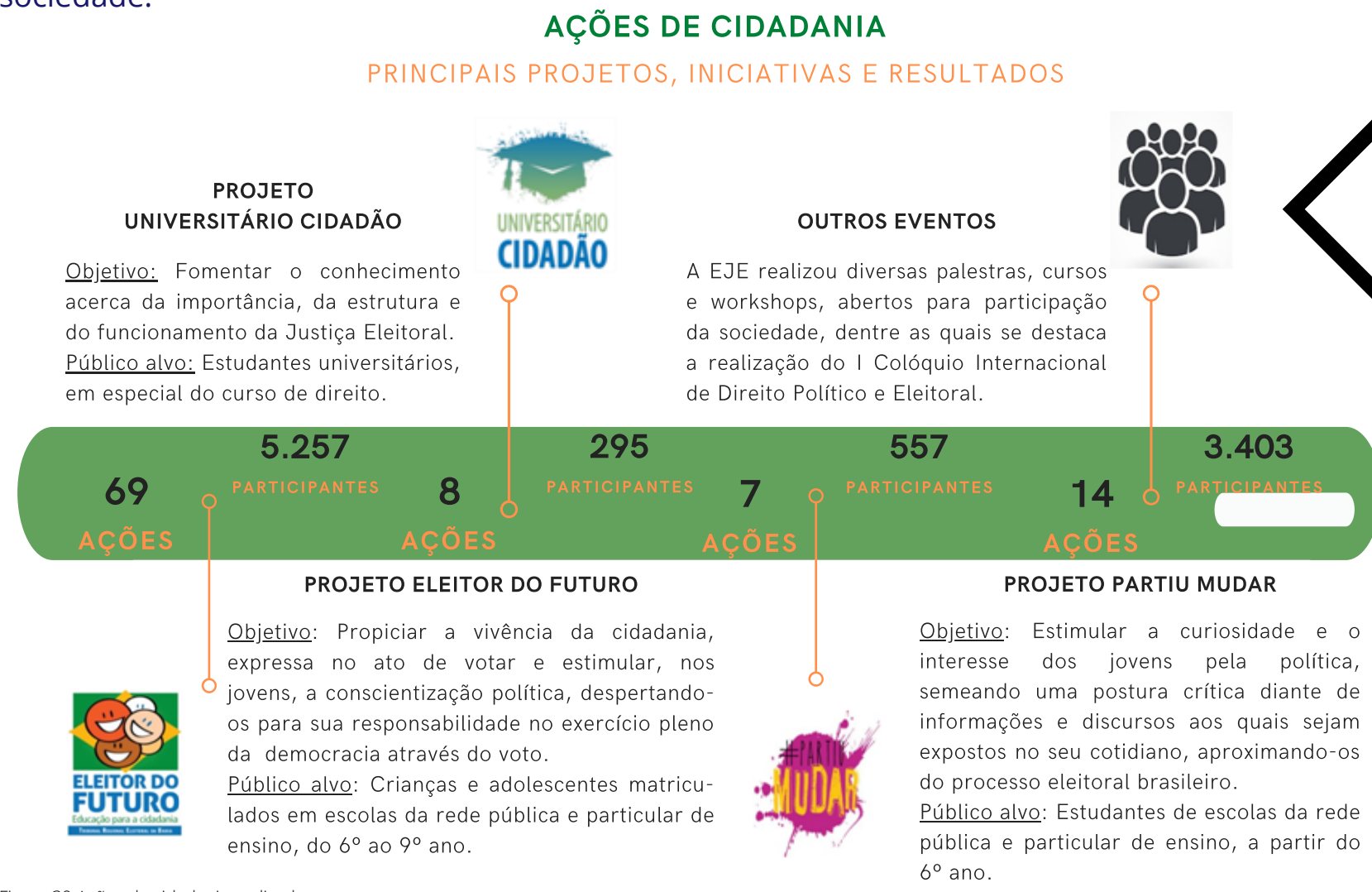
Regulamentado internamente pela Portaria da Presidência nº 154/2019, o pleito aconteceu em todo o país, no dia 06/10/2019 e, na Bahia, foi realizado em 64 municípios. Nesse sentido, o TRE baiano disponibilizou, ao todo, 1.180 urnas eletrônicas, incluindo urnas de contingência, sendo 450 equipamentos utilizados na Capital e 730 nos municípios do interior do Estado.

Para mais informações sobre empréstimo de urnas, acesse o link <http://www.tre-ba.jus.br/eleicoes/eleicoes-comunitarias/emprestimo-de-urnas-eletronicas>

AÇÕES SOCIAIS E DE CIDADANIA

Ações de Cidadania

Com foco no eixo “Informação, Mediação e Conscientização para a Cidadania”, inserido na Cadeia de Valor do TRE-BA, também relacionado às atividades finalísticas do órgão, o Tribunal realiza projetos e ações de cunho social, voltados para o desenvolvimento da cidadania dos atuais e futuros eleitores e para aproximação do órgão ao público externo (cidadãos, eleitores, candidatos, partidos políticos e organizações sociais). As iniciativas contribuem, ainda, para a consecução dos objetivos estratégicos relativos ao fomento de ações de responsabilidade social e práticas ambientais sustentáveis e à consolidação da boa imagem do TRE-BA junto à sociedade.



Os projetos são realizados por todo o Estado, merecendo destaque, nesse sentido, os resultados do Projeto Eleitor do Futuro (demonstrados abaixo), através do qual foram visitadas 69 escolas, sendo 22 localizadas no interior.

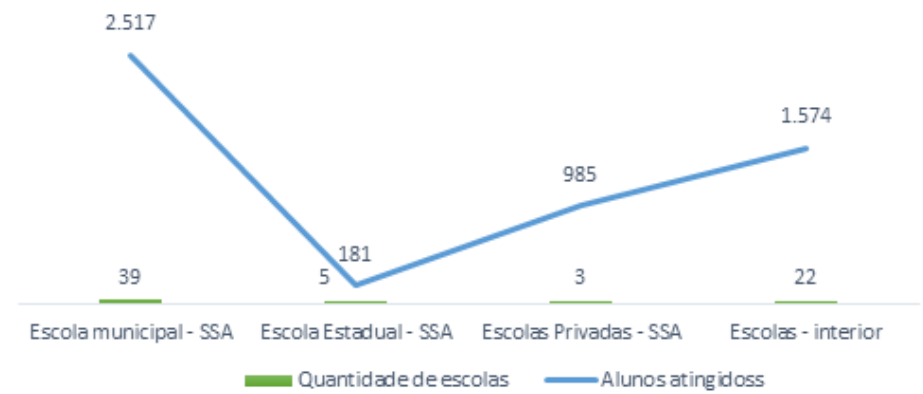
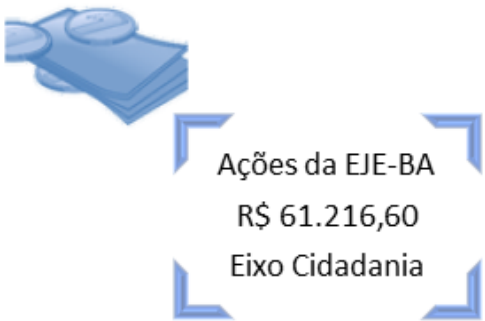


Gráfico 50 Quantidade de escolas e de alunos atingidos pelo Projeto Eleitor do Futuro - 2019

LISTA DOS OUTROS EVENTOS REALIZADOS	PÚBLICO
Curso “Crimes Eleitorais e Processo Penal Eleitoral”	36
Palestra Ética e Integridade na Administração Pública	155
Painel “A mulher no século XXI: Trajetórias e Desafios”- edição Feira de Santana	987 (estimado)
Painel “A mulher no século XXI: Trajetórias e Desafios”- edição Salvador	135
Palestra "Reforma Política: Diálogos entre Brasil e Portugal sobre semipresidencialismo" - Lançamento do Grupo de Pesquisa	267
Sexta Cultural: Palestra "Eficiência e Moralidade no Poder Judiciário e a Missão Tutelar do CNJ"	213
Workshop "A Justiça Eleitoral e os crimes de corrupção e lavagem de dinheiro relacionados à corrupção" – Projeto em Parceria com a Ouvidoria	85
Sexta Cultural: Palestra “Desafios ao combate à corrupção no Brasil”	436
Sexta Cultural: Palestra "O papel do Poder Judiciário no combate ao crime organizado e à lavagem de dinheiro"	195
Palestra: Participação da mulher no Poder Judiciário	96
Colóquio Internacional de Direito Político e Eleitoral (CINDIPEL)	385
Improbidade Administrativa e Combate à Corrupção no Brasil	170
II Olimpíadas de Direito Eleitoral	56
Tributo a Nelson Mandela (Aula Magna – Mark Tushnet)	187
Total: 14 ações	3.403 pessoas



**O quantitativo de participantes dos “outros eventos realizados” também inclui servidores e magistrados, não contabilizados para fins do indicador estratégico i16 – Número de pessoas atingidas por ações sociais.

Figura 39 Ações de cidadania realizadas

Com o propósito de impulsionar o Projeto #PartiuMudar - Educação para a Cidadania Democrática no Ensino Médio, idealizado pelo Tribunal Superior Eleitoral – TSE em conjunto com o UNICEF, o TRE-BA firmou Acordo de Cooperação, por meio da sua Escola Judiciária, com a Secretaria da Educação do Estado da Bahia, através da Coordenação Executiva de Projetos Estratégicos da Educação e da Coordenação de Política para a Juventude; visando promover ações pedagógicas específicas, como aulas abordando temas relativos ao Direito Constitucional e Eleitoral, não só entre estudantes, mas alcançando também os professores dos colégios selecionados pela Secretaria da Educação. Em 2019, o projeto foi realizado em três unidades escolares de tempo integral da rede estadual de ensino de Salvador, em um colégio no Município de Iará, em um colégio no Município de Antônio Cardoso e em um colégio no Município de Feira de Santana, totalizando seis instituições, e contou com a contribuição de professores universitários.



Figura 40 Visita recebida à sede do TRE-BA – Projeto Universitário Cidadão

💡 Maiores informações sobre Ações de Cidadania: www.eje.tre-ba.jus.br



Figura 41 Outras ações de cidadania realizadas

Ações de Cunho Social

No âmbito da Secretaria de Gestão de Pessoas são desenvolvidas ações de cidadania, alinhadas ao objetivo estratégico “Fomentar ações de responsabilidade social e práticas ambientais sustentáveis”. Nesse sentido, foram realizadas 3 ações nas áreas abaixo listadas e atingidas 283 pessoas.

- Campanha “Seja Solidário”
- Campanha “Doe Brinquedos”
- Campanha “Bom é ser Bom”

As ações visaram a estimular a solidariedade entre servidores e demais colaboradores do órgão, por meio de doações de itens básicos, não gerando despesas mensuráveis para esse Regional e cujo resultado é repassado a instituições sociais, atendendo a pessoas carentes, em situação de vulnerabilidade social. Além das campanhas sociais, foi realizada a arrecadação de material destinado a reciclagem.

Outra ação desenvolvida pelo Tribunal, na seara social é o Projeto Menor Cidadão, que se trata de programa de estágio voltado a estudantes do ensino médio regular de escola pública, que visa à inclusão dos adolescentes atendidos, capacitando-os para o exercício profissional e promovendo sua autonomia pessoal. Os estudantes selecionados são acompanhados, de forma individualizada, participando de ações periódicas de desenvolvimento pessoal e de aprimoramento escolar, com treinamentos, palestras e oficinas para capacitação pessoal e técnica. O projeto alcança 20 estudantes com idade entre 16 e 18 anos, oriundos de família de baixa renda, cursando o 1º, 2º ou 3º ano do ensino médio ou ensino médio profissionalizante em instituições públicas.



Acessibilidade

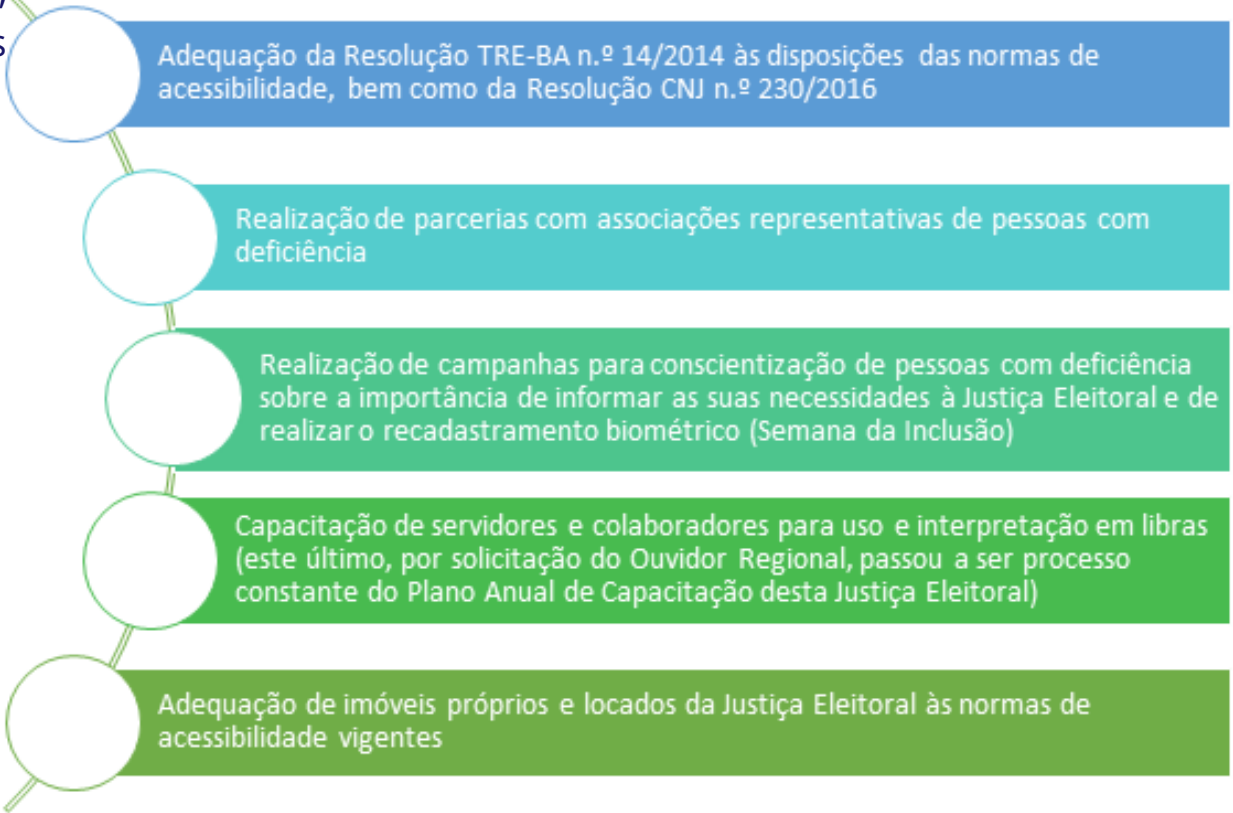


Ainda com relação ao fomento de ações de responsabilidade social, além do Projeto “MelhorAcessibilidade”, já abordado quando da apresentação dos resultados do objetivo estratégico relacionado ao assunto, ações relativas ao tema acessibilidade são executadas pela

Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão, cuja finalidade é contribuir, a cada dia, para a mobilidade livre, fácil e irrestrita do cidadão portador de deficiência, melhorando as condições de acessibilidade aos eleitores com deficiência ou mobilidade reduzida no intento de garantir o pleno direito ao exercício do voto e a participação efetiva na constante consolidação das bases democráticas do Brasil.

Nesse diapasão, foram introduzidas ações que contribuíram para a remoção de barreiras físicas e arquitetônicas de comunicação e atitudinais, o que visou promover o acesso amplo e irrestrito, de forma segura a cidadãos com deficiência.

Entre outros objetivos, os principais alcançados nessa seara foram:



PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

Conforme explicitado no Capítulo 1, ao exercer a função jurisdicional, a Justiça Eleitoral atua na solução de conflitos sempre que provocada judicialmente para aplicar o Direito.

Os resultados atinentes aos objetivos relacionados à prestação jurisdicional, indicadores e projetos estratégicos foram apresentados no início deste Capítulo, cabendo aqui acrescentar alguns outros aspectos referentes a essa atividade fim do órgão, especialmente no que toca a ações e iniciativas adotadas em cotejo com resultados alcançados e não diretamente relacionados aos indicadores de desempenho já expostos.

Nesse sentido, vale ressaltar que, integrados aos objetivos estratégicos, o Tribunal, de igual forma, direciona esforços visando ao cumprimento das metas anualmente estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ para os órgãos integrantes do Poder Judiciário Nacional, assim como para a melhoria do desempenho de outros aspectos levados em conta pelo Conselho para elaboração do Relatório Justiça em Números.

No 1º grau, a jurisdição é exercida nas zonas eleitorais, sendo os respectivos indicadores estratégicos de desempenho monitorados pela Secretaria da Corregedoria Eleitoral, cuja missão é “velar pela regularidade dos serviços eleitorais, assegurando a correta aplicação dos princípios e normas”, e a quem também incumbe a coleta dos dados do 1º grau referentes às metas do CNJ, Relatório Justiça em Números e Relatório de Atividades Judicante.

À Secretaria Judiciária, unidade integrante da Secretaria do TRE-BA, incumbe gerir as atividades cartorárias relativas ao processamento e julgamento dos feitos de competência originária e recursal do Tribunal, utilizando mecanismos e ferramentas de controle da tramitação dos processos judiciais, desde a autuação até a baixa definitiva dos autos, funcionando, assim, como unidade auxiliar à Corte do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia na prestação de sua função jurisdicional. A unidade é responsável pela medição e monitoramento dos indicadores utilizados para avaliar e acompanhar o grau de cumprimento, no 2º grau, das metas jurisdicionais dos objetivos estratégicos do Tribunal relacionados ao aumento da celeridade e da produtividade na prestação jurisdicional e ao combate à corrupção e à improbidade administrativa, assim como dos critérios avaliados pelo Conselho Nacional de Justiça.

Metas Nacionais do Poder Judiciário

Instituídas em 2009, como Metas de Nivelamento, as Metas Nacionais do Poder Judiciário dispõem-se ao aperfeiçoamento da prestação jurisdicional buscando proporcionar à sociedade serviço mais célere, com maior eficiência e qualidade.

Anualmente, no Encontro Nacional do Poder Judiciário – ENPJ, evento organizado pelo CNJ, as Metas Nacionais são votadas e aprovadas pelos presidentes dos tribunais para cumprimento no exercício subsequente.

O detalhamento das Metas 2019 está estabelecido no glossário de metas nacionais do Poder Judiciário para a Justiça Eleitoral, disponibilizado no seguinte endereço: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2017/08/6ee07747fdfb3390cc480bd5eaba9b84.pdf>.

META NACIONAL Nº 1/2019	
Descrição	Meta 100%
Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente.	
Critério de cumprimento	TRE-BA 142,7%1º Grau 148,2%2º Grau 101,8%
A meta estará cumprida se, ao final do ano, o percentual de cumprimento for igual ou maior que 100%, ou seja, se os julgamentos corresponderem à quantidade de processos distribuídos até 31/12/2019 e, no mínimo, mais 1 para os tribunais que tenham estoque processual.	
META NACIONAL Nº 2/2019	
Descrição	Meta 100%
Identificar e julgar, até 31/12/2019, pelo menos, 90% dos processos distribuídos até 31/12/2017.	
Critério de cumprimento	TRE-BA 99,3%1º Grau 99,0%2º Grau 109,9%
A meta estará cumprida quando o grau de cumprimento for igual ou superior a 100% nas instâncias e no período de referência.	
META NACIONAL Nº 4/2019	
Descrição	Meta 100%
Priorizar o julgamento dos processos relativos a crimes contra a administração pública, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais.	
Identificar e julgar, até 31/12/2019, 90% dos processos referentes às eleições de 2016 e 75% dos processos de candidatos eleitos nas Eleições 2018, distribuídas até 31/12/2018, que possam importar na perda de mandato eletivo.	
Critério de cumprimento	Eleições 2016TRE-BA 73,4%1º Grau 71,4%2º Grau 111,1% Eleições 2018TRE-BA 133,3% Aplicável apenas ao 2º Grau
A meta estará cumprida quando o percentual de cumprimento for igual ou maior do que 100% nas instâncias e nos períodos de referência.	

Figura 42 Metas Nacionais 2019

Principais ações empreendidas visando ao alcance das metas

1º Grau

- Organização de equipes específicas para realização de correições extraordinárias voltadas à verificação de regularidade da atuação judiciária eleitoral de 1º grau, tendo por base o desempenho de atuação processual de acordo com os seguintes critérios: estoque de processos sem decisão; processos sem decisão por tempo maior que 30 dias; processos não julgados há mais de 2 anos; e processos não julgados que podem importar em não diplomação ou perda de mandato eletivo.

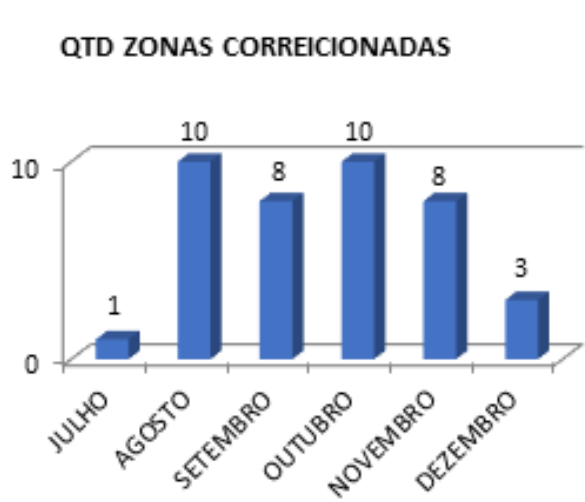


Gráfico 51 Quantidade de zonas correicionadas

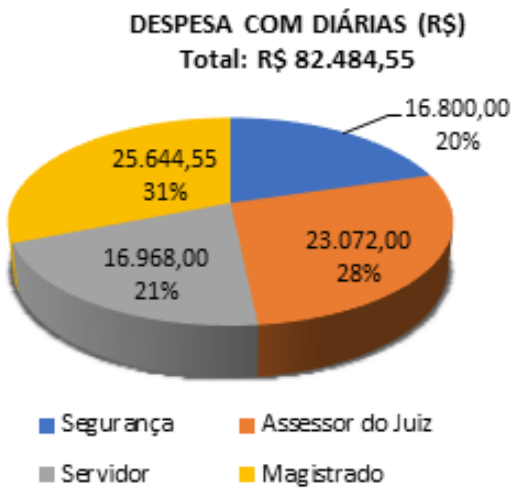
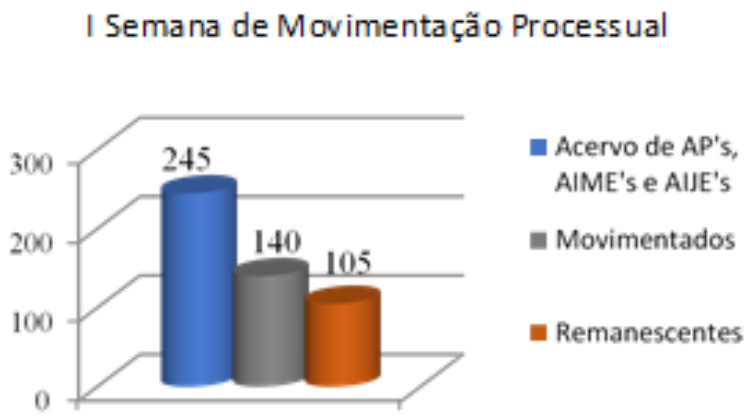


Gráfico 52 Despesa com diárias - correições

- Realização da Semana de Movimentação Processual, no período de 11 a 14/11/2019, que em sua primeira edição direcionou-se aos processos relativos à corrupção, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais. Teve por escopo promover o devido impulso processual no acervo de Ações Penais Eleitorais (AP), Ações de Impugnação de Mandato Eletivo (AIME) e Ações de Investigação Judicial Eleitoral (AIJE).



Classe mais atingida: Ações Penais, com 100 movimentações.

Gráfico 53 Resultados da I Semana de Movimentação Processual

2º Grau

- Reuniões promovidas pelo Presidente do Tribunal, contando com as presenças dos Juízes Membros, do Procurador Regional Eleitoral e das unidades envolvidas com a prestação jurisdicional, onde foram discutidas e traçadas estratégias para proporcionar a fluência dos julgamentos.
- Ênfase conferida ao monitoramento e acompanhamento das prestações de contas de exercício financeiro de partidos políticos, que possui maior tempo legal de tramitação, levando à redução do acervo de prestação de contas anuais partidárias.
- Digitalização e inserção no sistema Processo Judicial eletrônico – PJe dos feitos de prestação de contas de exercício financeiro que não estivessem em fase de alegações finais, como também aqueles oriundos das zonas eleitorais, proporcionando um considerável aumento no número de casos novos eletrônicos e redução na quantidade de processos físicos, com consequente incremento de agilidade na prática dos atos processuais.
- Edição da Resolução Administrativa n.º 6/2019, designando a 12ª e a 18ª Zonas Eleitorais para processar e julgar de forma especializada, no âmbito da Justiça Eleitoral do Estado da Bahia, crimes eleitorais conexos a crimes de corrupção ativa e passiva, de evasão de divisas, de lavagem e ocultação de bens, direitos e valores, bem como os delitos praticados por organizações criminosas independentemente do caráter transnacional ou não das infrações, além dos pedidos de colaboração premiada e de cooperação jurídica passiva em matéria penal, quando conexos a crimes eleitorais. A especialização dessas Zonas constitui-se em importante instrumento para conferir qualidade à prestação jurisdicional, e melhores condições para suplantar eventuais obstáculos no trâmite processual, tendo em vista a complexidade da matéria em comento.
- Monitoramento contínuo do acervo processual, bem como estudos e projetos com vistas ao planejamento e à fixação de cronogramas detalhados para a execução de tarefas.

No gráfico a seguir, apresenta-se a evolução do acervo processual do Tribunal por trimestre no ano de 2019.



Figura 43 Reunião realizada com Membros da Corte para avaliação do desempenho jurisdicional no 2º Grau

Evolução do acervo do TRE-BA

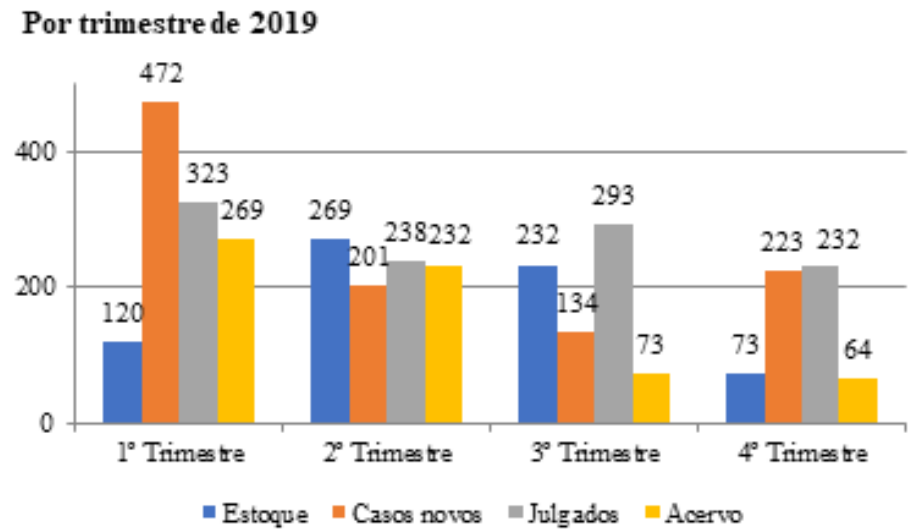


Gráfico 54 Evolução do acervo por trimestre 2019

Fonte: Sistemas de acompanhamento processual SADP e PJe, em 17/01/2020. Observação: De acordo com o estabelecido no glossário de metas nacionais do Poder Judiciário, os processos de prestações de contas de candidatos não eleitos nas eleições de 2018 devem ser considerados distribuídos em 2019. No âmbito do TRE-BA, o quantitativo de casos novos no início de 2019 provenientes de prestações de contas de candidatos não eleitos corresponderam a 333 processos.

Gerenciamento e acompanhamento processual

1º Grau

Em 2019, a Corregedoria Regional Eleitoral buscou aproximar-se dos cartórios eleitorais possibilitando, mais do que um canal de comunicação, a efetiva participação dos servidores e magistrados nas suas ações. Nesse sentido, com o objetivo específico de reduzir o estoque processual no 1º grau desta Justiça Especializada, a



Figura 44 Corregedor e Procurador Regional Eleitoral no mutirão realizado em Salvador

Corregedoria organizou mutirões nos municípios de Feira de Santana, Barreiras, Jacobina, Eunápolis e Salvador. O plano foi alcançar todas as zonas eleitorais do Estado, dividindo-se, para tanto, o mapa em cinco regiões, escolhendo suas sedes pela localização geográfica dentro da região. Salienta-se que o mutirão sediado em Salvador abarcou todas as zonas eleitorais do Estado, à exceção daquelas abrangidas pelo mutirão de Eunápolis, o que resultou na participação de várias zonas eleitorais em mais de um mutirão:



Gráfico 55 Quantidade de zonas por mutirão

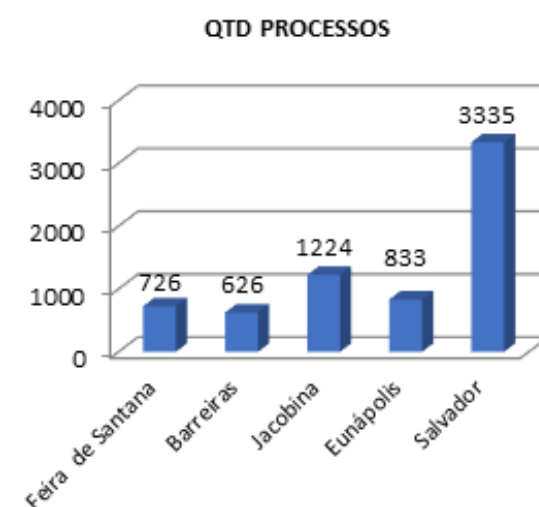


Gráfico 56 Quantidade de processos por mutirão

A atividade envolveu juízes eleitorais lotados nos municípios-sede, que atuaram como juízes auxiliares, e servidores lotados em diversas zonas eleitorais da Capital e do Interior do Estado.

Ressalta-se que, em março de 2019, o 1º grau da Justiça Eleitoral da Bahia contava com um estoque de 4.690 processos, chegando em pouco tempo ao número de 4.829. Já ao final de 2019, existiam 1.529 processos no acervo, o que representa uma redução superior a 68%. Acrescente-se, também, que as ações de mutirão têm um resultado muito além da redução do estoque processual. Isso porque os servidores que participam da ação aperfeiçoam seus conhecimentos, esclarecem dúvidas, norteiam as atividades de uniformização de procedimentos e sugerem a adoção de medidas que potencializam a atuação dos cartórios na prestação jurisdicional.

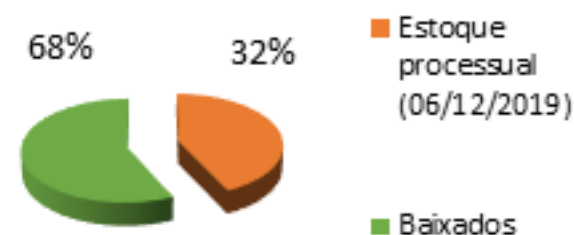
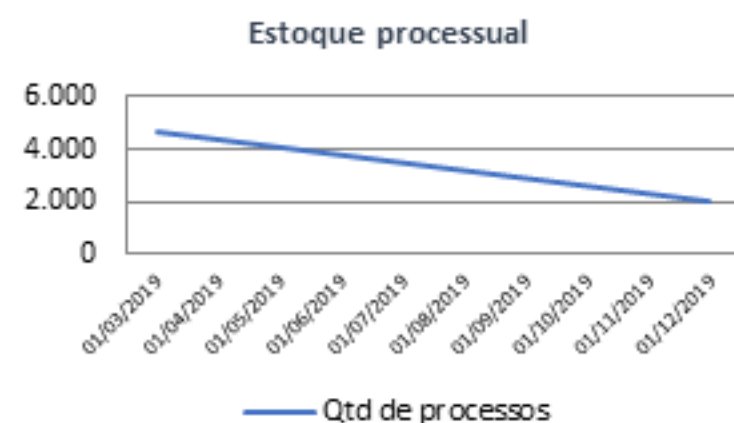


Gráfico 57 Evolução do acervo do 1º Grau em 2019

Fonte: Sítio do TSE (<http://www.tse.jus.br/servicos-judiciais/processos/tramitacao-processual/tramitacao-processual-zonas-eleitorais>)

No que tange à aferição da regularidade dos trabalhos cartorários, destaca-se a realização de correição ordinária, que conforme regulamentado no âmbito deste Tribunal pelo Provimento CRE n.º 2/2017, deve ser efetuada, no mínimo, uma vez por ano, no mês de março, sob responsabilidade do respectivo juiz da zona eleitoral.

No ano de 2019, 192 zonas eleitorais concluíram o procedimento tempestivamente, 5 zonas eleitorais contam com percentual de 100% de preenchimento dos questionários, entretanto não promoveram o efetivo fechamento do processo e 2 zonas não efetivaram lançamentos no Sistema de Inspeções e Correições Eleitorais (SICEL), razão pela qual tramitam processos específicos para apuração de tal fato.

Cumpre mencionar, ainda, a realização de outras iniciativas e projetos direcionados ao 1º Grau, especialmente à orientação dos servidores zonais, tais como:

Projeto Atualização e Uniformização de Práticas Cartorárias	Projeto CRE Orienta – Eleições 2020	Implementação de novas ferramentas de trabalho	Manuais e orientações
• Dispõe-se a promover a atualização do manual de práticas cartorárias, modificando e inserindo as alterações legislativas e procedimentais necessárias à uniformização das ferramentas de trabalho, assim como a adoção de posturas uniformes de atendimento ao eleitor que se dirige aos cartórios das diversas zonas eleitorais.	• Visa antecipar aos servidores orientações sobre os normativos elaborados pelo TSE para as Eleições 2020, com o propósito de que possam organizar e elaborar ações preventivas que reflitam no atendimento ao cidadão, no aumento da celeridade e da produtividade na prestação jurisdicional.	• Banco Nacional de Mandados de Prisão – BNMP; • Sistema de restrição judicial sobre veículos automotores – RENAJUD; • Repositório digital por tema; • Processo Judicial Eletrônico – PJe.	• Confecção de cartilhas, guias de procedimentos e fluxogramas das ações eleitorais, englobando os seguintes temas: técnicas de pesquisa jurídica; procedimentos de prestações de contas anuais partidárias; aperfeiçoamento das fontes de pesquisas internas e sugestões de procedimentos e normativos.

Figura 45 Iniciativas e projetos direcionados ao 1º Grau

Despesas envolvidas nas ações realizadas no 1º Grau de jurisdição:

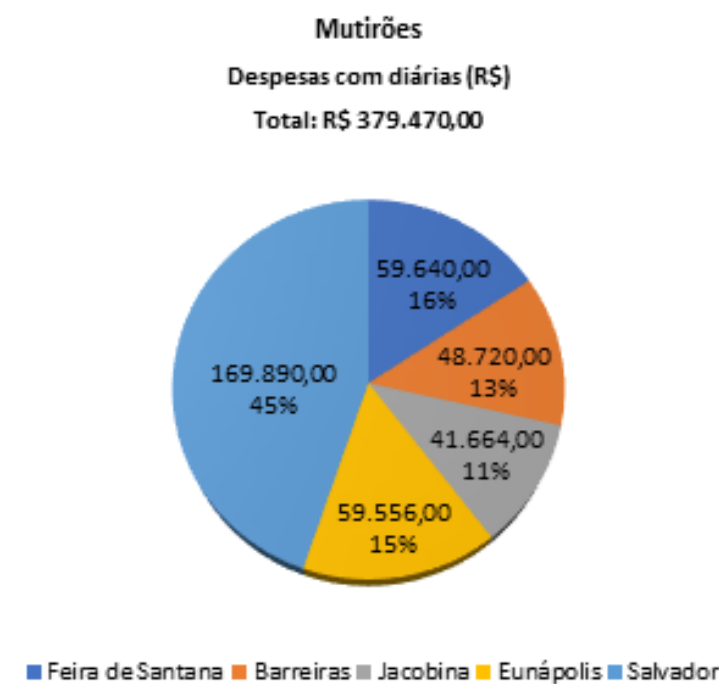


Gráfico 58 Despesas com diárias - Mutirões 2019

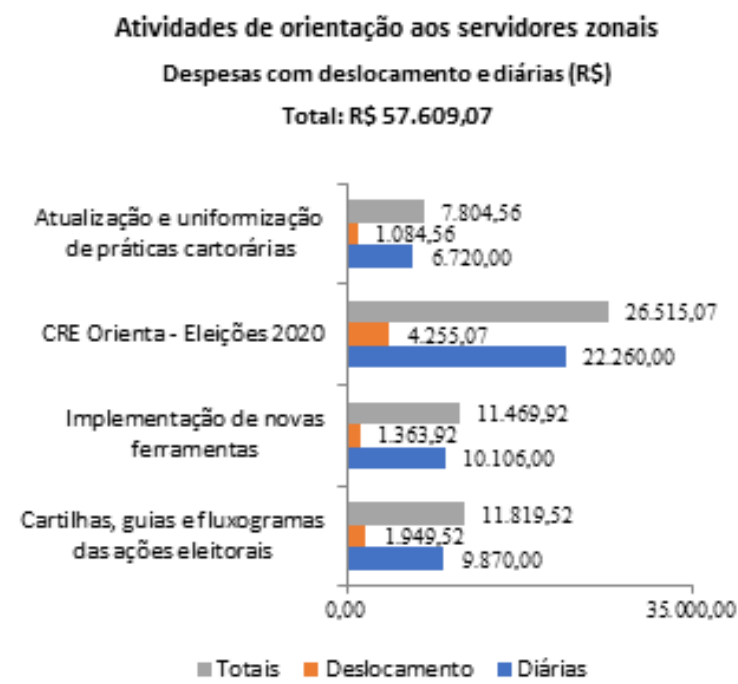


Gráfico 59 Despesas por atividades de orientação aos servidores zonais

2º Grau

Os processos que ingressam pela primeira vez no Tribunal são chamados de “processos recebidos”, incluindo-se neste conceito feitos ajuizados diretamente no Tribunal e aqueles advindos dos juízos eleitorais do Estado, para julgamento de recurso, ou de outros órgãos do Poder Judiciário, em face da declinação da competência. As fases iniciais dos processos judiciais compreendem a autuação (procedimentos relativos a registro e classificação dos feitos) e em seguida, distribuição a um relator. Em 2019, foram distribuídos 673 processos, cabendo a cada juiz do Tribunal uma média de 112 processos novos.

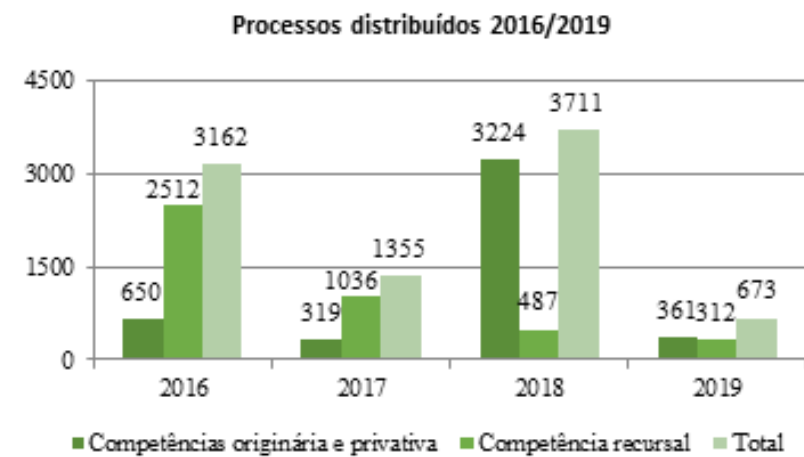


Gráfico 60 Processos distribuídos 2016-2019

O julgamento do processo é identificado pela decisão terminativa, mas cada feito pode comportar mais de uma decisão. As decisões podem ser monocráticas ou colegiadas, sendo que as primeiras compreendem as decisões liminares, decisões interlocutórias, decisões de sobrestamento, decisões terminativas e decisões em recurso interno (agravo regimental e embargos de declaração). Por outro lado, as decisões colegiadas do Tribunal constam de acórdãos, exceto as de caráter administrativo e normativo, que são lavradas sob a forma de resoluções. A decisão que põe fim ao processo é conhecida como decisão terminativa, seja ela monocrática ou colegiada.

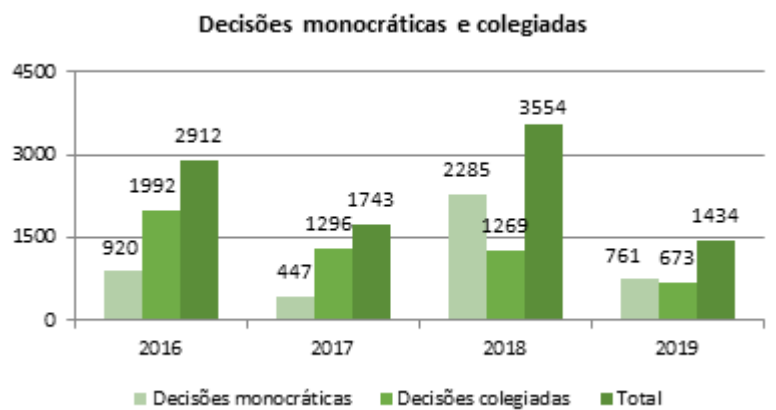


Gráfico 61 Quantidade de decisões monocráticas e colegiadas - 2º Grau

O Tribunal reúne-se nas sessões de julgamento para apreciar os feitos que demandem decisão colegiada. No ano de 2019, o Tribunal Regional Eleitoral da Bahia realizou 96 sessões ordinárias de julgamento, cujas atas são geradas e assinadas digitalmente no sistema Processo Judicial eletrônico.

Prestação de contas de candidatos e órgãos partidários

Os processos judiciais de prestação de contas eleitorais e partidárias foram objeto de grande atenção do Tribunal no ano de 2019, especialmente pelo volume presente no acervo e pelo tempo de tramitação dos referidos feitos. Não obstante, quanto às prestações de contas de campanha, houve ampliação das atribuições da Justiça Eleitoral de referência à execução do cumprimento da sentença, a partir de janeiro de 2019, a saber: sistemas Bacenjud/Renajud; Penhora Eletrônica; Impugnação à Execução; Conversão em renda de valores bloqueados; Penhora e avaliação; Inscrição no CADIN (Cadastro de Inadimplentes); Indisponibilidade de bens e leilão.

Foram realizados estudos no âmbito da Secretaria Judiciária, ainda em 2018, sobre o rito para o processamento da Prestação de Contas anual partidária, disposto no regramento da Resolução TSE n.º 23.546/2017 que, aliados ao constante monitoramento do acervo, viabilizaram a identificação de fatores responsáveis pelo prolongamento do tempo de tramitação dos feitos de prestação de contas partidária. Como consequência e com o propósito de conferir maior celeridade no processamento e julgamento de tais feitos, foi publicada, em 14/08/2019, a Resolução Administrativa nº 17/2019 que, dentre outras disposições, contemplou prazos não previstos na Resolução do TSE ou no Regimento Interno para observância pelas unidades envolvidas na tramitação, autorização para que a Secretaria Judiciária pudesse praticar de ofício os atos de comunicação previstos na norma de regência, bem como adequação do trâmite processual às inovações introduzidas pelo Processo Judicial eletrônico.

Outra medida adotada no exercício de 2019 foi a expedição das Portarias n.ºs 03 e 04/2019, publicadas em 22/01/2019. Tais normativos determinaram que os feitos de prestação de contas de exercício financeiro que não estivessem em fase de alegações finais, como também aqueles oriundos das zonas eleitorais, passassem a tramitar em meio eletrônico, mediante sua digitalização e consequente inserção no sistema Processo Judicial eletrônico – PJe, o que propiciou, já no início do ano, um considerável aumento no número de casos novos eletrônicos e redução na quantidade de processos físicos, com consequente incremento de agilidade na prática dos atos processuais.

Vale esclarecer que os processos em comento são submetidos à análise da Assessoria de Exame de Contas Eleitorais e Partidárias (ASCEP), unidade vinculada à Secretaria Especial da Presidência, a quem incumbe a emissão de pareceres e relatórios técnicos, que irão subsidiar o julgamento das causas pelos membros da Corte.

Nesse contexto, alinhado com os objetivos estratégicos de “aumentar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional” e “contribuir para o combate à corrupção e à improbidade administrativa”, deu-se ênfase à celeridade da emissão de pareceres, e, por conseguinte, de processos julgados, com a redução do estoque relativo a prestação de contas.

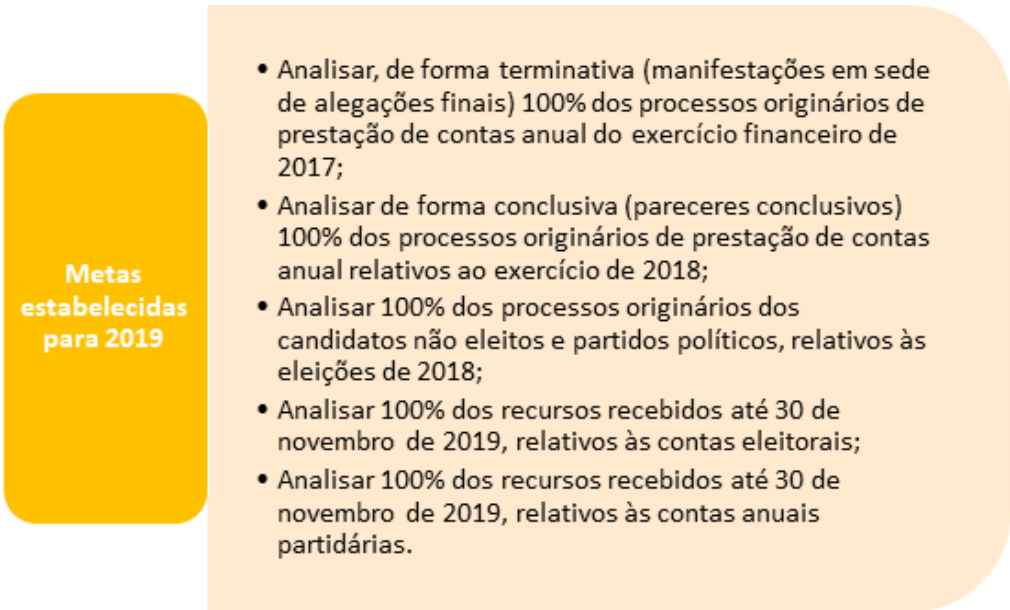


Figura 46 Outras ações de cidadania realizadas

Resultados Alcançados:

Todas as metas fixadas para o exercício foram cumpridas, tendo sido emitidas 1.261 manifestações técnicas em processos judiciais de prestação de contas e julgados todos os processos de contas autuados em 2018, registrando-se como pendentes de julgamento apenas 13 prestação de contas autuadas em 2019.

Contas Eleitorais X Contas Partidárias
nº de manifestações

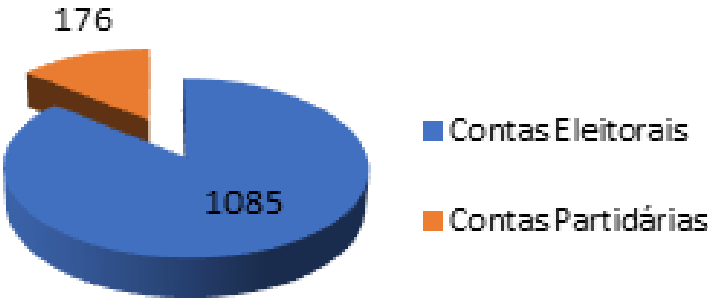


Gráfico 62 Quantidade de pareceres emitidos em processos de prestação de contas por tipo

Contas Eleitorais - Tipo de Manifestação

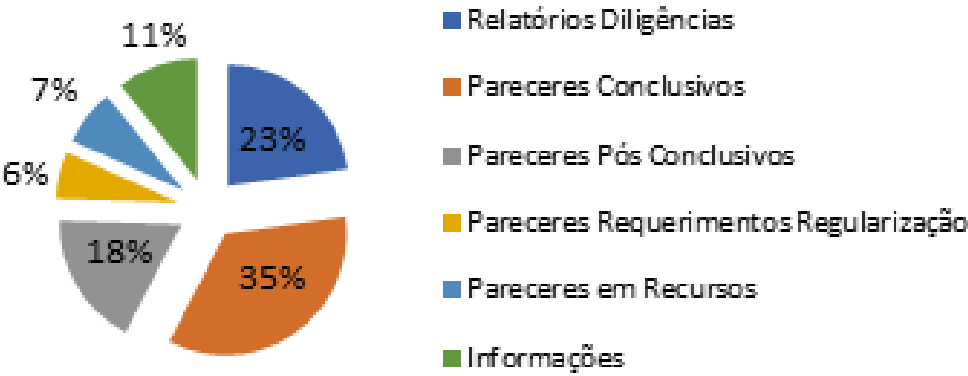


Gráfico 63 Tipos de pareceres emitidos em processos de prestação de contas eleitorais

Contas Partidárias - Tipo de Manifestação

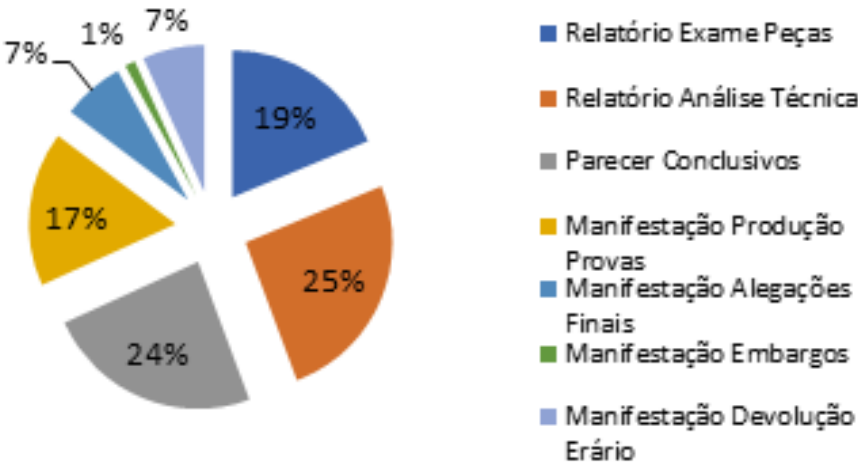
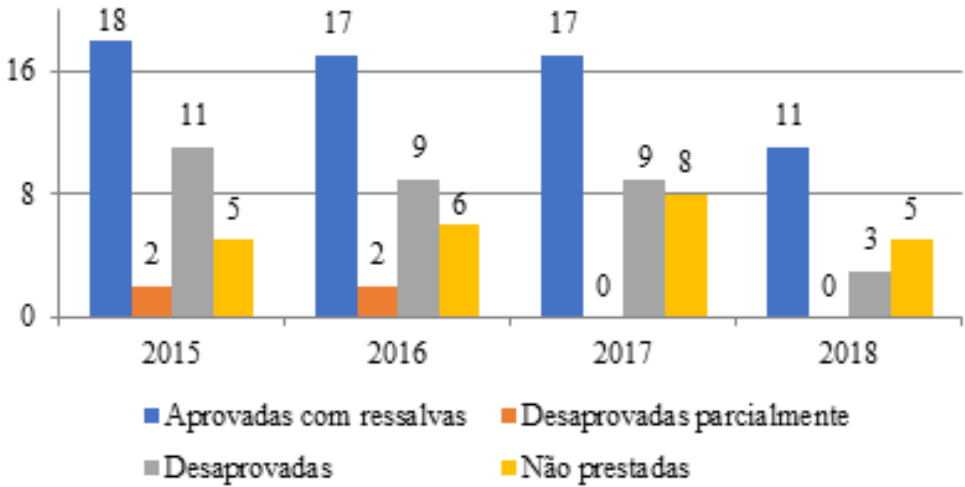


Gráfico 64 Tipos de pareceres emitidos em processos de prestação de contas partidárias

Especificamente em relação às prestações de contas das eleições de 2018, o Tribunal julgou 1.055 processos no exercício. O julgamento das contas de campanha do referido pleito possibilitou a devolução ao Tesouro Nacional do montante de R\$ 2.532.986,34, por força de determinações do Eleitoral baiano, demonstrando o seu compromisso com os valores da Instituição e o empenho no alcance dos objetivos estratégicos estabelecidos para a consolidação da boa imagem junto à sociedade e para contribuição no combate à corrupção e à improbidade administrativa.

No que toca às prestações de contas partidárias, foram apreciados 14 processos referentes ao exercício financeiro de 2018, conforme gráfico abaixo. 5 Diretórios Estaduais não apresentaram suas contas e, conforme mencionado acima, 13 processos ainda estão pendentes de julgamento.

Julgamentos das contas dos diretórios estaduais dos partidos*



Fonte: Processo Judicial Eletrônico (PJe), em 08/01/2020.

Gráfico 65 Resultado de julgamento das contas de diretórios estaduais por exercício

Diretórios estaduais que não prestaram contas relativas ao exercício de 2018: Partido Comunista Brasileiro – PCB, Partido Renovador Trabalhista Brasileiro – PRTB, Partido da Causa Operária – PCO, Partido Republicano da Ordem Social – PROS, Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados - PSTU

Implementação do Sistema Processo Judicial Eletrônico (PJe) nas Unidades do 1º Grau de Jurisdição



A informatização do processo judicial foi normatizada pela Lei n.º 11.419/2006, que estabeleceu diretrizes gerais e permitiu aos órgãos do Poder Judiciário a regulamentação no âmbito de suas respectivas competências. No TRE-BA, o uso e funcionamento do PJe foi regulamentado mediante a Resolução Administrativa n.º 4/2014, sendo que a implantação

do referido sistema no 2º grau de jurisdição ocorreu no ano de 2017.

Visando dar continuidade à implantação do Processo Judicial Eletrônico na Justiça Eleitoral, o TSE publicou a Portaria n.º 344/2019, estabelecendo a obrigatoriedade da utilização do sistema PJe para a propositura e a tramitação das ações de competência das zonas eleitorais, de forma escalonada, entre os meses de agosto e dezembro do corrente ano.

Nesse sentido, o TRE-BA empreendeu esforços no sentido de atender ao cronograma estabelecido pela Corte Superior, possibilitando a conclusão da implementação da ferramenta, desde o dia 22/10/2019, em todas as 199 zonas eleitorais do Estado da Bahia, que passaram a utilizar o sistema para propositura e tramitação de todas as ações de competência do primeiro grau de jurisdição.

Inúmeros são os benefícios da tramitação processual por meio eletrônico: além da celeridade processual, observa-se o aumento da qualidade da prestação jurisdicional (com repercussão no índice de diminuição da taxa de congestionamento de processos judiciais e na agilidade de julgamentos), a racionalização da utilização dos recursos orçamentários, a sustentabilidade, a transparência e, principalmente, a facilidade do acesso à Justiça.

Além disso, a implantação do sistema PJe nas Zonas Eleitorais garante o cumprimento da Meta Específica n.º 1/2019 da Justiça Eleitoral, conforme metas estabelecidas no XII Encontro Nacional do Poder Judiciário e contribui para o alcance de objetivos estratégicos institucionais deste Regional, a seguir elencados:

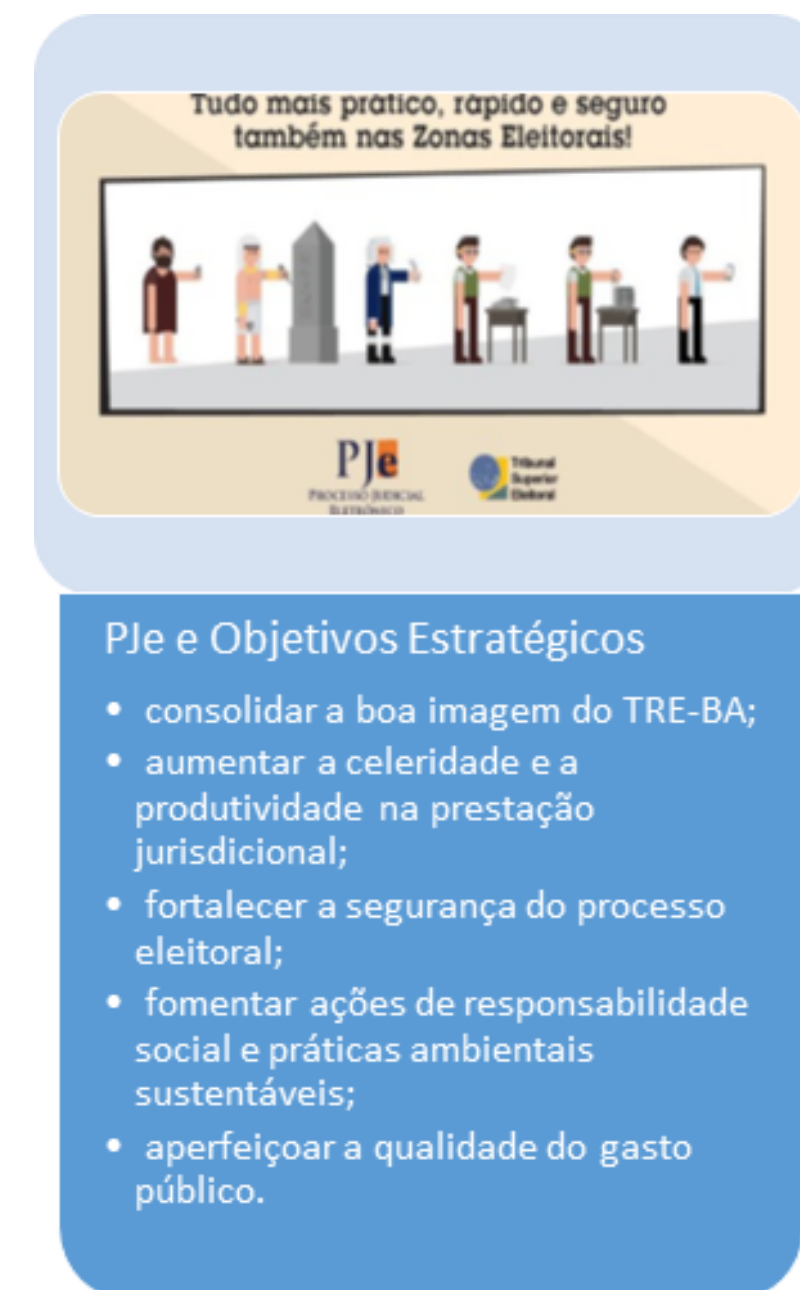


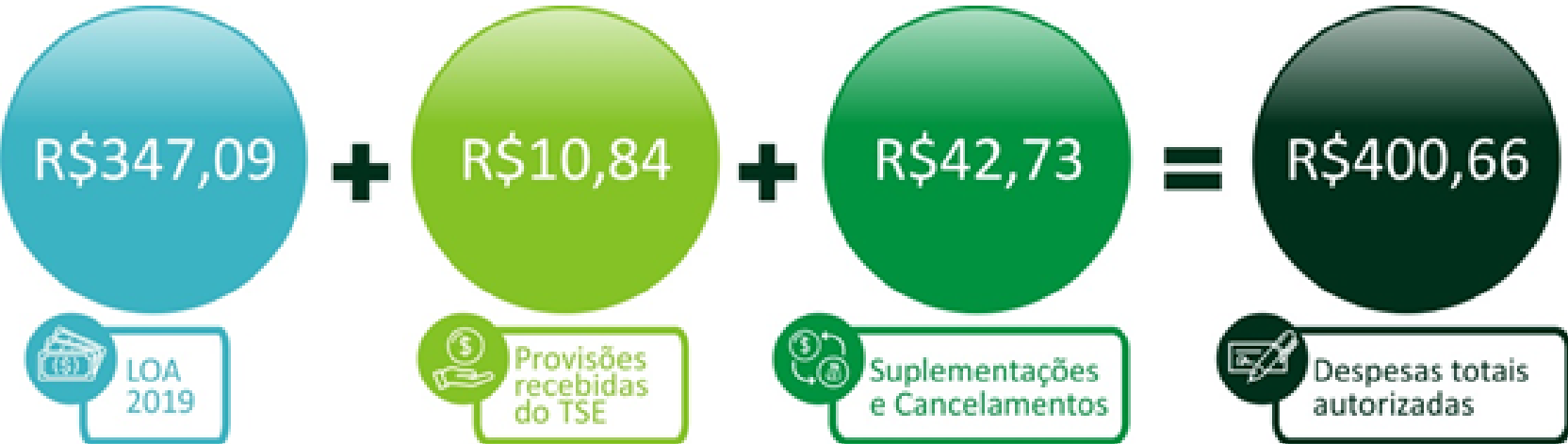
Figura 47 PJe e objetivos estratégicos

Demonstração da eficiência e conformidade legal de áreas relevantes da gestão

GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

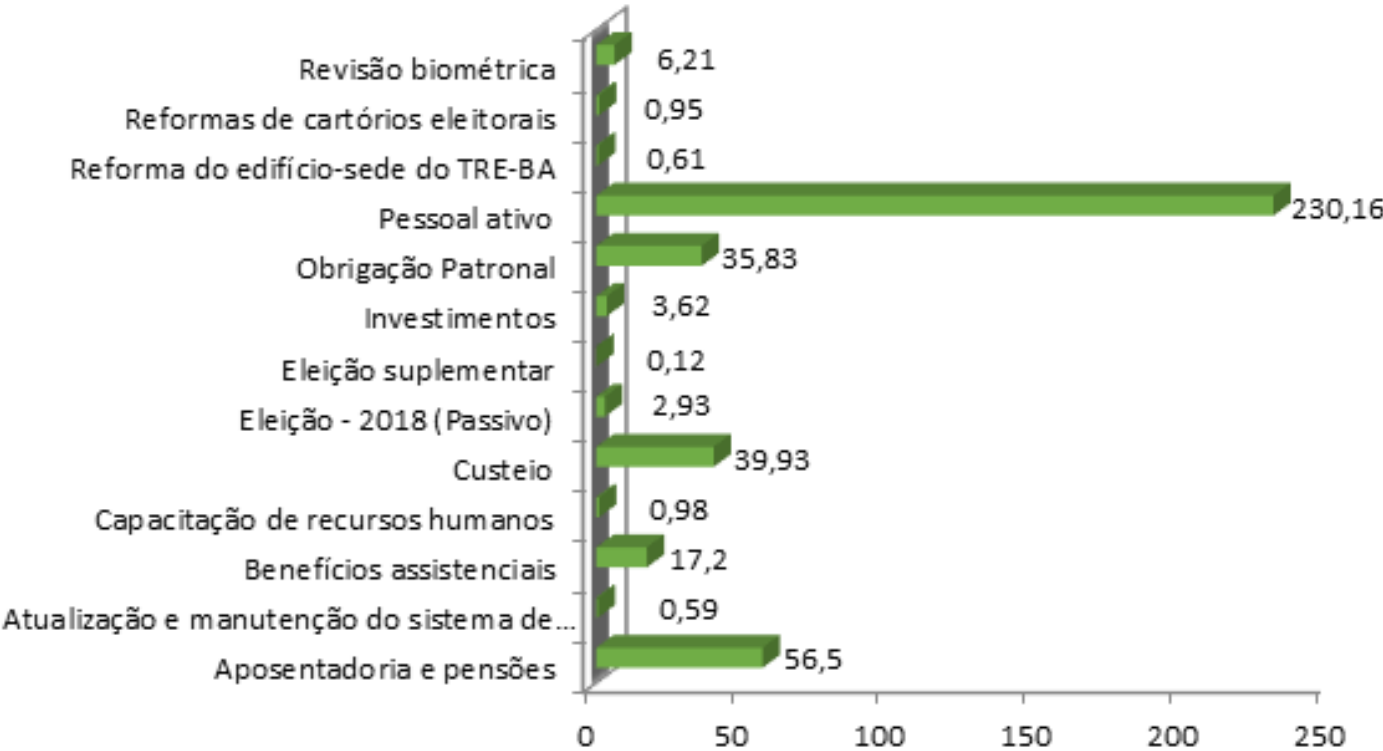
Perfil de Gastos do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia

A Lei n.º 13.808/2019 (LOA/2019) consignou ao TRE-BA o montante de R\$347,09 milhões. Revisões ocorridas durante o exercício redimensionaram a dotação recebida para R\$389,82 milhões. Também foram recebidos créditos provenientes de provisões oriundas do Tribunal Superior Eleitoral, no total de R\$10,84 milhões, resultando em um total de R\$400,66 milhões destinados ao orçamento no exercício financeiro de 2019.



Fonte: Tesouro Gerencial (em 9.1.2020)
Figura 48 Orçamento 2019 (em milhões)

Os gastos realizados pelo TRE-BA envolvem essencialmente despesas primárias, que visam à manutenção das atividades de gestão, manutenção e funcionamento do órgão. Dentre elas, a maior parcela do orçamento destina-se ao pagamento de remuneração e encargos sociais dos servidores ativos, e de aposentadorias e pensões, conforme detalhado no gráfico a seguir:



Fonte: Tesouro Gerencial (em 8.1.2020)
Gráfico 66 Perfil dos Gastos (empenhado em milhões)

Alocação / Finalidade dos Recursos

O planejamento e a execução do orçamento em 2019 buscaram assegurar o funcionamento do TRE-BA, sobretudo garantido as despesas com contratos e demais gastos destinados à manutenção da infraestrutura física e serviços administrativos e jurisdicionais, bem como o alcance dos resultados delineados no planejamento estratégico. Foram alocados recursos da ordem de R\$ 3,24 milhões para as iniciativas prioritizadas para o exercício.

Além das despesas com pessoal, os créditos recebidos foram destinados à manutenção organizacional, à melhoria da infraestrutura imobiliária, à capacitação dos servidores e juízes eleitorais e, ainda, aos investimentos em tecnologia da informação, equipamentos em geral, veículos e mobiliário.

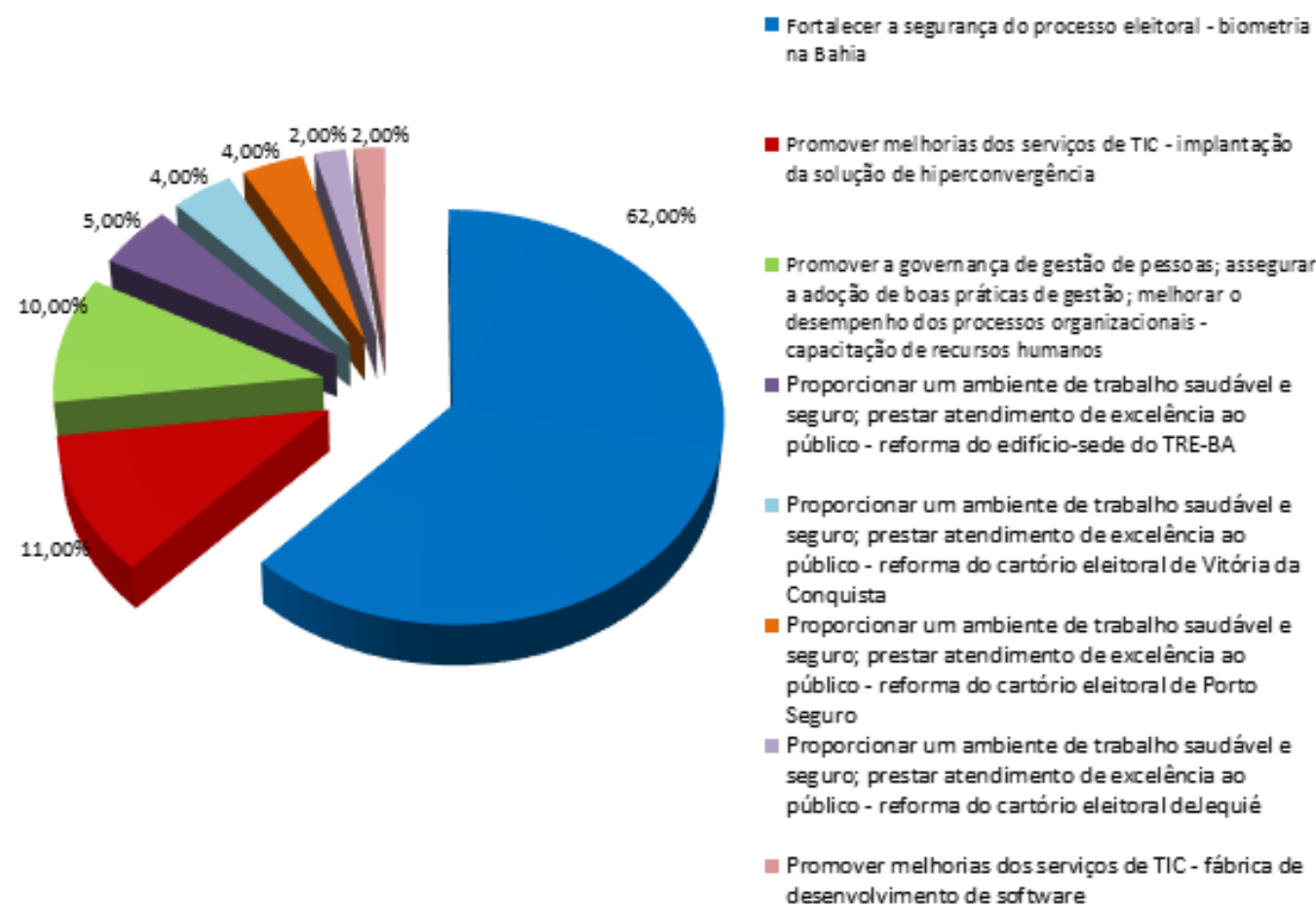


Gráfico 67 Recursos Financeiros Alocados X Objetivos e projetos estratégicos – 2019

Discriminação	Limite	Pagamento	Percentual de Execução
DESPESAS OBRIGATORIAS (Pessoal e Benefícios)	306.776.775	301.880.157	98,40%
DESPESAS DISCRICIONÁRIAS (Custeio, Investimento e Inversões Financeiras)	52.123.151	48.060.318	92,21%
Limite Total	358.899.926	349.940.475	97,50%

Fonte: Tesouro Gerencial; Nota: no limite de pagamento não foram consideradas as despesas financeiras (contribuição patronal), bem como os gastos com Pleitos Eleitorais e com Implantação do Sistema de Automação de Identificação do Eleitor.

Tabela2 Limite de Pagamento x Valores Pagos (R\$ milhões)

Resultado Orçamentário e Financeiro

O tempestivo monitoramento das despesas permitiu assegurar a conformidade com o teto de gastos, bem como o bom desempenho da execução orçamentária e financeira.

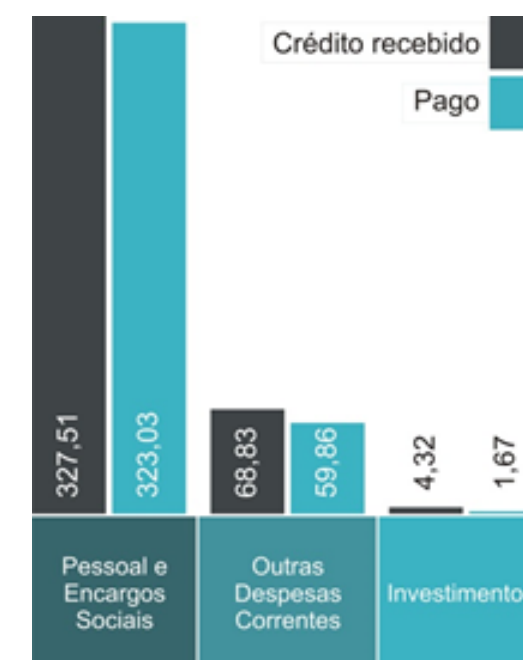


Gráfico 68 Execução do orçamento por grupo de natureza da despesa (R\$ milhões)

Execução Orçamentária e Financeira

Limite de pagamento

O limite para os gastos do TRE-BA referente ao exercício financeiro de 2019 importou em R\$358,90 milhões, de acordo com a Portaria TSE n.º 976/2019. Os pagamentos realizados observaram o limite fixado, estando em consonância com a normatização vigente, conforme demonstrado no Quadro 1.

Ressalte-se a manutenção do desempenho satisfatório do Tribunal no pagamento das despesas primárias em 2019 com 97,50 pontos percentuais, considerando o resultado alcançado no ano de 2018 com uma execução financeira de 97,57%.

AÇÕES DO GOVERNO	CRÉDITO RECEBIDO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	RP PAGO
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	327,51	325,50	323,03	323,03	0,34
ATIVOS CÍVIS DA UNIÃO	231,59	230,16	227,90	227,90	0,09
APOSENTADORIAS E PENSÕES CÍVIS DA UNIÃO	56,59	56,50	56,40	56,40	0,25
CONTRIBUIÇÃO DA UNIÃO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES P/ O CUSTEIO DO REGIME DE PREVIDÊNCIA DOS SERV. PÚBLICOS FEDERAIS	36,31	35,83	35,71	35,71	0,00
PLEITOS ELEITORAIS	2,93	2,93	2,93	2,93	0,00
PIEITOS ELEITORAIS - ELEIÇÕES SUPLEMENTARES	0,09	0,09	0,09	0,09	-
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	68,83	65,89	60,02	59,86	5,50
ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONT. AOS SERV. CÍVIS, EMPREGADOS, MILITARES E SEUS DEPENDENTES	3,90	3,89	3,89	3,89	-
JULGAMENTO DE CAUSAS E GESTÃO ADMINISTRATIVA NA JUSTIÇA ELEITORAL	42,79	41,86	37,19	37,03	3,93
BENEFÍCIOS OBRIGATÓRIOS AOS SERV. CÍVIS, EMPREGADOS, MILITARES E SEUS DEPENDENTES	14,32	13,31	13,31	13,31	0,04
COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO INSTITUCIONAL	-	-	-	-	0,02
PLEITOS ELEITORAIS	0,69	0,59	0,56	0,56	1,33
IMPLANTACAO DO SISTEMA DE AUTOMACAO DE IDENTIFICACAO DO ELEI	7,08	6,21	5,04	5,04	0,18
PIEITOS ELEITORAIS - ELEIÇÕES SUPLEMENTARES	0,04	0,03	0,03	0,03	-
INVESTIMENTOS	4,32	4,23	1,68	1,67	5,41
JULGAMENTO DE CAUSAS E GESTÃO ADMINISTRATIVA NA JUSTIÇA ELEITORAL	3,62	3,62	1,52	1,52	4,92
REFORMA DO EDIFÍCIO-SEDE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA	0,70	0,61	0,15	0,15	0,48
TOTAL	400,66	395,63	384,72	384,56	11,25

Fonte: Tesouro Gerencial (08.01.2020).

Notas:

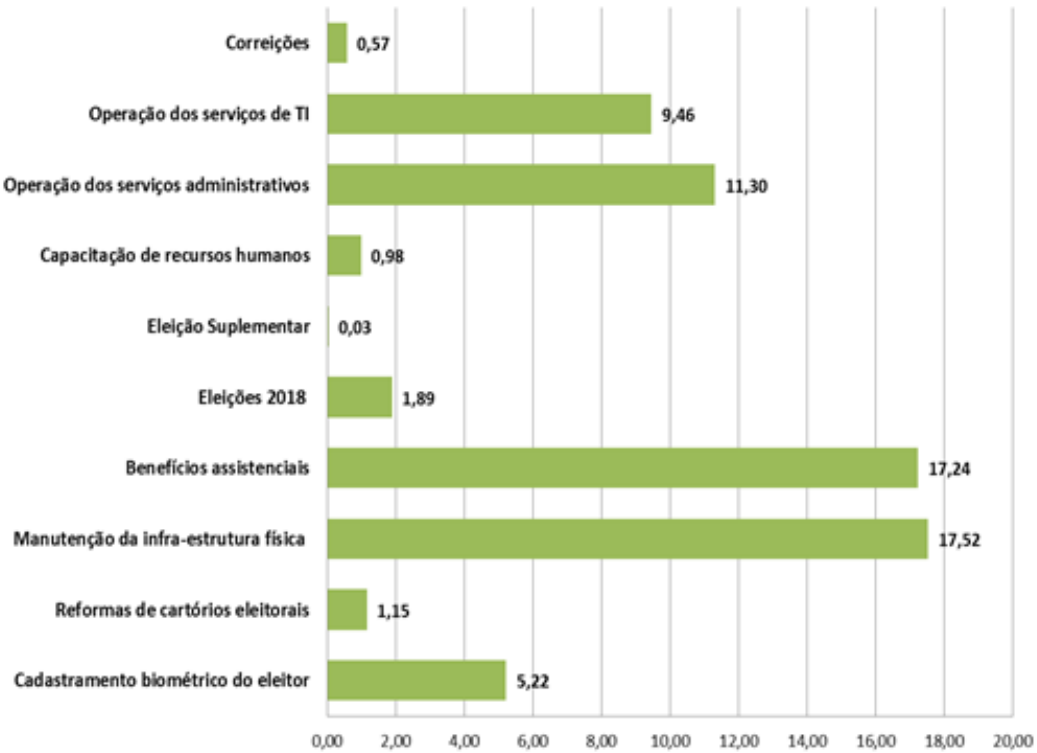
1. RP Pago: restos a pagar pagos processados e não processados;

2. Foi acrescido ao valor pago em 20GP/PO0001 (Custeio), R\$ 424.734,94 descentralizado à UG 070001 - TSE para execução do contrato n.º 16/2015;

3. Foi acrescido aos restos a pagar pagos, em 20GP/PO0001, o valor de R\$164.026,65 referente ao contrato nº 16/2015.

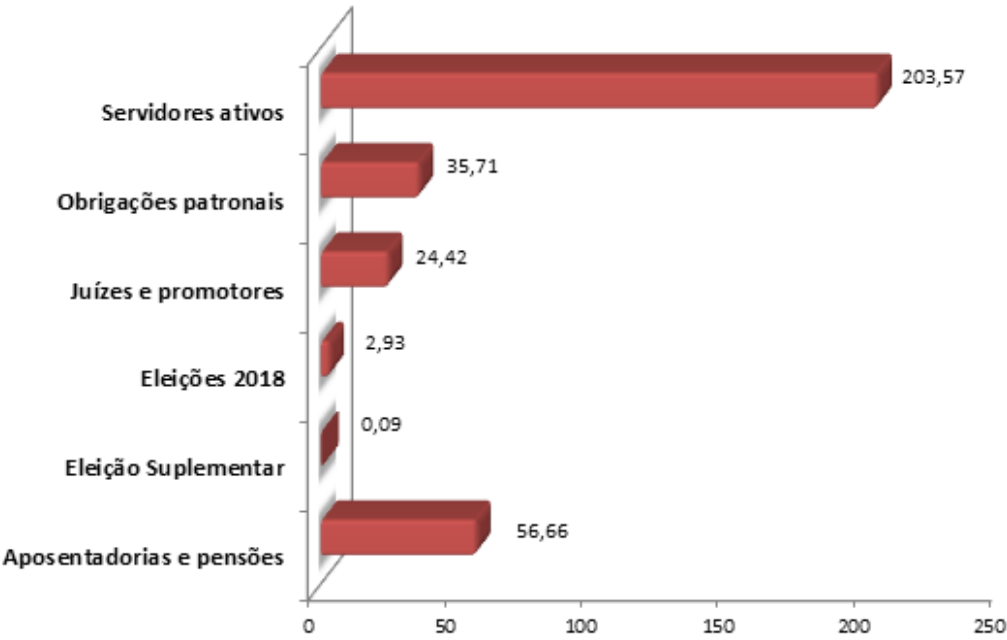
Tabela 3 Execução do orçamento por ação orçamentária e grupo de natureza da despesa (R\$ milhões)

Foram pagos R\$395,80 milhões - R\$384,55 milhões referentes à execução financeira dos créditos recebidos mediante provisões e por meio da LOA do exercício de 2019, com seus acréscimos e reduções, e R\$11,25 milhões às obrigações oriundas de empenhos emitidos em anos anteriores, restos a pagar processados e não processados.



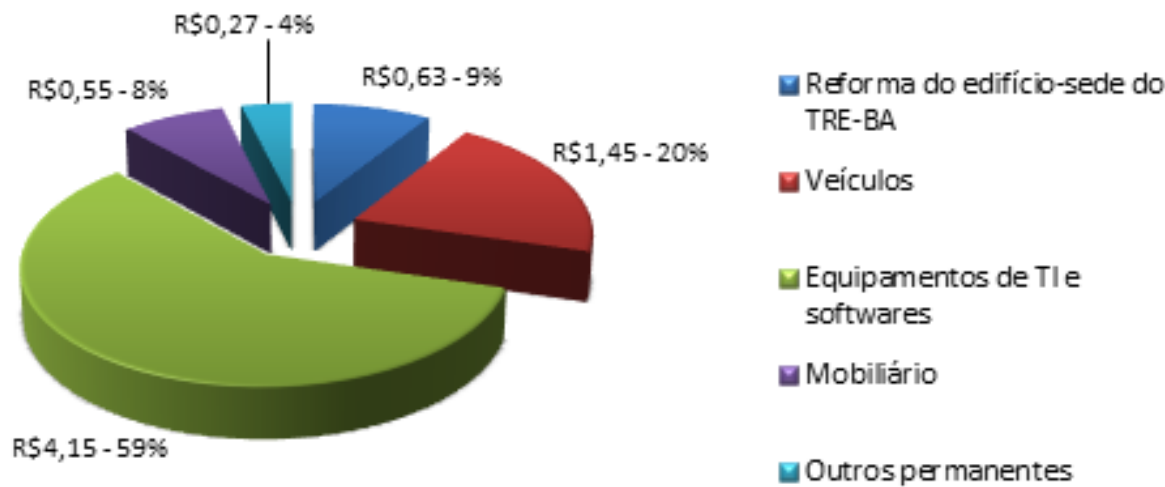
Fonte: Tesouro gerencial (8.1.2020)

Gráfico 69 Valores Pagos – Outras Despesas Correntes (R\$ milhões)



Fonte: Tesouro gerencial (8.1.2020)

Gráfico 70 Valores pagos – Pessoal e Encargos Sociais (R\$ milhões)



Fonte: Tesouro gerencial (8.1.2020)
Gráfico 71 Valores pagos – Investimentos (R\$ milhões/percentual)

Evolução da execução nos dois últimos exercícios - Orçamento ordinário

Do total da dotação recebida no exercício de 2019 foram empenhados 99% e pagos 96%. Em 2019 foram pagos R\$11,08 milhões dos restos a pagar inscritos e reinscritos, o que representou uma redução de 74% do estoque líquido de restos a pagar de R\$15,01 milhões.

DESPESA	DOTAÇÃO ATUAL	EMPENHADO	2019		
			LIQUIDADO	PAGO	RP PAGO
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	324,49	322,49	320,01	320,01	0,34
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	61,02	59,06	54,39	54,23	3,99
INVESTIMENTOS	4,32	4,23	1,68	1,67	5,41
TOTAL	389,82	385,78	376,08	375,91	9,74

Fonte: Tesouro Gerencial (08.01.2020).
Notas:
1. RP Pago: restos a pagar processados e não processados pagos;
2. As provisões recebidas do TSE foram excluídas.

Tabela 4 Dotação e execução das despesas autorizadas na LOA 2019 (R\$ milhões)

DESPESA	DOTAÇÃO ATUAL	EMPENHADO	2018		
			LIQUIDADO	PAGO	RP PAGO
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	301,61	296,06	295,78	295,71	0,34
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	58,30	56,92	50,52	50,27	2,77
INVESTIMENTOS	12,29	11,52	5,51	5,48	2,88
TOTAL	372,20	364,51	351,82	351,46	5,98

Fonte: Tesouro Gerencial (08.01.2020). Nota: RP Pago: restos a pagar processados e não processados pagos.
Tabela 5 Dotação e execução das despesas autorizadas na LOA 2018 (R\$ milhões)

Do cotejo das informações constantes das Tabelas 5 e 6, verifica-se que o total pago em custeio da dotação recebida em 2019 representa o melhor resultado dos dois últimos exercícios. Os pagamentos dos restos a pagar tiveram um incremento expressivo em 2019. O grupo investimentos apresenta redução em relação à dotação recebida nos anos anteriores, em razão da contenção de gastos imposta pelo Regime Fiscal.

GRUPO DE DESPESA	2019	2018	2017
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	323,03	313,87	272,24
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	60,02	89,60	55,78
INVESTIMENTOS	1,68	5,51	1,08
TOTAL	384,72	408,98	329,09

Fonte: Tesouro Gerencial (8.1.2020). Nota: incluem-se as provisões recebidas e descentralizadas ao TSE.
Tabela 6 Execução das despesas liquidadas nos três últimos exercícios financeiros por Grupo de Natureza da Despesa – GND (R\$ milhões)

ELEMENTO DE DESPESA	DESPESAS PAGAS	RP PAGOS
11 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	220,22	0,02
01 – APOSENTADORIA RPPS, RESER. REMUNER. E REFOR. MILITAR	43,53	0,25
DEMAIS DESPESAS	59,28	0,07
TOTAL	323,03	0,34

Fonte: Tesouro gerencial (8.1.2020). Nota: incluem-se as provisões recebidas do TSE.
Tabela 7 Gastos com pessoal e encargos sociais – 2019 (R\$ milhões)

ELEMENTO DE DESPESA	DESPESAS PAGAS	RP PAGOS
37 - LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	14,16	2,17
40 - SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICAÇÃO	10,56	0,73
39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORB.	7,98	1,76
DEMAIS DESPESAS	27,15	0,84
TOTAL	59,86	5,50

Fonte: Tesouro gerencial (8.1.2020).
Notas:
1. Foi inserido no elemento 40 os valores executados pela UG 070001 –SAD/TSE, referente ao contrato n.º 15/2016, sendo R\$424.731,94 (despesa paga) e R\$164.026,65 (RP pagos);
2. Incluem-se as provisões recebidas do TSE.

Tabela 8 Gastos com outras despesas correntes – ODC – 2019 (R\$ milhões)

ELEMENTO DE DESPESA	DESPESAS PAGAS	RP PAGOS
52 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1,46	4,90
51 - OBRAS E INSTALAÇÕES	0,15	0,50
DEMAIS DESPESAS	0,06	0,00
TOTAL	1,67	5,40

Fonte: Tesouro gerencial (8.1.2020)

Tabela 9 Gastos com investimentos – 2019 (R\$ milhões)

Do total executado no grupo de despesa Pessoal e Encargos Sociais, 68% correspondeu aos pagamentos da remuneração de servidores ativos, 13% aos gastos com aposentadorias e as demais despesas, referentes às obrigações patronais, pensões e outras despesas variáveis, representaram 18% do total do gasto.

Os gastos relativos às despesas correntes referem-se às contratações com locação de mão-de-obra e de serviços de comunicação de dados. Os gastos que mais impactaram o grupo investimento foram aquisições de equipamentos e materiais permanentes, tanto na execução do exercício (88%) quanto dos restos a pagar (91%). Tal fato deve-se ao incremento na infraestrutura de tecnologia da informação nos dois últimos exercícios.

Projeto de identificação biométrica de eleitores

O Orçamento recebido na ação orçamentária Implantação do Sistema de Automação de Identificação Biométrica de Eleitores, destinou-se aos gastos com a conclusão do 2º ciclo do Projeto Biometria na Bahia, que teve início com a reabertura do cadastro eleitoral, em 05/11/2018, bem assim com o 3º ciclo do supracitado projeto, que se iniciou em 13/05 e se estendeu até 18/02/2020.

Tendo em vista a estratégia da Justiça Eleitoral Baiana, visando à continuidade do projeto de cadastramento biométrico de eleitores, iniciado em 2016, efetuou-se o planejamento orçamentário a fim de possibilitar as contratações necessárias à conclusão do 2º ciclo e realização do 3º ciclo em 2019. Para tanto foram recebidas provisões no total de R\$7,08 milhões.

	ELEMENTO DE DESPESA	DESPESAS PAGAS	RESTOS A PAGAR PAGOS
14	DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	1.418.415	-
40	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PJ	1.252.935	102.737
37	LOCAÇÃO DE MAO-DE-OBRA	1.055.309	16.307
39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PJ - OP.JNT.ORG.	704.450	36.557
30	MATERIAL DE CONSUMO	295.757	17.028
33	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	236.036	-
93	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	61.016	71
36	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - P.FÍSICA	11.830	-
47	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	1.606	-
49	AUXÍLIO-TRANSPORTE	888	-
92	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	9.382
	TOTAL	5.038.242	182.082

Fonte: Tesouro Gerencial (8.1.2020).

Tabela 10 Execução Financeira por Elemento de Despesa – Revisão Biométrica

GRUPO DE DESPESA	2019				2018				2017			
	PROVISAO RECEBIDA	EMPENHADA	LIQUIDADA	PAGA	PROVISAO RECEBIDA	EMPENHADA	LIQUIDADA	PAGA	PROVISAO RECEBIDA	EMPENHADA	LIQUIDADA	PAGA
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	7,08	6,21	5,04	5,04	6,70	6,39	5,68	5,60	12,80	11,68	5,72	5,54

Fonte: Tesouro Gerencial (8.1.2020).

Tabela 11 Evolução da execução com revisão biométrica nos três últimos exercícios financeiros – (R\$ milhões)

Eleição Suplementar no município de Camamu/Bahia

Conforme tratado neste Capítulo, na parte referente a “Resultados em Destaque – Eleições”, a Corte Eleitoral baiana, por meio da Resolução Administrativa n.º 11/2019, determinou a realização de Eleições Suplementares no Município de Camamu, no dia 01/09/2019. Para tal fim, o TSE descentralizou provisão no montante de R\$133.305,23. Desse total, foram gastos R\$121.755,55, sendo R\$88.859,62 com a prestação de serviço extraordinário pelos servidores envolvidos nas atividades eleitorais e R\$32.895,93 com despesas correntes, cujo maior desembolso destinou-se ao custeio do auxílio alimentação dos mesários e demais colaboradores no dia do pleito eleitoral (R\$9.450,00).

AÇÃO ORÇAMENTÁRIA	PLANO ORÇAMENTÁRIO	GRUPO DE DESPESA	PROVISÃO RECEBIDA	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO
PLEITOS ELEITORAIS - NACIONAL	ELEICOES SUPLEMENTARES	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	44.270	32.896	32.896	32.896
PLEITOS ELEITORAIS - NACIONAL	ELEICOES SUPLEMENTARES	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	89.035	88.997	88.997	88.860
TOTAL			133.305	121.893	121.893	121.756

Fonte: Tesouro Gerencial (13.1.2020)

Tabela 12 Execução de despesas com a eleição suplementar

Contingenciamento de Crédito

O contingenciamento ocorre em razão da avaliação bimestral das receitas e despesas primárias pelo Poder Executivo e consiste no bloqueio parcial da programação de despesas da Lei Orçamentária Anual, em função da insuficiência de receitas, ocasionando limitação de empenho e movimentação financeira. No exercício de 2019, ocorreu limitação de empenho e movimentação financeira nos três primeiros bimestres. No entanto, o total de R\$168.495,00 foi integralmente descontingenciado, conforme Portaria TRE-BA n.º 418/2019, não impactando a execução das despesas do órgão.

Avaliação dos restos a pagar – 2017 a 2019

A Tabela 12 demonstra a trajetória dos restos a pagar processados e não processados inscritos e reinscritos dos exercícios financeiros de 2017 a 2019.

Exercícios	Inscritos e Reinscritos	Cancelados	Liquidados	Pagos	Estoque para o Exercício Seguinte	% de Pagos em Relação aos Restos a Pagar Líquidos*
2017	6.773,88	2.244,45	60,14	3.158,30	1.311,00	70%
2018	15.768,48	2.887,74	75,58	9.466,66	3.338,51	73%
2019	19.773,31	4.756,64	82,85	11.087,87	3.845,96	74%

Fonte: SIAFI; Nota: *Restos a pagar líquidos correspondem ao total de inscritos e reinscritos, subtraindo-se os cancelados.

Tabela 13 Execução dos Restos a Pagar de 2017 a 2019 – (R\$ milhares)

Em que pese o aumento do estoque dos restos a pagar nos anos sob avaliação, observa-se que no exercício de 2019 houve incremento no percentual de execução financeira, fechando o ano com 74% de pagamentos em relação ao estoque de restos a pagar líquidos, enquanto em 2017 e 2018 os pagamentos representaram 70% e 73%, respectivamente.

Os gráficos abaixo demonstram a evolução, tanto do estoque de restos a pagar, como do incremento dos pagamentos.



Fonte: SIAFI

Gráfico 72 % de Restos a Pagar Pagos em Relação aos Restos a Pagar Líquidos

	2017	2018	2019
Grupo Despesa	Restos a Pagar Processados e Não Processados Inscritos e Reinscritos		
Pessoal e Encargos Sociais	1.153,83	441,75	366,99
Outras Despesas Corrente	4.957,11	11.901,94	12.968,20
Investimentos	662,94	3.424,79	6.438,12
	6.773,88	15.768,48	19.773,31

Fonte: SIAFI

Tabela 14 Restos a pagar processados e não processados inscritos e reinscritos

Da Tabela 13, verifica-se a predominância do grupo de despesa Outras Despesas Correntes, que, em muitos casos, representam despesas referentes ao mês de dezembro do exercício corrente e que serão pagas no início do ano subsequente.

A Tabela 14 a seguir evidencia que, ao final do exercício financeiro de 2019, do total do estoque inicial de restos a pagar no grupo de despesa Investimentos, restaram a pagar apenas 4,1%, indicando o esforço da administração na execução dessa despesa.

Grupo Despesa	Restos a Pagar Processados e Não Processados Inscritos e Reincritos	Cancelados	Liquidados	Pagos	A Pagar	% a Pagar em Relação ao Estoque Inicial
Pessoal e Encargos Sociais	366,99	22,88	0,00	342,52	1,59	0,4%
Outras Despesas Correntes	12.968,20	3.966,88	41,58	5.337,92	3.663,41	28,2%
Investimentos	6.438,12	766,89	41,27	5.407,43	263,80	4,1%
Total	19.773,31	4.756,64	82,85	11.087,87	3.928,80	

Fonte: SIAFI

Tabela 15 Execução dos Restos a Pagar no exercício financeiro de 2019 por grupo de despesa (R\$ milhares)

Exercício Financeiro	Estoque de Restos a Pagar	Variação %
2017	1.067	100%
2018	1.037	-2,83%
2019	839	-27,07%

Fonte: SIAFI

Tabela 16 Limite de pagamento – variação do estoque de RP 2017 a 2019 (R\$ milhares)

O acompanhamento da execução de restos a pagar é de extrema relevância, pois o limite de gastos do Tribunal envolve tanto os pagamentos relativos ao orçamento do exercício, quanto aos restos a pagar de exercícios anteriores. Diante disso, intensificou-se o acompanhamento do estoque de restos a pagar e o resultado obtido foi extremamente satisfatório, considerando que a redução que impactou o limite de pagamento de 2017 para 2018 foi de 2,83% e de 2017 para 2019 foi de 27,07%.

Análise de Tendências Orçamentárias: Cenários para 2020-2021

Nos exercícios de vigência da EC n.º 95/2016, o TRE-BA tem apresentado resultados satisfatórios, analisados os dados referentes à dotação recebida na LOA, pois as provisões recebidas do TSE integram a base de cálculo do limite de pagamento do referido órgão descentralizador. No ano de 2016 foi recebido um montante de R\$273,035 milhões, havendo uma execução financeira de 97,05%.

Em 2017, sob a égide do novo regime fiscal, passou-se a aferir a execução das despesas primárias, tendo como base o total de pagamentos, inclusive dos restos a pagar. Naquele exercício, o montante consignado na LOA ao TRE-BA foi de R\$307,18 milhões, sendo estabelecido um limite de pagamento de R\$298,16 milhões, conforme Portaria TSE n.º 960/2017, e pago o montante de R\$293,81 milhões, que equivale a 98% do limite anual. No exercício de 2018 o teto de gastos foi fixado em R\$332,08 milhões, sendo pagos R\$324,01 milhões, o que representa uma execução de 97 pontos percentuais, considerando as despesas primárias obrigatórias (gastos com pessoal) e discricionárias.

No exercício sob análise, verifica-se uma dotação atualizada de R\$389,82 milhões. Para o ano de 2019 foi fixado um limite de pagamento de R\$358,90 milhões, sendo executado R\$349,94 milhões, o equivalente a 98% do limite anual. Com base nos referidos resultados, depreende-se que as perspectivas para os exercícios de 2020 e 2021 são otimistas. Apesar dos desafios da economia e das restrições orçamentárias, verifica-se uma oportunidade de melhoria da alocação de recursos e na qualificação do orçamento e dos gastos do Regional. Observe-se que as metas do indicador de execução financeira, instituído para monitorar os pagamentos das despesas primárias discricionárias, foram definidas no planejamento estratégico para os exercícios de 2019, 2020 e 2021, respectivamente, em 93%, 94% e 95%.

Trata-se de um cenário que tem exigido mudança na estratégica para as organizações públicas, face ao desafio de manter o funcionamento regular da instituição e da prestação dos serviços à sociedade, em paralelo com a viabilização dos recursos para investir em projetos que proporcionem as melhorias necessárias à realização de sua missão.

Verifica-se assim, que este cenário continuará a exigir do tribunal a racionalização dos custos, por meio da revisão de suas despesas, a busca pela melhor alocação dos recursos, privilegiando os gastos e projetos prioritários e o aproveitamento de oportunidades de otimização dos recursos disponíveis.

Principais desafios e ações futuras

A gestão do orçamento do TRE-BA tem sofrido a influência de fatores externos, nos últimos anos, em especial da conjuntura político-econômica, dentre os quais destaca-se o advento do Novo Regime Fiscal para controle dos gastos públicos na esfera Federal a partir de 2017.

Este fator tem exigido uma análise acurada da conjuntura orçamentária-financeira e dos projetos e custos do órgão, com prospecções de cenários na tomada de decisões, visando a racionalização da despesa e a otimização dos recursos a fim de atenuar os efeitos negativos sobre a execução do planejamento do órgão.

Desta forma, aponta-se como principais desafios e ações futuras da gestão, especialmente no alcance do objetivo estratégico de “Aperfeiçoar a qualidade do gasto público”, associado ao macroprocesso de “Gestão Técnica e Operacional” os seguintes: 1) Promover medidas de racionalização de gastos, mediante a revisão de contratos contínuos, controle das despesas com o funcionamento da infraestrutura e manutenção dos serviços administrativos, como água e esgoto, energia elétrica, telefonia e material de consumo; 2) Implementar software que promove maior fluidez ao ciclo orçamentário e à execução da despesa, impactando na qualidade do gasto. Favorece o planejamento em tempo hábil e permite o acompanhamento automatizado da execução orçamentário-financeira das despesas. Conclusão do sistema prevista para o primeiro semestre de 2020; 3) Ampliar o uso das informações de custos como ferramenta essencial ao planejamento e execução do orçamento e alocação de recursos, buscando nortear decisões em cenários de restrição orçamentária, aferir o custo-benefício da realização do gasto e respaldar as decisões relativas à redução ou aumento de despesas e 4) Ação programada para o exercício de 2020, objetivando o desdobramento da estratégia do Tribunal na gestão orçamentária, financeira e contábil.



Fonte: SOF

Figura 49 Principais desafios e ações futuras - Gestão Orçamentária e Financeira

GESTÃO DE PESSOAS E COMPETÊNCIAS

Conformidade Legal

A conformidade das normas internas de pessoal à legislação em vigor tem a finalidade precípua de atualizar as regras concernentes a direitos e deveres dos servidores do TRE-BA, imprimindo transparência na relação com a Administração. A ação possui objetivo acessório de adequar o conjunto normativo interno às recomendações dos órgãos de auditoria e controle (externo e interno). Para mensurar a adequação, o Tribunal observa as diretrizes constantes do Acórdão do Tribunal de Contas de União (TCU) n.º 1.824/2016, as quais fundamentam o objetivo estratégico de “Promover a Melhoria da Governança em Gestão de Pessoas” e norteiam o indicador i20 – Taxa de governança em gestão de pessoas (maiores detalhes sobre o referido objetivo podem ser conferidos anteriormente na parte “Foco em Objetivos Estratégicos”). Além de atender às exigências contempladas na referida decisão, os normativos editados em 2019 relacionam-se a aspectos eminentemente gerenciais, no intuito de consolidar paradigmas contemporâneos da gestão de pessoas.

33 Normas de Gestão de Pessoas editadas em 2019



Fonte: SGP

Figura 50 Gestão de Pessoas - Atos Normativos Editados em 2019

Avaliação da Força de Trabalho

Em 2019, 1.393 servidores estavam em efetivo exercício no TRE-BA, sendo que, deste total, 875 eram ocupantes de cargo efetivo do Poder Judiciário da União (efetivos, removidos e em exercício provisório), o que corresponde a 62,81% do total; 5 eram servidores sem vínculo (0,36% do total); e 513 servidores requisitados de outros poderes e esferas de governo, correspondendo a 36,83% da força de trabalho. Tais números evidenciam o déficit na quantidade de servidores ocupantes de cargo efetivo neste Regional e a grande dependência de parcerias com órgãos municipais e estaduais na requisição de servidores para apoiar os trabalhos, em especial, das unidades judiciárias de 1º grau.

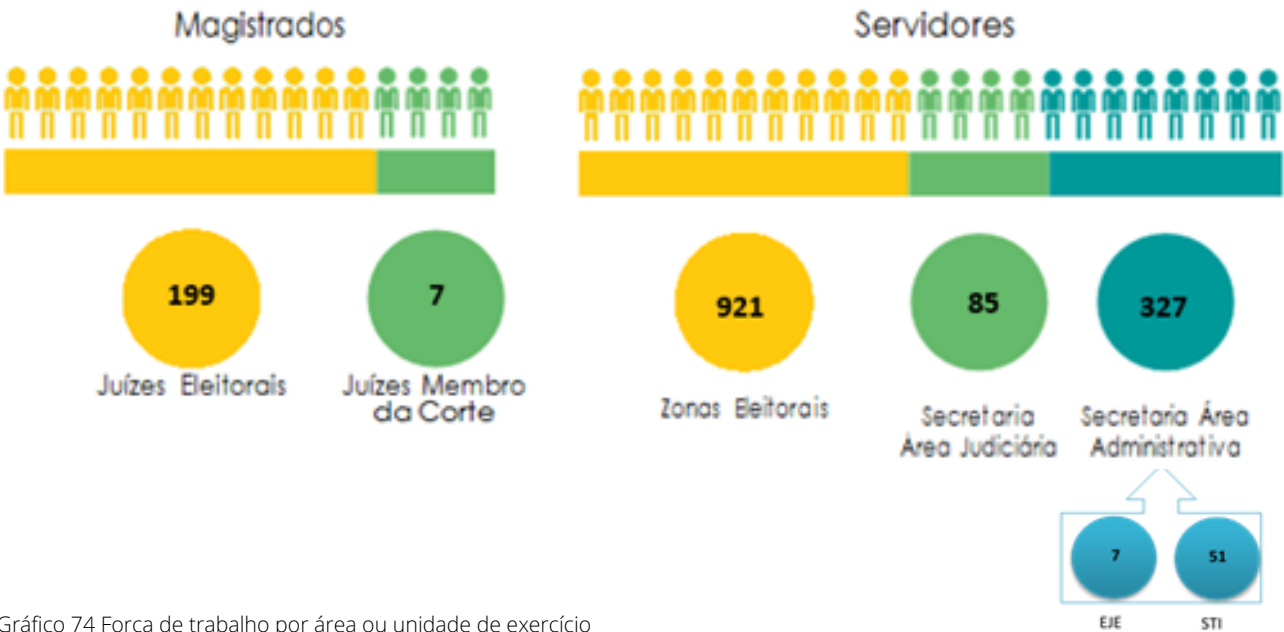
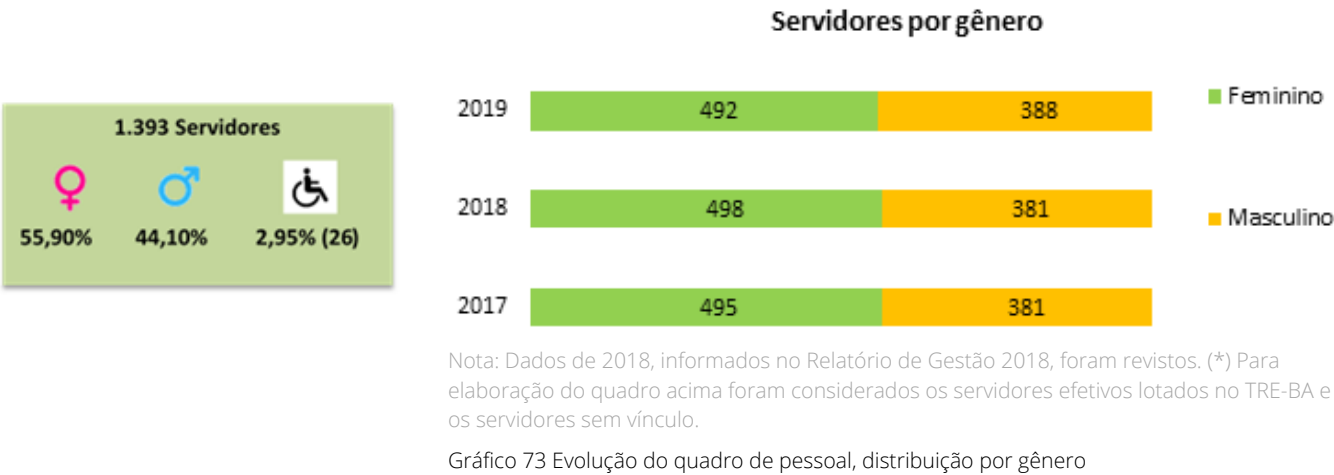


Gráfico 74 Força de trabalho por área ou unidade de exercício

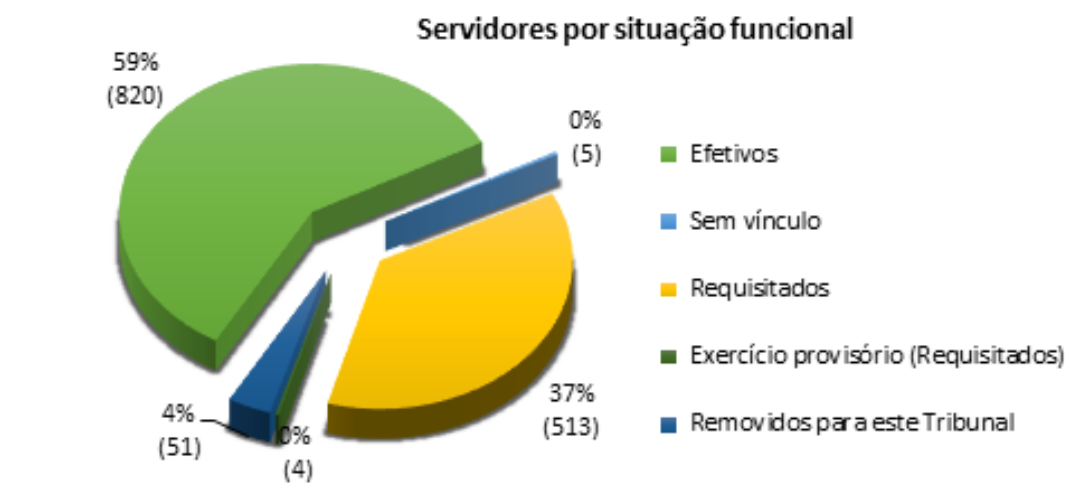


Gráfico 75 Servidores por situação funcional

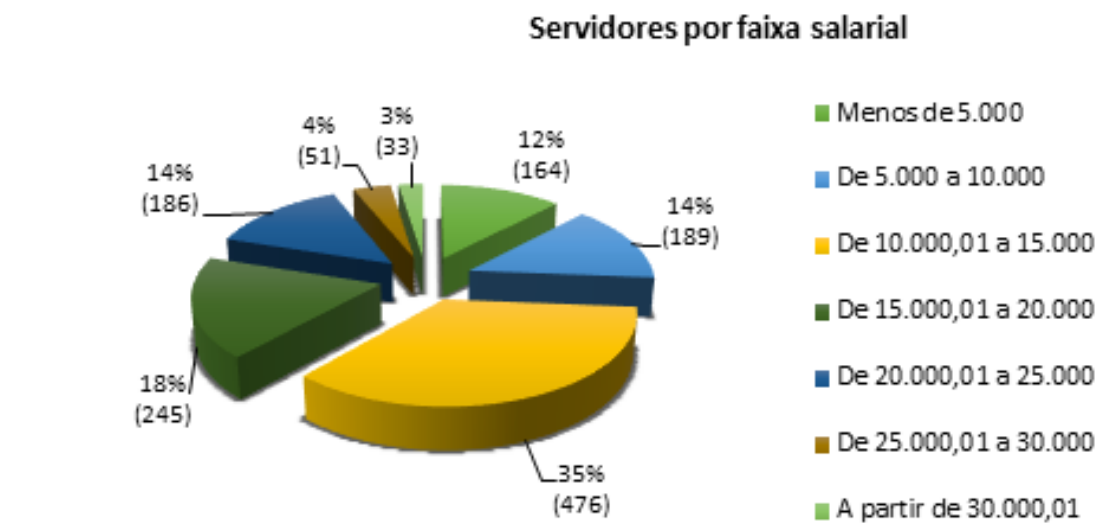
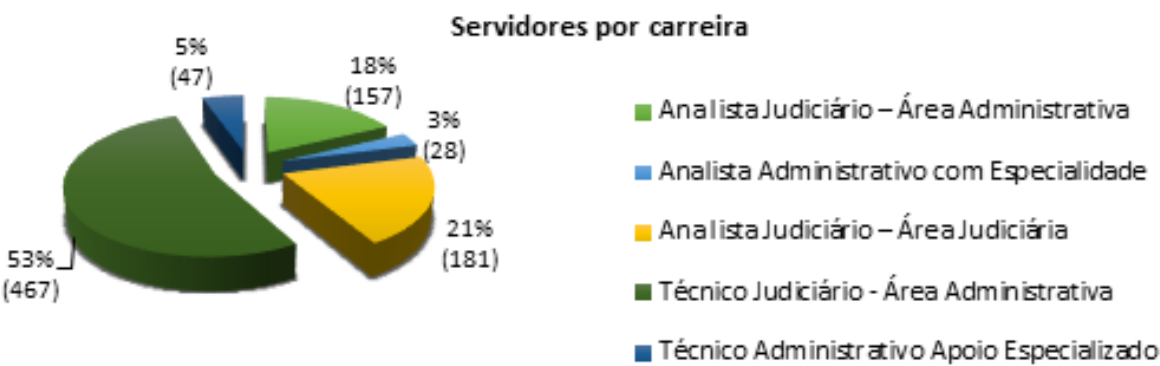


Gráfico 76 Servidores por faixa salarial



Nota: Para elaboração do gráfico acima foram considerados apenas os cargos efetivos pertencentes ao quadro do TRE-BA

Gráfico 77 Servidores por carreira

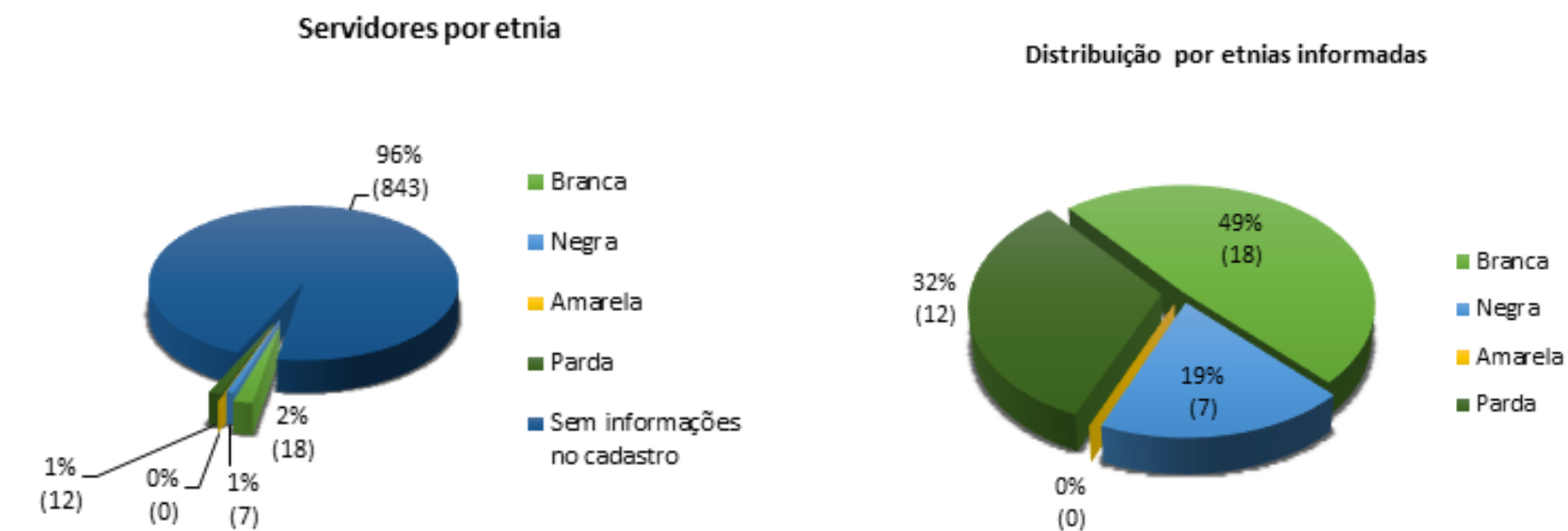


Gráfico 78 Servidores por etnia

Gráfico 79 Distribuição por etnias informadas

Nota: A cor da pele do servidor é atualizada pelo Módulo de Serviço Médico, conforme declaração em seus respectivos assentamentos funcionais.



Nota: Para elaboração do gráfico acima foram considerados apenas os cargos efetivos pertencentes ao quadro do TRE-BA

Gráfico 80 Servidores por faixa etária

Estratégia de Recrutamento e Alocação de Pessoas

O provimento dos cargos efetivos do TRE-BA é realizado por meio de concurso público, cuja última edição, realizada em 2017, foi prorrogada por mais dois anos, a partir do dia 26 de outubro de 2019.

Em 2019, 7 servidores, 3 analistas judiciários e 4 técnicos judiciários, foram nomeados para compor o quadro de servidores efetivos do Tribunal, totalizando 880 cargos providos, que contemplam os servidores em exercício ou não neste Regional, portanto, incluídos os cedidos e permutados para outros órgãos e os que estão em licença para acompanhar cônjuge e por interesse particular sem remuneração. Os novos servidores foram lotados nos cartórios eleitorais do interior.

Em 2019, o TRE-BA realizou concurso interno de remoção de servidores, com vistas ao preenchimento de vagas tanto na Secretaria do Tribunal quanto nas Zonas Eleitorais, buscando uma melhor distribuição dos servidores que compõem sua força de trabalho.

Detalhamento da Despesa de Pessoal Liquidada

EXERCÍCIO 2019		
Gasto	Valor	%
Vencimentos e vantagens fixas	R\$ 60.655.288,95	25,04%
Patronal	R\$ 36.624.125,23	15,12%
Gratificações natalinas	R\$ 14.656.095,25	6,05%
Exercício anterior	R\$ 3.599.649,17	1,49%
Vantagens variáveis	R\$ 126.675.262,45	52,30%
Total de Gastos com Ativos	R\$ 242.210.361,06	100,00%

Fonte: Tesouro Gerencial; SGRH (13.01.2020).

Nota: Despesas liquidadas, excluídos Restos a Pagar.

Tabela 17 Gastos com Pessoal Ativo

O salário-família de ativos totalizou R\$105,92 e está somado ao campo “Vantagens Varáveis”.

Foram somados ao campo “Patronal” os valores das naturezas orçamentárias 31911314 - Multas, 31911315 - Multas e 31911317 - Juros, nos valores de R\$640,85, R\$438,23 e R\$2.926,21, respectivamente, decorrentes de contribuições previdenciárias (INSS) pagas em atraso.

EXERCÍCIO 2019		
Gasto	Valor	%
Vencimentos e vantagens fixas	R\$ 40.188.247,44	92,18%
Gratificações natalinas	R\$ 3.340.214,41	7,66%
Exercício anterior	R\$ 70.634,45	0,16%
Total de Gastos com Inativos	R\$ 43.599.096,30	100,00%

Fonte: Tesouro Gerencial; SGRH (13.01.2020).
Nota: Despesas liquidadas, excluídos Restos a Pagar.

Tabela 18 Gastos com Pessoal Inativo

EXERCÍCIO 2019		
Gasto	Valor	%
Vencimentos e vantagens fixas	R\$ 11.816.120,18	92,28%
Gratificações natalinas	R\$ 988.130,99	7,72%
Total de Gastos com Pensionistas	R\$ 12.804.251,17	100,00%

Fonte: Tesouro Gerencial; SGRH (13.01.2020).
Nota: Despesas liquidadas, excluídos Restos a Pagar.

Tabela 19 Custo Direto com Despesas de Pensionista

EXERCÍCIO 2019		
Gasto	Valor	%
Magistrados e MP Eleitoral - ativos	R\$ 24.375.934,87	99,83%
Patronal	R\$ 40.852,56	0,17%
Total de Gastos com Magistrados e MP Eleitoral	R\$ 24.416.787,43	100,00%

Fonte: Tesouro Gerencial; SGRH (13.01.2020).
Nota: Despesas liquidadas, excluídos Restos a Pagar.

Tabela 20 Total de Magistrados e MP Eleitoral

EXERCÍCIO 2019			
Gasto – Benefícios	Valor (R\$)		
	2017	2018	2019
Auxílio transporte	263.090,00	796.877,00	892.324,00
Reembolso Assistência Médica	3.599.734,00	3.841.617,00	3.890.689,00
Auxílio Alimentação	10.121.386,00	10.508.151,00	10.340.422,00
Assistência Pré-Escolar	1.904.319,00	1.867.648,00	1.884.388,00
Auxílio Funeral e Natalidade de Cíveis	91.485,00	89.297,00	188.906,00
Total de Gastos	15.980.014,00	17.103.590,00	17.196.729,00

Tabela 21 Gatos com Benefícios



Gráfico 81 Evolução de Gastos de Pessoal

EXERCÍCIO 2019			
Gasto - Pessoal	Valor (R\$)		
	2017	2018	2019
Ativo	201.466.218,49	239.637.121,33	242.210.361,05
Inativo	36.570.492,75	39.472.420,49	43.599.096,30
Pensionista	12.549.663,33	12.340.378,17	12.804.251,17
Magistrados e Membros do Ministério Público	21.645.011,17	22.347.213,28	24.416.787,43
Benefícios	15.980.014,00	17.103.590,00	17.196.729,00
Total de Gastos	288.211.399,74	330.900.723,27	340.227.224,95

Tabela 22 Detalhamento Evolução de Gastos de Pessoal

No exercício de 2019, as despesas de pessoal alcançaram o montante de R\$ 340.227.224,95 (trezentos e quarenta milhões, duzentos e vinte e sete mil, duzentos e vinte e quatro reais e noventa e cinco centavos), representando um aumento de 2,82% nas despesas de pessoal em comparação a 2018. Dentre as justificativas motivadoras desse aumento, pontua-se:

- cumprimento de decisão judicial exarada no Processo n.º 1006754-37.2018.4.01.3300, em trâmite na 4ª Vara Cível da Seção Judiciária Federal da Bahia, constante do PAD nº17487/2018, que garantiu a percepção de auxílio-transporte aos servidores efetivos desta Casa, conforme disposto na Portaria n.º 632, de 16/11/2018, publicada no Diário de Justiça Eletrônico, edição de 19.11.2018;
- pagamento de débito de exercícios anteriores, autorizado pela Administração desta Casa, relativo à conversão em pecúnia de banco de horas adquirido pela prestação de serviço extraordinário.

Restituições ao Erário

Conforme mencionado no Capítulo 2 – Planejamento Eestratégico e Governança, as restituições ao erário são processadas internamente por meio da Secretaria de Gestão de Pessoas.

Os respectivos processos contam com sistema de acompanhamento por planilhas, e com a realização de diligências para, em caso de devedores falecidos, localizar inventários para habilitação do débito ou para individualização de herdeiros necessários, bem assim para solicitar informações a órgãos externos. Essas medidas pautam-se na descentralização de controles internos e na aplicação da gestão de riscos. Em 2019, foram instaurados 14 processos de débito com o erário, cujos valores alcançam R\$46.515,48; foram realizadas 65 diligências, das quais 37 com dados relevantes para a continuidade dos processos; e, após a devida quitação, 9 processos foram arquivados com a recuperação de um total de R\$36.984,41.

Avaliação de Desempenho, Remuneração e Meritocracia

Avaliação de Desempenho e Progressão Funcional

Foram realizadas, no ano de 2019, nos termos da Resolução Administrativa TSE n.º 22.582/2007, as avaliações de desempenho de 254 servidores, mediante aplicação de formulário do avaliador (chefia imediata) e de autoavaliação do servidor. Dentre elas, foi apresentado 1 pedido de reconsideração à Administração, relacionado às notas atribuídas pela chefia imediata, cuja admissibilidade será apreciada. A referida avaliação serve de instrumento ao objetivo estratégico de promover a melhoria da governança em gestão de pessoas, bem assim à progressão/promoção funcional dos servidores ativos que não se encontram no topo da carreira. Em 2019, 236 servidores foram movimentados na carreira com a publicação de 10 Portarias pela Presidência do TRE-BA.

Gratificação de Desempenho

Embora não implementada no âmbito do Poder Judiciário da União, os servidores efetivos que ainda não alcançaram a última referência na carreira (C13), realizam, anualmente, avaliação de desempenho para movimentação funcional, progressão ou promoção, fazendo jus à remuneração constante do Anexo I, da Lei n.º 13.317/2016, de acordo com a classe/padrão em que estiver posicionado.

Estágio Probatório

Atualmente, o TRE-BA possui 68 servidores em estágio probatório. Em 2019, 1 servidor concluiu o estágio probatório, adquirindo estabilidade e passando a fazer jus a uma série de benefícios, dentre eles licença para tratar de interesse particular e licença para capacitação.

Tabela de Remuneração

A seguir, tabela de remuneração dos servidores do Poder Judiciário da União, com base na Lei n.º 13.317, de 20 de julho de 2016:

DADOS DO CARGO					
CARREIRA / CLASSE / ESCOLARIDADE / PADRÃO				Parcelas Básicas Ativos e Inativos	
				Vencimento Básico	GAJ 140,0%
ANALISTA	SUPERIOR	C	13	R\$ 7.792,30	R\$ 10.909,22
			12	R\$ 7.565,34	R\$ 10.591,48
			11	R\$ 7.344,99	R\$ 10.282,99
		B	10	R\$ 7.131,06	R\$ 9.983,49
			9	R\$ 6.923,36	R\$ 9.692,70
			8	R\$ 6.550,01	R\$ 9.170,01
			7	R\$ 6.359,23	R\$ 8.902,92
			6	R\$ 6.174,01	R\$ 8.643,62
		A	5	R\$ 5.994,18	R\$ 8.391,86
			4	R\$ 5.819,60	R\$ 8.147,44
			3	R\$ 5.505,76	R\$ 7.708,07
			2	R\$ 5.345,40	R\$ 7.483,56
			1	R\$ 5.189,71	R\$ 7.265,59
TÉCNICO	MÉDIO	C	13	R\$ 4.749,33	R\$ 6.649,06
			12	R\$ 4.611,00	R\$ 6.455,39
			11	R\$ 4.476,70	R\$ 6.267,37
		B	10	R\$ 4.346,31	R\$ 6.084,83
			9	R\$ 4.219,71	R\$ 5.907,60
			8	R\$ 3.992,16	R\$ 5.589,03
			7	R\$ 3.875,88	R\$ 5.426,24
			6	R\$ 3.763,00	R\$ 5.268,20
		A	5	R\$ 3.653,40	R\$ 5.114,75
			4	R\$ 3.546,98	R\$ 4.965,78
			3	R\$ 3.355,71	R\$ 4.697,99
			2	R\$ 3.257,97	R\$ 4.561,16
			1	R\$ 3.163,07	R\$ 4.428,30

Tabela 23 Remuneração Servidores do Poder Judiciário da União

Os juízes do Tribunal e Procurador Regional Eleitoral fazem jus ao JETON, que corresponde à gratificação de presença por comparecimento a sessão Plenária do TRE-BA, respeitado o limite mensal de 8 sessões em períodos ordinários, 12 sessões no mês de agosto de anos eleitorais e 15 sessões nos meses de setembro a dezembro de anos eleitorais. Juízes e promotores eleitorais são designados para o exercício de função nas zonas eleitorais e fazem jus a gratificação, a título de pro labore, proporcional aos dias de atuação, descontados os períodos em que estiveram afastados da jurisdição comum.

CLASSE	JETON	Gratificação Eleitoral
Juízes do Tribunal	R\$1.063,87	-
Procurador Regional Eleitoral	R\$1.063,87	-
Juiz Eleitoral	-	R\$ 5.390,26
Promotor Eleitoral	-	R\$ 5.390,26

Tabela 24 Política de Remuneração dos Membros da Magistratura e Ministério Público Eleitoral

Denominação/Nível	Integral	Opção pelo cargo efetivo
Cargos em Comissão		
CJ-04	R\$ 14.607,74	R\$ 9.495,03
CJ-03	R\$ 12.940,02	R\$ 8.411,01
CJ-02	R\$ 11.382,88	R\$ 7.398,87
CJ-01	R\$ 9.216,74	R\$ 5.990,88
Funções Comissionadas		
FC-06	R\$ 0,00	R\$ 3.072,36
FC-05	R\$ 0,00	R\$ 2.232,38
FC-04	R\$ 0,00	R\$ 1.939,89
FC-03	R\$ 0,00	R\$ 1.379,07
FC-02	R\$ 0,00	R\$ 1.185,05
FC-01	R\$ 0,00	R\$ 1.019,17

Tabela 25 Cargos em comissão e funções comissionadas

Cargos em comissão ocupados por servidores efetivos



Gráfico 82 Percentual de cargos em comissão ocupados por servidores efetivos

Servidores efetivos ocupando cargos em comissão

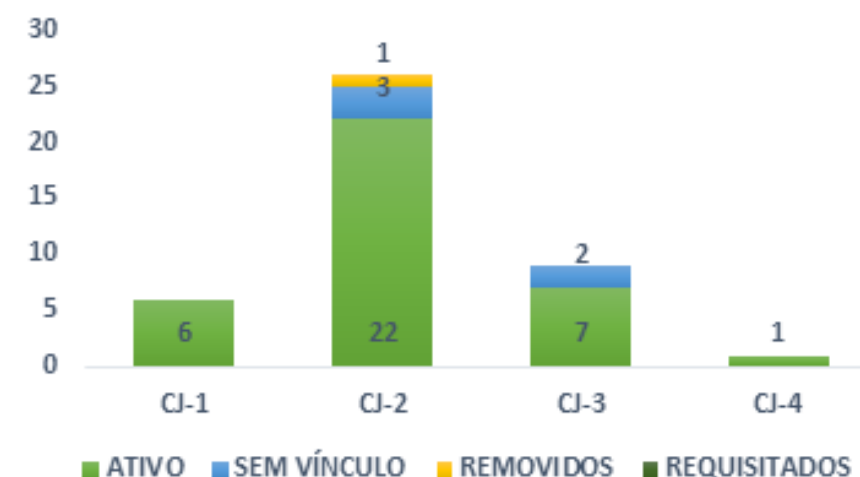


Gráfico 83 Detalhamento ocupação cargos em comissão

Funções Comissionadas de Natureza Gerencial Ocupadas por Servidores Efetivos

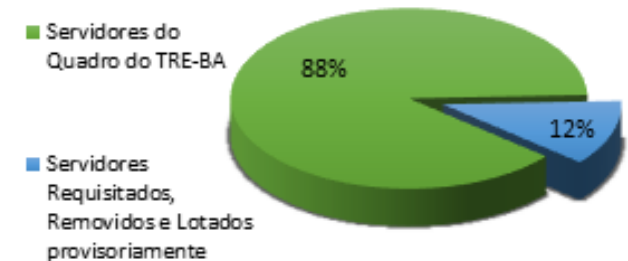


Gráfico 84 Percentual de funções comissionadas gerenciais ocupadas por servidores efetivos

Servidores efetivos ocupando funções comissionadas gerenciais



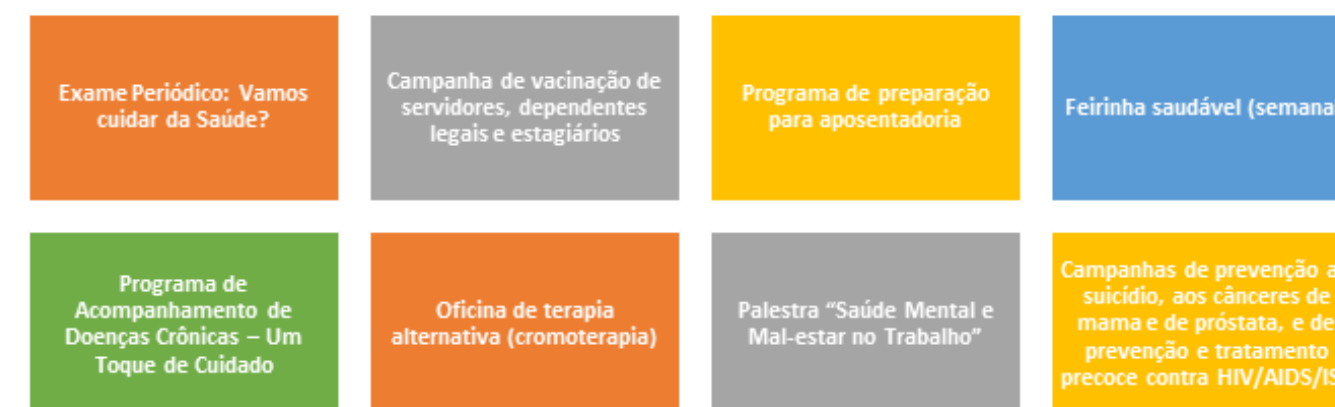
Gráfico 85 Detalhamento ocupação funções comissionadas gerenciais

Como inovação e focando na constatação de que somente o conhecimento técnico não dá o suporte que a liderança necessita para implementar as mudanças demandadas, o Programa de Desenvolvimento de Líderes (PDL) alcançou, em 2019, quase todos os gestores e respectivos substitutos da Secretaria do Tribunal e dos Cartórios do Interior, sob as modalidades presencial e à distância.

Outra iniciativa do TRE-BA nesse sentido é o Projeto TIVALORIZA, instituído pela Portaria n.º 369/2018, que estabelece a política de valorização e reconhecimento dos servidores da área de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC, sendo integralizadas as seguintes ações em 2019: 1) intensificada e monitorada a capacitação de gestores de TIC, com 46 servidores de TI capacitados em 31 eventos; 2) mapeados os processos da Seção de Soluções Corporativas (SEDESC) e revisados os processos da Seção de Suporte ao Usuário (SESAU), mediante edição da Portaria n.º 245/2019; 3) definido e realizado evento com a participação de todos os gestores e servidores de TIC, denominado I Encontro TIVALORIZA, para reconhecer o trabalho da STI e despertar reflexão acerca de valorização e propósito do trabalho.

Ações Voltadas à Saúde e à Qualidade de Vida

Além da instituição do Programa de Qualidade de Vida no Trabalho, no início de dezembro, no exercício de 2019, foram realizadas ações de promoção à saúde e qualidade de vida com temáticas e enfoques variados, o que contribuiu para a melhoria do bem-estar e saúde dos servidores e colaboradores, como já mencionado quando da apresentação dos resultados do objetivo estratégico “proporcionar ambiente de trabalho saudável e seguro”, no início deste Capítulo. Dentre as ações promovidas, merecem destaque as seguintes:



Fonte: SGP

Figura 51 Principais ações voltadas à saúde e à qualidade de vida

Igualdade de Oportunidades no Órgão

Com base nos princípios da gestão por competências e como forma de reconhecimento e valorização do desenvolvimento profissional, a meritocracia é um instituto inserido no objetivo estratégico de promover a melhoria da governança em gestão de pessoas. Quanto às oportunidades disponibilizadas igualmente entre os servidores, registrem-se as Bolsas de Estudos para cursos de graduação e de pós-graduação, que são incentivo ao aprimoramento de suas competências.

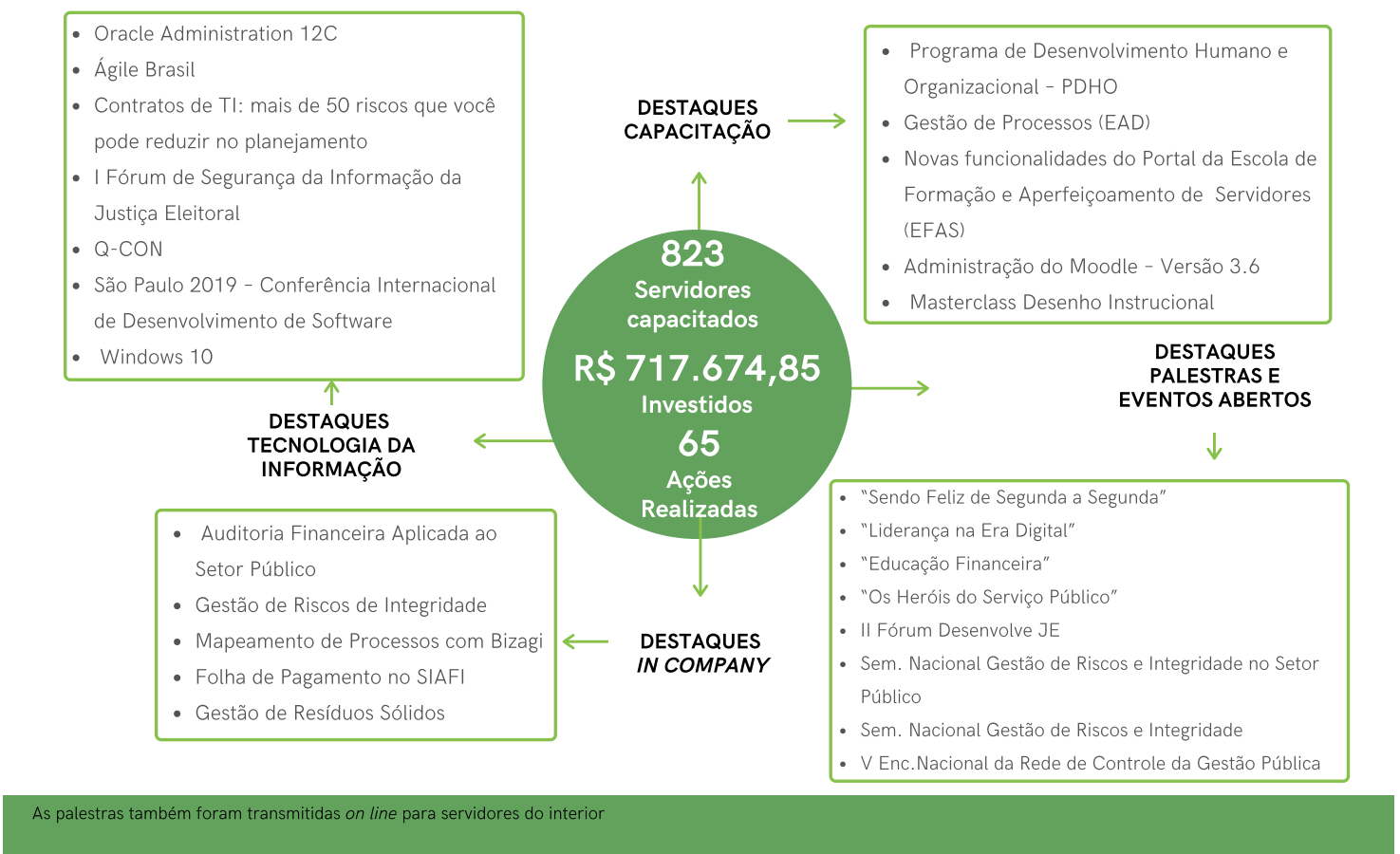
Capacitação

Estratégia e Números

O Plano Anual de Capacitação (PAC), elaborado anualmente, é uma iniciativa que visa a aprimorar a capacitação e o desenvolvimento de servidores, estando alinhada à perspectiva de “aprendizado e crescimento” do Planejamento Estratégico Institucional e ao Programa de Gestão por Competências do órgão. Suas ações estão embasadas, ainda, no Programa Permanente de Capacitação de Servidores da Justiça Eleitoral (Resolução TSE n.º 22.572/2007), na Política Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Servidores do Poder Judiciário (Resolução CNJ n.º 192/2014), bem como no Plano Estratégico Setorial da Secretaria de Gestão de Pessoas do TRE-BA, instituído pela Instrução Normativa n.º 9/2018.

Capacitação - Números e destaques

O Plano Anual de Capacitação 2019 foi executado conforme previsto, com os seguintes números:



Fonte: SGP
Figura 52 Capacitação - Destaques e Números

Principais desafios e ações futuras

A realidade atual da Administração Pública Federal é gerar resultados com qualidade (cada vez mais exigidos pela sociedade) mesmo com as restrições orçamentárias e de pessoal.

O órgão tem a missão contínua de conscientizar e esclarecer a real finalidade da Gestão por Competências no serviço público, a fim de identificar as reais lacunas de competências dos servidores, potencializar o desenvolvimento do capital humano e modernizar os processos organizacionais.

Ainda, precisa ampliar as ações de Qualidade de Vida no Trabalho, de modo a elevar a satisfação no trabalho e proporcionar mais saúde e bem-estar psicossocial aos servidores, notadamente diante de um cenário de envelhecimento do quadro funcional.

Por fim, permanece o desafio de transformar os líderes do TRE-BA em verdadeiros gestores de pessoas, de modo a participarem, em conjunto com a Secretaria de Gestão de Pessoas, da construção de um ambiente de trabalho salutar e que estimule a motivação do corpo funcional e o desenvolvimento profissional.



Fonte: SGP
Figura 53 Principais desafios e ações futuras – Gestão de Pessoas e Competências

GESTÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Conformidade Legal

A análise dos processos de contratação pela Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos e pela Assessoria Especial do Diretor Geral garante a conformidade das contratações com as normas, principalmente com as Leis n.ºs 8.666/93 e 10.520/02, Decreto n.º 7.892/2018, Decreto n.º 10.024/2019 e legislação correlata.

Licitações e Contratações em Números



Fonte: SGA/SELIC
Figura 54 Licitações publicadas em 2019



Fonte: SGA/SELIC
Figura 55 Licitações concluídas em 2019

303 CONTRATAÇÕES



Fonte: SECONT/SEAQUI/EFAS
Figura 56 Quantidade de contratações em 2019



Fonte: SECONT/SEAQUI/EFAS
Gráfico 86 Contratações celebradas em 2019

Contratações Diretas

As contratações diretas realizadas correspondem a 45,87% do total das contratações celebradas pelo órgão, inclusive aquelas destinadas a cursos e treinamentos. Esse percentual de contratações diretas decorreu principalmente do quantitativo de locações de imóveis (art. 24, X da Lei n.º 8.666/93), dispensas em razão do valor (art. 24, II da Lei n.º 8.666/93), de treinamentos e de outras contratações decorrentes de inexigibilidade (art. 25, da Lei n.º 8.666/93). Saliente-se que, após a edição do Decreto n.º 9.412/2018, que atualizou os valores das modalidades de licitação de que trata o art. 23 da Lei n.º 8.666/93, houve ampliação dos limites de dispensa de licitação para compras e serviços em geral e para serviços de engenharia

em razão do valor, de R\$8.000,00 e R\$15.000,00 para, respectivamente, R\$17.600,00 e R\$33.000,00, o que, à vista do planejamento anual de contratações deste Tribunal - PLANCONT, tem permitido o enquadramento de um número maior de contratações nesses limites. Esse montante abrange, ainda, outras modalidades de dispensa, como contratação de remanescente (art. 24, XI da Lei n.º 8.666/93) e emergencial (art. 24, IV da Lei n.º 8.666/93). Todos os objetos e fundamentações legais das contratações realizadas encontram-se no Portal da Transparência deste Tribunal, acessível em: <http://www.tre-ba.jus.br/transparencia/licitacoes/compras/compras-realizadas-em-2019>.

Contratações Diretas	
Termos de Contrato	
Dispensa	31
Inexigibilidade	5
Inexigibilidade (treinamento)	1
Notas de Empenho	
Dispensa	45
Inexigibilidade	14
Inexigibilidade (treinamentos)	43
TOTAL	139

Fonte: SECONT, SEAGUI e EFAS
Tabela 26 Detalhamento das Contratações diretas (tipos e ajustes firmados)

Gastos das Contratações por Finalidades

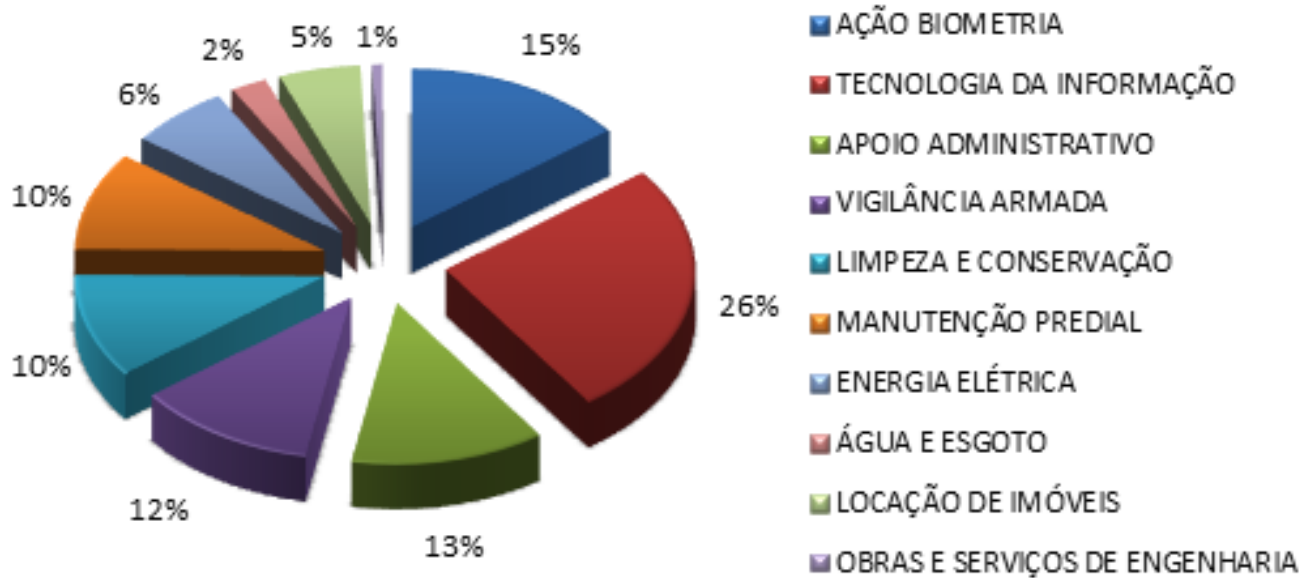


Gráfico 88 Gastos das contratações por finalidades

Gastos das Contratações por Modalidade

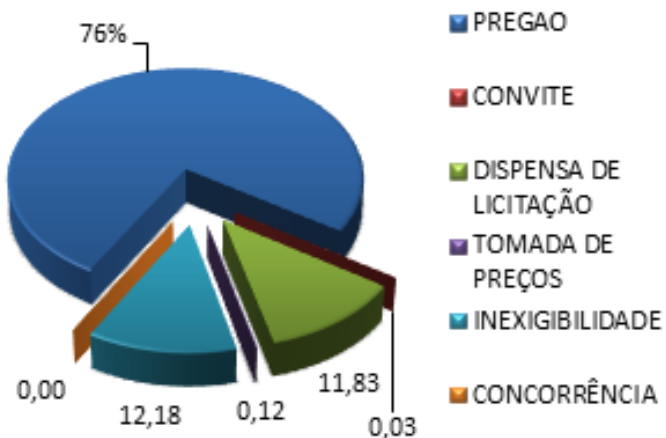


Gráfico 87 Gastos das contratações por modalidade

Fonte: SIAFI/SOF

Notas: valores efetivamente pagos por modalidade, considerando o orçamento do exercício de 2019.

*Em que pese não tenha sido realizada licitação sob a modalidade concorrência em 2019, a despesa paga no exercício decorreu da execução de reforma, licitada em 2017.

PREGÃO	R\$29.307.983,30
CONVITE	R\$12.497,47
TOMADA DE PREÇOS	R\$46.528,48
CONCORRÊNCIA	R\$147,17
DISPENSAS DE LICITAÇÃO	R\$4.572.407,59
INEXIGIBILIDADE	R\$4.704.988,59

Tabela 27 Gastos das contratações por modalidades

AÇÃO BIOMETRIA	R\$5.038.243,17
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	R\$8.905.823,42
APOIO ADMINISTRATIVO	R\$4.341.085,09
VIGILÂNCIA ARMADA	R\$4.055.352,20
LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	R\$3.630.702,93
MANUTENÇÃO PREDIAL	R\$3.456.540,33
ENERGIA ELÉTRICA	R\$2.247.765,98
ÁGUA E ESGOTO	R\$806.986,99
LOCAÇÃO DE IMÓVEIS	R\$1.841.778,42
OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA	R\$234.462,18

Fonte: SIAFI/SOF

Tabela 28 Gastos das contratações por finalidades

Principais Serviços Contratados para o Funcionamento Administrativo

Além dos serviços corriqueiros para funcionamento do órgão, merece destaque a contratação de serviços especializados na área de engenharia e arquitetura, alinhado aos objetivos estratégicos de melhorar o desempenho dos processos organizacionais, prestar atendimento de excelência ao público e a proporcionar um ambiente de trabalho saudável e seguro; os serviços de apoio administrativo, abrangendo postos de telefonia e supervisão, destinados a prestar atendimento de excelência ao público e a consolidar a boa imagem do TRE-BA junto à sociedade; bem assim a contratação de serviços de elaboração de projetos executivos e de orçamento para a reforma do edifício sede do TRE-BA, com vistas a proporcionar um ambiente de trabalho saudável e seguro.

Contratações Mais Relevantes

Dentre as contratações realizadas, releva-se a aquisição de solução de tecnologia hiperconvergente, composta por equipamentos de comunicação de dados, armazenamento e processamento de alto desempenho, que servirá ao objetivo estratégico de promover a melhoria dos serviços de TIC. Do mesmo modo, as contratações de reforma dos Fóruns Eleitorais de Porto Seguro e de Vitória da Conquista, e da reforma da marquise da Central de Atendimento ao Público, com o propósito de *prestar atendimento de excelência ao público* e de *proporcionar um ambiente de trabalho saudável e seguro*. No que se refere às contratações realizadas para o recadastramento biométrico, ressalta-se a de locação de caminhão para atendimento itinerante aos eleitores, no intuito de *assegurar a garantia dos direitos da cidadania*, *prestar atendimento de excelência ao público* e *consolidar a boa imagem do TRE-BA junto à sociedade*.

Principais Desafios e Ações Futuras

Dentre os principais desafios da gestão, destacam-se o aperfeiçoamento da fase de planejamento das contratações e a capacitação do quadro de gestores e de fiscais de contratos. A restrição orçamentária (contingenciamento) no âmbito da Administração Pública vem exigindo contínua adaptação das unidades solicitantes para manter a qualidade dos serviços prestados com uso de menos recursos financeiros. As recorrentes mudanças da legislação e o reduzido quadro de servidores constituem as maiores dificuldades enfrentadas na gestão de licitações e contratos.



Fonte: SGA

Figura 57 Principais Desafios e Ações Futuras - Licitações e Contratos

GESTÃO PATRIMONIAL E INFRAESTRUTURA

Conformidade Legal

Na área de gestão patrimonial e infraestrutura, as atividades do TRE-BA estão alinhadas ao previsto nos arts. 37 e 70 da Constituição Federal, Lei n.º 4.320/1964, Lei Complementar n.º 101/2000, Decreto-lei n.º 200/1967, Lei n.º 8.429/1992, Emenda Constitucional n.º 95/2016, Lei n.º 8.666/1993, Portaria n.º 364/2017, Normas Brasileiras de Contabilidade e demais instrumentos legais que regem a gestão patrimonial no âmbito da União.

Investimentos em Infraestrutura e Equipamentos

Os investimentos e as despesas realizadas estão relacionados com os seguintes objetivos estratégicos: proporcionar um ambiente de trabalho saudável e seguro, prestar atendimento de excelência ao público, fomentar ações de responsabilidade social e práticas ambientais sustentáveis e aperfeiçoar a qualidade do gasto público. Foram investidos R\$3.948.004,85 em obras, aquisição de mobiliário, equipamento (exceto de TIC) e veículos, assim distribuídos:

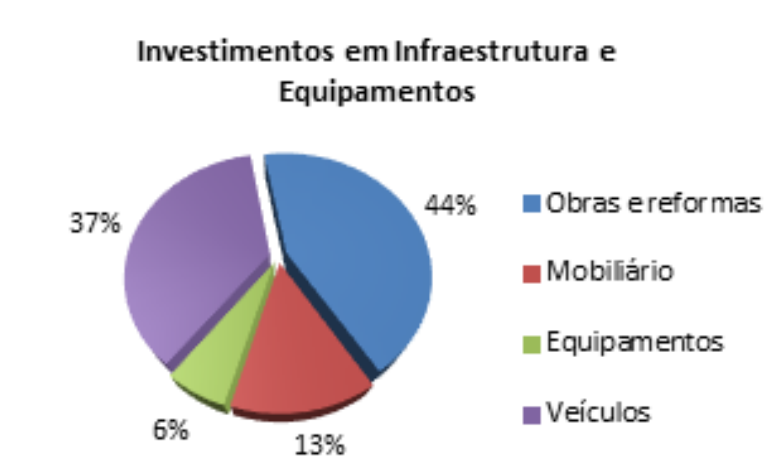


Gráfico 89 Investimentos em infraestrutura e equipamentos
Fonte: SIAFI
Nota: Valores liquidados no exercício de 2019, acrescidos dos Restos a Pagar Não Processados Pagos em 2019.

INVESTIMENTOS EM INFRAESTRUTURA E EQUIPAMENTOS	R\$
OBRAS E REFORMAS	R\$ 1.724.832,71
MOBILIÁRIO	R\$ 537.386,51
EQUIPAMENTOS	R\$ 234.353,85
VEÍCULOS	R\$ 1.451.431,78
TOTAL	R\$3.948.004,85

Tabela 29 Investimentos em infraestrutura e Equipamentos

Foram despendidos R\$17.677.961,35 em manutenção da infraestrutura mobiliária (exceto de TIC e veículos) e imobiliária, distribuídos da seguinte forma:

MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA	R\$
MANUTENÇÃO PREDIAL	R\$ 3.907.013,13
ÁGUA/ESGOTO	R\$ 888.494,12
ENERGIA ELÉTRICA	R\$ 2.456.832,14
TELEFONIA	R\$ 1.596.532,72
LIMPEZA	R\$ 4.052.281,32
VIGILÂNCIA	R\$ 4.192.982,22
MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E BENS MÓVEIS	R\$ 227.528,12
SEGURO DE IMÓVEIS	R\$ 10.000,00
TAXAS CONDOMINIAIS	R\$ 23.027,40
DESPESAS COM OS SACS	R\$ 323.270,18
TOTAL	R\$17.677.961,35

Nota:
Valores liquidados no exercício de 2019, acrescidos dos Restos a Pagar Não Processados Pagos em 2019.
*Serviço de Atendimento ao Cidadão (modelo de atendimento integrado), criado pelo Governo do Estado da Bahia.
Tabela 30 Manutenção da Infraestrutura

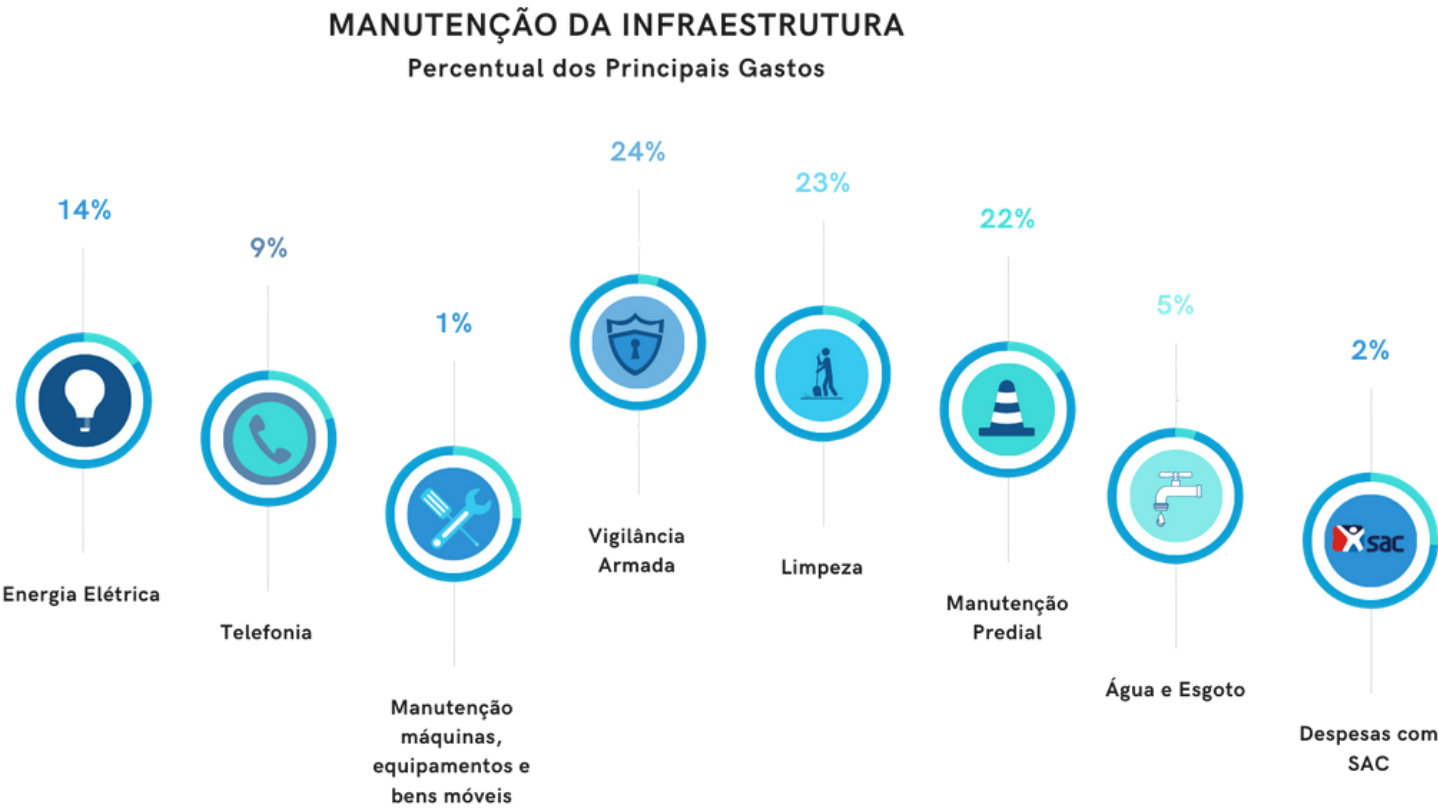
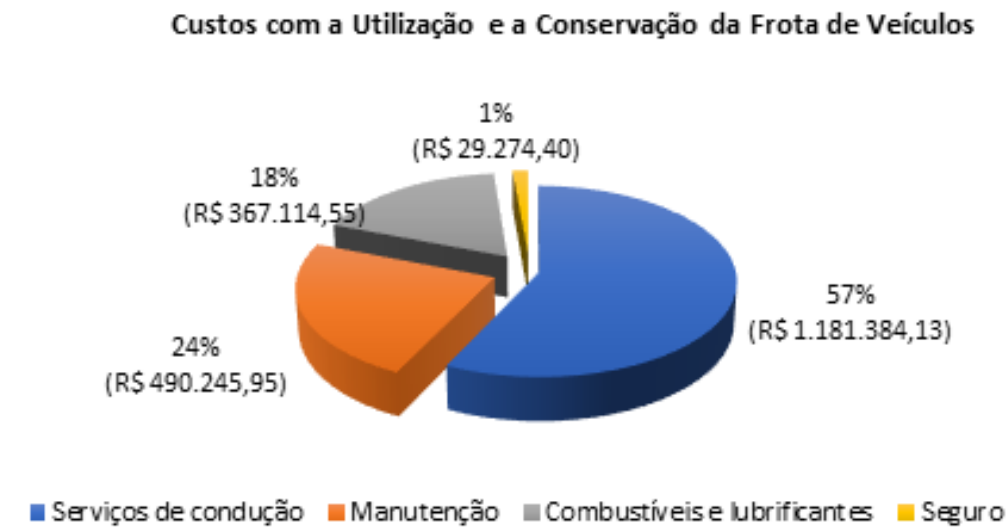


Figura 58 Manutenção da Infraestrutura - principais gastos

Frota de Veículos

A frota do Tribunal é composta por 39 veículos, tendo sido despendidos R\$ 2.068.019,03 com a sua utilização e conservação:



Fonte: SIAFI
Gráfico 90 Custos utilização e conservação veículos

Nota: Valores liquidados nos exercícios de 2019, acrescidos dos Restos a Pagar Não Processados Pagos em 2019.
Maiores detalhes podem ser acessados em: <http://www.tre-ba.jus.br/transparencia/relatorios-cnj/lista-de-veiculos-oficiais-em-uso/relacao-de-veiculos-da-frota-do-tre-ba>

Resultados dos Investimentos realizados

Os investimentos realizados na gestão da infraestrutura imobiliária tiveram como principal resultado a melhoria da qualidade do ambiente de trabalho, principalmente, no que se refere a:



Figura 59 Principais resultados dos investimentos realizados na gestão da infraestrutura

Imóveis ocupados pela Justiça Eleitoral na Bahia

Atualmente, a Justiça Eleitoral da Bahia está instalada em 256 imóveis, assim distribuídos: 25* imóveis próprios; 7 imóveis locados para arquivo; 64 imóveis locados para cartório; 84 imóveis em cessão de uso; 3 imóveis em comodato; 55 cedidos por prefeituras/TJ para funcionarem como Postos de Atendimento ao Eleitor; além de 18 imóveis em regime de rateio com o Governo do Estado da Bahia (Serviço de Atendimento ao Cidadão – SAC).

* No SIAFI consta a existência de 26 imóveis próprios, tendo em vista que, para fins de distribuição de custos, o referido sistema considera o Ed. Anexo e a Sede como imóveis distintos, em que pese se tratar de apenas um prédio.
** Maiores detalhes podem ser acessados no site do Tribunal: <http://www.tre-ba.jus.br/transparencia/governanca-e-gestao/gestao-patrimonial/infraestrutura-imobiliaria/infraestrutura-imobiliaria>

Locações de Imóveis e Equipamentos / Mudanças e desmobilizações

Em 2019, o Tribunal despendeu R\$ 2.414.849,59 com a locação de equipamentos, veículos e de imóveis para atendimento de demandas temporárias, cujos valores foram assim distribuídos:



O custo com a locação de imóveis para abrigar cartórios eleitorais no interior do Estado vem sendo ampliado ao longo dos anos, ante a necessidade de desocupação de espaços retomados por órgãos cedentes (em 2019, foram formalizadas 7 novas locações de imóveis). O gráfico abaixo demonstra a evolução do custo com locação de imóveis, incluindo valores das novas locações e os reajustes dos contratos em andamento:



Fonte: SIAFI
Nota: Valores liquidados no exercício de 2019, acrescidos dos Restos a Pagar Não Processados Pagos em 2019.
Gráfico 91 Evolução custo com locação de imóveis

Desfazimento de Ativos

Foram realizados 2 procedimentos, que resultaram no desfazimento de 4.318 bens, no importe de R\$2.106.774,36 (Fonte: ASIWEB). Dentre o material doado, destacaram-se mobiliários, eletrodomésticos, livros e eletrônicos, inclusive equipamentos de informática.

💡 Para mais informações sobre processos de desfazimento de bens, acesse o endereço <http://www.tre-ba.jus.br/transparencia/doacoes>

Principais Desafios e Ações Futuras

Como principais desafios na gestão patrimonial e de infraestrutura, é possível destacar a importância da conciliação do cenário de restrição orçamentária e de um quadro reduzido de pessoal com a necessidade de: 1) ampliação das ações com vistas à realização de adaptações na estrutura física dos imóveis ocupados às normas vigentes de acessibilidade e de segurança contra incêndio e pânico; 2) ampliação das adequações e ações com vistas à redução de custos, sobretudo em relação ao consumo de energia elétrica; 3) gradual locação de novos espaços para abrigar cartórios eleitorais ante a crescente exigência de desocupação de espaços retomados por órgãos cedentes; 4) reforço das ações de controle e segurança patrimonial.



Fonte: SGA
Figura 60 Principais Desafios e Ações Futuras - Gestão Patrimonial e Infraestrutura

GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Conformidade Legal

Para garantir a conformidade legal da gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), o TRE-BA segue normas e diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) - Resolução CNJ n.º 211/2015 -, Tribunal de Contas da União (TCU) - Referencial Básico de Governança, aplicável a Órgãos e Entidades da Administração Pública -, Justiça Eleitoral, Governo Federal, padrões internacionais para a manutenção dos serviços de TIC, além de obedecer a normas internas, a exemplo da Resolução Administrativa n.º 17/2018, que instituiu o Sistema de Governança de TIC neste Tribunal.

Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI)

Além das diretrizes estabelecidas nos normativos mencionados, em especial na Resolução CNJ n.º 211/2015, que instituiu a Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário, a formulação estratégica de TIC do TRE-BA para o período 2016-2021 teve como fundamento as premissas fixadas pela Resolução Administrativa n.º 14/2015, que instituiu o PEI do TRE-BA 2016-2021. No PETI estão fixados indicadores e metas que têm seus resultados avaliados pelas instâncias internas de governança, refletindo diretamente no Planejamento Estratégico Institucional, conforme explicitado anteriormente, quando apresentados os resultados dos objetivos estratégicos Aperfeiçoar a Governança de TIC e Promover a Melhoria dos Serviços de TIC, cujos desempenhos são mensurados por meio dos indicadores ‘i.27 Evolução do Índice de Governança de TIC’ e ‘i.29 Taxa de cumprimento das metas do Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação do TRE-BA (PETI)’.

O Caderno de Indicadores do PETI foi instituído por meio da Resolução Administrativa do TRE-BA n.º 21/2018 e encontra-se disponibilizado no seguinte endereço: <http://www.tre-ba.jus.br/transparencia/governanca-e-gestao/governanca-e-gestao-de-tic/estrategia-de-tic>.

A Estratégia de TIC do TRE-BA está traduzida em seus principais direcionadores, sintetizados na seguinte figura:



Figura 61 Direcionadores de TIC

O PETI 2016-2021 estabeleceu 10 objetivos almejados, distribuídos nas perspectivas “sociedade”, “processos internos” e “aprendizado e crescimento”, com base na metodologia Balanced Scorecard2, conforme mapa estratégico ilustrado na figura abaixo.

Mapa Estratégico da TI do TRE-BA 2016-2021

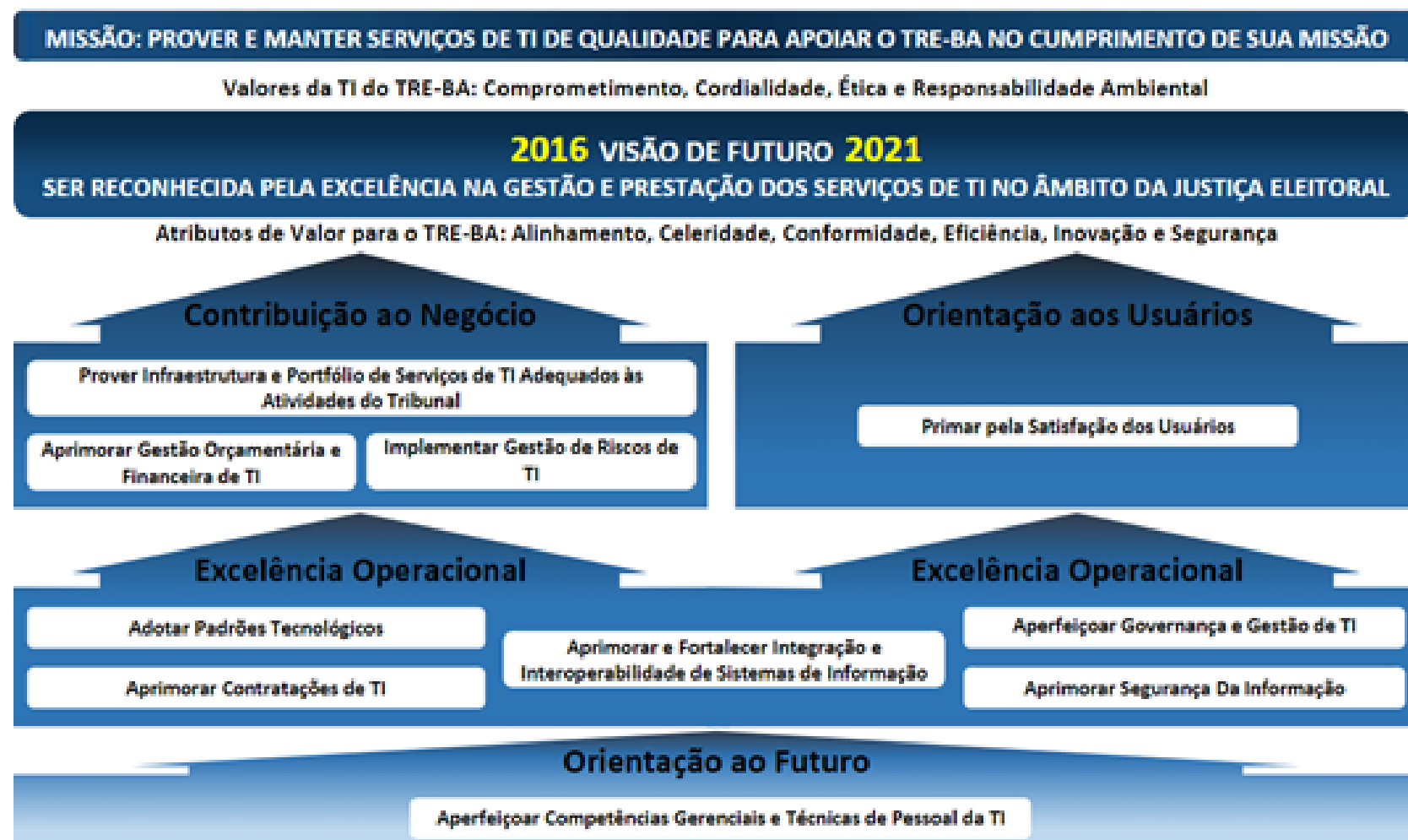


Figura 62 Mapa Estratégico da TI – TRE-BA – 2016-2021

Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) – 2018/2019

Para alcance das metas estabelecidas no PETI, foi aprovado o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC), formalizado pela Portaria n.º 75 para o biênio 2018-2019. O PDTIC contempla 86 ações, que foram revisadas e compiladas nos meses de julho e novembro de 2019, e encontra-se disponibilizado no seguinte endereço: <http://www.tre-ba.jus.br/transparencia/governanca-e-gestao/governanca-e-gestao-de-tic/estrategia-de-tic>.

Modelo de Governança

O modelo de governança de TIC do TRE-BA baseia-se nas diretrizes estabelecidas na Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD), instituída por meio da Resolução CNJ n.º 211/2015.

O Sistema de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação (SGTIC) foi instituído em 2018, pela Resolução Administrativa n.º 17/2018. Em 2019, o referido Sistema foi revisado através da Resolução Administrativa n.º 29/2019, especialmente com o propósito de adequá-lo à nova estrutura organizacional do TRE-BA. A principal instância de Governança de TIC do TRE-BA é o Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação (CGovTIC), órgão colegiado cuja finalidade principal é a tomada de decisões estratégicas relacionadas a TIC.

O SGTIC contempla, ainda, comitês executivos setoriais, a exemplo do Comitê de Gestão de TIC (CGeTIC), cuja finalidade é promover o desdobramento das diretrizes, metas e iniciativas do Planejamento Estratégico Institucional do TRE-BA, por meio da elaboração, monitoramento e avaliação de resultados de seus planos táticos e operacionais, em apoio ao Secretário de Tecnologia da Informação e em assessoramento ao CGovTIC no tocante às estratégias de TIC. Em paralelo ao CGeTIC, também está instituído o Comitê de Segurança da Informação (CSI), o qual tem como principal finalidade viabilizar a aplicação das diretrizes da Política de Segurança da Informação no TRE-BA.



Montante de Recursos Aplicados em TI

O valor total empenhado para despesas na área de TIC em 2019 foi na ordem R\$ 11.831.846,84. Este valor inclui os créditos adicionais recebidos no exercício, bem como os remanejamentos realizados no decorrer do ano. Ao realizar comparação com o último exercício não eleitoral (2017), o total das despesas efetivamente pagas apresentou um acréscimo de 23,72%. Os principais gastos de custeio estão relacionados aos processos de trabalho “Eleições”, “Planejamento e Gestão Institucional” e “Gestão Tecnológica”.

Seguem, nas tabelas abaixo, os recursos aplicados de TIC, separados por ação orçamentária.

Montante de Recursos Aplicados em TI - 2019			
Grupo Despesa	Despesas Empenhadas	Despesas Pagas	Valor Pago de RP em 2019
Investimento	1.400.337,83	550.412,50	3.602.929,90
Custeio	9.157.503,60	8.401.699,93	497.442,08
Total	10.557.841,43	8.952.112,43	4.100.371,98

Fonte: SIAFI/SOF
Tabela 31 Ação Orçamentária: 20GP – Julgamento de Causas e Gestão Administrativa da Justiça

Montante de Recursos Aplicados em TI - 2019 (R\$ Milhões)			
Grupo Despesa	Despesas Empenhadas	Despesas Pagas	Valor Pago de RP em 2019
Investimento	—	—	—
Custeio	592.243,00	557.624,22	1.198.290,11
Total	592.243,00	557.624,22	1.198.290,11

Fonte: SIAFI/SOF
Tabela 32 Ação Orçamentária: Pleitos Eleitorais Nacional

Montante de Recursos Aplicados em TI - 2019 (R\$ Milhões)			
Grupo Despesa	Despesas Empenhadas	Despesas Pagas	Valor Pago de RP em 2019
Investimento	—	—	—
Custeio	681.762,41	517.200,98	110.456,21
Total	681.762,41	517.200,98	110.456,21

Fonte: SIAFI/SOF
Tabela 33 Ação Orçamentária: Implantação do Sistema de Automação de Identificação do Eleitor - Biometria

Contratações Mais Relevantes

As contratações mais relevantes de TIC celebradas em 2019 objetivaram, prioritariamente, a modernização da infraestrutura para armazenamento de dados e possibilitar o melhor atendimento aos eleitores em virtude da biometria, conforme especificado a seguir.

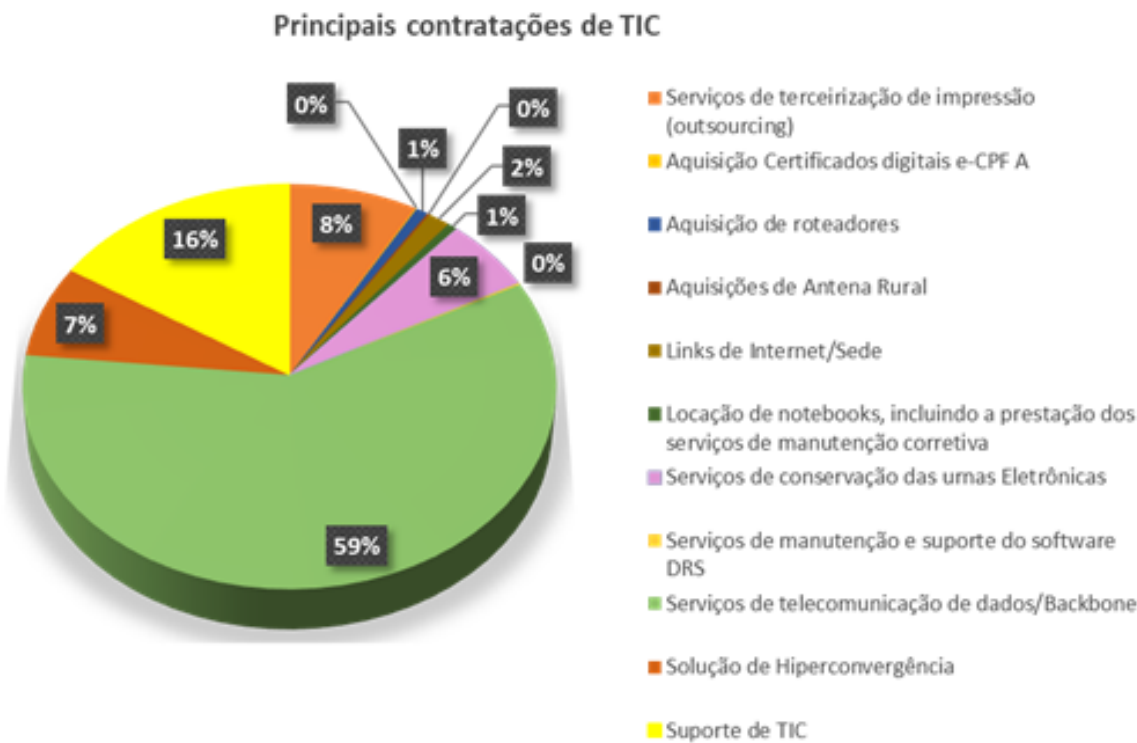
CONTRATAÇÕES	Nº DE CONTRATOS	VALORES PAGOS NO ANO
Contratação de serviços de manutenção e suporte do software DRS	CT 32/2019	R\$ 15.232,90
Aquisição de certificados digitais e-CPF A	Não há contrato. Ajuste foi firmado através de Nota de Empenho. 2019NE001159 (PAD 6101/2019).	R\$ 7.500,00
Aquisição de 200 roteadores MIKROTIK ROUTER BOARD C/CASE - RB750GR3 (HEX)	Não há contrato. Ajuste foi firmado através de Nota de Empenho. 2019NE001241 (PAD 8217/2019).	R\$ 74.960,00
Solução de Hiperconvergência	CT 55/2019 (PAD 15321/2019, doc 247566/19 e 247570/19)	R\$ 704.420,00
Aquisições de Antena Rural	Não há contrato. Ajuste foi firmado através de Nota de Empenho. 2019NE003445 (PAD 17594/2019).	R\$ 14.352,00
Contratação para locação de 220 (duzentos e vinte) notebooks, incluindo a prestação dos serviços de manutenção corretiva	CT 46/2019	R\$ 47.740,00

Fonte: STI
Quadro 3 Contratações mais relevantes de recursos de TI em 2019

Já dentre as contratações mais relevantes de TIC celebradas em anos anteriores e ainda em curso destacam-se aquelas referentes ao Backbone, serviços de telecomunicações de dados e suporte na área de TIC.

CONTRATAÇÕES	Nº DE CONTRATOS	VALORES PAGOS NO ANO
Contração de serviços de terceirização de impressão (outsourcing)	CT 109/2014	R\$ 788.114,33
Novo Backbone - VPN/VIP	CT 55/2015	R\$ 3.592.851,35
Links de Internet/Sede	CT83/2015	R\$ 134.607,36
Serviços de telecomunicação de dados	CT 56/2015	R\$ 2.040.108,01
Suporte de TIC	CT 122/2014	R\$ 1.498.522,62
Suporte de TIC	CT 4/2013	R\$ 25.955,01
Prestação de serviços de conservação das urnas Eletrônicas da Justiça Eleitoral	CT 12/2016	R\$ 557.624,22
Contratação para locação de 130 (cento e trinta) notebooks, incluindo a prestação dos serviços de manutenção corretiva	CT 116/2018	R\$ 14.105,00

Fonte: STI
Quadro 4 Contratação mais relevantes dos recursos de TIC em anos anteriores



Fonte: STI
Gráfico 92 Principais contratações de TIC

Principais Iniciativas (Sistemas e Projetos) e Resultados na Área de TI por Cadeia de Valor

Em 2019, a área de TI do TRE-BA desenvolveu soluções que viabilizaram ou auxiliaram diretamente a realização de ações estratégicas de grande relevância para o Tribunal, com desdobramentos diretos na eficiência dos serviços prestados à sociedade. Foram entregues 13 soluções informatizadas e outras 15 estão em andamento. A implantação do Biomaps, através de ajustes no sistema de Georreferenciamento do TRE-MA, está entre as inovações de 2019, que também foi o ano de início dos trabalhos da Fábrica de Software.



Promoveu-se, também, a renovação do parque computacional das Zonas Eleitorais da Capital e do Interior do Estado, com a substituição de 460 computadores e o fornecimento de 199 monitores adicionais de 24". As Zonas receberam, ainda, switches de 24 portas, objetivando uma melhor conectividade e gerenciamento da rede e MiniNAS para backup. Além disso, foram adquiridos 200 roteadores (microticks) para implantação de postos de atendimento, aproximando o TRE do eleitor.

A área de TIC também atuou na Eleição Suplementar de Camamu, fornecendo infraestrutura, urnas, treinamentos e suporte técnico, e nas Eleições Unificadas para os Conselhos Tutelares. Apoiou, ainda, o projeto da Biometria, através da instalação de 400 Kits de biometria em novos postos de atendimento em todo o interior do Estado, atuando também na instalação dos equipamentos no Caminhão da Biometria, onde forneceu todo o suporte técnico necessário a seu funcionamento.

Nas páginas seguintes serão apresentadas de forma esquematizadas as principais iniciativas de TIC e seus resultados, com base na cadeia de valor.

CADEIA DE VALOR	PRINCIPAIS INICIATIVAS	BENEFÍCIOS
Cadastro Eleitoral	- Atualização do Sistema Agendamento do Atendimento ao Eleitor - Instalação de mais de 400 Kits de biometria em novos postos de atendimento em todo o interior do Estado da Bahia - Viabilização do Caminhão da biometria (preparação e instalação de equipamentos, com dedicação exclusiva de servidor da TI promovendo a coordenação técnica das atividades) - SAC MÓVEL: viabilidade técnica e capacitação para o perfeito funcionamento dos sistemas da Justiça Eleitoral e outros do SAC, em parceria com a Secretaria de Administração do Estado da Bahia (SAEB) - Aquisição de MIKROTIK - Aquisição da Antena Rural (resultado de estudo de solução para possibilitar o atendimento itinerante)	- Melhoria no atendimento ao cidadão - Melhoria no planejamento das atividades cartorárias - Inclusão de novas funcionalidades no sistema de agendamento, além de possibilitar o envio de e-mail e de mensagens SMS - Ampliação dos postos de atendimento - Aproximação dos serviços eleitorais ao cidadão - Com a aquisição do MIKROTIK, foi possível reduzir custo em dez vezes em relação à solução adotada anteriormente - Antena Rural, solução de baixo custo e ótimo desempenho, possibilitando implantação do atendimento itinerante no estado da Bahia com excelente resultado e recorde de atendimento diário da biometria
Eleições	- Realização de Eleição suplementar de Camamu com a disponibilização de 120 urnas, prestação de suporte técnico ao Cartório Eleitoral desde o início até a totalização dos votos, organização do simulado, manuais, tutoriais e instalação dos sistemas das Eleições e suporte técnico às urnas - Desenvolvimento do Sistema Simulado de Urnas - Participação do Simulado Nacional de Hardware.	- Melhoria dos processos de trabalho de Eleições - Garantia da participação da sociedade na fiscalização do processo eleitoral - Aumento da segurança do processo eleitoral - Maior agilidade na totalização das Eleições - Maior satisfação dos usuários internos e externos de TIC - Prevenção de problemas com urnas eletrônicas - Agilidade ao processo de simulado de teste das urnas - Economia de mais de 20 resmas de papel além de não utilização de impressora, economia de tonner - Otimização do trabalho dos servidores envolvidos no simulado de urnas
Gestão jurídica, administrativa e tecnológica	- Renovação do Parque Computacional - Migração do Windows 7 para Windows 10 - Contratação de Solução de hiperconvergência (substituição de equipamentos servidores/storage) - Manutenção evolutiva do sistema de Despesas Médicas - Manutenção evolutiva do Sistema de Recadastramento de Benefícios - Manutenção evolutiva do SGRH (frequência on-line) - Manutenção evolutiva do Sistema de Remoção - Implantação do Sistema Coyote (sistema adaptado do TRE-TO) - Desenvolvimento do Sistema de Marcação de Consultas Médicas	- Garantia da infraestrutura e portfólio de serviços de TIC adequados às atividades do Tribunal - Substituição de 460 computadores com mais de 5 anos de uso, switches de 24 portas, proporcionando melhor conectividade, gerenciamento da rede e redução do tráfego de dados e MiniNAS, para backup - Contribuição para uma prestação jurisdicional mais célere e de qualidade com a modernização do parque computacional - Disponibilização de sistema operacional mais seguro para instalação dos novos sistemas para as Eleições 2020 e para a utilização da nova versão do sistema ELO - Melhor gerenciamento de infraestrutura do armazenamento de toda a base de dados de Tribunal - Otimização de rotinas e novas funcionalidades - Maior segurança e agilidade no processo de remoção de servidores realizado em 2019 - Sistema Coyote viabilizou a execução do Projeto Gestão por Competências no TRE-BA - Possibilidade de agendamento online de consultas médicas/odontológicas, de forma integrada com o módulo de "Marcação de Consultas" do SGRH, permitindo a marcação também quando o servidor não estiver nas dependências do Tribunal

CADEIA DE VALOR	PRINCIPAIS INICIATIVAS	BENEFÍCIOS
Inf., Mediação e conscientização para a cidadania.	- Participação em eleições não oficiais, destacando-se a do Conselho Tutelar - Geração de cadernos de votação para Eleição do Conselho Tutelar - Desenvolvimento do Sistema CADCOM, que viabilizou o Registro de Candidatos para a Eleição do Conselho Tutelar - Empréstimo de 1206 urnas - 948 para as Seções e 258 urnas de Contingência - cabines de votação, cadastro de eleitores, formulário web para cadastro dos candidatos, parametrização dos sistemas, geração de mídias, apoio técnico na inseminação das urnas -Ampliação do sistema de Gerenciamento de Eventos para utilização pela EJE e EFAS	- Prestação de serviço para eleição comunitária - Divulgação através da interação do eleitor com o voto eletrônico - Exercício de consolidação da cidadania - Devido à importância da escolha dos conselheiros tutelares, a utilização da urna eletrônica permitiu a realização de eleições mais seguras e transparentes, promovendo um maior envolvimento da sociedade no processo eleitoral - Gerenciamento das atividades de inscrição e acompanhamento da frequência em eventos e capacitação realizados
Informações institucionais	- Adaptação do SICCE para o Sistema de Agenda Eletrônica/Cartorária - Novo sistema de Ouvidoria	- Concentração da comunicação e da atribuição de tarefas aos cartórios eleitorais em uma única ferramenta - Otimização da intermediação e do gerenciamento das manifestações entre o público interno e externo do Tribunal - Possibilitar concretização do projeto institucional "Fala Cidadão", que pretende munir a Ouvidoria da estrutura necessária ao seu efetivo funcionamento, proporcionando ao público meios confiáveis e eficazes de contato com o TRE-BA, além de dispor à unidade os meios de atender às crescentes manifestações dos demandantes
Planejamento e Gestão Institucional	- Revisão do Sistema de Governança de TIC - Revisões dos processos de software, de segurança da informação e de gerenciamento da infraestrutura - Realização de ações de capacitação constantes do Plano Anual de Tecnologia da Informação e Comunicação 2019 (PACTIC) - Implantação do Sistema Biomaps (Georreferenciamento TRE-MA) - Implantação do Sistema Atena - Atualização do Sistema PortCRE - Desenvolvimento do Sistema de Gestão Financeira e Orçamentária	- Conformidade com normativos externos - Aumento da maturidade em governança e gestão de TIC - Elevação do índice de Governança de TIC do Poder Judiciário (iGovTIC- JUD) de 0,76 (nível aprimorado) para 0,80 (nível aprimorado) - Melhoria da satisfação dos usuários com os serviços de TIC - Permitir acompanhamento das unidades sobre o atendimento biométrico no Estado e melhor gerenciamento da estratégia do Projeto Biometria Na Bahia - Permitir extração de dados estatísticos relacionados à prestação jurisdicional, para fundamentar tomada de decisões e prestar informações ao CNJ, sobre produtividade e metas dos serviços jurisdicionais - Possibilitar aos gestores da SOF e das Unidades Gestoras de Recursos a consulta célere de dados para a tomada de decisão, e, aos servidores envolvidos no processo, a otimização do procedimento e no fornecimento das informações de disponibilidade de crédito orçamentário
Prestação jurisdicional	- Disponibilização do segundo monitor para as unidades que utilizam o Processo Judicial Eletrônico - PJe	- Disponibilização de 199 monitores para utilização do Processo Judicial Eletrônico (PJe). - Melhoria das condições de trabalho permitindo aumento de produtividade e mitigando erros

Fonte: STI

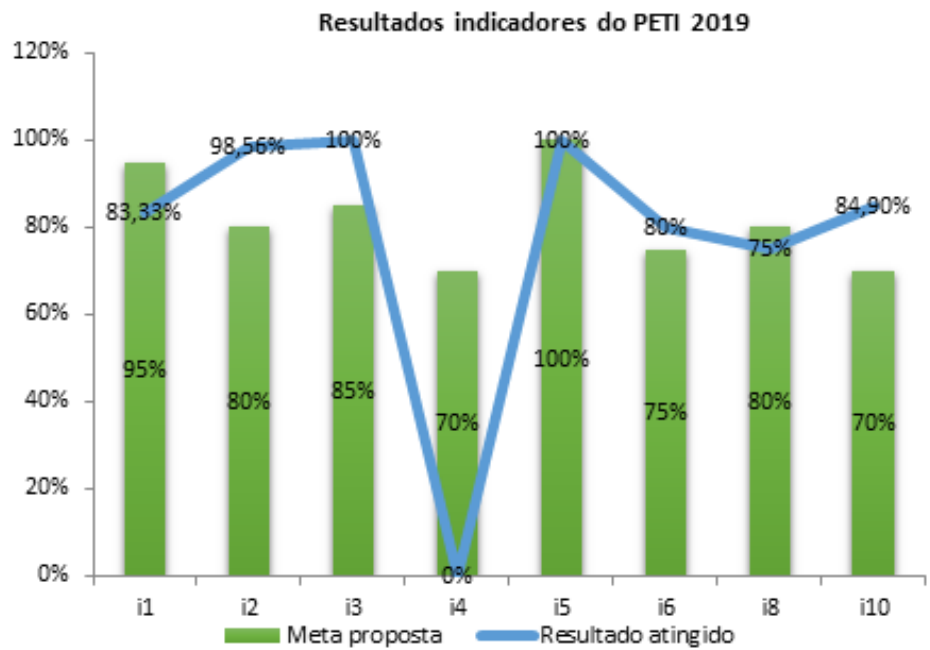
Quadro 5 Principais Iniciativas e Resultados na Área de TI por Cadeia de Valor

Indicadores de Desempenho do PETI

Como informado, para a exposição do resultado do indicador estratégico i29, são mensurados 10 indicadores específicos estabelecidos para monitoramento dos resultados do PETI 2016-2021. Suas especificações, metas para o exercício 2019 e os resultados alcançados estão descritos na tabela que segue.

INDICADORES PETI	O QUE MEDE	META FIXADA 2019	RESULTADO
i1 - Índice de atingimento de metas de disponibilidade de serviço	O índice de sistemas essenciais e críticos que atingiram a meta de serviço estabelecida.	Alcançar, em 2019, 95% de disponibilidade de serviço.	83,33%
i2 - Índice de aderência orçamentária dos gastos em TI	Qualidade da gestão orçamentária e financeira de TIC (execução e aderência).	Alcançar, em 2019, 80% de aderência e execução orçamentária dos gastos em TI.	98,75%
i2 - Índice de execução orçamentária dos gastos em TI			98,38%
i3 - Índice de tratamento de riscos às estratégias	Índice de riscos identificados com plano de respostas aprovado.	Aprovar, em 2019, 85% de plano de resposta aos riscos identificados.	100%
i4 - Nível de satisfação com os serviços de TIC	Grau de satisfação dos usuários com os serviços prestados pela TIC do Tribunal.	Atingir, em 2019, 70% de satisfação com os serviços de TIC	89,7%*
i5 - Quantidade de padrões tecnológicos implementados.	Quantidade de padrões tecnológicos adotados com vista ao cumprimento das estratégias do Tribunal.	Implantar, até 2021, 15 padrões tecnológicos.	100%
i6 - Índice de Governança de TIC	A evolução do perfil em governança de TIC do TRE-BA.	Alcançar 75% de governança de TIC em 2019.	80%
i7 SA – Índice de aderência ao MNI – Sistemas Administrativos	A evolução da integração e interoperabilidade de novos sistemas judiciais e administrativos em conformidade com o Modelo Nacional de Interoperabilidade (MNI).	Desenvolver, em 2019, 70% de novos sistemas administrativos aderentes ao MNI (QNSAMNI)	Não mensurado
i7 SI – Índice de aderência ao MNI – Sistemas Judiciais		Desenvolver 85%, em 2019, de novos sistemas judiciais aderentes ao MNI (QNSJMNI)	Não mensurado
i8 - Índice de aderência do plano de contratações de TIC	Aderência do plano de contratações de TIC	Alcançar 80% de aderência do plano de contratação de TIC em 2019	75%
i9 - Índice de serviços de TIC implementados com requisitos de segurança da informação estabelecidos	Desempenho da implantação de requisitos de segurança da informação.	Disponibilizar, em 2019, 70% dos serviços de TIC novos ou modificados com requisitos de segurança da informação	Não mensurado
i10 - Índice de execução do plano anual de capacitação de pessoal da TIC	Qualidade da execução do plano anual de capacitação do pessoal da TIC (PAC-TIC).	Executar, em 2019, 70% do plano anual de capacitação de pessoal da TI.	84,90%

Fonte: STI
*Vide esclarecimentos referentes ao i4. Nível de Satisfação com o serviços de TIC apresentados após o Gráfico 90 Indicadores de desempenho da área de TIC mensurados em 2019.
Quadro 6 Indicadores do PETI



*i7. Índice de Aderência ao MNI - Não mensurado em 2019, tendo em vista que não foram desenvolvidos sistemas administrativos ou judiciais que necessitassem do padrão MNI
**i9. Índice de serviços de TIC implementados com requisitos de segurança da informação estabelecidos - Mensuração inviável no exercício, em virtude de que não estão estabelecidos de forma objetiva os requisitos de segurança necessários aos sistemas desenvolvidos para contabilização pelo indicador. Há sugestão de suspensão do índice, para realização de estudos pelo Comitê de Segurança da Informação com vistas a viabilizar a medição.
***i4. Nível de Satisfação com o serviços de TIC - Foi realizada pesquisa de satisfação com os usuários de TIC do TRE-BA para avaliar o nível de satisfação dos usuários com os serviços de TIC em 2019. Dentre os respondentes, 89,7% consideram-se satisfeitos com os serviços prestados. Este indicador, no entanto, limita a validação de seu resultado a um percentual de resposta ao questionário de 40% dos usuários de TIC do Órgão. Em 2019 este percentual não foi alcançado, pelo que não pôde ser validado o resultado aferido na pesquisa.

Gráfico 93 Indicadores de desempenho da área de TIC mensurados em 2019

Segurança da Informação

Com relação à Segurança da Informação, conforme explicitado quando da apresentação dos resultados do objetivo estratégico “aperfeiçoar a governança de TIC”, o indicador “i28. Número de Normas de Segurança da Informação (NSI) Instituídas” superou a meta estabelecida em 50%, em decorrência da publicação de 3 normas de segurança da informação neste exercício.



Figura 63 Desempenho do Indicador Estratégico i28. Número de Normas de Segurança da Informação Instituídas

Como instância de governança relacionada à matéria, regulamentada pela Resolução Administrativa n.º 17/2018, alterada pela Resolução Administrativa n.º 29/2019, o Comitê de Segurança da Informação (CSI), com apoio da Comissão de Segurança da Informação, deu continuidade, em 2019, ao trabalho de fortalecimento da segurança da informação do órgão. Este trabalho vem sendo desenvolvido desde a adoção da Política de Segurança da Informação da Justiça Eleitoral (Resolução TSE n.º 23.501/2016), regulamentada pelo TRE-BA pela Portaria n.º 611/2017.

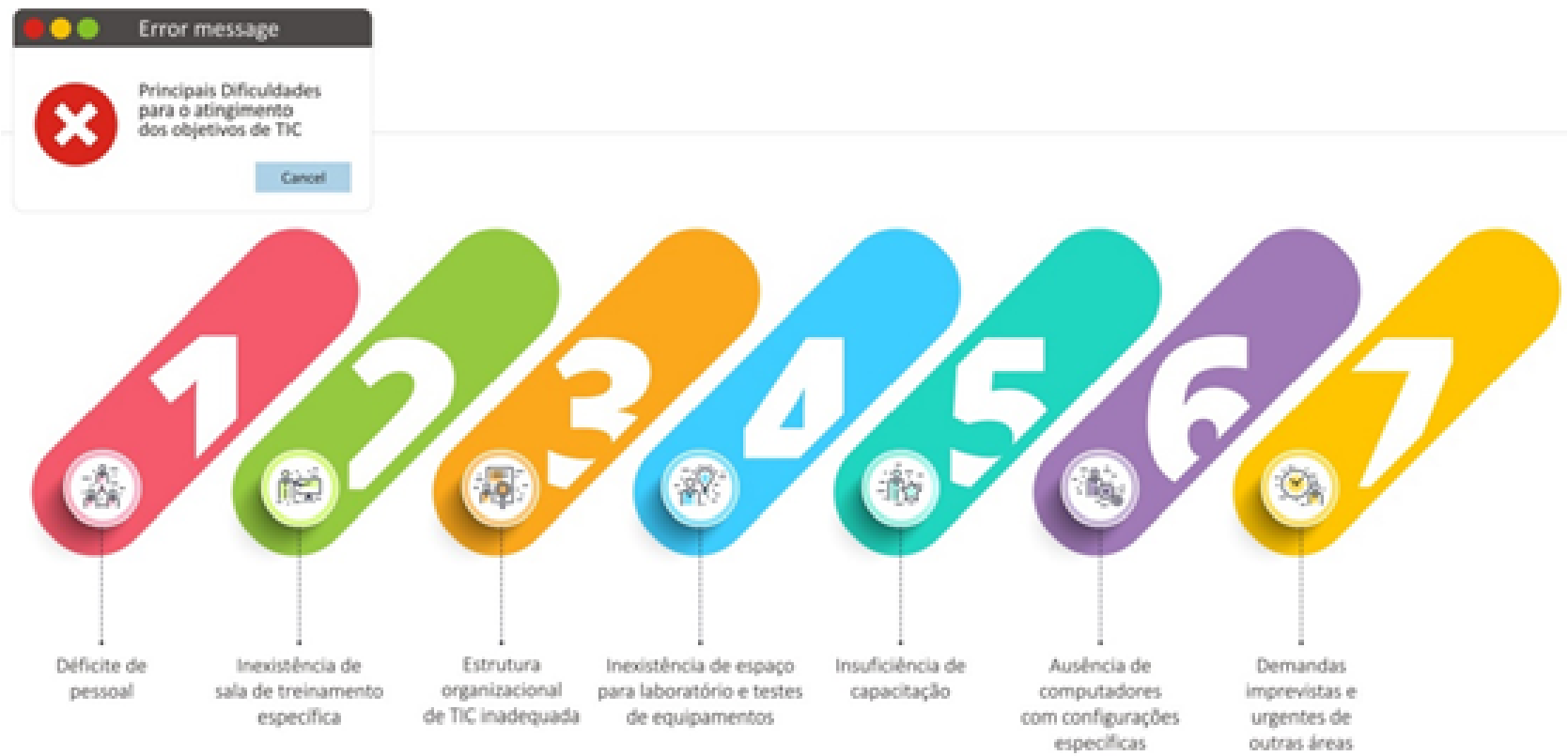
As ações empreendidas têm o condão principal de contribuir para o aperfeiçoamento da governança de TIC no âmbito deste Tribunal, melhorando sobremaneira a segurança dos processos sobre os quais versa e atenuando os riscos associados. Quanto aos riscos envolvidos, é importante destacar que a Comissão propôs a formalização do Plano de Ação em Segurança da Informação, com o objetivo de mitigá-los.

Fonte: Comissão de Segurança e informação (CSI)
Figura 64 Principais Ações em Segurança da Informação em 2019



Conforme previsto no art. 29 da Resolução Administrativa n.º 17/2018, o CGovTIC apoiou as ações dessa Comissão em sua plenitude, em especial quanto à análise de propostas de políticas, diretrizes, objetivos, estratégias e normas, submetendo-as à apreciação da autoridade competente.

Principais Desafios e Ações Futuras



Fonte: STI
Figura 65 Principais dificuldades da área de TIC



Fonte: STI
Figura 66 Principais Desafios e Ações Futuras - Tecnologia da Informação

GESTÃO DE CUSTOS

Conformidade Legal

A sistemática de apuração de custos na Justiça Eleitoral, em desenvolvimento desde o ano de 2015 e regulamentada por meio da Resolução n.º 23.504/2016, do Tribunal Superior Eleitoral - TSE, foi elaborada de modo a atender aos dispositivos legais que determinam à Administração Pública a manutenção de sistema de custos que permita a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial do órgão.

Previsto no §3º do art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, Lei Complementar n.º 101/2000, o tema também é abordado na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, que determina a cada ano que se propicie o controle de custos dos programas de governo. Na LDO para 2019, Lei n.º 13.707/2018, o dispositivo é apresentado no inciso II e §2º do art. 15.

A inclusão das informações de custos no Relatório de Gestão ocorre desde a publicação da Portaria n.º 90/2014 do Tribunal de Contas da União – TCU. Até o exercício financeiro de 2017, têm sido prestadas informações sobre o estágio de desenvolvimento da sistemática de custos, com destaque para os órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, entre eles a Justiça Eleitoral, além do Ministério Público da União e de órgãos integrantes do Poder Executivo que não utilizam a ferramenta de apuração de custos implementada pela Portaria n.º 157/2011 da Secretaria do Tesouro Nacional - STN, denominada “Sistema de Informações de Custos do Governo Federal – SIC”. A partir de exercício financeiro de 2018, o TCU passou a solicitar não mais o estágio de desenvolvimento, mas os dados apurados dos custos.

Nesse contexto, a Justiça Eleitoral desenvolveu uma sistemática de custos própria, que tem como base o imóvel como centro de custos. A adoção da metodologia objetiva adequar-se às características peculiares desta Justiça Especializada que está presente em mais de 2.300 municípios e de possuir mais de 3.000 imóveis em utilização.

Optou-se por uma sistemática que permitisse a comparação dos custos entre as diversas regiões do país, de forma a proporcionar maior representatividade, divisibilidade e comparabilidade, no intuito de se alcançar a manutenção de uma base de dados sólida, que evidencie os resultados da gestão e que sirva de apoio à tomada de decisões, na busca pela eficiência e melhoria da qualidade dos gastos.

Para viabilizar a apuração de custos da Justiça Eleitoral, foi desenvolvido sistema próprio, denominado “Sistema de Registro de Imóveis e Gerenciamento de Custos – SIGEC”, no qual são fornecidas as informações de custos, obtidas diretamente de sistemas estruturantes da Justiça Eleitoral e, complementarmente, de captação de dados realizada junto aos Tribunais Eleitorais.

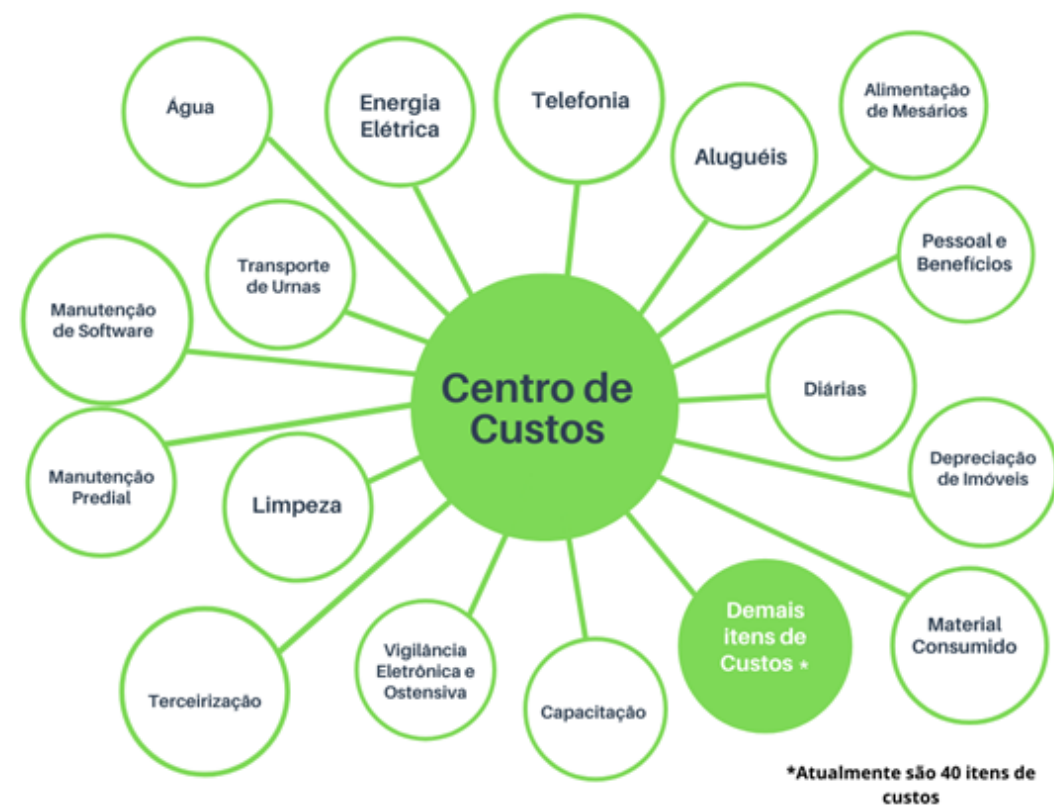
O TRE-BA utiliza o SIGEC para realizar a apuração e acompanhamento dos custos de suas atividades administrativas e finalísticas com a finalidade de fornecer informações que permitam à gestão conhecer e acompanhar os seus custos e a destinação dos recursos, de forma a subsidiar a tomada de decisões, a alocação eficiente de recursos e a melhoria da qualidade do gasto público.

As informações de custos servem como instrumento de governança, diante de um cenário de restrição orçamentária e limitação financeira, que requer a melhoria da qualidade dos gastos no intuito de manter o funcionamento efetivo dos serviços prestados, alcançar os objetivos estratégicos sem, contudo, incorrer no aumento dos gastos. Considera, ainda, a necessidade de aumento da transparência governamental e accountability, além dos novos desafios em busca da eficiência no planejamento e execução do orçamento público. Dessa forma, a apuração de custos subsidia a elaboração das Propostas Orçamentárias, a tomada de decisões e orienta a execução do gasto com qualidade.

Metodologia de Apuração de Custo

Na metodologia construída pela Justiça Eleitoral para apuração dos custos, existem dois eixos de informações. São eles: “Itens de Custos” e “Atividades/Serviços”.

No eixo dos “Itens de Custos”, procura-se responder à questão **“Com o quê?”**, e apresenta a destinação dos recursos utilizados na Justiça Eleitoral.



No eixo das “Atividades/Serviços”, procura-se responder à questão **“Para quê?”**, e apresenta o que a Justiça Eleitoral devolve à sociedade mediante os recursos utilizados:



Em relação à apuração de custos referente ao exercício financeiro de 2019, foi aplicada a metodologia de custos da Justiça Eleitoral em todas as suas unidades, obtendo os dados relacionados aos 40 itens de custos atualmente passíveis de apuração. Feita a apuração dos custos, pode-se apresentar as informações dos centros de custos de diversas formas, para melhor retratar a atuação dessa Justiça Especializada. Entre elas, destaca-se o recorte dos 10 maiores itens de custo, o agrupamento dos itens de custo em grandes temas, a distribuição dos custos por atividades/serviços e a classificação dos custos por atendimento ao público e funcionamento da secretaria.

Ainda, a aferição dos custos de manutenção é realizada no SIGEC, por tipo de ocupação (alugado, próprio, cedido ou em regime de condomínio) e destinação (sede, anexo de sede, cartório, anexo de cartório, posto de atendimento, depósito de urna, terreno e obra em andamento), permitindo análises comparativas dos custos de imóveis de porte semelhante, a identificação dos custos de maior impacto e o gerenciamento da evolução histórica dos gastos continuados da Justiça Eleitoral.

Estimativa de custos por programa governamental e sua relação com o alcance dos objetivos institucionais

Em 2019 os créditos recebidos pelo TRE-BA estavam inseridos em dois programas orçamentários, quais sejam: “Previdência de Inativos e Pensionista da União” e “Gestão do Processo Eleitoral”. Para efeito de aferição de custos considera-se apenas o Programa Gestão do Processo Eleitoral, em consonância com os critérios estabelecidos pelo Órgão Setorial da Justiça Eleitoral (TSE).

CUSTO POR PROGRAMA	
PROGRAMA	LIQUIDADO
0570 - Gestão do Processo Eleitoral	324.953.1

Fonte: Tesouro Gerencial (11.2.2019)

Nota: Custo aferido com base nos totais liquidados, incluindo as descentralizações recebidas e os Restos a Pagar não Processados liquidados no exercício de 2019, e, excluindo-se os débitos de exercícios anteriores e gastos com obras, reformas, investimentos, inativos e pensionistas, conforme critérios definidos pela SOF/TSE para aferição de custos no Sistema de Registro de Imóveis e Gerenciamento de Custos - SIGEC.

Tabela 34 Custo por Programa

O programa Gestão do Processo Eleitoral objetivou em 2019 o atendimento dos gastos referentes à manutenção das atividades do órgão, envolvendo o funcionamento dos serviços administrativos e finalísticos, a manutenção da infraestrutura física, a capacitação de servidores e magistrados, o pagamento das remunerações de servidores ativos e requisitados e os Encargos Sociais e Benefícios Assistenciais, bem como a realização das eleições suplementares no Município de Camamu e o Projeto de Implantação do Sistema de Automação de Identificação Biométrica de Eleitores.

Relativamente aos custos apurados do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia no exercício de 2019, os 10 maiores itens de custo são os demonstrados no gráfico a seguir:



Gráfico 94 10 maiores itens de custo

Agrupando-se os itens de custos em grandes temas, internamente chamados de subgrupos, temos a seguinte distribuição:

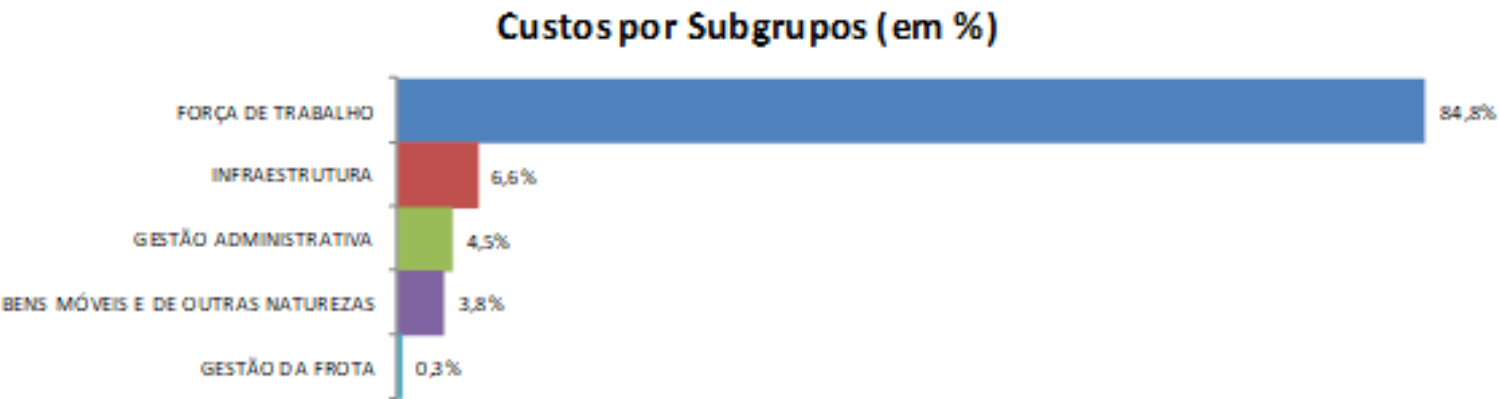


Gráfico 95 Custos por Subgrupos

Os dados das Atividades/Serviços estão representados abaixo:

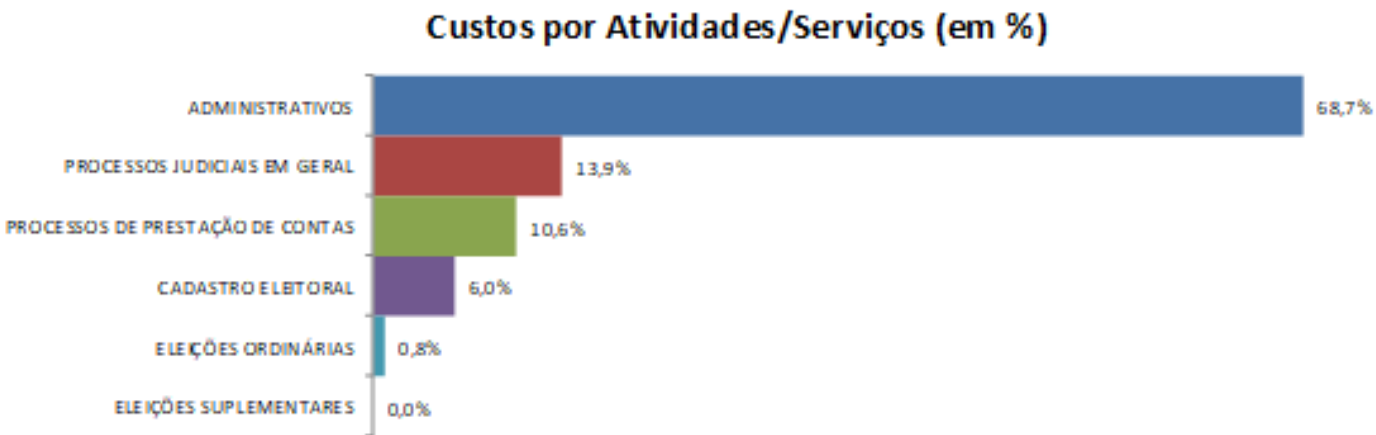


Gráfico 96 Custos por Atividades/Serviços

Quanto à distribuição dos custos entre o Atendimento ao Público e o Funcionamento da Secretaria, tem-se o gráfico seguinte:

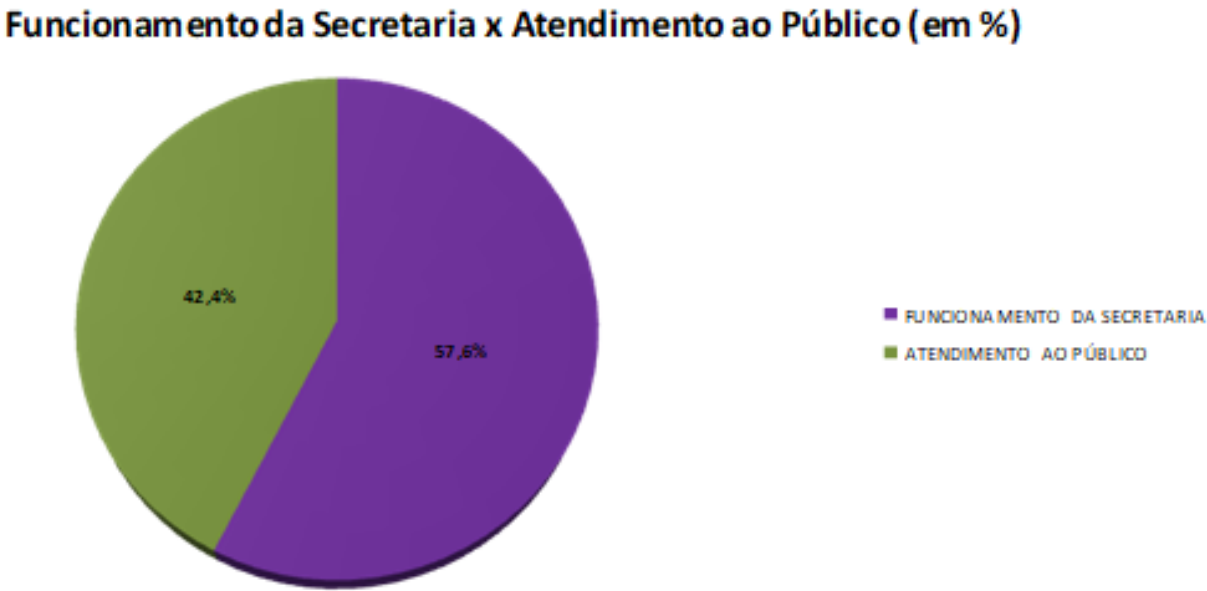


Gráfico 97 Funcionamento da Secretaria X Atendimento ao Público – distribuição de custos

Principais desafios e ações futuras

As informações de custos estão passando por um período de aprimoramento e amadurecimento, onde a incorporação de novas técnicas e ferramentas busca contribuir efetivamente para tornar os processos decisórios mais objetivos, coesos e transparentes não apenas aos órgãos de controle, mas também aos gestores e ao público em geral. Outros desafios e ações futuras relacionadas à gestão de custos se confundem com aquelas relacionadas à gestão orçamentária e financeira, especialmente no que toca à implementação do Sistema GEORFI e à ampliação do uso das informações de custos como ferramenta essencial ao planejamento e execução do orçamento e alocação de recursos.



SUSTENTABILIDADE

O Plano de Logística Sustentável - PLS do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, elaborado para o ciclo 2018 a 2021, revisado por meio da Portaria n.º 98/2018, está alinhado ao Planejamento Estratégico institucional, ao disposto nas Resoluções n.º 201/2015 do CNJ e 23.474/2016 do TSE, e encontra-se vinculado aos objetivos estratégicos:

- Fomentar ações de responsabilidade social e práticas ambientais sustentáveis;
- Aperfeiçoar a qualidade do gasto público;
- Proporcionar um ambiente de trabalho saudável e seguro.



Figura 67 PLS - resumo

Critérios de Sustentabilidade nas Contratações e Aquisições



Figura 68 Critérios de Sustentabilidade adotados nas Contratações e Aquisições realizadas pelo TRE-BA

Ações para Redução do Consumo de Recursos Naturais

De acordo com a Resolução n.º 23.474/2016 do Tribunal Superior Eleitoral, a avaliação dos indicadores de consumo deve considerar a sazonalidade típica da Justiça Eleitoral e o impacto sobre os resultados ambientais. Neste caso, a análise comparativa deve ser feita, sempre que possível, entre os anos não eleitorais de 2017 e 2019.

O gráfico a seguir demonstra o consumo de energia elétrica no período de 2017 a 2019. Apesar dos esforços empreendidos, não foi possível alcançar a meta estabelecida para 2019. Não obstante, destaque-se que houve uma redução de 2,77% no consumo de energia, quando comparado ao ano de 2017.

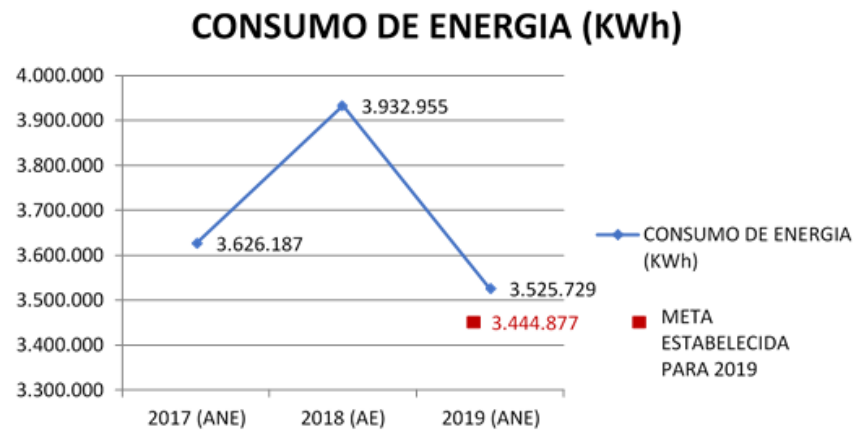


Gráfico 98 Consumo de Energia - 2017-2019

O gráfico abaixo demonstra o consumo de água, reduzido significativamente quando comparado ao ano anterior de referência (2017), possibilitando superar a meta estabelecida para 2019.

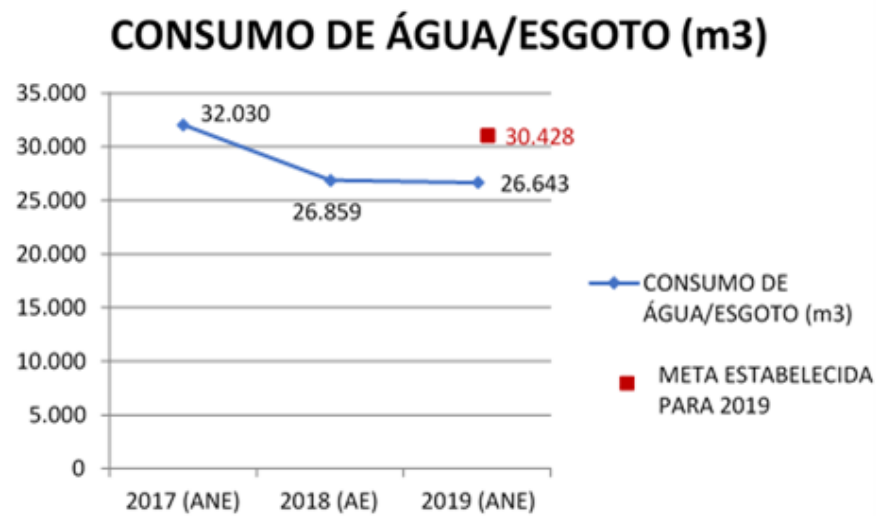


Gráfico 99 Consumo de água/esgoto 2017-2019

O gráfico demonstra o consumo de papel no período de 2017 a 2019, podendo-se verificar que a meta estabelecida para o exercício de 2019 foi superada em 7,62% e que houve uma redução de gastos com papel de 35,34% quando comparado ao ano de 2017.

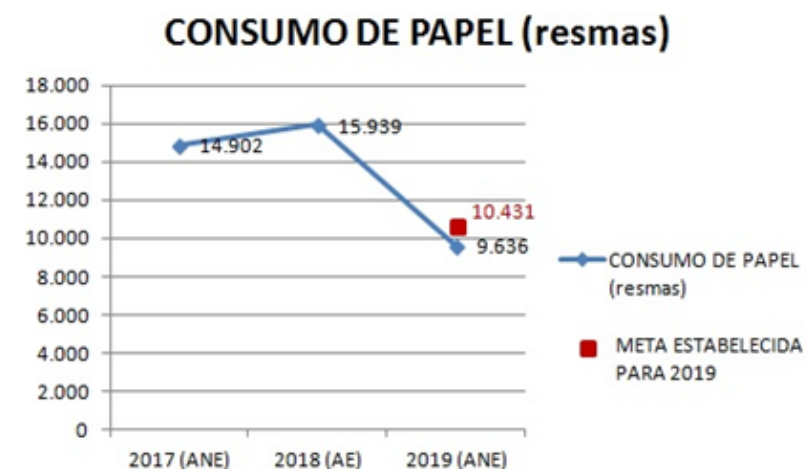


Gráfico 100 Consumo de papel (resmas) 2017-2019

Os resultados acima foram fruto das ações empreendidas no âmbito do Tribunal em prol da redução do consumo de recursos naturais, dentre as quais destacam-se as seguintes

ENERGIA

- Continuidade da substituição gradativa de lâmpadas fluorescentes dos escritórios e áreas comuns das unidades por lâmpadas de LED;
- Redução do horário de funcionamento do sistema de ar condicionado;
- Substituição gradativa de aparelhos de ar condicionado do tipo janela por Split com etiqueta nacional de conservação de energia, no mínimo nível B;
- Orientação das equipes de limpeza e de vigilância para desligamento das lâmpadas e sistemas de iluminação ao final do horário de expediente;
- Veiculação de campanhas de combate ao desperdício, visando à sensibilização do quadro funcional quanto ao uso racional de energia elétrica, e de informativos orientando os colaboradores sobre atitudes diárias voltadas para melhor eficácia do sistema de ar condicionado e para a economia de energia elétrica.

ÁGUA

- Continuação da campanha "Água, economizar para não faltar";
- Instalação de caixas de descarga de duplo acionamento nos banheiros do piso térreo do edifício sede dos cartórios;
- Substituição gradual de torneiras comuns por equipamentos com válvula temporizadora;
- Realização da palestra "Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário de Salvador", com enfoque especial ao impacto do esgotamento sanitário no meio ambiente e a importância do tratamento dos efluentes.

PAPEL

- Ampliação da utilização do Processo Judicial Eletrônico (PJe);
- Publicação da Portaria nº 351/2019, da Presidência desse Regional, que estabelece, dentre outras, medidas de redução de consumo de materiais, a impressão em frente e verso para os documentos cuja conversão para o meio físico seja indispensável.

Redução de Resíduos Poluentes

O TRE-BA aderiu ao Programa "Recicla Já Bahia", da Superintendência de Construções Administrativas da Bahia – SUCAB, desde o ano 2000, quando ainda era denominado "Recicla CAB". Em consonância com a Lei n.º 12.305/2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos, no exercício de 2019, foram realizadas as seguintes iniciativas:



Logística Reversa

- Em cumprimento à Ordem de Serviço n.º 04/2018, da Diretoria-Geral, foram recolhidos e encaminhados para reciclagem 325 cartuchos/fitas.

Copos descartáveis

- Campanhas de conscientização e a publicação da Portaria n.º 351/2019, da Presidência deste Regional que dispõe sobre medidas para racionalização da requisição e do uso de material de consumo e permanente no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, colaboraram para a redução gradativa do consumo de copos plásticos descartáveis, superando a meta estabelecida no PLS para o exercício de 2019, conforme se observa no gráfico ao lado.



Descarte de pilhas e baterias

- Foram entregues 29 kg de pilhas e baterias para o Programa Recicla Já Bahia.

Resíduos Eletrônicos

- Foram destinados 498 kg de resíduos eletrônicos à cooperativa cadastrada no Programa "Recicla Já Bahia", para fins de reaproveitamento e/ou reciclagem.



Materiais diversos destinados à reciclagem

- Foram destinados até o mês de outubro de 2019, 17.982 kg de papel, 33,49 kg de plástico, 3,38 kg de metais, 60,68 de vidros, totalizando 18.080 kg de materiais destinados à reciclagem através do Programa "Recicla Já Bahia".

Figura 69 Ações ambientais voltadas à redução de consumo

Figura 70 Redução de resíduos poluentes

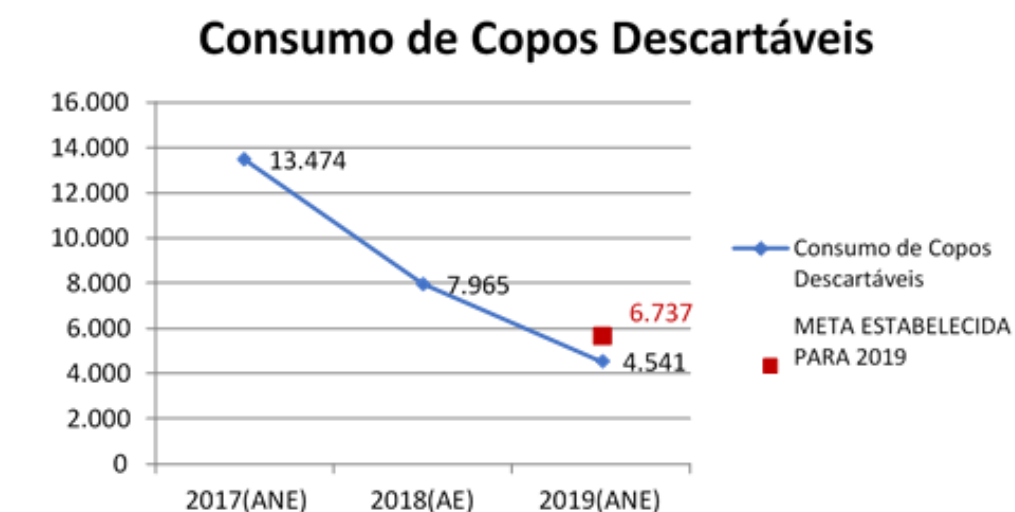


Gráfico 101 Consumo copos descartáveis 2017-2019

Principais Desafios e Ações Futuras

Dos dados apresentados, constata-se que o desempenho foi satisfatório para os indicadores que medem o consumo de água e esgoto; copos descartáveis e papel não reciclado. Considerando que o consumo de energia elétrica ainda apresenta índice abaixo do desejado, entende-se necessário o direcionamento de ações com vistas à redução do referido consumo, sem deixar, contudo, de perseguir melhores resultados nos demais indicadores.

Eis os principais desafios para o ciclo 2020-2024:



Fonte: PLAS

Figura 71 Principais Desafios e Ações Futuras - PLAS



Informações Orçamentárias, Financeiras e Contábeis

Capítulo 5



Declaração do Contador



A Coordenadoria de Finanças e Contabilidade-COFIC compõe a Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade-SOF e atua como Setorial Contábil do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia-TRE-BA, no acompanhamento da execução orçamentária, financeira e patrimonial do Órgão, certificando, por meio da conformidade contábil, os registros dos atos e fatos da gestão e seus reflexos nas demonstrações contábeis.

Compondo a estrutura contábil do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, integrando a referida Coordenadoria, há a Seção de Contabilidade Analítica-SECONTA e a Seção de Contabilidade Gerencial-SECONGE, compostas por 12 servidores, sendo seis de cada seção. O contador responsável desde 1º de agosto de 2018 é Márcio de Oliveira Rezende, Analista Judiciário – Área Administrativa. Atuam como 1º e 2º substitutas, respectivamente, Flávia Maria Almeida Primo, Analista Judiciário – Área Administrativa e Rute dos Santos Pereira, Técnico Judiciário – Área Administrativa, ambas Bacharéis em Ciências Contábeis.

Cabe ressaltar que os registros realizados no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal-SIAFI obedecem ao princípio da segregação de funções, que consiste, essencialmente, na separação de atribuições entre pessoas, mitigando conflito de interesses, erros, fraudes, disfunções ético-comportamentais, entre outros. Nessa esteira, tomando como exemplo as fases da despesa, a autoridade competente autoriza a emissão de empenhos e os procedimentos de liquidação e pagamento são realizadas por atores distintos. Saliente-se, ainda, que a gestão patrimonial é promovida por Unidade específica, cabendo à contabilidade a conciliação mensal entre os registros dos sistemas de patrimônio e contábil.

Objetivando o incremento da qualidade das informações contábeis, considerando que a sua elaboração e divulgação são necessárias para fins de prestação de contas e de responsabilização (accountability), tomada de decisão, dentre outras análises, observa-se o equilíbrio apropriado entre as características qualitativas das informações contábeis, quais sejam: a relevância, a representação fidedigna, a compreensibilidade, a tempestividade, a comparabilidade e a verificabilidade, associadas às restrições relativas à materialidade e custo-benefício.

BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES E DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Públicos-DCASP, divulgadas neste relatório, são compostas pelo Balanço Patrimonial, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração das Variações Patrimoniais, Demonstração do Fluxo de Caixa e Notas Explicativas, em conformidade com a Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964, com a Lei Complementar n.º 101, de 04 de março de 2000, com o Decreto n.º 93.872, de 23 de dezembro de 1986, com a Lei n.º 10.180, de 06 de fevereiro de 2001, com o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – MCASP 8ª Edição, com as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas Aplicadas ao Setor Público – NBC TSP, especialmente a NBC TSP – Estrutura Conceitual e a NBC TSP – 11 – Apresentação das Demonstrações Contábeis, bem como com as orientações contidas do Manual SIAFI.

Em que pese a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido-DMPL constar do rol das demonstrações contábeis, não está divulgada neste relatório, tendo em vista que é obrigatória apenas para as empresas estatais dependentes, desde que constituídas sob a forma de sociedades anônimas[1].

Utilizou-se como fonte de dados o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal-SIAFI para a Unidade Gestora 070013 – Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, integrante do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS).

Os balanços mencionados acima poderão ser acessados em sua íntegra no seguinte endereço: <http://www.tre-ba.jus.br/transparencia/gestao-orcamentaria-e-financeira/demonstracoes-contabeis>

PRINCIPAIS FATOS CONTÁBEIS

Os fatos contábeis são ocorrências que afetam a composição do Patrimônio da Entidade, seja em seus aspectos qualitativos ou quantitativos. Os principais fatos contábeis estão evidenciados nas Notas Explicativas apresentadas ao final deste Capítulo.

DECLARAÇÃO

Esta declaração refere-se às demonstrações contábeis e suas notas explicativas de 31 de dezembro de 2019 do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia.

Reflete a conformidade contábil das demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2019 e é pautada na Macrofunção 020315 – Conformidade Contábil presente no Manual SIAFI- Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal.

As demonstrações contábeis, Balanço Patrimonial, Demonstração de Variações Patrimoniais, Demonstração de Fluxo de Caixa, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e suas notas explicativas, encerradas em 31 de dezembro de 2019, estão, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a Lei n.º 4.320/64, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e o Manual SIAFI, exceto quanto a falta do registro da amortização do ativo intangível, bem assim, quanto a falta de registro da depreciação dos bens imóveis não cadastrados no Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário de Uso Especial da União (SPIUnet), sob gestão da Secretaria de Patrimônio da União (SPU). Essas informações constam nas Notas Explicativas.



Coordenador de Finanças e Contabilidade
CRC nº 038080/O

Demonstrações Contábeis

BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação (natureza de informação de controle).

				BP			
31 DE DEZEMBRO DE 2019				R\$ 1,00			
ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	N.E	2019	2018	ESPECIFICAÇÃO	N.E	2019	2018
ATIVO CIRCULANTE		5.345.629,40	15.132.673,32	PASSIVO CIRCULANTE		9.196.373,22	14.597.608,88
Caixa e Equivalentes de Caixa	01	2.911.007,83	10.569.314,94	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	05	7.806.421,99	11.802.592,53
Créditos a Curto Prazo		-	-	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo		-	-
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	02	116.512,47	2.281.147,96	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	06	465.097,68	1.303.763,82
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		-	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo		-	-
Estoques		2.200.192,44	2.245.695,26	Obrigações de Repartição a Outros Entes		-	-
Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda		-	-	Provisões a Curto Prazo		-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	03	117.916,66	36.515,16	Demais Obrigações a Curto Prazo	07	924.853,55	1.491.252,53
ATIVO NÃO CIRCULANTE		134.846.355,35	109.717.015,38	PASSIVO NÃO CIRCULANTE		167.300,38	167.300,38
Ativo Realizável a Longo Prazo		-	-	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo		-	-
Investimentos		-	-	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo		-	-
Imobilizado	04	131.744.529,49	106.675.353,52	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo		-	-
Bens Móveis		39.807.228,17	43.617.869,07	Obrigações Fiscais a Longo Prazo		-	-
Bens Móveis		101.067.810,79	99.293.222,61	Provisões a Longo Prazo		-	-
(-) Depreciação/Amortização/ExaustãoAcum.De Bens Móveis		-61.260.582,62	-55.675.353,54	Demais Obrigações a Longo Prazo		167.300,38	167.300,38
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis		-	-	Resultado Diferido		-	-
Bens Imóveis		91.937.301,32	63.057.484,45	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL		9.363.673,60	14.764.909,26
Bens Imóveis		95.515.801,18	64.920.304,52	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens móveis		-3.578.499,86	-1.862.820,07	ESPECIFICAÇÃO	N.E	2019	2018
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis		-	-	Resultados Acumulados	08	130.828.311,15	110.084.779,44
Intangível		3.101.825,86	3.041.661,86	Resultado do Exercício		10.600.276,90	-5.286.557,71
Softwares		3.101.825,86	3.041.661,86	Resultados de Exercícios Anteriores		110.084.779,44	115.371.337,15
Softwares		3.101.825,86	3.041.661,86	Ajustes de Exercícios Anteriores		10.143.254,81	-
(-) Amortização Acumulada de Softwares		-	-	(-) Ações / Cotas em Tesouraria		-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares		-	-	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		130.828.311,15	110.084.779,44
TOTAL DO ATIVO		140.191.984,75	124.849.688,70	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		140.191.984,75	124.849.688,70

Quadro 7 Balanço Patrimonial

QUADROS ANEXOS AO BALANÇO PATRIMONIAL

					BP
31 DE DEZEMBRO DE 2019					R\$ 1,00
QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES					
ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2019	2018	ESPECIFICAÇÃO	2019	2018
Ativo Financeiro	2.911.007,83	10.569.948,84	Passivo Financeiro	15.172.698,47	19.945.770,14
Ativo Permanente	137.280.976,92	114.279.739,86	Passivo Permanente	5.519.647,33	11.806.931,25
Saldo Patrimonial				119.499.638,95	93.096.987,31

Quadro 8 Anexo 1 - Balanço Patrimonial

					BP
31 DE DEZEMBRO DE 2019					R\$ 1,00
QUADRO DE COMPENSAÇÕES					
ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2019	2018	ESPECIFICAÇÃO	2019	2018
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	7.930.730,16	6.392.992,53	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	66.470.361,24	64.947.073,98
Execução dos Atos Potenciais Ativos	7.930.730,16	6.392.992,53	Execução dos Atos Potenciais Passivos	66.470.361,24	64.947.073,98
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	7.773.348,89	6.265.175,30	Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres a Rec.			Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congêneres a Liberar	-	-
Direitos Contratuais a Executar	157.381,27	127.817,23	Obrigações Contratuais a Executar	66.470.361,24	64.947.073,98
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar			Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	7.930.730,16	6.392.992,53	TOTAL	66.470.361,24	64.947.073,98

Quadro 9 Anexo 2 - Balanço Patrimonial

DEMONSTRAÇÕES DAS VARIÁVEIS PATRIMONIAIS

A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício.

		DVP – VA – VD	
31 DE DEZEMBRO DE 2019		R\$ 1,00	
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS			
ESPECIFICAÇÃO	N.E	2019	2018
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		423.443.120,70	430.354.433,74
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		579,33	-70,00
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	09	28.229,40	50.626,89
Transferências e Delegações Recebidas	10	417.680.618,45	424.854.899,01
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	11	99.393,60	2.146.930,15
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	12	5.634.299,92	3.302.047,69
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		412.842.843,80	435.640.991,45
Pessoal e Encargos	13	287.932.055,67	298.103.548,73
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	14	58.246.742,80	52.032.239,69
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	15	56.591.550,83	78.801.497,72
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		13.758,69	57.793,57
Transferências e Delegações Concedidas	16	5.280.652,02	4.255.892,35
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	17	3.957.081,79	523.021,14
Tributárias	18	11.518,21	580.444,10
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados		0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	19	809.483,79	1.286.554,15
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO		10.600.276,90	-5.286.557,71

Quadro 10 Demonstração das Variáveis Patrimoniais

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO (RECEITAS)

O Balanço Orçamentário demonstrará as receitas detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, que corresponde ao excesso ou insuficiência de arrecadação.

					BO
31 DE DEZEMBRO DE 2019					R\$ 1,00
RECEITA					
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	N.E	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES		-	-	-	-
Receitas Tributárias		-	-	-	-
Receitas de Contribuições		-	-	-	-
Receita Patrimonial		-	-	-	-
Receita Agropecuária		-	-	-	-
Receita Industrial		-	-	-	-
Receitas de Serviços		-	-	-	-
Transferências Correntes		-	-	-	-
Outras Receitas Correntes		-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL		-	-	-	-
Operações de Crédito		-	-	-	-
Alienação de Bens		-	-	-	-
Amortização de Empréstimos		-	-	-	-
Transferências de Capital		-	-	-	-
Outras Receitas de Capital		-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES		-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS		-	-	-	-
REFINANCIAMENTO		-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno		-	-	-	-
Mobiliária		-	-	-	-
Contratual		-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo		-	-	-	-
Mobiliária		-	-	-	-
Contratual		-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO		-	-	-	-
DEFICIT	20	-	-	395.204.718,94	395.204.718,94
TOTAL		-	-	395.204.718,94	395.204.718,94
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA		-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro		-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação		-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos		-	-	-	-

Quadro 11 Balanço Orçamentário (Receitas)

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO (DESPESAS)

							BO
31 DE DEZEMBRO DE 2019							R\$ 1,00
DESPESA							
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	N.E	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES		344.683.076,00	385.502.535,00	390.973.722,31	382.621.137,53	382.462.929,79	-5.471.187,31
Pessoal e Encargos Sociais		287.125.934,00	324.486.066,00	325.504.473,48	323.030.495,95	323.030.495,95	-1.018.407,48
Juros e Encargos da Dívida		-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes		57.557.142,00	61.016.469,00	65.469.248,83	59.590.641,58	59.432.433,84	-4.452.779,83
DESPESAS DE CAPITAL		2.411.425,00	4.317.177,00	4.230.996,63	1.676.553,48	1.670.191,10	86.180,37
Investimentos		2.411.425,00	4.317.177,00	4.230.996,63	1.676.553,48	1.670.191,10	86.180,37
Inversões Financeiras		-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida		-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA		-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS		-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS		347.094.501,00	389.819.712,00	395.204.718,94	384.297.691,01	384.133.120,89	-5.385.006,94
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO		-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna		-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária		-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas		-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa		-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária		-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas		-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO		347.094.501,00	389.819.712,00	395.204.718,94	384.297.691,01	384.133.120,89	-5.385.006,94
TOTAL		347.094.501,00	389.819.712,00	395.204.718,94	384.297.691,01	384.133.120,89	-5.385.006,94

Quadro 12 Balanço Orçamentário (Despesas)

QUADROS ANEXOS AO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

						BO
31 DE DEZEMBRO DE 2019						R\$ 1,00
ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	2.552.748,17	8.312.641,15	4.225.705,08	4.184.127,60	3.943.372,20	2.737.889,52
Pessoal e Encargos Sociais	1.339,61	282.299,48	272.517,97	272.517,97	11.121,12	0,00
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	2.551.408,56	8.030.341,67	3.953.187,11	3.911.609,63	3.932.251,08	2.737.889,52
DESPESAS DE CAPITAL	214.744,66	6.008.266,20	5.357.231,78	5.315.961,69	766.889,80	140.159,37
Investimentos	214.744,66	6.008.266,20	5.357.231,78	5.315.961,69	766.889,80	140.159,37
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	2.767.492,83	14.320.907,35	9.582.936,86	9.500.089,29	4.710.262,00	2.878.048,89

Quadro 13 Anexo 1 - Balanço Orçamentário

						BO
31 DE DEZEMBRO DE 2019						R\$ 1,00
ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO	
DESPESAS CORRENTES	459.885,01	2.009.919,56	1.496.311,22	46.381,87	927.111,48	
Pessoal e Encargos Sociais	7.284,46	76.067,65	70.002,88	11.757,95	1.591,28	
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	
Outras Despesas Correntes	452.600,55	1.933.851,91	1.426.308,34	34.623,92	925.520,20	
DESPESAS DE CAPITAL	111.127,53	103.980,98	91.464,65	-	123.643,86	
Investimentos	111.127,53	103.980,98	91.464,65	-	123.643,86	
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	
TOTAL	571.012,54	2.113.900,54	1.587.775,87	46.381,87	1.050.755,34	

Quadro 14 Anexo 2 - Balanço Orçamentário

BALANÇO FINANCEIRO

O Balanço Financeiro (BF) evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte. É composto por um único quadro que evidencia a movimentação financeira das entidades do setor público.

31 DE DEZEMBRO DE 2019				BF			
				R\$ 1,00			
INGRESSOS				DISPÊNDIOS			
ESPECIFICAÇÃO	N.E	2019	2018	ESPECIFICAÇÃO	N.E	2019	2018
Receitas Orçamentárias		-	-	Despesas Orçamentárias		395.204.718,94	423.115.901,46
Ordinárias		-	-	Ordinárias		343.957.602,25	369.701.590,16
Vinculadas		-	-	Vinculadas		51.247.116,69	53.414.311,30
Previdência Social (RPPS)		-	-	Previdência Social (RPPS)		51.247.116,69	49.009.883,14
Recursos a Classificar		-	-	Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas		-	4.404.428,16
(-) Deduções da Receita Orçamentária		-	-	Recursos a Classificar		-	-
Transferências Financeiras Recebidas	21	387.577.719,40	423.728.010,36	Transferências Financeiras Concedidas		5.192.479,68	3.434.870,88
Resultantes da Execução Orçamentária		380.948.069,43	415.334.668,19	Resultantes da Execução Orçamentária		-	-
Sub-repasse Recebido		380.948.069,43	415.334.668,19	Independentes da Execução Orçamentária		5.192.479,68	3.434.870,88
Independentes da Execução Orçamentária		6.629.649,97	8.393.342,17	Movimento de Saldos Patrimoniais		5.192.479,68	3.434.870,88
Transferências Recebidas para Pagamento de RP		6.616.034,28	8.070.617,23	Aporte ao RPPS		-	-
Demais Transferências Recebidas		5.702,82	99.890,94				
Movimentação de Saldos Patrimoniais		7.912,87	222.834,00				
Aporte ao RPPS		-	-				
Recebimentos Extraorçamentários		17.186.360,61	20.701.170,32	Despesas Extraorçamentárias		12.025.188,50	10.685.554,50
Inscrição dos Restos a Pagar Processados		164.570,12	2.038.324,64	Pagamento dos Restos a Pagar		1.587.775,87	472.527,44
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados		10.907.027,93	14.320.907,35	Processados			
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		935.898,57	1.224.054,97	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados		9.500.089,29	8.994.128,59
Outros Recebimentos Extraorçamentários		5.178.863,99	3.117.883,36	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		936.059,26	1.218.898,47
Arrecadação de Outra Unidade		5.178.863,99	3.112.075,94	Outros Pagamentos Extraorçamentários		1.264,08	-
Demais Recebimentos		-	5.807,42	Demais Pagamentos		1.264,08	-
Saldo do Exercício Anterior		10.569.314,94	3.376.461,10	Saldo para o Exercício Seguinte		2.911.007,83	10.569.314,94
Caixa e Equivalentes de Caixa		10.569.314,94	3.376.461,10	Caixa e Equivalentes de Caixa		2.911.007,83	10.569.313,94
TOTAL		415.333.394,95	447.805.641,78	TOTAL		415.333.394,95	447.805.641,78

Quadro 15 Balanço Financeiro

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) apresenta as entradas e saídas de caixa e as classifica em fluxos: operacional, de investimento e de financiamento. Esta demonstração permite a análise da capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa e da utilização de recursos próprios e de terceiros em suas atividades.

31 DE DEZEMBRO DE 2019		DFC	
		R\$ 1,00	
ESPECIFICAÇÃO	N.E	2019	2018
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES		-584.283,17	15.541.236,64
INGRESSOS		393.692.481,96	428.069.948,69
Receitas Derivadas e Originárias		-	-
Transferências Correntes Recebidas		-	-
Outros Ingressos das Operações		393.692.481,96	428.069.948,69
DESEMBOLSOS		-394.276.765,13	-412.528.712,05
Pessoal e Demais Despesas		-351.877.527,01	-373.206.050,79
Juros e Encargos da Dívida		-	-
Transferências Concedidas		-36.269.435,10	-34.668.891,91
Outros Desembolsos das Operações		-6.129.803,02	-4.653.769,35
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		-7.074.023,94	-8.348.382,80
INGRESSOS		-	-
Alienação de Bens		-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		-	-
Outros Ingressos de Investimentos		-	-
DESEMBOLSOS		-7.074.023,94	-8.348.382,80
Aquisição de Ativo Não Circulante		-7.013.440,71	-7.469.643,20
Concessão de Empréstimos e Financiamentos		-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	22	-60.583,23	-878.739,60
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		-	-
INGRESSOS		-	-
Operações de Crédito		-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais		-	-
Transferências de Capital Recebidas		-	-
Outros Ingressos de Financiamento		-	-
DESEMBOLSOS		-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida		-	-
Outros Desembolsos de Financiamento		-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		-7.658.307,11	7.192.853,84
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL		10.569.314,94	3.376.461,10
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL		2.911.007,83	10.569.314,94

R\$ 1,00	
Cálculo do Resultado Financeiro do Exercício	2019
Transferências Financeiras Recebidas	387.577.719,40
Recebimentos Extraorçamentários	17.186.360,61
Despesa Orçamentária	(395.204.718,94)
Transferências Financeiras Concedidas	(5.192.479,68)
Pagamentos Extraorçamentários	(12.025.188,50)
= Resultado Financeiro do Exercício	-7.658.307,11

Quadro 16 Demonstração dos Fluxos de Caixa

Notas Explicativas

Estas notas explicativas fazem parte das demonstrações contábeis e contêm informações consideradas relevantes, complementares ou suplementares àquelas não suficientemente evidenciadas ou não constantes nas demonstrações contábeis.

INFORMAÇÕES GERAIS

O Tribunal Regional Eleitoral da Bahia-TRE-BA é um Órgão Público do Poder Judiciário Federal, atua como Justiça Especializada no âmbito do Direito Eleitoral, inscrito no CNPJ sob o nº 05.967.350/0001-45, situado na 1ª Avenida do Centro Administrativo da Bahia, nº 150, Salvador-Bahia.

RESUMO DOS PRINCIPAIS CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS

A seguir, os principais critérios, bem como os princípios, as bases, as regras e práticas contábeis aplicadas na elaboração e na apresentação das demonstrações contábeis, baseados nos normativos citados no tópico “Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis”.

PERÍODO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações divulgadas referem-se ao exercício financeiro de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2019.

4. IDIOMA E MOEDA FUNCIONAL

Os registros foram efetuados em idioma nacional e em unidade de Real.

ATIVO CIRCULANTE

São ativos disponíveis para realização imediata, ou com expectativa de realização em até 12 meses após a data das demonstrações contábeis.

CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

Dizem respeito a valores decorrentes de: 1. créditos a receber decorrentes de infração contratual; 2. acertos financeiros com servidores decorrentes da folha de pagamento; 3. e outros créditos a receber por cessão de pessoal a outros órgãos. Em relação aos itens 1 e 2, caso não haja o pagamento do débito, os valores inferiores a R\$1.000,00 serão atualizados até alcançarem o valor passível de encaminhamento à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional-PGFN para registro no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal – CADIN e inscrição na dívida ativa e os que originalmente superam R\$1.000,00, são encaminhados à PGFN para a mesma finalidade.

(-) AJUSTE PARA PERDAS ESTIMADAS

Trata-se de conta redutora do ativo que compõe o subgrupo “Demais Créditos e Valores a Curto Prazo”, cujo ajuste é realizado para o ativo que esteja mensurado acima do valor provável de recuperação. Os débitos de terceiros com o Tribunal são de natureza não tributária decorrentes de infração contratual ou de acertos financeiros com servidores decorrentes da folha de pagamento.

Para se encontrar o valor a ser registrado, aplicou-se a metodologia descrita na Macrofunção SIAFI 020342 – AJUSTE PARA PERDAS ESTIMADAS, que consiste no seguinte:

Obtenção dos percentuais referentes aos ajustes para perdas estimadas foram baseados no histórico de recebimentos passados. Nesta metodologia a perda estimada é calculada aplicando-se o quociente médio de recebimento sobre o saldo atualizado da conta de valores a receber e subtraindo-se este resultado do saldo atualizado desta mesma conta.

O valor da variável quociente médio de recebimentos é encontrado calculando, primeiramente, a média mensal de recebimentos e a média mensal dos saldos da conta de valores a receber para cada um dos últimos três exercícios.

A partir dos quocientes de recebimento de cada exercício, calcula-se o quociente médio de recebimento, somando-se os quocientes de recebimento dos exercícios x1, x2 e x3, e dividindo-se o resultado da soma por três exercícios.

ESTOQUES

Os bens de almoxarifado são mensurados inicialmente pelo custo de aquisição e, quando da saída, pelo preço médio ponderado das compras. A depreciação é registrada pelo método de quotas constantes.

VPDS PAGAS ANTECIPADAMENTE

Referem-se a pagamentos de prêmios de seguros e assinaturas de periódicos, cujos lançamentos das variações patrimoniais diminutivas são registrados quando da ocorrência do fato gerador, em atenção ao princípio da competência.

ATIVO NÃO CIRCULANTE

Compreende os ativos que têm expectativa de realização após doze meses da data das demonstrações contábeis.

IMOBILIZADO

O ativo imobilizado é reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, produção ou construção. Quando os elementos do ativo imobilizado tiverem vida útil econômica limitada, ficam sujeitos a depreciação,

amortização ou exaustão sistemática durante esse período, sem prejuízo das exceções expressamente consignadas.

DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO OU EXAUSTÃO DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS

Bens móveis - Os bens móveis são reconhecidos pelo valor da aquisição e depreciados regularmente. A depreciação é realizada pelo método das quotas constantes com base na Manual Siafi 02.03.30, bem como as Orientações nº 1/2010 e 03/2012 da COFIC/SOF/TSE.As urnas eletrônicas têm tratamento diferenciado em decorrência de sua especificidade. Segundo a referida Macrofunção, os objetos classificados como equipamentos de processamento de dados têm vida útil de cinco anos, no entanto as urnas eletrônicas alcançam o valor residual em dez anos, conforme estudo técnico realizado pelo TSE.A seguir tabela de vida útil e valor residual para cada conta contábil:

Bens imóveis - Os bens imóveis têm o valor definido no termo de doação e, em caso de edificação custeada pelo Tribunal, pelo valor da construção. Eles são controlados pelo Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário de Uso Especial da União (SPIUnet), sob gestão da Secretaria de Patrimônio da União (SPU). Esse sistema está integrado com o SIAFI para efeito de registro contábil das variações patrimoniais, inclusive a depreciação, relativas aos imóveis.

DEPRECIAÇÃO ACUMULADA - BENS MÓVEIS		
Elementos do Ativo	Taxa Residual	Vida Útil Estimada
12311 0101 - APARELHOS DE MEDICAO	10%	15
12311 0102 - APARELHOS E EQUIP. DE COMUNICACAO	20%	10
12311 0103 - APAR. EQUIP. MED. ODONT. LAB. HOSP	20%	15
12311 0104 - AP. E EQUIP. P/ ESPORTE E DIVERSOES	10%	10
12311 0105 - EQUIP. PROTECAO SEGURANCA E SOCORRO	10%	10
12311 0106 - MAQ.E EQUIP. DE NATU REZA INDUSTRIAL	10%	20
12311 0107 - MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGETICOS	10%	10
12311 0108 - MAQUINAS E EQUIPAMENTOS GRAFICOS	10%	15
12311 0109 - MAQ., FERRAM. E UTENS. DE OFICINA	10%	10
12311 0112 - ACESSORIOS PARA AUTOMOVEIS	10%	5
12311 0121 - EQUIPAMENTOS HIDRAULICOS E ELETRIC.	10%	10
12311 0125 - MAQ. UTENSILIOS E EQUIP. DIVERSOS	10%	10
12311 0201 - EQUIP. DE PROCESSAMENTO DE DADOS	10%	5
12311 0301 - APARELHOS E UTENSILIOS DOMESTICOS	10%	10
12311 0302 - MAQ. INST. UTENSILIOS DE ESCRITORIO	10%	10
12311 0303 - MOBILIARIO EM GERAL	10%	10
12311 0402 - COLECOES E MATERIAIS BIBLIOGRAFICOS	0%	10
12311 0405 - EQUIP.P/ AUDIO VIDEO E FOTO	10%	10
12311 0406 - OBRAS DE ARTE E PECAS PARA EXPOSICAO	-	-
12311 0501 - VEICULOS DIVERSOS	10%	15
12311 0503 - VEICULOS DE TRACAO MECANICA	10%	15
12311 0900 – ARMAMENTOS	15%	20
12311 9909 - PECAS NAO INCORPORAVEIS A IMOVEIS	10%	10

Fonte: Macrofunção 02.03.30 – Depreciação, amortização e exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações.

Tabela 35 Depreciação acumulada - bens móveis

INTANGÍVEL

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido do saldo da respectiva conta de amortização acumulada e do montante acumulado de quaisquer perdas do valor que hajam sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment).Esses bens podem ser classificados como de vida útil definida ou indefinida. A amortização do intangível de vida útil definida deve ser iniciada a partir do momento em que o ativo estiver disponível para uso até a vigência do contrato de licenciamento ou cessão de uso. Quando a vida útil é indefinida, os ativos não sofrem amortização. Vale ressaltar que, de acordo com a Portaria STN n.º 548/2015, o registro contábil dos intangíveis passou a ser obrigatório para a União em 2019, especificamente em relação a softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres.Nesse sentido, a Setorial Contábil de Órgão Superior de Contabilidade (TSE), expediu a Orientação SOF/TSE n.º 12/2019, de 05 de novembro de 2019, na qual padronizou, no âmbito da Justiça Eleitoral, os procedimentos de reconhecimento, mensuração, evidenciação e amortização do Ativo Intangível. Em que pese o constante da Portaria STN n.º 548/2015, bem assim, da orientação supramencionada, este Regional não efetuou, no exercício de 2019, o lançamento da amortização dos ativos intangíveis, acarretando superavaliação do grupo Intagível.

PASSIVO CIRCULANTE

Os passivos são classificados como circulantes quando corresponderem a valores exigíveis até doze meses após a data das demonstrações contábeis.

PASSIVO NÃO CIRCULANTE

Demais passivos que não são classificados como circulantes.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

No patrimônio líquido, evidencia-se o resultado do período segregado dos resultados acumulados de períodos anteriores. O resultado patrimonial do período é a diferença entre as variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, apurada na Demonstração das Variações Patrimoniais, que evidencia o desempenho da entidade.

NOTA 01 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

No final do exercício financeiro de 2018 houve a necessidade de solicitação de financeiro em decorrência da possibilidade de pagamento de despesas com investimento. No entanto, os bens não foram entregues em 2018, culminando na inscrição do valor correspondente em Restos a Pagar. Essa situação não se repetiu no exercício de 2019, o que contribuiu para a variação percentual negativa de 72,46%.

ATIVO	2019	2018	A.H
Ativo Circulante	5.345.629,40	15.132.673,32	-64,67%
Caixa e Equivalente de Caixa	2.911.007,83	10.569.314,94	-72,46%

Tabela 36 Caixa Equivalente de Caixa

NOTA 02 – DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO

Em nota explicativa do Relatório de Gestão de 2018, evidenciou-se, como eventos subsequentes, os registros para ajustes de perdas estimadas no início do exercício de 2019, conforme documentos SIAFI 2019NS000304 e 2019NS000305 nos valores R\$588.795,58 e R\$180.387,35, correspondentes a 92,03% dos créditos a receber por infrações legais e contratuais e 84,30% dos créditos a receber decorrentes de relação funcional, respectivamente.

Por esse motivo, o grupo Demais Créditos e Valores a Curto Prazo, em 2018, apresentou saldo de R\$2.281.147,46, muito superior ao apurado em 2019, gerando variação patrimonial negativa de -94,89%. Na composição desse saldo retificador, R\$769.182,93, representam os ajustes para perdas do exercício de 2018 e R\$1.229.973,28, os ajustes referentes ao exercício financeiro de 2019.

ATIVO	2019	2018	A.H
Ativo Circulante	5.345.629,40	15.132.673,32	-64,67%
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	116.512,47	2.281.147,46	-94,89%

Tabela 37 Demais Créditos a Valores a Curto Prazo

NOTA 03 – VPD´ PAGAS ANTECIPADAMENTE

Referem-se a pagamentos de aquisição de periódicos e contratação de seguros ocorridos antecipadamente, cuja Variação Patrimonial Diminutiva-VPD é apropriada por cotas mensais, proporcionalmente ao período de entrega do periódico ou de cobertura do seguro.

A variação de 222,93% se deve ao fato de que maior parte da contabilização dessas contratações em 2018 utilizava situação que não sensibilizava esse grupo do Ativo Circulante. A partir de 2019, adotou-se a rotina que registra fidedignamente o fato ocorrido.

ATIVO	2019	2018	A.H
Ativo Circulante	5.345.629,40	15.132.673,32	-64,67%
VPDs Pagas Antecipadamente	117.916,66	36.515,16	222,93%

Tabela 38 VPDs Pagas Antecipadamente

NOTA 04 – IMOBILIZADO

Ativo Imobilizado é o item tangível mantido para a produção ou fornecimento de bens ou serviços ou fins administrativos, inclusive os decorrentes de operações que transferem benefícios, riscos e controle para a entidade com utilização por mais de um exercício.

Composto por bens móveis e imóveis é reconhecido com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial e tendo vida útil definida, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão, bem como à redução do valor recuperável e à reavaliação.

A variação de 177% na conta Bens de Uso Especial Registrados no SPIUnet ocorreu em virtude da doação, pela União, de imóvel tipo Edifício/Prédio (imóvel que abrigaria o TRT, e é atualmente o Anexo 3 ao Edifício-Sede do TRE-BA), nos valores de R\$15.242.006,21 (terreno) e R\$14.757.993,79 (benfeitorias), perfazendo um total de R\$30.000.000,00, destinado à ampliação da Sede do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, conforme processo n.º 04941.004409/2018-63.

A variação negativa de 100% na conta Obras em Andamento refere-se à transferência no exercício de 2019 do valor de R\$3.286.323,70 para a conta Imóveis a Registrar - Demais Bens Imóveis, sendo R\$2.712.388,04 relativas a obras executadas no exercício de 2018 e R\$573.935,66 referente a execução no exercício de 2019, em virtude da conclusão da reforma do auditório e reservatório superior e inferior do Edifício-Sede do TRE-BA, conforme as condições estabelecidas na Concorrência n.º 02/2016 e Contrato n.º 059/2017.

Em relação à depreciação, o lançamento é realizado pela Secretaria do Tesouro Nacional, com base em informações encaminhadas pelo Ministério da Economia.

No exercício de 2019 houve o acréscimo de 92,10% na Depreciação Acumulada de Bens Imóveis da Justiça Eleitoral em relação ao exercício anterior.

Segundo informação da Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União, do Ministério da Economia, ocorreu erro no arquivo enviado à Secretaria do Tesouro Nacional (STN), o que gerou a contabilização de valores em duplicidade.

Considerando que o exercício de 2019, quando a inconsistência foi identificada, encontrava-se encerrado, os valores foram corrigidos pela Coordenação-Geral de Contabilidade (CCONT/STN) em 31 de janeiro de 2020, por meio de emissão do documento SIAFI Nota de Lançamento.

O reflexo do ajuste na conta de depreciação acumulada de bens imóveis do TRE-BA foi de R\$436.812,28. O valor da referida conta no Balanço Patrimonial para o exercício de 2019 foi de R\$-3.578.499,86, quando deveria ser R\$-3.141.687,58.

Diante disso, a variação de 92,10% na conta de Depreciação de Bens Imóveis constante da Tabela 26 (abaixo), deveria ser de 68,65%, que consistiu no lançamento da depreciação do imóvel doado ao TRE-BA.

ATIVO	2019	2018	A.H
Ativo Não Circulante	134.846.355,35	109.717.015,38	22,90%
Imobilizado	Valores	Valores	
Bens Imóveis	95.515.801,18	64.920.304,52	47,12%
Bens de Uso Especial Registrados no SPIUnet	46.948.494,80	16.948.494,80	177,00%
Bens de Uso Especial Não Registrados	0,00	0,00	
Obras em Andamento	0,00	2.739.396,45	-100%
Estudos e Projetos	48.569,41	0,00	100%
Dermais Bens Imóveis	48.518.736,97	45.232.413,27	7,26%
Depreciação Acumulada - Bens Imóveis	(3.578.499,86)	(1.862.820,07)	92,10%

Tabela 39 Imobilizado

A seguir, a relação dos bens de uso especial registrados no SPluNet, bem assim a relação dos bens imóveis que estão em fase de regularização de documentação para registro na Secretaria do Patrimônio da União-SPU (no SPluNet). Esses imóveis não registrados na SPU representam o montante de R\$48.518.736,97, cujo lançamento da depreciação não está sendo realizado, impactando no resultado do exercício apurado no Demonstrativo das Variações Patrimoniais-DVP. Vale registrar que estão sendo tomadas medidas no sentido de regularizar o registro dos imóveis, conforme os seguintes Processos Administrativos Digitais: 16573/2019, 16582/2019, 16677/2019, 16693/2019, 16708/2019, 16711/2019, 16746/2019, 16758/2019, 16762/2019, 16810/2019, 16811/2019, 16826/2019, 16831/2019, 16857/2019, 16865/2019, 16869/2019, 16876/2019, 16883/2019, 16939/2019 e 16952/2019.

BENS DE USO ESPECIAL REGISTRADOS NO SPIUNET	
Edifícios	44.529.896,01
Armazéns/Galpões	2.418.598,79
TOTAL	46.948.494,80
BENS IMÓVEIS A CLASSIFICAR/REGISTRAR	
Anexo a Sede	30.499.361,18
Edifício Sede	3.286.323,70
Fórum Eleitoral de Juazeiro	521.848,38
Fórum Eleitoral de Vitoria da Conquista	778.499,78
Fórum Eleitoral de Camaçari	866.029,44
Fórum Eleitoral de Feira de Santana	878.245,89
Fórum Eleitora de Barreiras	637.176,84
Fórum Eleitoral de Jequié	773.406,99
Fórum Eleitoral de Cruz das Almas	421.234,06
Fórum Eleitoral de Alagoinhas	699.768,28
Fórum Eleitoral de Guanambi	469.471,28
Fórum Eleitoral de Jacobina	746.637,05
Fórum Eleitoral de Ipirá	404.162,62
Fórum Eleitoral de Itaparica	344.437,26
Fórum Eleitoral de Porto Seguro	443.922,46
Fórum Eleitoral de Tucano	493.276,45
Fórum Eleitoral de Irecê	516.471,87
Fórum Eleitoral de Eunápolis	544.445,38
Fórum Eleitoral de Ilhéus	1.175.252,17
Fórum Eleitoral de Valença	1.475.909,92
Fórum Eleitoral de Brumado	863.291,38
Fórum Eleitoral de Seabra	799.087,55
Fórum Eleitoral de Ribeira do Pombal	880.477,04
TOTAL	48.518.736,97

Tabela 40 Relação dos bens imóveis registrados no SPluNet e em fase de regularização

NOTA 05 – OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO

A maior parte da variação negativa de 33,86% ocorreu devido a regularização de passivo por competência no exercício de 2019, das despesas reconhecidas em 2018 na conta 21.111.01.01 – Salários Remunerações e Benefícios.

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2019	2018	A.H
Passivo Circulante	9.196.373,22	14.597.608,88	-37%
Obrigações Trabalh., Previd. E Assist. a Pagar a Curto Prazo	7.806.421,99	11.802.592,53	-33,86%

Tabela 41 Obrigações Trabalh., Previd. E Assist. a Pagar a Curto Prazo

NOTA 06 – FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO

A variação negativa de 64,33% foi decorrente da liberação de valores retidos cautelarmente de fornecedores/prestadores de serviços ou da conversão em multa de valores anteriormente retidos em virtude de decisão do Presidente deste Regional em processos de apuração de responsabilidade contratual.

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2019	2018	A.H
Passivo Circulante	9.196.373,22	14.597.608,88	-37%
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	465.097,68	1.303.763,82	-64,33%

Tabela 42 Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo

NOTA 07 – DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO

Do grupo Demais Obrigações, as contas com variações mais representativas foram: 218810128 – Depósitos Retido de Fornecedores e 218810131 – Glosa de Encargos Trabalhistas. Em relação à primeira conta, uma variação negativa de 64,76 em virtude da liberação de retenções cautelares. Quanto à conta Glosa de Encargos Trabalhistas, a variação positiva de 59% ocorreu devido a apropriação de encargos trabalhistas para pagamento no exercício de 2020.

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2019	2018	A.H
Passivo Circulante	9.196.373,22	14.597.608,88	-37%
Demais Obrigações a Curto Prazo	924.853,55	1.491,252,53	-37,98%

Tabela 43 Demais Obrigações a Curto Prazo

NOTA 08 –PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Resultados Acumulados – É a diferença entre as variações patrimoniais aumentativas e diminutivas apuradas na Demonstração das Variações Patrimoniais-DVP. A variação de 18,84% ocorreu em virtude da doação, pela União, de imóvel tipo Edifício/Prédio (imóvel que abrigaria o TRT, e é atualmente o Anexo 3 ao Edifício-Sede do TRE-BA), nos valores de R\$15.242.006.21 (terreno) e R\$14.757.993,79 (benfeitorias), perfazendo um total de R\$30.000.000,00, destinado à ampliação da Sede do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, conforme processo n.º 04941.004409/2018-63.

Resultados do Exercício – Apresentou superávit patrimonial, tendo em vista que as variações patrimoniais aumentativas foram superiores às variações patrimoniais diminutivas. A variação de 300,51% decorreu da doação, pela União, de imóvel tipo Edifício/Prédio, nos valores de R\$15.242.006.21 (terreno) e R\$14.757.993,79 (benfeitorias), perfazendo um total de R\$30.000.000,00, destinado à ampliação da Sede do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, conforme processo n.º 04941.004409/2018-63.

Ajustes Exercício Anteriores - Esses ajustes são decorrentes dos efeitos da mudança do critério contábil ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior, que não podem ser atribuídos a fatos subsequentes, devendo ser reconhecidos à conta do patrimônio líquido.

A variação de 100% na conta Ajustes de Exercício Anteriores é decorrente dos registros contábeis, no exercício de 2019, na conta 237110300, a exemplo de desincorporação de passivo de férias pagas no exercício de 2018 e gozadas em 2019 e registro de reconhecimento de débitos de exercícios anteriores decorrentes de folhas de pagamento.

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2019	2018	A.H
Patrimônio Líquido	130.828.311,15	110.084.779,44	18,84%
Resultados Acumulados	130.828.311,15	110.084.779,44	18,84%
Resultados do Exercício	10.600.276,90	-5.286.557,71	300,51%
Resultados de Exerdícios Anteriores	110.084.779,44	115.371.337,15	-4,58%
Ajustes de Exercícios Anteriores	10.143.254,81	-	100%

Tabela 44 Patrimônio Líquido

NOTA 09 – VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS

Os lançamentos a crédito na Variação Patrimonial Aumentativa Financeira, no exercício de 2019, nas contas contábeis 4.4.2.9.1.01.01 – Outros Juros e Encargo de Mora no valor de R\$4.713,93 e 4.4.3.9.1.00.00 – Outras Variações Monetárias e Cambiais, no valor de R\$23.515,47 são decorrentes dos registros de juros e encargos moratórios decorrentes dos pagamentos de guias de recolhimento da união – GRU´s de partidos políticos e/ou candidatos e lançamentos da atualização monetárias de débitos com o Erário.

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS			
Especificação	2019	2018	A.H
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	28.229,40	50.626,89	-44,24%
Juros e Encargos de Mora	4.713,93	616,97	664,05%
Variações Monetárias e Cambiais	23.515,47	50.009,92	-52,98%

Tabela 45 Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras

NOTA 10 – TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS

São transferências intragovernamentais melhor representadas no balanço financeiro, por meio do grupo Transferências Financeiras Recebidas. Ver Nota Explicativa 21.

NOTA 11 – VALORIZAÇÃO E GANHOS C/ ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS

Compreende a variação patrimonial aumentativa com reavaliação e ganhos de ativos ou com a desincorporação de passivos.

A variação negativa de 95,37% na conta 463910100 - Outros Ganhos com Incorporação de Ativos é decorrente dos vários lançamentos efetuados, no exercício de 2018, referentes à aquisição de materiais, incorporação de transferência de materiais do TRE-MG para as Eleições Gerais de 2018, regularização do saldo do Ativo de terço constitucional de férias pagas em 2018, concernentes ao exercício financeiro de 2017 e incorporação do valor referente ao Fórum Eleitoral do Município de Vitoria da Conquista.

Em 2019, o saldo da referida conta é resultante da incorporação de coletores de dados, conforme documento hábil 2019PA000344.Em 2019, o saldo da conta 464010100 – Ganhos com Desincorporação de Passivos refere-se ao registro contábil do cancelamento de restos a pagar não processados em liquidação.

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS			
Especificação	2019	2018	A.H
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	99.393,60	2.146.930,15	-95,37%
Outros Ganhos com Incorporação de Ativos	11.982,15	2.124.360,53	-99,44%
Ganhos com Desincorporação de Passivos	87.411,45	22.569,62	287,30%

Tabela 46 Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos

NOTA 12 – OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS

A variação positiva de 70,63% na conta Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas é resultante do registro contábil do pagamento de guias de recolhimento da união – GRU´s de partidos políticos e/ou candidatos contabilizados com o código de recolhimento 20001-8.

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS			
Especificação	2019	2018	A.H
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	5.634.299,92	3.302.047,69	70,63%
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	5.634.299,92	3.302.047,69	70,63%

Tabela 47 Outras Variações Patrimoniais Aumentativas

NOTA 13 – PESSOAL E ENCARGOS

Na rubrica Outras Variações Patrimonial Diminutivas – Pessoal e Encargos, o montante em 2018 foi de R\$7.479.365,42 em virtude da concessão de benefício alimentação aos colaboradores envolvidos nas atividades relacionadas à realização das Eleições Gerais de 2018. Entre os dois exercícios sob análise, houve variação negativa de 99,87%, tendo em vista o pagamento de benefício alimentação para atender as Eleições Suplementares do Município de Camamu.

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS			
Especificação	2019	2018	A.H
Pessoal e encargos	287.932.055,67	298.103.548,73	-3,41%
Remuneração a Pessoal	233.923.535,31	239.135.574,42	-2,18%
Encargos Patronais	36.746.300,75	34.322.876,62	7,06%
Benefícios a Pessoal	17.252.769,61	17.165.732,27	0,51%
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas – Pessoal e Encargos	9.450,00	7.479.365,42	-99,87%

Tabela 48 Pessoal e encargos

NOTA 14 – BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS

O acréscimo de R\$99.608,31 na conta 3.2.9.1.1.00.00 é resultante dos pagamentos de auxílios funeral e natalidade no exercício de 2019.

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS			
Especificação	2019	2018	A.H
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	58.246.742,80	52.032.239,69	11,94%
Aposentadorias e Reformas	44.850.042,23	39.659.035,85	13,09%
Pensões	13.207.794,92	12.283.906,50	7,52%
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	188.905,65	89.297,34	111,55%

Tabela 49 Benefícios Previdenciários e Assistenciais

NOTA 15 – USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO

Tendo em vista o ano de 2019, os decréscimos de 51,89% e 33,56% nas rubricas de uso de materiais de consumo e de contratação de serviços ocorreram, respectivamente, devido à realização da revisão biométrica e das Eleições Gerais no exercício de 2018, fato não ocorrido em 2019.

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS			
Especificação	2019	2018	A.H
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	56.591.550,83	78.801.497,72	-28,18
Uso de Material de Consumo	2.148.585,94	4.465.688,62	-51,89%
Serviços	43.005.142,48	64.727.640,94	-33,56%
Depreciação, Amortização e Exaustão	11.437.822,41	9.608.168,16	19,04%

Tabela 50 Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo

NOTA 16 – TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS

Do grupo Transferências e Delegações Concedidas, a conta que apresentou maior variação foi Variação Patrimonial Diminutiva – Movimento de Saldos Patrimoniais – 3.5.1.2.2.03.00, que registra as transferências de recursos para outra Unidade Gestora, a exemplo dos Repasses ao Fundo Partidário oriundos dos pagamentos de guias de recolhimento da união decorrentes de multa eleitoral, que tiveram um incremento, em 2019, por conta dos resultados das Análises das Prestações de Contas das Eleições 2018.

A variação negativa de 89,24% na conta de VPD 3.5.9.0.2.01.00 – Doações/Transferências Concedidas – Intra OFFS é resultante da contabilização da doação de bens a outros Regionais, devido à realização de revisão biométrica, no ano de 2018.

Em 2019, o valor de R\$89.021,81, é decorrente do registro da transferência de depreciação e de impressoras matriciais doadas pelo Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe ao TRE-BA.

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS			
Especificação	2019	2018	A.H
Transferências e Delegações Concedidas	5.280.652,02	4.255.892,35	24,08%
Transferências Intragovernamentais	5.191.630,21	3.428.429,56	51,43%
Outras Transferências e Delegações Concedidas	89.021,81	827.462,79	-89,24%

Tabela 51 Transferências e Delegações Concedidas

NOTA 17 – DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO PASSIVOS

A variação de 100% no grupo Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas é decorrente da contabilização do ajuste de perdas estimadas de créditos a receber de infrações legais e contratuais dos exercícios de 2018 e 2019. Procedimento contábil implementado pelo TRE-BA a partir do exercício de 2019.

A variação de 289,90% na conta 365010100 - Desincorporação de Ativos foi resultante dos registros de baixa de direitos a receber em virtude de pagamentos de débitos com o Erário, ajustes da conta de adiantamento de salários e ordenados e baixa de bens inservíveis.

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS			
Especificação	2019	2018	A.H
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação Passivos	3.957.081,79	523.021,14	656,58%
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	1.999.156,21	0,00	100%
Perdas Involuntárias	3.212,54	0,00	100%
Incorporação de Passivos	0,00	21.687,80	-100%
Desincorporação de Ativos	1.954.713,04	501.333,34	289,90%

Tabela 52 Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação Passivos

NOTA 18 – VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS TRIBUTÁRIAS

Para atender as despesas das Eleições Gerais de 2018, contrataram-se serviços de terceiros de pessoas físicas, sobre os quais incide o recolhimento contribuição previdenciária patronal. Como não houve eleições em 2019, o valor registrado no subgrupo Contribuições reduziu em 98,02%

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS			
Especificação	2019	2018	A.H
Tributárias	11.518,21	580.444,10	-98,02%
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-	
Contribuições	11.518,21	580.444,10	-98,02%

Tabela 53 Variações Patrimoniais Diminutivas - Tributárias

NOTA 19 – OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS

No exercício de 2018 ocorreu o recadastramento biométrico em diversos municípios baianos, inclusive na capital, bem assim a realização das Eleições Gerais, ações que contribuíram para a despesa mais elevada no exercício em comento em relação ao de 2019.No entanto, a variação de um ano para o outro não foi tão expressiva, tendo em vista que os trabalhos relacionados à biometria foram intensificados nos demais municípios do Estado, os quais não haviam sido contemplados na primeira fase.Reembolso de oficiais de justiça e concessão de indenização de transportes para deslocamento de servidores também impactaram esse subgrupo de despesa em 2019.

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS			
Especificação	2019	2018	A.H
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	809.483,79	1.286.554,15	-37,08%
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	809.483,79	1.286.554,15	-37,08%

Tabela 54 Outras Variações Patrimoniais Diminutivas

NOTA 20 – DÉFICIT

O déficit corresponde à diferença negativa entre as receitas realizadas e as despesas empenhadas. O valor é encontrado quando a linha Subtotal com Refinanciamento da coluna Receitas Realizadas é menor do que o valor da linha Subtotal com Refinanciamento da coluna Despesas Empenhadas. O déficit orçamentário no exercício financeiro de 2019 foi de R\$395.204.718,94, igual ao valor das despesas empenhadas, vez que este Regional não é órgão arrecadador de receitas. O total do orçamento corresponde à Dotação Inicial, acrescida dos Créditos Adicionais, resultando na Dotação Atualizada de R\$389.819.712,00.

Da diferença entre a Dotação Atualizada e as Despesas Empenhadas, encontra-se o Saldo de Dotação no valor negativo de R\$5.385.006,94. Caso o saldo fosse positivo, indicaria uma economia em relação ao autorizado a gastar e o inverso representa que o gasto foi maior do que a dotação disponível

.No entanto, o saldo negativo supramencionado, não representa uma inconsistência, haja vista que houve descentralização de crédito oriundo do Tribunal Superior Eleitoral-TSE, por meio de provisão, no valor de R\$10.836.560,08, dos quais R\$9.853.814,42 foram empenhados. Ou seja, dotação originária do TSE, Unidade Orçamentária 14101, foi executada pela Unidade Gestora Executora 070013 - TRE-BA. Não fossem os valores empenhados de orçamento oriundo do TSE, o Saldo de Dotação seria positivo em R\$4.468.807,48.

NOTA 21 – TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS

As Transferências Financeiras Recebidas refletem as movimentações de recursos financeiros entre órgãos e entidades da Administração direta e indireta. Podem ser orçamentárias ou extra orçamentárias. Aquelas efetuadas em cumprimento à execução do Orçamento são as cotas, repasses ou sub-repasses. Aquelas que não se relacionam com o Orçamento em geral decorrem da transferência de recursos relativos aos Restos a Pagar.

As duas maiores variações ocorreram nos subgrupos Demais Transferências Recebidas e Movimentação de Saldos Patrimoniais, negativas em 94,29% e 96,45%, respectivamente. A variação ocorrida no primeiro subgrupo, corresponde a valores recebidos pela Setorial Financeira do TSE para pagamentos de restituições diversas, a exemplo de restituição a partido político em virtude de prescrição quinquenal de prestação de contas, que, em 2018 foi de R\$92.513,18. Em 2019, não houve valores expressivos de restituições.

Quanto ao subgrupo Movimentação de Saldos Patrimoniais, a maior parte, R\$203.058,83, movimentados em 2018, corresponderam a valores decorrentes de transferências de outra Unidade Gestora para restituição de receitas. Em 2019, os valores restituídos e demais movimentações não foram expressivos.

BALANÇO FINANCEIRO			
Fluxo de Caixa das Atividades das Operações	2019	2018	A.H
Ingressos			
Transferências Financeiras Recebidas	387.577.719,40	423.728.010,36	-8,53%
Resultantes da Execução Orçamentária	380.948.069,43	415.334.668,19	-8,28%
Sub-repasse Recebido	380.948.069,43	415.334.668,19	-8,28%
Independente da Execução Orçamentária	6.629.649,97	8.393.342,17	-21,01%
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	6.616.034,28	8.070.617,23	-18,02%
Demais Transferências Recebidas	5.702,82	99.890,94	-94,29%
Movimentação de Saldos Patrimoniais	7.912,87	222.834,00	-96,45%

Tabela 55 Transferências Financeiras Recebidas

NOTA 22 – OUTROS DESEMBOLSOS DE INVESTIMENTOS

O subgrupo Outros desembolsos de Investimento contemplam situações não previstas nos demais subgrupos. A aquisição de softwares prontos no valor de R\$657.250,39, em 2018, representou o maior investimento na composição do valor total de R\$878.739,60, Da mesma forma, em 2019, aquisição de softwares prontos no valor de R\$44.250,00, foi o gasto mais representativo.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA			
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento	2019	2018	A.H
Desembolsos			
Aquisição de Ativo Não Circulante	-7.013.440,71	-7.469.643,20	6,11%
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-	
Outros Desembolsos de Investimentos	-60.583,23	-878.739,60	93,11%

Tabela 56 Outros Desembolsos de Investimentos

NOTA 23 – EVENTOS SUBSEQUENTES

No exercício de 2019 houve o acréscimo de 92,10% na Depreciação Acumulada de Bens Imóveis da Justiça Eleitoral em relação ao Exercício anterior.

Segundo informação da Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União, do Ministério da Economia, ocorreu erro no arquivo enviado à Secretaria do Tesouro Nacional (STN), o que gerou a contabilização de valores em duplicidade.

Considerando que o exercício de 2019, quando a inconsistência foi identificada, encontrava-se encerrado, os valores foram corrigidos pela Coordenação-Geral de Contabilidade (CCONT/STN) em 31 de janeiro de 2020, por meio de emissão do documento SIAFI Nota de Lançamento.

O reflexo do ajuste na conta de depreciação acumulada de bens imóveis do TRE-BA foi de R\$436.812,28. O valor da referida conta no Balanço Patrimonial para o exercício de 2019 foi de R\$-3.578.499,86, quando deveria ser R\$-3.141.687,58.

Diante disso, a variação de 92,10% na conta de Depreciação de Bens Imóveis constante da Tabela 26, deveria ser de 68,65%, que consistiu no lançamento da depreciação do imóvel doado ao TRE-BA.



Anexos e Apêndices

Capítulo 6



Lista de Siglas e Abreviações principais

AIJE	Ação de Investigação Judicial Eleitoral
AIME	Ação de Impugnação de Mandato Eletivo
AIRC	Ação de Impugnação de Registro de Candidatura
AP	Ações Penais Eleitorais
ASCOM	Assessoria de Comunicação Social e Cerimonial
Bacen Jud	Sistema Bacen Jud 2.0
BF	Balanço Financeiro
BNMP	Banco Nacional de Mandados de Prisão
CADIN	Cadastro de Inadimplentes
CCONT	Coordenação-Geral de Contabilidade
CGESTIC	Comitê de Gestão de TIC
CGovTIC	Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
COAJUC	Coordenadoria de Assuntos Jurídicos e Correccionais
COAPRO	Coordenadoria de Processamento
COGED	Coordenadoria de Gestão da Informação
COORC	Coordenadoria de Orçamento
COPEG	Coordenadoria De Planejamento de Estratégia e Gestão
CRE	Corregedoria Regional Eleitoral
CSI	Comitê DE Segurança da Informação
DCASP	Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público
DEM	Democratas
DFC	Demonstração dos Fluxos de Caixa
DFT	Dimensionamento da Força de Trabalho
DMPL	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
DVP	Demonstração das Variações Patrimoniais
EJE	Escola Judiciária Eleitoral
ELO	Sistema Elo
ENTIC-JUD	Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário
GEORFI	Sistema de Gestão Orçamentária de Financeira
IGovTIC-JUD	Índice de Governança, Gestão e Infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário
IIRC	Conselho Internacional para Relato Integrado
JE	Justiça Eleitoral
JETON	Gratificação pela Participação em Reuniões de Órgãos de Deliberação
LAI	Lei De Acesso à Informação
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias

LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal
MCASP	Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MGR	Manual de Gestão de Riscos
MNI	Modelo Nacional de Interoperabilidade
NAJ	Núcleo de Assistência Jurídica
NBC TSP	Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
OFSS	Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
OUV	Ouvidoria
PAC	Plano Anual de Capacitação
PAD	Processo Administrativo Eletrônico
PC do B	Partido Comunista do Brasil
PDCA	Do Inglês Plan, Do, Check-Act e Adjust
PDL	Plano de Desenvolvimento de Líderes
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PDTIC	Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação
PEI	Planejamento Estratégico Institucional
PETI	Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação
PFN	Procuradoria da Fazenda Nacional
PGRC	Plano de Gestão de Riscos-Chave
PJe	Processo Judicial Eletrônico
PL	Partido Liberal
PLANCONT	Plano Anual de Contratações
PLANOP	Plano Operacional
PLAS	Núcleo de Plano de Logística Sustentável
PLS	Plano de Logística Sustentável
PP	Progressistas
PQVT	Programa de Qualidade de Vida no Trabalho
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSC	Partido Social Cristão
PSD	Partido Social Democrático
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PV	Partido Verde
RAE	Reuniões de Análise da Estratégia
RENAJUD	Restrições Judiciais sobre Veículos Automotores

SAC	Serviço de Atendimento ao Cidadão
SADP	Sistema de Acompanhamento de Documentos e Processos
SAEB	Secretaria de Administração do Estado da Bahia
SCR	Secretaria da Corregedoria
SEACLI	Seção de Atenção ao Cliente
SECONGE	Seção de Contabilidade Gerencial
SECONTA	Seção de Contabilidade Analítica
SEGEPRO	Seção de Gestão de Processos, da Qualidade e de Riscos
SEGOVE	Seção de Governança e Gerenciamento de Projetos
SEP	Secretaria Especial da Presidência
SEPLAN	Seção de Planejamento Orçamentário
SEPLANE	Seção de Planejamento Estratégico
SEREDE	Seção de Recrutamento, Seleção e Desempenho
SESPJE	Seção de Suporte ao PJe
SESTAT	Seção de Estatística
SGA	Secretaria de Gestão Administrativa e de Serviços
SGP	Secretaria de Gestão de Pessoas
SGTIC	Sistema de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação do TRE-BA
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIC	Serviço de Informação ao Cidadão
SICEL	Sistema de Inspeções e Correições Eleitorais
SIGEC	Sistema de Registro de Imóveis e Gerenciamento de Custos
SJU	Secretaria Judiciária
SOF	Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade
SPIUnet	Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário de Uso Especial da União
SPL	Secretaria de Planejamento de Estratégia e de Eleições
SPU	Secretaria de Patrimônio da União
STI	Secretaria de Tecnologia da Informação
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
SUCAB	Superintendência de Construções Administrativas da Bahia
TCE	Tomada de Contas Especial
TCU	Tribunal de Contas da União
TIC	Tecnologia da Informação e Comunicação
TRE-BA	Tribunal Regional Eleitoral da Bahia
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
VPD	Variação Patrimonial Diminutiva
ZE	Zona Eleitoral

Lista de Figuras, Tabelas, Gráficos e Quadros

LISTA DE FIGURAS

Tipo	Nome	Pg.
Figura 1	Composição da Justiça Eleitoral	7
Figura 2	Competências da Justiça Eleitoral	7
Figura 3	Missão, Visão e Valores	8
Figura 4	Organograma do TRE-BA	9
Figura 5	Estrutura de Governança do TRE-BA	10
Figura 6	Principais instâncias internas de Governança	11
Figura 7	Composição do Tribunal Pleno e Procurador Regional Eleitoral	11
Figura 8	Composição e atribuições do Conselho de Governança	12
Figura 9	Instâncias internas de apoio à governança	12
Figura 10	Unidades internas de apoio à governança	12
Figura 11	Mecanismos de governança	13
Figura 12	Modelo de Negócio	14
Figura 13	Cadeia de Valor	15
Figura 14	Principais entregas do TRE-BA	16
Figura 15	Fatores externos e o TRE-BA	17
Figura 16	Materialidade das Informações	22
Figura 17	Processo de Elaboração do Relato Integrado	23
Figura 18	Alinhamento do PEI do TRE-BA	25
Figura 19	Mapa Estratégico do TRE-BA	25
Figura 20	Ciclo do Planejamento Estratégico	26
Figura 21	Principais Planos do TRE-BA	26
Figura 22	Critérios utilizados pelo TRE-BA para priorização de objetivos e iniciativas no exercício	27
Figura 23	Objetivos priorizados e iniciativas	28
Figura 24	Demais Objetivos e iniciativas priorizadas	29
Figura 25	Apoio das instâncias de Governança em 2019	30
Figura 26	Presidente do TRE-BA recebe Prêmio CNJ de Qualidade	33
Figura 27	Linhas de Defesa	35
Figura 28	Mapa de Calor - Riscos-chave inerentes	36
Figura 29	Quadro Comparativo Riscos-Chave: Inerente X Residual	36
Figura 30	Matriz Swot atualizada em 2019	38
Figura 31	Desempenho dos Objetivos Estratégicos em 2019	42
Figura 32	Painel dos Indicadores	43
Figura 33	Diretrizes novo modelo da Biometria	61
Figura 34	Caminhão da Biometria	61
Figura 35	Biomaps - amostra de tela	61
Figura 36	Etapas do Planejamento Integrado das Eleições 2020	62
Figura 37	Eleições 2020 - Números projetados	63
Figura 38	Seção Eleitoral - Eleição Suplementar de Camamu	63
Figura 39	Ações de cidadania realizadas	64

Tipo	Nome	Pg.
Figura 40	Visita recebida à sede do TRE-BA - Projeto Universitário Cidadão	65
Figura 41	Outras ações de cidadania realizadas	65
Figura 42	Metas Nacionais 2019	67
Figura 43	Reunião realizada com Membros da Corte para avaliação do desempenho jurisdicional no 2º Grau	68
Figura 44	Corregedor e Procurador Regional Eleitoral no mutirão realizado em Salvador	68
Figura 45	Iniciativas e projetos direcionados ao 1º Grau	69
Figura 46	Outras ações de cidadania realizadas	71
Figura 47	PJe e objetivos estratégicos	73
Figura 48	Orçamento 2019 (em milhões)	74
Figura 49	Principais desafios e ações futuras - Gestão Orçamentária e Financeira	81
Figura 50	Gestão de Pessoas - Atos Normativos Editados em 2019	81
Figura 51	Principais ações voltadas à saúde e à qualidade de vida	87
Figura 52	Capacitação - Destaques e Números	88
Figura 53	Principais desafios e ações futuras - Gestão de Pessoas e Competências	88
Figura 54	Licitações publicadas em 2019	89
Figura 55	Licitações concluídas em 2019	89
Figura 56	Quantidade de contratações em 2019	89
Figura 57	Principais Desafios e Ações Futuras - Licitações e Contratos	91
Figura 58	Manutenção da Infraestrutura - principais gastos	92
Figura 59	Principais resultados dos investimentos realizados na gestão da infraestrutura	93
Figura 60	Principais Desafios e Ações Futuras - Gestão Patrimonial e Infraestrutura	94
Figura 61	Direcionadores de TIC	95
Figura 62	Mapa Estratégico da TI - TRE-BA - 2016-2021	96
Figura 63	Desempenho do Indicador Estratégico i28. Número de Normas de Segurança da Informação Instituídas	101
Figura 64	Principais Ações em Segurança da Informação em 2019	102
Figura 65	Principais dificuldades da área de TIC	102
Figura 66	Principais Desafios e Ações Futuras - Tecnologia da Informação	102
Figura 67	PLS - resumo	106
Figura 68	Critérios de Sustentabilidade adotados nas Contratações e Aquisições realizadas pelo TRE-BA	107
Figura 69	Ações ambientais voltadas à redução de consumo	108

Tipo	Nome	Pg.
Figura 70	Redução de resíduos poluentes	108
Figura 71	Principais Desafios e Ações Futuras - PLAS	109

LISTA DE TABELAS

Tipo	Nome	Pg.
Tabela 1	Pedidos de informação Ouvidoria	19
Tabela 2	Limite de Pagamento x Valores Pagos (R\$ milhões)	75
	Execução do orçamento por ação orçamentária e grupo de natureza da despesa (R\$ milhões)	76
Tabela 3	Dotação e execução das despesas autorizadas na LOA 2019 (R\$ milhões)	77
Tabela 4	Dotação e execução das despesas autorizadas na LOA 2018 (R\$ milhões)	77
Tabela 5	Execução das despesas liquidadas nos três últimos exercícios financeiros por Grupo de Natureza da Despesa – GND (R\$ milhões)	77
Tabela 6	Gastos com pessoal e encargos sociais – 2019 (R\$ milhões)	77
Tabela 7	Gastos com outras despesas correntes – ODC – 2019 (R\$ milhões)	77
Tabela 8	Gastos com investimentos – 2019 (R\$ milhões)	78
Tabela 9	Execução Financeira por Elemento de Despesa – Revisão Biométrica	78
Tabela 10	Evolução da execução com revisão biométrica nos três últimos exercícios financeiros – (R\$ milhões)	78
Tabela 11	Execução de despesas com a eleição suplementar	79
Tabela 12	Execução dos Restos a Pagar de 2017 a 2019 – (R\$ milhares)	79
Tabela 13	Restos a pagar processados e não processados inscritos e reinscritos	79
Tabela 14	Execução dos Restos a Pagar no exercício financeiro de 2019 por grupo de despesa (R\$ milhares)	80
Tabela 15		

Tipo	Nome	Pg.
	Limite de pagamento – variação do estoque de RP 2017 a 2019 (R\$ milhares)	80
Tabela 16		
Tabela 17	Gastos com Pessoal Ativo	83
Tabela 18	Gastos com Pessoal Inativo	84
Tabela 19	Custo Direto com Despesas de Pensionista	84
Tabela 20	Total de Magistrados e MP Eleitoral	84
Tabela 21	Gatos com Benefícios	84
Tabela 22	Detalhamento Evolução de Gastos de Pessoal	85
Tabela 23	Remuneração Servidores do Poder Judiciário da União	86
	Política de Remuneração dos Membros da Magistratura e Ministério Público Eleitoral	86
Tabela 24		
Tabela 25	Cargos em comissão e funções comissionadas	86
	Detalhamento das Contratações diretas (tipos e ajustes firmados)	90
Tabela 26		
Tabela 27	Gastos das contratações por modalidades	90
Tabela 28	Gastos das contratações por finalidades	90
Tabela 29	Investimentos em infraestrutura e Equipamentos	92
Tabela 30	Manutenção da Infraestrutura	92
	Ação Orçamentária: 20GP – Julgamento de Causas e Gestão Administrativa da Justiça	97
Tabela 31		
Tabela 32	Ação Orçamentária: Pleitos Eleitorais Nacional	97
	Ação Orçamentária: Implantação do Sistema de Automação de Identificação do Eleitor - Biometria	97
Tabela 33		
Tabela 34	Custo por Programa	104
Tabela 35	Depreciação acumulada - bens móveis	122
Tabela 36	Caixa Equivalente de Caixa	123
Tabela 37	Demais Créditos a Valores a Curto Prazo	123
Tabela 38	VPDs Pagas Antecipadamente	123
Tabela 39	Imobilizado	124
	Relação dos bens imóveis registrados no SPJuNet e em fase de regularização	124
Tabela 40		
	Obrigações Trabalh., Previd. E Assist. a Pagar a Curto Prazo	125
Tabela 41		
Tabela 42	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	125
Tabela 43	Demais Obrigações a Curto Prazo	125
Tabela 44	Patrimônio Líquido	125
Tabela 45	Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	126
	Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	126
Tabela 46		
Tabela 47	Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	126
Tabela 48	Pessoal e encargos	126
Tabela 49	Benefícios Previdenciários e Assistenciais	127

Tipo	Nome	Pg.
Tabela 50	Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	127
Tabela 51	Transferências e Delegações Concedidas	127
Tabela 52	Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação Passivos	127
Tabela 53	Variações Patrimoniais Diminutivas - Tributárias	128
Tabela 54	Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	128
Tabela 55	Transferências Financeiras Recebidas	128

LISTA DE GRÁFICOS

Tipo	Nome	Pg.
Gráfico 1	Demandas X Canais de acesso	18
Gráfico 2	Tipo de demandas recebidas	18
Gráfico 3	Demandas por Canais - evolução ano	18
Gráfico 4	Demandas por Tipo - Evolução ano	19
Gráfico 5	Qtde. Participantes Pesquisa de Satisfação - 2019	20
Gráfico 6	Índice de satisfação do eleitor	20
Gráfico 7	Disque Biometria - Número de ligações recebidas	20
Gráfico 8	Resultado consulta Gestão Participativa	21
Gráfico 9	Evolução TRE-BA no iGovTIC-JUD 2019	32
Gráfico 10	Evolução TRE-BA Ranking da Transparência 2018-2019	32
Gráfico 11	Desempenho dos indicadores estratégicos 2019	41
Gráfico 12	Desempenho dos projetos estratégicos em 2019	41
Gráfico 13	Desempenho dos objetivos estratégicos 2019	42
Gráfico 14	i3 - Número de entrevistas agendadas com fontes do TRE-BA	44
Gráfico 15	i34 - Promoção de campanha de esclarecimento sobre o processo eleitoral (Meta Específica nº 2/2019 da JE/CNJ)	44
Gráfico 16	i11 - Taxa de satisfação dos clientes	45
Gráfico 17	i8 - Taxa de julgamento dos processos de cassação de mandato eletivo - 2º grau (Meta Nacional 4/2019)	47
Gráfico 18	i9CAMP - Taxa de julgamento de prestação de contas de campanha de partidos políticos - 2º grau	47
Gráfico 19	i8 - Taxa de julgamento dos processos de cassação de mandato eletivo - 1º grau (Meta Nacional 4/2019)	47
Gráfico 20	i9NE - Taxa de julgamento de prestações de contas de candidatos não eleitos - 2º grau	47
Gráfico 21	i9PP - Taxa de julgamento das prestações de contas de partidos políticos - 2º grau	47
Gráfico 22	i10 - Número de ações de promoção de valores éticos	47
Gráfico 23	i4 - Taxa de congestionamento de processos judiciais - 1º grau	48

Tipo	Nome	Pg.
Gráfico 24	i4 - Taxa de congestionamento de processos judiciais - 2º grau	48
Gráfico 25	i5 - Taxa de agilidade no Julgamento - 1º grau	48
Gráfico 26	i5 - Taxa de agilidade no Julgamento - 2º grau	48
Gráfico 27	i6 - Taxa de julgamento de processos de conhecimento - 1º grau (Meta Nacional 1/CNJ)	48
Gráfico 28	i6 - Taxa de julgamento de processos de conhecimento - 2º grau (Meta Nacional 1/CNJ)	48
Gráfico 29	i7 - Taxa de julgamento de processos antigos - 1º grau (Meta Nacional 2/CNJ)	48
Gráfico 30	i7 - Taxa de julgamento de processos antigos - 2º grau (Meta Nacional 2/CNJ)	48
Gráfico 31	i12 - Taxa de eleitores com cadastro biométrico	49
Gráfico 32	i13 - Taxa de processos organizacionais no nível 3 de maturidade	50
Gráfico 33	i14 - Taxa de satisfação do público interno com as informações institucionais disponibilizadas	51
Gráfico 34	i23 - Taxa de adequação ao Plano Anual de Contratações (PLANCONT)	52
Gráfico 35	i24 - Taxa de satisfação com a qualidade das contratações	52
Gráfico 36	i25 - Aderência da execução ao planejamento orçamentário	53
Gráfico 37	i30 - Taxa de execução financeira	53
Gráfico 38	i32 - Taxa de Alcance das metas do PLS 2018- 2021	53
Gráfico 39	i15 - Número de adequações das instalações físicas às normas de acessibilidade	54
Gráfico 40	i16 - Número de pessoas atingidas por ações sociais	54
Gráfico 41	i17AS - Número de ações sociais	54
Gráfico 42	17AA - Número de ações ambientais	54
Gráfico 43	i29 - Taxa de cumprimento das metas do PETI	55
Gráfico 44	i27 - Evolução do índice de governança de TIC do TRE-BA	56
Gráfico 45	i28 - Número de normas de segurança da informação instituídas	56
Gráfico 46	i20 - Taxa de governança em gestão de pessoas	58
Gráfico 47	i21 - Taxa de alinhamento das unidades à estratégia organizacional	60
Gráfico 48	i22 - Número de ações de gestão de riscos	60
Gráfico 49	Atendimento Realizado por Tipo de Serviço - Biometria	62
Gráfico 50	Quantidade de escolas e de alunos atingidos pelo Projeto Eleitor do Futuro - 2019	64
Gráfico 51	Quantidade de zonas correicionadas	67

Tipo	Nome	Pg.
Gráfico 52	Despesa com diárias - correições	67
Gráfico 53	Resultados da I Semana de Movimentação Processual	67
Gráfico 54	Evolução do acervo por trimestre 2019	68
Gráfico 55	Quantidade de zonas por mutirão	69
Gráfico 56	Quantidade de processos por mutirão	69
Gráfico 57	Evolução do acervo do 1º Grau em 2019	69
Gráfico 58	Despesas com diárias - Mutirões 2019	70
Gráfico 59	Despesas por atividades de orientação aos servidores zonais	70
Gráfico 60	Processos distribuídos 2016-2019	70
Gráfico 61	Quantidade de decisões monocráticas e colegiadas - 2º Grau	70
Gráfico 62	Quantidade de pareceres emitidos em processos de prestação de contas por tipo	72
Gráfico 63	Tipos de pareceres emitidos em processos de prestação de contas eleitorais	72
Gráfico 64	Tipos de pareceres emitidos em processos de prestação de contas partidárias	72
Gráfico 65	Resultado de julgamento das contas de diretórios estaduais por exercício	72
Gráfico 66	Perfil dos Gastos (empenhado em milhões)	74
Gráfico 67	Recursos Financeiros Alocados X Objetivos e projetos estratégicos - 2019	75
Gráfico 68	Execução do orçamento por grupo de natureza da despesa (R\$ milhões)	75
Gráfico 69	Valores Pagos - Outras Despesas Correntes (R\$ milhões)	76
Gráfico 70	Valores pagos - Pessoal e Encargos Sociais (R\$ milhões)	76
Gráfico 71	Valores pagos - Investimentos (R\$ milhões/percentual)	77
Gráfico 72	% de Restos a Pagar Pagos em Relação aos Restos a Pagar Líquidos	79
Gráfico 73	Evolução do quadro de pessoal, distribuição por gênero	82
Gráfico 74	Força de trabalho por área ou unidade de exercício	82
Gráfico 75	Servidores por situação funcional	82
Gráfico 76	Servidores por faixa salarial	82
Gráfico 77	Servidores por carreira	82
Gráfico 78	Servidores por etnia	83
Gráfico 79	Distribuição por etnias informadas	83
Gráfico 80	Servidores por faixa etária	83
Gráfico 81	Evolução de Gastos de Pessoal	84
Gráfico 82	Percentual de cargos em comissão ocupados por servidores efetivos	87

Tipo	Nome	Pg.
Gráfico 83	Detalhamento ocupação cargos em comissão	87
Gráfico 84	Percentual de funções comissionadas gerenciais ocupadas por servidores efetivos	87
Gráfico 85	Detalhamento ocupação funções comissionadas gerenciais	87
Gráfico 86	Contratações celebradas em 2019	89
Gráfico 87	Gastos das contratações por modalidade	90
Gráfico 88	Gastos das contratações por finalidades	90
Gráfico 89	Investimentos em infraestrutura e equipamentos	92
Gráfico 90	Custos utilização e conservação veículos	93
Gráfico 91	Evolução custo com locação de imóveis	94
Gráfico 92	Principais contratações de TIC	98
Gráfico 93	Indicadores de desempenho da área de TIC mensurados em 2019	101
Gráfico 94	10 maiores itens de custo	105
Gráfico 95	Custos por Subgrupos	105
Gráfico 96	Custos por Atividades/Serviços	105
Gráfico 97	Funcionamento da Secretaria X Atendimento ao Público - distribuição de custos	105
Gráfico 98	Consumo de Energia - 2017-2019	107
Gráfico 99	Consumo de água/esgoto 2017-2019	107
Gráfico 100	Consumo de papel (resmas) 2017-2019	108
Gráfico 101	Consumo copos descartáveis 2017-2019	109

LISTA DE QUADROS

Tipo	Nome	Pg.
Quadro 1	Resultados do Tribunal Regional Eleitoral do Estado da Bahia no iGovTIC-JUD 2019	31
Quadro 2	Farol do Tempo - Projetos Estratégicos	41
Quadro 3	Contratações mais relevantes de recursos de TI em 2019	97
Quadro 4	Contratação mais relevantes dos recursos de TIC em anos anteriores	98
Quadro 5	Principais Iniciativas e Resultados na Área de TI por Cadeia de Valor	100
Quadro 6	Indicadores do PETI	101
Quadro 7	Balanço Patrimonial	113
Quadro 8	Anexo 1 - Balanço Patrimonial	114
Quadro 9	Anexo 2 - Balanço Patrimonial	114
Quadro 10	Demonstração das Variáveis Patrimoniais	115
Quadro 11	Balanço Orçamentário (Receitas)	116

Tipo	Nome	Pg.
Quadro 12	Balanço Orçamentário (Despesas)	117
Quadro 13	Anexo 1 - Balanço Orçamentário	118
Quadro 14	Anexo 2 - Balanço Orçamentário	118
Quadro 15	Balanco Financeiro	119